

## EDITORIAL

Com satisfação apresentamos o Volume 6, número 2, (maio – agosto, 2014) de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*.

José Renato Vieira Martins, Professor Adjunto de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz de Iguaçu, apresenta-nos “*De Antonio Mamerto a Gauchito Gil: Estratégias del control y formas de resistência popular en una región de frontera entre Argentina y Brasuk*”. Bela a sua decisão em prol da integração regional ao publicar o seu ensaio em espanhol.

Márcia Barros Ferreira Rodrigues, Professora dos Programas de Pós-Graduação em História e em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo e do CNPq discute os “Paradigmas para o século XXI: Possibilidades de aplicação do paradigma indiciário de corte psicanalítico às ciências humanas e sociais”. A professora atua como coordenadora do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI-UFES) e está responsável pelo Grupo de Trabalho n. 26 – “*Historia y Psicoanálisis: um diálogo possível*” no *XII Congreso de Historia Contemporánea*, a realizar-se Madrid, 17, 18 e 19 de setembro próximo. Vale conferir e verificar as possibilidades de aproximação entre a “metodologia indiciária” e o denominado “método clínico”, enquanto alternativas ao método experimental (que procura responder porque as coisas são como são, numa relação de causa e efeito) e ao método probabilístico (que procura responder porque as coisas são como são em relação ao que “deveriam” ser). O foco da análise se dirige para o romance “*Jóias de Família*”, de Zulmira Tavares e a obra “*Casa-Grande e Senzala*”, de Gilberto Freyre.

A Argentina comparece com dois trabalhos. De um lado, Adriana C. Cicaré e Angelina Farac, ambas da *Universidad Nacional de Rosario*, e comprometidas com a integração latino-americana desde a perspectiva da diferença de gênero apresentam “*Desarrollo humano sustentable, trabajo y género en el Mercosur*”. Já da *Ciudad de Buenos Aires* nos vem “*Intelectuales y poder: la confluencia socialismo-liberalismo durante a presidencia de Alfonsín*”, de autoria de María Cristina Basombrío, Mestre em História e professora na *Universidad Nacional de Três de Febrero*.

A socióloga Livia De Tommasi, doutora pela *Université de Paris I*, com mestrado em “*Étude des Sociétés Latinoamericaines*” pela *Université de Paris III*, atual professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pedagoga pela *Università di Roma*, com uma passagem pelo UNICEF (Chile), realiza uma importante reflexão sobre a integração regional do ponto de vista da participação da juventude e nos brinda com “Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem”.

Gustavo Silveira Siqueira, doutor em Direito e docente na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apresenta em coautoria com as estudantes Julia da Silva Rodrigues, historiadora, e Fátima Gabriela Soares de Azevedo, advogada, o ensaio “O direito de greve nos debates da assembleia nacional constituinte de 1933-1934”. Importa ressaltar a pesquisa coletiva. No campo do direito penal temos “Campo teórico e alguns aspectos do controle social penal”, por Pedro Tórtima, professor no curso de Mestrado em Direito Da Universidade Cândido Mendes (UCAM) e arquivista no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Concluindo o presente volume temos assinado pelo doutor em História (UFF), Vanderlei Vazelesk Ribeiro, professor de História da América da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) mais um capítulo das lutas agrárias no Peru intitulado “Da luta pela terra ao questionamento do

neoliberalismo: Caminhos das organizações camponesas peruanas (1969-1933)”).

Por fim, na seção LITURATERRA, Mylene N. Teixeira, doutora em Sociologia Política pela *Münster Universität*, Alemanha, analisa “Autoritarismo Afetivo” (São Paulo: Editora Escuta, 2005) quando a “Prússia” é tomada como metáfora para ser devidamente interpretada e elucidada.

Enquanto escrevíamos esse Editorial veio a falecer no México, onde morava, o escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez, de importância ímpar para o (re)conhecimento da América Latina. Prestamos uma bela homenagem no Programa de Pós-graduação em Ciência Política no dia 24 de abril p.p. trabalhando a relação entre subjetivações e teoria política no conto Maria dos Prazeres do seu “Doce Cuentos Peregrinos” (1992). Desejamos a todos e todas uma boa leitura de *Passagens*.

E Viva Gabo!

Os Editores

**DE ANTONIO MAMERTO A GAUCHITO GIL: ESTRATEGIAS DE CONTROL Y FORMAS DE RESISTENCIA POPULAR EN UNA REGIÓN DE FRONTERA ENTRE ARGENTINA Y BRASIL**

**DE ANTONIO MAMERTO A GAUCHITO GIL: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E FORMAS DE RESISTÊNCIA POPULAR EM UMA REGIÃO DA FRONTEIRA ENTRE ARGENTINA E BRASIL**

**FROM ANTONIO MAMERTO TO GAUCHITO GIL: CONTROL STRATEGIES AND FORMS OF POPULAR RESISTANCE IN A REGION ON THE BORDER BETWEEN ARGENTINA AND BRAZIL**

**D'ANTONIO MAMERTO À GAUCHITO GIL : STRATÉGIES DE CONTRÔLE ET FORMES DE RÉSISTANCE POPULAIRE DANS UNE RÉGION FRONTALIÈRE ENTRE L'ARGENTINE ET LE BRÉSIL**

**从安东尼奥马迈托到考沃切托吉尔：阿根廷对边境地区的控制战略和民众的抵制方式**

**DOI: 10.5533/1984-2503-20146201**

**José Renato Vieira Martins<sup>1</sup>**

**RESUMEN**

El artículo analiza la leyenda del Gauchito Gil, santo y héroe popular argentino, que vivió en una región de frontera con Brasil; examina las estrategias de control utilizadas contra los gauchos y las clases populares que habitaban la región y discute las formas de resistencia desarrolladas por las clases populares en el contexto de las disputas entre los caudillos del interior y los poderes centrales de Buenos Aires. Se trata de un fenómeno de masas, de carácter religioso, que tuvo origen en el siglo XIX en el Nordeste argentino y se propagó por todo el país, cruzando incluso las fronteras de Brasil y de Paraguay, donde hoy también se encuentran devotos del Gauchito.

**Palabras clave:** Gauchos; caudillos; religión y cultura popular.

---

<sup>1</sup>Profesor Adjunto de Ciencia Política y Sociología de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA). Licenciado en Sociología. Doctor en Ciencia Política por la Universidad de São Paulo. E-mail: [renato.martins@unila.edu.br](mailto:renato.martins@unila.edu.br)

## **RESUMO**

O artigo reflete sobre a lenda do Gauchito Gil, herói popular argentino, visto como santo, que viveu na região de fronteira com o Brasil; examina as estratégias de controle acionadas contra os gaúchos e as classes pobres que habitavam este território; e discute as formas de resistência das classes populares que se desenvolveram em um contexto de disputas entre os caudilhos do interior e os poderes centrais de Buenos Aires. Trata-se de um fenômeno de massas, de caráter religioso, que teve origem no século XIX no Nordeste argentino e se propagou por todo o país, cruzando as fronteiras entre Brasil e Paraguai, onde hoje ainda se encontram devotos do Gauchito.

**Palavras-chave:** Gaúchos; caudilhos; religião e cultura popular.

## **ABSTRACT**

This article analyzes the legend of Argentine saint and working-class hero Gauchito Gil, who lived in a region near the Brazilian border. It examines the control strategies used against the gauchos and the working classes who inhabited the region and discusses the forms of resistance developed by the working classes in terms of the disputes between rural leaders and the central powers in Buenos Aires. This veritable mass phenomenon was religious in nature, originating in the nineteenth century in northeast Argentina and spreading throughout the entire country, even crossing the borders into Brazil and Paraguay, where nowadays Gauchito devotees may also be found.

**Key words:** Gauchos; Leaders; Religion and Popular Culture.

## **RÉSUMÉ**

Cet article s'intéresse à la légende de Gauchito Gil, saint et héros populaire argentin qui vécut dans une région frontalière avec le Brésil. Nous analyserons les stratégies de contrôle utilisées contre les Gauchos et les classes populaires de la région, et aborderons les formes de résistance mises en œuvre par les classes populaires dans le contexte des conflits entre les caudillos des régions de l'intérieur et les pouvoirs centraux de Buenos Aires. Il s'agit d'un phénomène de masse à caractère religieux trouvant ses origines au XIX<sup>ème</sup> siècle dans le nord-est de l'Argentine et qui s'est propagé dans tout le pays,

traversant y compris les frontières du Brésil et du Paraguay, où l'on trouve encore aujourd'hui des admirateurs de Gauchito.

**Mots-clés :** Gauchos, Caudillos, Religion, Culture populaire.

## 摘要

本论文分析了考沃切托吉尔(Gauchito Gil)的传奇故事，他是阿根廷民众的传奇英雄和圣徒，生活在巴西和阿根廷的边境地区。分析了阿根廷政府对边境牛仔(gaúcho)和普通民众阶级的控制战略，以及在地方土豪势力对抗布宜诺斯艾里斯政府的背景下，普通民众阶级自发形成的抵制方式。这是一个群众性现象，具有宗教特性，从19世纪阿根廷的东北部开始流传到全境，甚至跨境传到巴西和巴拉圭，在两个邻国都有很多考沃切托的信徒。

**关键词：**巴西阿根廷边境的牛仔(Gaúchos)，地方土豪势力(caudillos)，宗教，民俗文化。

## Introducción

La historia del Gauchito Gil es verdaderamente intrigante. Se trata de un fenómeno de masas, de carácter religioso, que tuvo origen en el siglo XIX en el Nordeste argentino y se propagó por todo el país, cruzando incluso las fronteras de Brasil y de Paraguay, donde hoy también se encuentran devotos del Gauchito. El desarrollo del capitalismo en esta región de frontera, formada por provincias cortadas por los ríos Paraná, Uruguay y de la Plata, transformó las tierras de acceso común, donde los gauchos vivían de la caza del ganado salvaje, en áreas concedidas por el Estado a las ricas familias de la oligarquía rural. Con la apropiación de grandes extensiones por parte de los estancieros y la consiguiente incorporación de las antiguas áreas de pastizales a la órbita del mercado internacional del charque y de la lana, el modo de vida independiente de los gauchos se convirtió en un obstáculo para el proyecto de modernización de las élites políticas y económicas. La ganadería necesitaba brazos, y los caudillos, bandoleros. Los gauchos podrían servir a ambos. Aquellos que resistieron a los cambios, apegados a su modo de vida tradicional, fueron criminalizados, perseguidos y aprisionados. Antonio Mamerto fue uno de esos gauchos. El artículo analiza las estrategias de control

accionadas por las clases dominantes y las formas de resistencia popular que dieron origen a la leyenda del Gauchito Gil.

### **Pobre, mestizo y... santo**

Antonio Mamerto Gil Núñez, el Gauchito Gil, es uno de los santos populares más adorados por los argentinos. Aun sin el aval de la Iglesia católica, que no lo reconoce oficialmente, el Gauchito ocupa un lugar destacado en el universo religioso del país, que es dominado por los católicos pero cuenta con la presencia de otras importantes formas de expresión religiosa. Natural de Mercedes, localidad de la Provincia de Corrientes, en el Nordeste argentino, el Gauchito es una mezcla de vaquero y ladrón. Nació alrededor de 1840 y murió el 8 de enero de 1878. Dicen que en vida solía robar a los ricos para dar a los pobres, como un Robin Hood de la pampa. Su imagen más conocida llama la atención por la larga cabellera sobre los hombros, el tradicional pañuelo rojo al cuello y la boleadora en la mano.<sup>2</sup>

El gaucho es un tema recurrente en la literatura y en el pensamiento social argentino. José Hernández<sup>3</sup> lo transformó en un símbolo de la patria, con su *Martín Fierro*, uno de los libros fundadores de la literatura nacional. Desde entonces el gaucho está presente en las letras argentinas. Desde renombrados escritores, como Adolfo Bioy Casares, a jóvenes novelistas e investigadores, como Adriana Hartwig, el tema es revisitado. En la novela *Curuzú Gil: la historia del hombre con destino de leyenda antes de convertirse en leyenda*, Hartwig<sup>4</sup> reconstituye la trayectoria de Antonio Mamerto en una novela histórica, rica en informaciones sobre el contexto en el que transcurre la historia del Gauchito. En *Memoria sobre la pampa y los gauchos*, Adolfo Bioy Casares<sup>5</sup> también trata del asunto. Para él, el gaucho es un personaje de moral contradictoria y realidad misteriosa, dado que “*testigos de diversas generaciones coinciden en afirmar que solo existió en el pasado...*”. Pues justamente ese componente misterioso, mezcla de realidad

---

<sup>2</sup> *Diccionario de mitos y leyendas: Creencias populares y santos milagrosos*. Disponible en <[http://www.cuco.com.ar/index\\_az.htm](http://www.cuco.com.ar/index_az.htm)>.

<sup>3</sup> Hernández, J. (2000). *Martín Fierro*, Buenos Aires: Distribuidora Quevedo de Ediciones.

<sup>4</sup> Hartwig, A. (2012). *Curuzú Gil: la historia del hombre con destino de leyenda antes de convertirse en leyenda*, Buenos Aires: Vestales.

<sup>5</sup> Bioy Casares, A. (1970). *Memoria sobre la pampa y los gauchos*, Buenos Aires: SUR.

y fantasía, es el rasgo principal del Gauchito, personaje convertido en héroe nacional, santo popular, adorado por los argentinos como tal.

Los altares erguidos en homenaje al Gauchito Gil se encuentran actualmente por toda la Argentina, no solamente en Corrientes, su provincia natal. El más concurrido y frecuentado entre ellos es el santuario de Mercedes, centro de romerías y peregrinaciones. Todos los años, el día 8 de enero, multitudes de devotos se dirigen hacia allá para hacer un pedido, agradecer una gracia recibida, pagar una promesa. Ese día Antonio Mamerto habría sido sacrificado. El rojo es el color predominante en las fiestas de celebración del Gauchito, que reúnen más de 150 mil peregrinos. Es un momento de devoción popular y fervor religioso.



La metamorfosis de Antonio Mamerto en Gauchito Gil tuvo inicio en el siglo XIX, en medio a las disputas entre los caudillos del interior y los representantes del gobierno central, entonces bajo el comando de Juan Manuel de Rosas (1793-1877), que gobernó la Argentina dos veces (1829 a 1833 y 1835 a 1852). Disputas sangrientas marcaron todo el período, que se inicia con la Independencia, en 1810, y se extiende hasta la eclosión de la Guerra del Paraguay (1864-1870) – conflicto no menos sangriento que involucró particularmente a la población del Nordeste argentino. Aquellos fueron tiempos difíciles para la Argentina, que buscaba una alternativa a la autocracia de Rosas, a la república aristocrática de los liberales y al estado de guerra permanente de los caudillos. Como sus compañeros de la pampa – descendientes de españoles, indios y africanos – Antonio Mamerto también era mestizo, y como ellos llevaría una vida errante, sin ocupación fija ni claros lazos familiares. Medio bandolero, medio vaquero, el gaucho Mamerto nació y creció en los vastos descampados del Nordeste argentino, territorio al margen de la ley,



de las tradiciones y de las costumbres de las élites de Buenos Aires. Con seguridad formaba parte de los estratos más bajos de la sociedad argentina<sup>6</sup>.

La lealtad, como se verá más adelante, es uno de los engranajes de funcionamiento del caudillismo. El gaucho y el caudillo se complementan, forman parte del mismo sistema de poder personalista y autoritario. La desertión en este régimen es considerada una falta grave, pasible de punición con la pena de muerte. Los problemas de Antonio Mamerto empezaron precisamente cuando fue convocado por el jefe local de Mercedes para la Guerra de Paraguay y, luego de algunas batallas, decidió desertar. Consta que él no quería derramar la sangre de los paraguayos, a quienes consideraba como hermanos, aunque fueran sus adversarios en los campos de batalla. Perseguido tras vagar por la pampa, sobreviviendo como vaquero y ladrón, el gaucho Mamerto fue capturado y, como era la costumbre de la época, fue colgado cabeza abajo y degollado. Su cuerpo insepulto fue abandonado en el sitio del sacrificio. Antes de morir habría dicho que el hijo de su verdugo estaba muy enfermo, que orara y pidiera en su nombre por el bien del niño. *“La sangre de los inocentes suele hacer milagros”*, habría dicho el Gauchito antes de ser sacrificado.

---

<sup>6</sup> *Diccionario de mitos y leyendas: Creencias populares y santos milagrosos*. Disponible en <[http://www.cuco.com.ar/index\\_az.htm](http://www.cuco.com.ar/index_az.htm)>.



Dice la leyenda que la muerte de Antonio Mamerto ocurrió horas antes que mensajeros enviados desde Mercedes llegaran al sitio de su muerte, llevando la información de que el Gauchito había sido declarado inocente. Demasiado tarde, pues Antonio Mamerto ya había sido sacrificado. Al volver a casa, el verdugo encontró al hijo muy enfermo, se acordó del Gauchito e imploró por su salvación. La cura del niño fue alcanzada, y considerada por todos como milagrosa. En agradecimiento, el verdugo regresó al sitio de sacrificio para hacer el entierro cristiano del Gauchito, e hincó una cruz al borde de la ruta, en las cercanías de Mercedes, donde murió. Desde entonces, miles de fervorosos argentinos visitan el santuario todos los años.

Varios aspectos de esa sorprendente historia apuntan a un hecho social de dimensiones religiosas, políticas, sociales e históricas, como se verá más adelante.

### **El lugar de los pobres**

Remonta a la segunda mitad del siglo XIX el surgimiento de la ideología que consagró al gaucho como expresión de la barbarie. Domingo Faustino Sarmiento (1810-1888) fue su principal formulador. Había otras corrientes de pensamiento, unas más progresistas, otras más conservadoras, igualmente presentes en el universo intelectual de la época en que Sarmiento escribió su libro más polémico: *Facundo, Civilización y Barbarie* (1845). Todas buscaban una respuesta a la misma cuestión: ¿Cómo debería organizarse el recién creado Estado nacional? ¿Quién podría gobernarlo? El problema era fácil de formular y difícil de resolver. En el fondo, se trataba de establecer a quién

cabría dirigir el país. Gauchos como Antonio Mamerto ¿integrarían el cuerpo político de la joven república?<sup>7</sup>



Blanco de prejuicio social y racial, los gauchos como Antonio Mamerto constituían un motivo de preocupación de las clases dominantes. Domingo Faustino Sarmiento no escondía el desprecio que sentía por ellos. Como presidente de la Argentina, de 1868 a 1874, Sarmiento se dedicó a crear escuelas por todo el país, especialmente en las provincias del interior, para educar a los argentinos pobres e iletrados como Antonio Mamerto.

Sarmiento creía que la enseñanza obligatoria, pública y laica era la forma duradera de transformar al bárbaro gaucho de la pampa en el ciudadano civilizado de las ciudades. Su proyecto de modernización despreciaba la cultura local, popular y americana de los gauchos. Su ideal de civilización y progreso venía de Europa y de los Estados Unidos, por donde viajó para conocer el sistema de enseñanza que pretendía adaptar para la Argentina<sup>8</sup>.

La preocupación central de Sarmiento era de orden político y no social, como a primera vista podría parecer. Por medio de la educación él quería evitar que los gauchos se volvieran masa de maniobra de caudillos, con los cuales se identificaban en razón de similitudes étnicas y origen social. Formar parte de un bando armado, ponerse bajo el comando de un caudillo, prestar obediencia a cambio de protección era una estrategia de supervivencia común de muchos gauchos como Antonio Mamerto. El caudillismo se basaba precisamente en la adhesión incondicional de esos individuos a los jefes locales, hombres hábiles y carismáticos, normalmente de origen militar, oriundos de los ejércitos que lucharon en la guerra de Independencia en 1810.

Para Sarmiento, el interior del país y el hombre del campo eran sinónimos de barbarie y atraso. La ciudad, en contrapartida, era tenida como el centro de la civilización, del orden y del progreso. Estas dos realidades no solo eran extrañas entre sí sino que se encontraban en confrontación permanente. *“Parecen dos sociedades diferentes, dos pueblos extraños el uno al otro”*, decía Sarmiento. El hombre culto de la ciudad viste frac y

<sup>7</sup> Terán, O. (2012). *Historia de las ideas en la Argentina: Diez lecciones iniciales – 1810-1980*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

<sup>8</sup> Di Tella, T.S. (1998). *Historia Social de la Argentina Contemporánea*, Buenos Aires: Editorial Troquel.

chaqueta, el gaucho de la pampa está siempre enfundado en su poncho. En el período colonial, mientras los españoles se ocupaban de la explotación de las minas de plata del Alto Perú, la población del interior permaneció aislada y abandonada a su propia suerte. Tras la Independencia, la situación no se alteró sustancialmente. El latifundio y la ganadería extensiva, modelos económicos legados por la colonia, permanecieron bajo el control de la oligarquía rural. El campesino pobre siguió marginado de las actividades productivas vinculadas a la industria del charque y el comercio de la lana. Para Sarmiento, la mezcla de razas generó un tipo humano indolente, ocioso y adverso al trabajo disciplinado. Un tipo políticamente irresponsable, incapaz de ejercer una ciudadanía activa, como se diría en los días de hoy<sup>9</sup>.

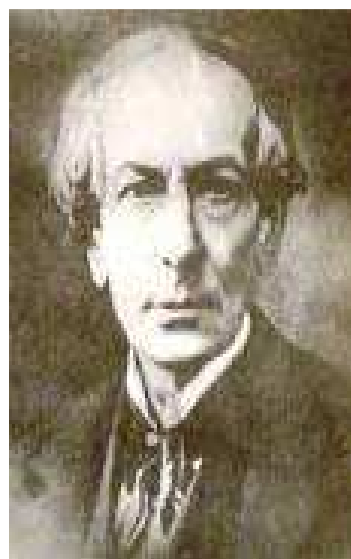
La visión de Sarmiento no era consensual. Incluso entre las élites había divergencias en cuanto a esta representación prejuiciosa del pueblo argentino. Juan Bautista Alberdi (1810-1884), otro representante de la llamada Generación de 37 – grupo de intelectuales de oposición al gobierno de Rosas – autor del esbozo de la primera constitución republicana argentina, no compartía el pesimismo de Sarmiento. En las *Cartas Quillotanas* (correspondencia intercambiada desde el exilio chileno con el propio Sarmiento), Alberdi criticó el falso dilema entre civilización y barbarie. Según él, los militares, los intelectuales, los criollos y los campesinos estuvieron del mismo lado en la guerra de Independencia. Campo y ciudad combatieron juntos contra el dominio español. Bajo el comando de San Martín y Juan Lavalle, el gaucho fue un guerrero patriota, a quien se deben victorias decisivas en los campos de batalla. “*La localización de la civilización en las ciudades y de la barbarie en las campañas*”, decía Alberdi, “*es un error de historia y de observación*”. Ambos lucharon por los mismos ideales libertarios. Si el gaucho tuvo participación activa en la liberación del país, ¿por qué no tendría un lugar en la reconstrucción nacional?<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Sarmiento, D.F. (2010). *Facundo, Civilização e Barbárie*, São Paulo: Cosac Naif.

<sup>10</sup> Sarmiento, D.F.; Alberdi, J.B. (2005). *Las Ciento y Una / Cartas Quillotanas: Polémica Alberdi – Sarmiento*, Buenos Aires: Losada, p. 163.

Al contrario de Sarmiento, Alberdi imaginó un espacio para la incorporación de los gauchos pobres como Antonio Mamerto en los cuadros de la república. Esto no quiere decir que Alberdi fuera un demócrata, adepto del sufragio universal. Su proyecto de “república posible” era profundamente autoritario, casi monárquico. Se asentaba en la idea de que el crecimiento económico y la prosperidad del país legada por los últimos años del gobierno autocrático de Rosas tenían que ser mantenidos a cualquier costo, aunque eso perpetuara los privilegios de las oligarquías rurales y no implicara ninguna contrapartida social<sup>11</sup>.



Según Halperín Donghi, la solución de Alberdi para la Argentina tenía como referencia los acontecimientos políticos de la Francia de Napoleón III e implicaba valerse de la presencia popular, específicamente de los campesinos pobres, “*como un instrumento necesario para mantener la disciplina de la élite, cuya tendencia a las querellas intestinas sigue pareciendo [...] la más peligrosa fuente de inestabilidad política para el entero país*”<sup>12</sup>.

La polémica entre Alberdi y Sarmiento revelaba la preocupación de las clases dominantes con el establecimiento del orden público en la zona rural, área crucial para el desarrollo económico de la joven república. En razón de los riesgos que el modo de vida tradicional de gauchos pobres como Antonio Mamerto pudieran representar, el gobierno de Rosas aprobó una legislación represiva, por medio de la cual la ociosidad se tornó crimen pasible de condenación. Al criminalizar el modo de vida del gaucho, la legislación pretendía transformar a los llamados “*mozos vagos y mal entretenidos*” en individuos disciplinados para el trabajo en las estancias<sup>13</sup>. El objetivo no declarado era convertir al gaucho insumiso en mano de obra para los estancieros y en bandoleros para los caudillos. Expediciones de carácter punitivo y de aprisionamiento fueron entonces

<sup>11</sup> Sarmiento, D.F; Alberdi, J.B. (2005). Op. Cit., p. 163 e segs.

<sup>12</sup> Halperín Donghi, T. (s.d). *Proyecto y construcción de una nación: Argentina, 1846-1880*, Biblioteca Ayacucho, p. 31.

<sup>13</sup> Bethell, L. (2009). *História da América Latina: da Independência a 1870*, São Paulo: EDUSP / FUNAG. v. III, p. 640.

organizadas por los propietarios rurales contra los gauchos. Obligarlos a trabajar en las estancias o a enrolarse en las milicias fue una de las formas encontradas para controlarlos.

Para algunos la solución estaría en la incorporación de los gauchos al ejército o a las milicias organizadas bajo el comando de los caudillos locales. Para otros, el gaucho debería ser objeto de políticas educativas de carácter civilizatorio. Su lugar en la sociedad argentina estaba trazado. O bien irían al pupitre escolar o al frente de batalla. Ambas estrategias implicaban el abandono del modo de vida libre de la pampa, la negación de la cultura tradicional y auténtica que heredaron de sus antepasados. Triste suerte del gaucho Mamerto. Su lugar en la sociedad argentina fue sellado por las clases dominantes: o abdicaba de la libertad o moría en los campos de batalla.

## **Unitarios y Federales**

Las disputas ideológicas en el seno de las élites letradas sobre el lugar de las clases populares en la república argentina correspondían a las disputas políticas entre los dos partidos actuantes de la época: Unitarios y Federales.

Los Unitarios eran partidarios de una república centralizada, gobernada por élites liberales, basada en los preceptos laicos de la Revolución Francesa y en los mecanismos de “libre” comercio – desde que fueran practicados en provecho de los ricos comerciantes de Buenos Aires. Los liberales consideraban salvajes a sus adversarios políticos, formados por bandos de caudillos de índole asesina. Los Federales, por su parte, defendían una república descentralizada, con participación de las provincias en las decisiones nacionales y distribución del ingreso aduanero concentrado en manos de los porteños. Para los Federales, los Unitarios pretendían dar a la ciudad de Buenos Aires el rol que los españoles ejercieron antes de la Independencia, convirtiéndola en una nueva Metrópolis, con poderes discrecionales sobre las provincias del interior <sup>14</sup>.

Durante medio siglo las dos corrientes se enfrentaron. Recién después de la caída de Rosas y de la promulgación de la primera Constitución, en 1853, se crearon las bases institucionales de una verdadera unión nacional. Hasta entonces, la Argentina había convivido con disputas permanentes (y sangrientas) entre los dos partidos. Fueron

---

<sup>14</sup> Pozo, J. (2009). *Historia da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais*, Petrópolis, RJ: Vozes.

años de anarquía y crueldad. Los dos lados saqueaban, torturaban, degollaban y empalaban. La violencia no era exclusiva de los Federales, cuya fama de salvajes la historia de los vencedores – contada por los Unitarios – oficializó y propagó. Pese a sus modales refinados, los Unitarios también la empleaban como método de gobierno.

Las teorías políticas que informaban los debates ideológicos entre ellos venían de Europa, especialmente de Francia. Debido a esa influencia, sobre todo entre los Unitarios, no faltaban las críticas a la manera snob con la que se comportaban. Sarmiento y Bartolomé Mitre (1821-1906) eran lectores atentos de Montesquieu y Tocqueville. Conocían perfectamente los riesgos de la *tiranía de la mayoría*, analizados por Tocqueville en *Democracia en América*, y comprendían las implicaciones de la clásica división entre la república aristocrática (gobernada por pocos) y la república democrática (gobernada por muchos), propuesta por Montesquieu, en *El Espíritu de las Leyes*.

Sabían de la contradicción de edificar esta forma de gobierno – orientada al bien común y dirigida por ciudadanos virtuosos – en una sociedad desigual, inorgánica, dominada por una oligarquía rural y compuesta por individuos iletrados. Llena de ganado, la Argentina era una tierra vacía de personas. Y, para peor de males, ellos pensaban que los gauchos que vivían en la pampa, como Antonio Mamerto, constituían una clase de individuos incapaces de formar parte del gobierno, de no ser por la vía arcaica del caudillismo.

## Gauchos y caudillos

El caudillismo, según Bobbio, debe ser considerado una forma de poder singular, que se define como:

*un régimen imperante en la mayor parte de los países de la América española, en el período que va de los primeros años de la consolidación definitiva de la Independencia alrededor de 1820, hasta 1860, cuando se concretaron las aspiraciones de unificación nacional [...]. El caudillismo se caracteriza por la división del poder entre jefes de tendencia local: los caudillos. Estos líderes, generalmente de origen militar, oriundos, en su gran mayoría, de la desmovilización de los ejércitos que combatieron en las guerras de independencia, de 1810 en adelante, provenían, en ciertos casos, de estratos sociales inferiores o de grupos étnicos discriminados [...]. Se valían de su magnetismo personal en la conducción de las tropas, que habían reclutado generalmente en las áreas rurales y mantenían como tropas rasas requeridas, en acciones guerreras, sea contra el todavía mal consolidado poder central, sea contra sus iguales, con el apoyo de los señores locales. Ese poder carismático, ejercido al mismo tiempo de forma autoritaria y paternalista, y retribuido con la adhesión incondicional de sus hombres (y respectivas mujeres), no poseía una línea política definida [...]. El*

*caudillismo fue un obstáculo para la realización de las aspiraciones das élites urbanas del comercio, empeñadas en la construcción de Estados nacionales de acuerdo al modelo liberal de inspiración europea.*<sup>15</sup>

¿Y quién es el gaucho? Si ambos se complementan dialécticamente, el caudillo no puede vivir sin él; ambos forman un par inseparable. Para estudiosos de la Argentina, el fenómeno tiene raíces históricas:

*Al final de período colonial, la pampa era habitada por ganado salvaje, indios indómicos y gauchos insumisos. El gaucho era el producto de una mezcla de razas; hay controversias sobre los componentes de esa mezcla, pero no hay dudas de que existan tres razas en el litoral: indios, blancos y negros. En una definición simple, el gaucho era un hombre libre arriba de un caballo. Pero el término fue usado por los contemporáneos y por historiadores en un sentido amplio para designar a las personas del campo en general. Una mayor precisión distinguiría entre los habitantes sedentarios de la zona rural, que trabajan la tierra para ellos mismos o para un patrón, y el gaucho puro, un nómada independiente, no vinculado a cualquier propiedad. Y un mayor refinamiento de los términos identificaría al gaucho malo, que vivía de la violencia y de la casi delincuencia y que el Estado veía como un criminal. Bueno o malo, el gaucho clásico aseveraba su libertad con relación a todas las instituciones formales; era indiferente al gobierno y a sus agentes, indiferente a la religión y a la Iglesia. No quería tierra; vivía de la caza, del juego y de la lucha. El nomadismo del gaucho tenía muchas implicaciones sociales. Impedía el trabajo o empleo fijo. Propiedad, diligencia, vivienda eran términos que él desconocía [...] Aun cuando no era propenso al nomadismo (el gaucho) necesitaba vender su trabajo donde pudiera, o era reclutado por el ejército o por los montoneros*<sup>16</sup>.

De un lado, está el caudillo, líder carismático, oriundo de las filas militares, ex combatiente en la guerra de Independencia, comandante de milicias (montoneras), mestizo, discriminado, autoritario, inculto y, del otro, el gaucho, calificativo del hombre del campo en general, pero que en su forma *pura y mala* es un nómada, también mestizo, delincuente, refractario a las instituciones religiosas, a las reglas sociales y a los poderes públicos, insumiso e independiente. Ni el uno ni el otro estaban dispuestos a vivir bajo el poder del Estado, y menos aún querrían participar de la constitución de la joven república, considerada por ellos una fórmula absolutamente exótica de poder. La composición de la sociedad rural argentina no comportaba las clases medias.

En ese ambiente social, la estancia y los estancieros se convirtieron en el modelo de Estado. Los ricos propietarios rurales de la cima de la pirámide social detentaban el

---

<sup>15</sup> Bobbio, N.; Matteucci, N.; Paquino, G. (1994). *Dicionário de Política*, Brasília: Ed. UnB. v. 1, p. 157.

N. de la T.: Esta versión en lengua castellana contiene la traducción libre de todas las citas en portugués del texto original.

<sup>16</sup> Bethell, L. (2009). *Op.Cit.*, p. 639.



poder económico, el prestigio social, el poder político y militar. Las clases populares estaban compuestas, sobre todo, por los gauchos, que podían ser subdivididos en peones, trabajadores por cuenta propia y delincuentes.

Todo indica que Antonio Mamerto pertenecía a la modalidad del *gaucho malo*, lo cual explica su muerte por degollamiento. El sistema funcionaba sobre la base del intercambio de protección por lealtad. El estanciero era, al mismo tiempo, un protector y un proveedor de sus dependientes. A cambio exigía mano de obra y servicios militares contra otros líderes sociales. El reclutamiento de las clases populares se volvió forzoso. Las tierras comunes y el ganado salvaje, que eran de libre acceso en el período colonial, se volvieron restrictas tras la Independencia, a causa de las concesiones de tierras públicas practicadas por Rosas.

Los propietarios rurales se apropiaron no solo de las tierras y del ganado, sino también del gaucho. Eso fue posible gracias a las leyes contra la vagancia promulgadas por Rosas. Tales leyes criminalizaban la vida nómada del gaucho y lo obligaban a portar cédula de identidad y certificado de empleo. Los gauchos encontrados sin permiso fuera de las estancias eran reclutados para el ejército y las milicias. Esa estructura arcaica, constituida por una red de poderes personales que empezaba en Rosas y terminaba en el peón, pasando por los estancieros y sus bandos de guerrilleros, fue erigida sobre la base de lealtades y dependencia. Incorporado al Estado, el sistema dio origen al régimen del caudillismo<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 642.

La astucia de los caudillos ampliaba el número de sus seguidores, lo cual los llevaba a imaginarse “representantes” de los individuos por ellos dominados. Estudios recientes definieron al caudillismo como un régimen híbrido: una especie de “democracia autoritaria”. La paradoja se explica por el hecho de que los caudillos actuaban como si fueran representantes del pueblo, de “su” pueblo, y hubieran sido elegidos en elecciones libres y justas para defenderlo. Al contrario de Sarmiento, que vio en el sistema una manifestación del despotismo pre-moderno, J. Keane lo considera un producto de la modernidad latinoamericana, alcanzada con el recurso de métodos propios.



"La democracia del caudillo", afirma Keane,

*no era la expresión de una lucha antigua entre la 'civilización' y el 'barbarismo'. Era un producto enteramente moderno de las luchas constitucionales y del proceso de formación de Estados completamente modernos, de maniobras políticas y conflictos sociales, algunos de ellos violentos, al interior de una gran amplitud de escenarios diferentes que exhibían causas y causadores asombrados por el espíritu de la 'gran revolución democrática' muy bien analizada por Tocqueville.<sup>18</sup>*

Esa forma de abordaje inscribe al caudillismo – fenómeno arcaico de orígenes ibéricas, basado en el poder personal y local – en un proceso más amplio, de transformaciones democráticas e irreversibles tendencias de aumento de la igualdad de la sociedad, que emergieron en el momento de creación de los Estados nacionales como forma de expresión de las tensiones y de los conflictos existentes en las sociedades latinoamericanas del siglo XIX.

---

<sup>18</sup> Keane, J. (2010). *Vida e morte da democracia*, São Paulo: Edições 70, p. 373.

El sistema alcanzó su apogeo durante el gobierno de Rosas, él mismo un caudillo de nuevo tipo, hijo de la culta Buenos Aires, rubio de ojos celestes. Sarmiento, su archienemigo político, no ahorra adjetivos para describirlo: “tirano salvaje”, “aberración monstruosa”, “sanguinario feroz”, “Maquiavelo calculista”, “déspota bárbaro”, “corazón helado” son algunas de las expresiones de una lista interminable de improperios que lanza contra Rosas. Pero es necesario recordar que Sarmiento, uno de los mayores escritores de lengua española del siglo XIX, conoce el poder de las palabras y sabe usarlas para convencer al incauto lector de los propósitos políticos. Como político militante, ligado a los Unitarios, Sarmiento no hesitó en echar mano de los mismos métodos que criticaba en sus adversarios. Para alcanzar sus propósitos políticos, él afirmaba:

*Es preciso emplear el terror para triunfar. Debe darse muerte a todos los prisioneros y a todos los enemigos. Todos los medios de obrar son buenos y deben emplearse sin vacilación alguna, imitando a los jacobinos de la época de Robespierre [...] A los que no reconozcan a Paz (jefe de la Liga Unitaria) debiera mandarlos ahorcar y no fusilar o degollar. Este es el medio de imponer en los ánimos mayor idea de la autoridad<sup>19</sup>.*

Desatentos a las recomendaciones de Maquiavelo, que aconseja al Príncipe mantener el equilibrio entre la “astucia de la zorra” y la “fuerza del león”, los dos lados eligieron el terror. Más que una herramienta de los caudillos, el terror formó parte de una cultura política diseminada en aquellos tiempos. Gauchos, pobres y mestizos, como Antonio Mamerto, degollados en las guerras entre los bandos, pagaban el precio de vivir bajo un régimen como aquél. Múltiples formas de resistencia popular deben haberse desarrollado frente a la crueldad del sistema. El culto al Gauchito Gil surgió, seguramente, como una de ellas.

## **Resistencia y devoción**

Las clases ricas no concurren al santuario de Mercedes. Aunque la devoción al Gauchito Gil se diseminó por todo el país, con altares erguidos al borde de las rutas para la protección de los conductores, el Gauchito sigue siendo un santo de los pobres. Son los descendientes de Antonio Mamerto, pobres y mestizos como él, los que más se

---

<sup>19</sup> O'Donnell, P. (2012). *Caudillos Federales: el grito del interior*, Buenos Aires: Aguillar, p. 24.

identifican con el Gauchito. La injusticia practicada con un inocente, la compasión hacia el semejante, la legitimación del hurto como forma de supervivencia, la cura del niño enfermo, la valoración de las tradiciones populares y el reconocimiento del origen social y étnico del gaucho son valores inscriptos en el corazón del pueblo, en el *ethos* de las clases populares. En razón de esos valores, el Gauchito se convirtió no solo en el santo más popular de la Argentina, sino también en el santo de los argentinos más pobres.

Si la Iglesia católica lo considera pagano, la contradicción es de la Iglesia Católica, no del Gauchito. Muchos de sus seguidores asisten a misa, practican los sacramentos como el bautismo y el matrimonio, y se consideran tan cristianos como los demás católicos que no profesan cualquier devoción por el Gauchito. En realidad, sus devotos no están preocupados con su canonización. La devoción al Gauchito constituye una forma de resistencia. Si el amor al prójimo, la defensa de los más pobres y el reconocimiento del otro como hermano son enseñanzas evangélicas, ¿por qué motivos permanece la irritación de la cúpula de la Iglesia contra él? Hay una evidente disputa simbólica en torno a esta historia.

La devoción popular al gauchito Gil, renovada cada año en el fervor de las peregrinaciones al santuario de Mercedes, contraría la visión ideológica de las élites sobre las clases populares, más específicamente sobre el gaucho, retratado por ellas como un ser iletrado, inepto, insumiso e indolente. El Gauchito Gil es un símbolo emblemático de afirmación de la cultura popular. Su culto representa una forma de resistencia a los mecanismos de control legal e ideológico accionados contra las clases populares. Para las élites letradas, los gauchos deberían pasarse la vida en los pupitres escolares o encarar la muerte en las guerras de los caudillos. La transformación del gaucho iletrado de las élites en el Gauchito milagroso del pueblo configura un acto simbólico de rebeldía y resistencia. Representa la afirmación de una constelación de valores populares contra el intento de condenación del modo de vida del gaucho libre de la pampa.

Es también una forma de reapropiación de la manera de ver y expresar la vida sobre la base de los sentimientos y valores de una cultura auténtica. La libertad de la pampa, las fiestas, las danzas, la música y el alcohol – e incluso la legitimación del hurto como forma de supervivencia de las clases populares – están plasmados en la trayectoria del Gauchito. Son estos aspectos los que, consciente o inconscientemente, se celebran en las peregrinaciones anuales al santuario de Mercedes. Son ellos los que hacen del Gauchito el santo más popular del país. La celebración de sentimientos, valores y creencias populares constituye aquello que Antonio Gramsci denominó *cultura nacional y*

*popular*. En una perspectiva gramsciana, el culto al Gauchito representa el rescate de la dimensión popular presente en la cultura nacional, sofocada y manipulada por los intelectuales de las clases dominantes, principalmente de aquellos vinculados a los valores tradicionales de la Iglesia católica. Representa igualmente la reafirmación de la constelación de valores populares oprimidos por la ideología dominante. En el caso del Gauchito Gil, este rescate se hace por medio de la religión popular, del ritual sagrado, de la peregrinación, independientemente de la acción del *intelectual orgánico* - grupo específico constituido por aquellos intelectuales que, según Antonio Gramsci, se identifican o son oriundos de las clases populares. El Gauchito, observado desde este ángulo, forma parte de la *cultura nacional y popular* argentina.

### **Lo sagrado y lo profano**

El Gauchito pertenece al reino de lo sagrado. La construcción del mito en torno al santo pobre y mestizo en el siglo pasado, así como el fervor de las fiestas populares celebradas hoy en día, constituyen fenómenos de orden espiritual, que posibilitan ricas discusiones sobre los temas estudiados por la Sociología de la Religión. Autores como Durkheim, Weber y Marx dedicaron gran parte de sus obras a la cuestión religiosa. Para ellos, las creencias y los rituales de adoración de los seres y de las cosas espirituales tenían mucho que decir sobre las sociedades que los engendraron. Marcel Mauss, sobrino de Durkheim, fue otro destacado estudioso de esos fenómenos. Su libro, *Esbozo de Una Teoría General de la Magia* contiene pistas interesantes para la comprensión del Gauchito Gil.

Según Durkheim, cuatro dimensiones esenciales demarcan el campo religioso: las creencias, los rituales, la oposición sagrado-profano y la comunidad de valores espirituales y morales. En conjunto, esas dimensiones tienen el poder de dictar formas de conducta y definir maneras de ser, pensar y actuar de los individuos. Las creencias son capaces de explicar el origen del universo, hacer que el mundo sea inteligible y significativo y atribuir un sentido a la relación de los hombres entre sí. Los ritos establecen reglas, determinan comportamientos, prescriben lo que está bien y lo que está mal, lo que es permitido o condenable. Lo sagrado y lo profano, tercer elemento destacado por Durkheim, delimita el campo religioso propiamente dicho. El mundo inteligible se divide entre cosas sagradas y cosas profanas, que se excluyen radicalmente. Ingresar al reino sagrado implica desnudarse de pensamientos y acciones profanas. Finalmente, la religión

tiene la función de mantener la cohesión social, de unir a los creyentes en comunidades, de desarrollar valores espirituales y morales.



Emile Durkheim

Estudios sobre Durkheim son unánimes al apuntar la importancia de la religión en su obra. Jean-Marc Piotte observa que, para Durkheim:

*La religión no es una alucinación: ella representa, de forma metafórica y simbólica, la relación obscura, íntima, esencial y real que liga el individuo a la sociedad. El creyente representa a Dios como una realidad superior de la cual depende y que le prescribe un código de conducta. La sociedad impone a sus miembros reglas de comportamiento contrarias a las inclinaciones egoístas de cada uno. Esta autoridad moral superior de la religión o de la sociedad es interiorizada de tal forma que suscita, desde una perspectiva kantiana, el respeto como sentimiento puro y sereno, mientras que la desobediencia lleva al remordimiento. Pero Dios y la sociedad no son solamente una autoridad moral de la cual los hombres dependen y que los constriñe, son además una fuerza moral que los anima, les da confianza y los estimula<sup>20</sup>.*



Weber abordó el tema de la religión como forma de explicar no solo las sociedades primitivas, sino también las modernas. Para él, la acción religiosa o mágica está orientada, primordialmente, a este mundo, y tiene motivaciones de naturaleza económica. Los estudios de Weber sobre la religión buscan revelar los vínculos entre la acción religiosa, manifestada por medio de creencias y ritos, y las motivaciones económicas.

*La Ética Protestante y el Espíritu del Capitalismo*, uno de los libros más leídos por estudiantes de Ciencias Sociales en todo el mundo, es una prueba de ello. Las manifestaciones místicas más antiguas, como la magia, y las más evolucionadas, como

---

<sup>20</sup> Piotte, J.M. (2005). *Les grands penseurs du monde occidental: L'éthique et la politique de Platon à nos jours*, Quebec: FIDES, p. 571.

las religiones monoteístas, están simbólicamente orientadas al más allá, pero no pueden ser desvinculadas de las motivaciones dirigidas a este mundo. Desde el punto de vista de la teoría de la acción social weberiana, las acciones religiosas constituyen acciones racionales dirigidas a una finalidad aquí en la Tierra. Como dice Weber:

*La acción religiosa o mágicamente motivada, en su existencia primordial, está orientada a este mundo. Las acciones religiosas o mágicamente exigidas deben ser realizadas 'para que te vaya muy bien y vivas muchos y muchos años sobre la faz de la Tierra' [...] La acción o pensamiento religioso o 'mágico' no puede ser apartado, por lo tanto, del círculo de las acciones cotidianas ligadas a un fin, una vez que también sus propios fines son, en su gran mayoría, de naturaleza económica<sup>21</sup>.*

Las tres grandes religiones monoteístas que surgieron en Medio Oriente – el judaísmo, el cristianismo y el islamismo – son expresiones del proceso de racionalización del mundo que surgió a partir del pensamiento religioso y se volvió la base del desarrollo científico, tecnológico y económico que se expandió por todo el Occidente. Mientras las religiones monoteístas son teocéntricas, esto es, se organizan en torno a un Dios todopoderoso que dicta órdenes y requiere obediencia, las religiones asiáticas, como el hinduismo y el confucionismo, son cosmocéntricas, y recomiendan la contemplación del cosmos y la fuga de este mundo como forma de salvación. Ambas surgieron de formas primitivas del pensamiento religioso. El paso de las antiguas formas de magia a las formas universales y abstractas de las religiones monoteístas corresponde a un proceso continuo de racionalización y *desencantamiento del mundo*.

Las *profecías racionales* de Moisés, Cristo y Mahoma, y las formas carismáticas por medio de las cuales ellos encarnan y simbolizan lo sagrado – especialmente en la tradición judeo-cristiana, en torno a un Dios sin nombre, abstracto y universal – es una expresión de este continuo proceso de racionalización. La *rutinización del poder carismático* de los profetas se materializa en la constitución de un cuerpo especializado de profesionales de la religión, jerárquica y burocráticamente estructurado, que se convierte en el fundamento material de la Iglesia y en la base de su poder espiritual. Este cuerpo detenta el saber especializado sobre los rituales, los símbolos y las creencias que dan acceso al reino espiritual. Su función principal es la de preservación de la doctrina. Lo sagrado, según Weber, es siempre conservador, no admite cambios en las creencias, en los símbolos y en los ritos, puestos bajo la guardia del clero.

---

<sup>21</sup> Weber, M. (2009). *Economía e Sociedade*, Brasília: Ed. UNB, p. 280.

Durkheim y Weber ofrecen pistas interesantes para la comprensión del Gauchito. Las peregrinaciones al santuario de Mercedes, por ejemplo, son manifestaciones de un estado fuerte de *consciencia colectiva*. El concepto es utilizado por Durkheim para explicar el comportamiento de grupos sociales en los cuales los principios morales o religiosos actúan sobre los individuos, sobreponiéndose a las tendencias egoístas de cada uno. El carácter sagrado del Gauchito se confunde con el carácter sagrado de la sociedad, especialmente de sus seguidores. La *solidaridad mecánica*, responsable de la *cohesión social* del grupo, predomina entre los devotos del Gauchito. Actualmente, además de la clásica romería, ellos también se citan, con el mismo fervor religioso, en la página del Gauchito en Facebook, donde cuentan las gracias alcanzadas, hacen pedidos, anuncian promesas e intercambian información entre sí. En clave weberiana, el *poder carismático* del Gauchito se asemeja en ciertos aspectos al de los profetas, al menos para sus fieles. Retratado como una mezcla de Jesucristo y Che Guevara, su fuerza espiritual adviene justamente de la *rutinización de su carisma*, renovado cada año en las peregrinaciones al santuario de Mercedes. Pero es en el texto de Marcel Mauss donde encontraremos referencias más específicas para analizar al Gauchito.

### **El Mago y la Magia Popular**

El surgimiento de la creencia en el Gauchito está asociado a la manifestación de los poderes mágicos de Antonio Mamerto, hecho extraordinario que llevó a la cura del hijo de su verdugo, niño enfermo y al borde de la muerte. Para Mauss, el mago y la magia popular son dimensiones cruciales para la comprensión del pensamiento místico. El Gauchito, además de carisma, tiene poderes mágicos de sobra, todos asociados a la cultura popular. Son algunos signos exteriores lo que identifican el mago a los ojos de los demás. No es mago quien quiere serlo. Para ser considerados como tal, los individuos necesitan presentar esas señales. Una determinada manera de actuar, de mirar y hablar remitía a las brujas de la Edad Media; cierto conocimiento de hierbas, remite a las curanderas de América Latina. Lo importante, como observa Marcel Mauss, es que “*todos esos individuos [...] forman de hecho especies de clases sociales. Lo que les confiere virtudes mágicas no es tanto su carácter físico individual sino la actitud tomada por la*



*sociedad en relación a todo su género*<sup>22</sup>. Los poderes mágicos del Gauchito son oriundos de su pertenencia a las clases populares.



Pero no es solo el enraizamiento social una de las principales fuentes de los poderes mágicos, hay otros aspectos reveladores de los vínculos entre magia y clases sociales. Cuentos y leyendas como los del Gauchito Gil no son tan solo juegos de la imaginación, sino que configuran prácticas reveladoras de esa vinculación entre los poderes social y espiritual.

Para Mauss, a medida que historias verdaderas e imaginación popular se mezclan, son grandes las chances de que ellas se conviertan en alimentos de la *fantasía colectiva*. No hay un límite claro entre la fábula y la creencia, entre el cuento y la historia verdadera.

*A fuerza de oír hablar del mago, se acaba por verlo actuar y sobre todo por consultarlo. La enormidad de poderes que le atribuyen hace que no se dude que él pueda fácilmente prestar los pequeños servicios que le piden. ¿Cómo no creer que el braman, al que dicen superior a los dioses y capaz de crear un mundo, no pueda, al menos ocasionalmente, curar una vaca? Si la imagen del mago se infla desmesuradamente de un cuento a otro, de un contador a otro, es precisamente porque el mago es uno de los héroes preferidos de la imaginación popular, ya sea en función de las preocupaciones, ya sea por el interés romanesco del cual la magia es simultáneamente el objeto. Mientras que los poderes del sacerdote son inmediatamente definidos por la religión, la imagen del mago se produce fuera de la magia. Ella se constituye de una infinidad de 'dicen', y al mago no le resta más que asemejarse a su retrato*<sup>23</sup>.

He aquí el retrato del Gauchito, con el cual él no debe más que asemejarse siempre y cada vez más, tras cada cuento y cada contador: un héroe popular, una leyenda y un santo, mezcla de fantasía colectiva y verdad histórica, cuya fuerza espiritual no cesa de crecer a golpes de imaginación, de contar y de narrar, de una infinidad de "dicen", que no dejan de reafirmar, en los santuarios y en la Internet, una constelación de valores de las clases populares, gracias a la acción religiosa de sus devotos.

---

<sup>22</sup> Mauss, M. (2008). *Sociología e Antropología*, São Paulo: Cosac Naif, p. 64.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 70.

## Conclusión

El culto al Gauchito reviste un carácter contrahegemónico, opuesto en muchos aspectos al culto de los santos reconocidos oficialmente por la Iglesia católica. Representa una reapropiación simbólica del modo de vida de aquellos “*mozos vagos y mal entretenidos*”. Una afirmación de la imagen del gaucho, depurada de los aspectos desacreditadores atribuidos por las élites al pueblo argentino. Son los más pobres los que se reconocen en el Gauchito. Son ellos los que se ven retratados en su trayectoria de vida y de muerte, siempre clamando por justicia y atención a los más pobres, como un símbolo emblemático de la cultura popular. La metamorfosis de Antonio Mamerto en Gauchito Gil no es un fenómeno exclusivamente argentino. Ella simboliza la odisea de las clases populares, de todos los pobres y mestizos que, como él, vivieron y desaparecieron trágicamente en esta región de frontera.

He abordado el asunto con los alumnos de los cursos de Ciencias Sociales de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, sea en razón de la actualidad del tema, sea por la localización geográfica donde ocurre la historia del Gauchito, en la región de frontera donde está situada la UNILA. En los cursos de Antropología, recorro al Gauchito para discutir conceptos clásicos de Sociología de la Religión; en las asignaturas de Ciencia Política, para tratar del caudillismo y las formas personalistas de poder; y, en el curso de Historia, para analizar los problemas de la creación del Estado nacional y la formación del pueblo argentino.

El presente artículo nace de esta experiencia docente, y da continuidad a un artículo anterior, intitulado “*Política y Literatura en el Facundo de Domingo Faustino Sarmiento*”. Por medio de él, busco profundizar el diálogo interdisciplinario que vengo tratando de realizar en las varias asignaturas que me compete enseñar. En un espacio de fronteras trinacionales como el nuestro, nada puede ser más estimulante que la edificación de puentes. Conocer el otro lado, entender la mirada del otro para ampliar nuestro campo de visión, constituye un fuerte desafío – que es necesario encarar para alcanzar un conocimiento coherente con la realidad que se desea interpretar.

Cuando hablamos del “gaucho”, del “caudillo” o del “santo popular”, ¿de qué y de quién estamos hablando precisamente? ¿De Argentina, de Brasil, de Paraguay o de Uruguay? En realidad de todos ellos y de ninguno, al mismo tiempo. No hay otra manera de abordar ciertos temas de la realidad latinoamericana – respetando su naturaleza *una y diversa* – que no sea por la vía de la interdisciplinariedad y de las contribuciones teóricas

de diferentes áreas de las Ciencias Sociales. Las alianzas con otras Universidades de la región son fundamentales para llevar a cabo este reto. Mientras éstas no se concretan – desperdiciando un valioso tiempo – trato de traer la enseñanza de la Sociología más cerca de la realidad regional, que en última instancia es la razón de ser de esta Universidad. Este artículo es un intento más en esta dirección.

## Referências

Bethell, L. (2009). *História da América Latina: da Independência a 1870*, São Paulo: EDUSP / FUNAG. v. III.

Bioy Casares, A. (1970). *Memoria sobre la pampa y los gauchos*, Buenos Aires: SUR.

Bobbio, N.; Matteucci, N.; Paquino, G. (1994). *Dicionário de Política*, Brasília: Ed. UnB. v. 1.

Chauí, M. (2003). *Cultura e Democracia*, São Paulo: Cortez.

*Diccionario de mitos y leyendas: Creencias populares y santos milagrosos*. Disponible en <[http://www.cuco.com.ar/index\\_az.htm](http://www.cuco.com.ar/index_az.htm)>.

Di Tella, T.S. (1998). *Historia Social de la Argentina Contemporánea*, Buenos Aires: Editorial Troquel.

Durkheim, E. (2004). *Da Divisão do Trabalho Social*, São Paulo: Martins Fontes.

Estrada, E.M. (1996). *Radiografía de la Pampa*, Madrid: Allca XX / EDUSP.

Gramsci, A. (1977). *Gramsci dans le texte: de l'avanti aux dernier écrits de prison*, París: Éditions Sociales.

Halperín Donghi, T. (s.d.). *Proyecto y construcción de una nación: Argentina, 1846-1880*, Biblioteca Ayacucho.

Hartwig, A. (2012). *Curuzú Gil: la historia del hombre con destino de leyenda antes de convertirse en leyenda*, Buenos Aires: Vestales.

Hernandez, J. (2000). *Martín Fierro*, Buenos Aires: Distribuidora Quevedo de Ediciones.

Keane, J. (2010). *Vida e morte da democracia*, São Paulo: Edições 70.

Martins, J.R.V. (2012). "Literatura e Política no Facundo de Domingo Faustino Sarmiento". In *SURES - Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História*, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, n. 2, p. 105-124.

Mauss, M. (2008). *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac Naif.

Montesquieu (1993). *O espírito das Leis*, São Paulo: Martins Fontes.

O'Donnell, P. (2012). *Caudillos Federales: el grito del interior*, Buenos Aires: Aguillar.

Piotte, J-M. (2005). *Les grands penseurs du monde occidental: L'éthique et la politique de Platon à nos jours*, Quebec: FIDES.

Pozo, J. (2009). *História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais*, Petrópolis, RJ: Vozes.

Quattocchi-Woisson, D. (2012). *Juan Bautista Alberdi y la independencia argentina: la fuerza del pensamiento y de la escritura*, Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial. Buenos Aires.

Sarmiento, D.F. (2010). *Facundo, Civilização e Barbárie*, São Paulo: Cosac Naif.

Sarmiento, D.F.; Alberdi, J.B. (2005). *Las Ciento y Una / Cartas Quillotanas: Polémica Alberdi – Sarmiento*, Buenos Aires: Losada.

Terán, O. (2012). *Historia de las ideas en la Argentina: Diez lecciones iniciales – 1810-1980*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

Tocqueville, A. (1987). *A Democracia na América*, São Paulo: EDUSP.

Weber, M. (2004). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo: Cia das Letras.

\_\_\_\_\_. (2009). *Economia e Sociedade*, Brasília: Ed. UNB.

**Recebido para publicação em 28 de outubro de 2013.**

**Aprovado para publicação em 16 de dezembro de 2013.**

**PARADIGMAS PARA O SÉCULO XXI: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO  
PARADIGMA INDICIÁRIO DE CORTE PSICANALÍTICO ÀS CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS**

**PARADIGMAS PARA EL SIGLO XXI: POSIBILIDADES DE APLICACIÓN DEL  
PARADIGMA INDICIARIO DE CORTE PSICOANALÍTICO A LAS CIENCIAS HUMANAS  
Y SOCIALES**

**PARADIGMS FOR THE TWENTY-FIRST CENTURY: POTENTIAL APPLICATIONS  
OF THE PSYCHOANALYTICAL INDICIARY PARADIGM TO THE HUMAN AND SOCIAL  
SCIENCES**

**PARADIGMES POUR LE XXI<sup>ème</sup> SIÈCLE : POSSIBILITÉS D'APPLICATION DU  
PARADIGME INDICIAIRE DE TYPE PSYCHANALYTIQUE AUX SCIENCES HUMAINES  
ET SOCIALES**

21世纪的规范：人文和社会学科使用考证规范来对心理分析进行考证的可能性

**DOI: 10.5533/1984-2503-20146202**

**Márcia Barros Ferreira Rodrigues<sup>1</sup>**

**RESUMO**

O objetivo deste artigo é apresentar reflexões de ordem teórico-metodológica no campo dos estudos culturais a partir de dois ensaios<sup>2</sup> no qual exercitei a perspectiva do paradigma indiciário de corte psicanalítico ou estético-expressivo – como prefere o cientista político Gisálio Cerqueira Filho<sup>3</sup>. Nesta perspectiva está presente a problemática da circulação de ideias, da apropriação cultural, do conservadorismo político e das redes de sociabilidade que marcam a formação histórico-social brasileira. Buscamos um diálogo interdisciplinar entre História, Sociologia, Ciência Política e Psicanálise, para interpretar

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora dos Programas de Pós-Graduação em História e em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI) e Pesquisadora do Laboratório de História das Relações Políticas Institucionais da UFES. Pesquisadora do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. Realiza pesquisas relacionadas à área de Segurança Pública, com ênfase na área de prevenção e ressocialização. E-mail: [mbfrodrigues@gmail.com](mailto:mbfrodrigues@gmail.com)

<sup>2</sup> Ensaios realizados como parte de meus estudos de pós-doutorado em 2007, no Laboratório Cidade e Poder e no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, sob a supervisão do Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho.

<sup>3</sup> Cerqueira Filho, Gisálio (2005). *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*, São Paulo: Escuta

indícios tomados como sintomas sociais. Para tal, tomamos como unidade de análise o romance *Jóias de Família*, de Zulmira Tavares e a obra *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre.

**Palavras-chave:** Apropriação Cultural, Conservadorismo Político, Indiciarismo e Psicanálise.

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar reflexiones de orden teórico y metodológico en el campo de los estudios culturales a partir de dos ensayos donde apliqué la perspectiva del paradigma indiciario de corte psicoanalítico o estético-expresivo – como prefiere llamarlo el politólogo Gisálio Cerqueira Filho.

Esta perspectiva permite abordar la problemática de la circulación de ideas, de la apropiación cultural, del conservadurismo político y de las redes de sociabilidad que marcan la formación histórico-social de Brasil. Buscamos establecer un diálogo interdisciplinar entre Historia, Sociología, Ciencia Política y Psicoanálisis, para interpretar indicios considerados como síntomas sociales. Para ello, usamos como unidad de análisis la novela *Jóias de Família*, de Zulmira Tavares y el ensayo *Casa-Grande y Senzala*, de Gilberto Freyre.

**Palabras clave:** Apropiación cultural, Conservadurismo político, Paradigma indiciario, Psicoanálisis.

## ABSTRACT

The aim of this article is to outline several theoretical-methodological reflections in the field of cultural studies based on two essays written from the perspective of the indiciary paradigm, either defined as psychoanalytical in nature, or aesthetic-expressive, as preferred by political scientist Gisálio Cerqueira Filho. Running through this perspective is the issue of the circulation of ideas, cultural appropriation, political conservatism and the networks of sociability that have shaped Brazil's historical and social development. We seek to establish an interdisciplinary dialogue between history, sociology, political science and psychoanalysis, in order to interpret evidence taken as social symptoms. To do so, we analyze the novel *Jóias de Família* [Family Jewels] by Zulmira Tavares and the work entitled *Casa-Grande e Senzala* [The Masters and the Slaves] by Gilberto Freyre.

**Key Words:** Cultural Appropriation, Political Conservatism, Indiciarism and Psychoanalysis.

## RÉSUMÉ

Le but de cet article est de proposer des réflexions d'ordre théorico-méthodologique dans le domaine des études culturelles à partir de deux ouvrages auxquels j'ai appliqué la perspective du paradigme indiciaire de type psychanalytique ou esthétique-expressif, pour reprendre la formulation du politologue Gisálio Cerqueira Filho. Cette perspective permet d'aborder la problématique de la circulation des idées, de l'appropriation culturelle, du conservatisme politique et des réseaux de sociabilité qui marquent la formation historico-sociale du Brésil. Nous avons cherché à établir un dialogue interdisciplinaire entre l'histoire, la sociologie, les sciences politiques et la psychanalyse pour interpréter des indices entendus comme symptômes sociaux. À cet effet, nous avons pris comme unité d'analyse le roman *Jóias de Família*, de Zulmira Tavares et l'essai *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre.

**Mots-clés :** Appropriation culturelle, Conservatisme politique, Paradigme indiciaire, Psychanalyse.

## 摘要

本论文从理论和方法学角度对文化研究领域的考证规范(paradigma indiciário)进行反思，参考了2篇文章中有关对心理分析使用考证法，或者说对美学—表现力进行考证分析。巴西的政治学教授吉萨里奥塞尔盖拉(Gisálio Cerqueira Filho)偏向于后者。从这个方面研究，会遇到很多问题，比如，思想的流传，文化的吸收和传承(apropriação cultural)，政治保守主义，文化人社交网络，等等，这些问题对巴西历史和社会的形态有很大影响。本论文在历史学，社会学，政治学和心理分析等学科之间进行对话，作者认为证据(indícios)也可以解释为社会的症状(sintomas sociais)。为了认证这个议题，我们分析了文学作品“家族珍宝”(Jóias de Famílias)，作者是祖米拉塔瓦雷斯 (Zulmira Tavares)，同时也分析了巴西社会学和历史学巨作“大屋和草棚”(Casa-grande e Senzala)，作者是吉尔伯特佛来雷(Gilberto Freyre)。

**关键词：**文化吸收与弘扬，政治保守主义，考证学(indiciarismo)和心理分析。

No romance *Jóias de Família*, de Zulmira Tavares<sup>4</sup>, estabelecemos relações entre a formação social brasileira no contexto republicano e o “casamento” dos valores burgueses com o fundamentalismo religioso romano-cristão. Por outro, articulamos a relação da ilustração iluminista com a cultura religiosa conservadora e seus efeitos político-ideológicos nos sentimentos inconscientes que nos afetam enquanto atores sociais. Já no ensaio sobre *Casa-Grande & Senzala*<sup>5</sup>, de Gilberto Freyre, apresentamos um conjunto de reflexões a cerca do sofrimento nos trópicos a partir da discussão sobre as relações entre *ethos*, *pathos*, violência e poder. A abordagem neste caso é metapsicológica e parte da descoberta do inconsciente freudiano como manifestação do *pathos* que surge da violência primordial. Partimos da perspectiva filogenética psicopatológica da humanidade, cunhada por Freud e que tem influência de longa duração na Psicopatologia e, particularmente, na Psicopatologia Fundamental, como informa Berlinck<sup>6</sup>.

Nosso interesse nos dois ensaios é analisar as fantasias de poder e autoridade contida nas emoções inconscientes, sua influência nas permanências culturais de longa duração e o sofrimento e culpa presentes nesse processo histórico-cultural.

Metodologicamente, tratamos os temas propostos nos ensaios numa interpretação norteada pelas ciências sociais e a história e informada pela psicanálise. Essa perspectiva parte da racionalidade do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg<sup>7</sup>, ampliando-o ao tratar os indícios enquanto sintomas. Procuramos interrogar “*as práticas, os saberes e os afetos a partir dos matemas da psicanálise e de seu postulado fundamental: Há falta no Outro. Ou seja, esse real da psicanálise é buscado no campo da cultura e investigado a partir da lógica tanto do significante, inscrito na ideologia e nas lutas históricas, bem como na economia do gozo*”.<sup>8</sup>

No primeiro ensaio, o romance *Jóias de Família* foi tomado como unidade de análise e tratou das implicações político-afetivas dos condicionantes psicanalíticos apontados

---

<sup>4</sup> Tavares, Zulmira (2007). *Jóias de família*, São Paulo: Cia das Letras.

<sup>5</sup> A partir de agora faremos referência à obra *Casa Grande & Senzala* pela sigla CG&S.

<sup>6</sup> Berlinck Manoel Tosta (2000). *Psicopatologia fundamental*, São Paulo: Escuta.

<sup>7</sup> Ginzburg, Carlo (1989). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo: Cia das Letras.

<sup>8</sup> Cerqueira Filho, Gisálio (2005). Op. Cit., p.6.



acima, nas relações sociais e estrutura psíquica dos personagens no que denominaremos a partir de agora de autoritarismo afetivo.<sup>9</sup>

No referido romance, os comportamentos caricaturais, dramáticos, cínicos e sórdidos dos personagens, vão pontuando sentimentos que revelam sutilmente as contradições e ambigüidades inclusas no processo de modernização conservadora pela qual passou a cultura política brasileira inscrita na tradição romano-canônica. Entretanto, numa leitura linear do romance, a falsidade e a mentira é que aparecem como tema central. Porém, num primeiro momento, nada revelam das ambigüidades e contradições em curso no processo de modernização brasileiro. Processo esse marcado por segredos e mistérios indizíveis segundo a tradição conservadora da família burguesa no Brasil, assentada no absolutismo ou autoritarismo afetivo. Por isso, é preciso destacar que, paradoxalmente, são exatamente as ilusões, falsidades e mentiras, presentes na trama, que aludem e ao mesmo tempo produzem um efeito de ilusão em relação às contradições do processo de aburguesamento ocorrido a partir da década de 1930 no Brasil.

O enredo do romance está centrado no relato da vida de Maria Bráulia Munhoz. O foco da narrativa é a existência, ou não, de um anel raro e valioso, de rubi sangue de pombo, dado como presente de noivado à Maria Bráulia pelo futuro marido, um juiz de direito por nome Munhoz. A vida de Maria Bráulia é narrada a partir da velhice na condição de viúva sem filhos e decadente que, no entanto, não perde a pompa e nem abre mão da manutenção dos rituais de poder e dominação internalizados por sua condição de classe por meio de um longo processo de socialização no e pelo casamento.

Maria Bráulia Munhoz é filha de uma família rica oriunda da indústria de tecidos, representante da burguesia paulistana dos anos trinta que se casa com Munhoz, juiz de direito, austero, bem de vida, mas não propriamente rico. O casamento é por interesse mútuo. Interessa a Munhoz entrar para o círculo de poder da burguesia paulistana e interessa a família de Maria Bráulia ter um representante do judiciário entre os seus. A entrada de Munhoz é estrategicamente planejada por ele e está simbolizada pelo anel de rubi com o qual presenteia a noiva e produz um efeito de poder perante a família de Bráulia.

---

<sup>9</sup> Estamos utilizando essa denominação no sentido empregado pela historiadora Gizlene Neder em seus escritos sobre as relações entre Direito e História e seus efeitos na tradição jurídico-penal luso brasileira. Ou seja, um conjunto de sentimentos/pensamentos baseados no princípio teológico romano-cristão da perfeição.

O recurso literário da narrativa nos conduz ao processo de socialização e aprendizado que vai da ingênua Braulinha, à velha “cínica” dona Brau. Não há linearidade cronológica. Os fatos se misturam e se mesclam no passado e no presente ao sabor das recordações que os acontecimentos despertam na personagem ou são pontuados e esclarecidos pela autora enquanto narradora. Durante o percurso, ficamos sabendo que o anel de rubi era falso, que o juiz era homossexual e mantinha um amante como secretário, que Braulinha foi entregue, pelo marido, como amante, ao joalheiro Marcel, amigo da família e cúmplice do casal. E este, na condição de seu amante, a presenteara com uma jóia legítima, a saber, um cabochão de rubi.

*Jóias de Família* aborda a família nuclear burguesa e a permanência do patriarcalismo constitutivo do seu padrão conservador, moralista e autoritário. O puritanismo católico é tratado no romance por meio de temas, práticas e rituais consagrados pela ideologia e cultura religiosa que conformam o escopo doutrinário teológico e filosófico da cristandade ocidental e suas repercussões no mundo luso-brasileiro. O cenário é São Paulo e tem como pano de fundo o processo de ascensão e decadência de um segmento da burguesia paulistana no período que vai dos anos 30 até a década o final de 1960.

Os temas enfocados a partir da saga da personagem principal, Maria Bráulia, são oriundos da ideologia religiosa cristã tais como: o casamento como sacramento, a religiosidade, a sacralidade da família, a virtude feminina alicerçada na obediência ao marido, a moralidade da justiça e do direito canônico; assim como temas transversais relacionados a estes, tais como: o homossexualismo, o adultério, os negócios escusos, o racismo, o preconceito social e o conflito de classe.

Tomando a literatura como um campo fecundo para pensar as emoções enquanto manifestação da política e entendendo que o afeto é político e que conforma nossas ações muito mais do que o pensamento<sup>10</sup>. Destacamos a máxima de Lacan (1966/1988) de que o inconsciente se estrutura como uma linguagem e essa linguagem é pulsional. Assim, buscamos indícios em *Jóias de Família*, dos elementos da condição humana, na linguagem, partindo do pressuposto de que a linguagem é vida (pulsão) e oferece um riquíssimo material para análise de sintomas sociais.

---

<sup>10</sup> Cerqueira Filho, Gisálio. (2002). *Édipo e excesso. Reflexões sobre lei e política*, Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.

Em *Jóias de Família*, a realidade perde sua plenitude pegajosa e remete a um amplo leque de significados. O jogo realizado e encenado pelos personagens aponta para a dialética da interpelação ideológica que guarda íntima relação com os sentimentos inconscientes. Por isso, entendemos que “*toda análise social da ideologia remete ao imaginário e aos efeitos de ilusão/alusão [...] e que a questão do sujeito é constitutiva da instância ideológica, que, por sua vez, remete a problemática do inconsciente*”.<sup>11</sup> Sendo assim, pensar, representar, sentir, emocionar-se são momentos da práxis tanto quanto agir.

O pensamento, as representações (metáforas e metonímias) e as formações discursivas, inclusive o discurso literário, são efetivamente formas de existência social. Entretanto, existem defasagens entre o sentir, o pensar e o agir que permite entender o discurso na sua dimensão ideológica. Não como pura ilusão, mas produzindo um efeito social específico. Melhor dizendo, o efeito da ilusão é uma das alusões da ideologia; uma, dentre outras. Assim, se a trama construída em *Jóias de Família* gira em torno da falsidade do anel. É essa falsidade que alude ao significante mestre representado pelo cabochão. Este é o traço identificatório principal, embora, por deslocamento (efeito de ilusão), pareça ser o anel. Por isso, é preciso destacar que, no romance, é o cabochão que produz um efeito contundente e significativo pelo que contém de fálico em relação ao anel.

Prosseguindo nosso argumento, acreditamos que o comportamento psíquico do indivíduo não é um simples reflexo passivo de conflito, mas uma forma ativa, ainda que mistificada, de resolvê-lo. O mesmo se pode dizer das ideologias, que não são meros subprodutos inertes das contradições sociais, mas estratégias habilidosas para contê-las, administrá-las e resolvê-las imaginariamente. O que temos aqui é o paradoxo estrutural-dialético de um efeito (aparição espectral, fantasmagórica) que só existe para apagar as causas de sua existência. Nesse sentido, o indício pode ser lido como sintoma.

É nesse ponto que nos afastamos do indiciário de Ginzburg<sup>12</sup> para nos aproximar da psicanálise. Trata-se de um diálogo entre indício e excesso. O excesso tomado como indício. Este é o alvo do indiciário de base psicanalítica que nos inspira e que leva necessariamente aos domínios moleculares do desejo. Incluí as emoções (contradição, ambivalência) que nos afetam na discussão do político e da ideologia. Nesse sentido,

---

<sup>11</sup> Cerqueira Filho, Gisálio (1988). *Análise social de ideologia*, São Paulo: EPU, p.2-3.

<sup>12</sup> Ginzburg, Carlo (1989). Op. Cit.

*Jóias de Família* permite analisar o quanto de imaginação e de fantasia está a grudar e a moldar a nossa realidade circundante.

Na constelação de temas contidos em *Jóias de Família*, temos o casamento e a família atraídos, como enfatiza Neder<sup>13</sup>, pelo princípio da perfeição e da representação das ideologias seculares num processo de apropriação cultural e atualização histórica. A representação fica então subordinada e vulnerável à tradição cristã de separar corpo e alma, soma e psique. O desconhecimento do próprio corpo é campo fértil para fantasias maníacas forjadas em uma concepção onipotente do corpo, do absolutismo afetivo e da potencia da vontade. Nesse sentido, o personagem do juiz Munhoz é exemplar para abordamos o sofrimento produzido por esse processo. A última frase dita antes de morrer, “*in dúbio pro reo*”, condensa dramaticamente a angústia da dúvida numa vida regida fortemente pela fantasia absolutista da vanglória de mandar, mas também e, sobretudo, pelo sofrimento como expiação.

Nesse sentido, quando as permanências ideológicas se soldam naquilo que é particular ou contingente, representa a pegada da ideologia. No caso de *Jóias de Família*, o elemento permanente é o direito canônico que, via o escopo doutrinário da cristandade ocidental, se engasta no processo histórico particular da transformação capitalista no Brasil, resultando no “casamento” dos valores burgueses com os valores morais e religiosos do puritanismo católico romano. Este, representado pelo casamento como sacramento, daí a culpa e o sofrimento. O registro de gozo dos personagens se dá no imaginário que organiza a vida social do casal e das relações familiares, ou seja, as redes de sociabilidade.

O mecanismo de dominação da ideologia puritana do cristianismo romano interpela os personagens capturando suas subjetividades no curso da estória. Os afetos e os sentimentos na sua dimensão psíquica e social revelam, em última instância, a dimensão política do sofrimento, constituído e conformado pelo absolutismo afetivo, a ideologia do favor, a vanglória de mandar, o casamento como sacramento, a representação da família nuclear burguesa e patriarcal, o controle da sexualidade e do desejo e pelo sofrimento como expiação.

O desfecho de *Jóias de Família* alude e denuncia aquilo que impede o acesso ao desejo e causa dor e sofrimento. A realidade só se apresenta através de sua simbolização

---

<sup>13</sup> Neder, Gizlene (2000). *Iluminismo jurídico-penal luso brasileiro: obediência e submissão*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC. (Coleção Pensamento Criminológico)

incompleta. O fantasma da culpa emerge justamente nessa lacuna que separa a realidade e o real e, em virtude da qual, a realidade tem o caráter de uma ficção. O fantasma dá corpo àquilo que escapa à realidade (simbolicamente estruturada). Como o limite entre a ficção e realidade é muito tênue, podemos dizer que a fantasia se gruda e molda a realidade, tanto no romance quanto na vida real. Por isso, o mecanismo analisado nessa ficção literária, diz respeito a todos nós. Revela nossa humanidade e o quanto as ideologias podem se grudar às nossas fantasias. Reconhecer esse poder é abrir caminho para o árduo e difícil trajeto a ser descoberto, por cada um, na incessante busca pela satisfação desse obscuro objeto chamado desejo, que reina soberano na sua incompletude.

Seguindo a mesma orientação metodológica, o segundo ensaio toma como unidade de análise a obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. O diálogo interdisciplinar neste caso apresenta um conjunto de reflexões a cerca do sofrimento nos trópicos. A análise propõe uma discussão sobre as relações entre *ethos*, *pathos*, violência e poder. A inspiração é metapsicológica e parte da descoberta do inconsciente freudiano como manifestação do *pathos* que surge da violência primordial. Ou seja, a perspectiva filogenética psicopatológica da humanidade cunhada por Freud e sua influência de longa duração na Psicopatologia e na Psicopatologia Fundamental<sup>14</sup>. Partimos do pressuposto de que o humano é uma espécie psicopatológica, sem ser doente, e a subjetividade humana apresenta um aparelho psíquico que inclui uma dimensão inconsciente. A dinâmica desse fenômeno é regida pelo *pathos* (sofrimento, paixão, passividade).

O *pathos*, segundo Berlinck, designa o que é vivido, portanto, é um estado transitório. É um discurso sobre o afeto.<sup>15</sup> É uma paixão vivida pela experiência na qual o sofrimento constitui a espécie humana formando singularidades subjetivas e onde não há discurso capaz de esgotar o sofrimento.

Isto posto, destacamos que nossa análise se inscreve no campo e estudos da Psicopatologia Fundamental sem, no entanto, fundamentar-se na clínica e na experiência psicoterapêutica. Trataremos o tema proposto numa interpretação norteadas pelas ciências sociais e informada pela psicanálise e pela psicopatologia fundamental. Nossa contribuição é no sentido da constituição de uma experiência, um discurso compartilhado a

---

<sup>14</sup> Berlinck, Manoel Tosta (2000). Op. Cit.

<sup>15</sup> Afeto não deve ser confundido com emoção. O afeto contém a emoção, mas não se reduz a ela. O afeto é uma força, é uma paixão intensamente excessiva. Podemos dizer que o *pathos* é um "afetão", ou seja, aquilo que atinge e modifica o sujeito. Conferir *Problemas e perspectivas no ensino e pesquisa em psicopatologia*. Palestra proferida pelo Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck, na UFF, em 18/05/05.

respeito do *pathos* psíquico a partir da relação entre *pathos* e cultura entendendo que o *pathos* constitui uma subjetividade que é expressão de uma história singular e coletiva simultaneamente.

A escolha desta obra não é aleatória, se deu em função da importância da obra ao longo da história e no imaginário social brasileiro e no exterior. A obra tornou-se referência da identidade nacional brasileira e expressão do processo de constituição de uma civilização cujo psiquismo se formou a partir de um padrão ideológico alicerçado na concepção de miscigenação por mistura. No entanto, e aí reside a pegada ideológica, a miscigenação por mistura pressupõe um padrão de pureza onde a violência e o sofrimento (*pathos*) desse processo, se diluíram na construção mitológica e epopéica formulada por Freyre, ao narrar de forma fabulosa, o *ethos* da cultura brasileira.

Defendemos a hipótese de que a relação entre miscigenação por mistura e ideal de pureza não é percebida em CG&S dificultando a identificação e reconhecimento do autoritarismo afetivo aí embutido. A concepção de autoritarismo afetivo é baseada em Cerqueira Filho<sup>16</sup>, enquanto um conjunto de fantasias de poder e autoridade contida nas emoções, por vezes inconscientes, e que jogam um papel decisivo nas permanências culturais de longa duração na formação social brasileira. Especificamente interessa-nos investigar o conjunto das injunções históricas e sociais juntamente com as motivações político-afetivas que levaram Gilberto Freyre a construir tal interpretação sobre o nascimento de uma civilização nos trópicos e os efeitos político-ideológicos indelévels dessa interpretação no imaginário social brasileiro.

Buscamos apresentar reflexões que possibilitem não só a crítica, mas fundamentalmente uma proposta de inovação na interpretação da complexa e conflituosa relação entre *pathos* e poder na cultura brasileira.

Partimos do pressuposto baseado em Berlinck e Freud (filogenética e a subjetividade humana) de que a colonização pode ser entendida como um ataque virulento contra populações produzindo uma insuficiência imunológica psíquica que, por sua vez, se relaciona com as fantasias fabulosas presentes nesse processo e, por fim, com a interpretação mito-poética epopéica formulada por Gilberto Freyre em CG&S.

A invenção do Brasil pelos europeus e a construção do ideário de uma cultura miscigenada e exótica, se iniciou antes mesmo da “descoberta” do Brasil e contribui, paradoxalmente, para padronizar em Portugal critérios de pureza que serviram para

---

<sup>16</sup> Cerqueira Filho, Gisálio (2005). Op. Cit.

caracterizar os reinóis. A busca por uma identidade pura implicou um padrão étnico, lingüístico e cultural que proporcionou a fantasia imaginária de uma integração identitária nacional. Essa definição de uma ordem social pura (processo civilizatório) e eminentemente européia, definindo a autoctonia, ocorreu antes mesmo do fim do século XV de diferentes maneiras e ao longo da história moderna no ocidente. Foi projetado, segundo Berlinck<sup>17</sup>, pelos descobridores (Colombo e Pero Vaz de Caminha) para as Índias e a América, sendo decisivo para a construção da pureza ibérica, a despeito da miscigenação ocorrida na península pelos mouros africanos.

A sociedade colonial brasileira se fundou nos marcos dessa purificação européia particularmente de Portugal e Espanha e o efeito desse processo se estende até hoje. CG&S trava um importante debate nessa discussão e oferece uma saída para os impasses vividos pelo Brasil enquanto país mestiço com pretensões de pertencer aos padrões europeus de “civilidade e pureza”. Nessa linha pretendemos relacionar cultura, pathos, ideologia e inconsciente, articulando a análise sociológica e política à perspectiva psicopatológica.

Freyre em CG&S formulou um mito-poético epopéico para explicar as origens da civilização luso brasileira nos trópicos a partir de suas fantasias perturbadoras e monstruosas sobre a mestiçagem brasileira. Essa interpretação tornou-se referência na discussão da miscigenação impregnando o imaginário social brasileiro. A solução apresentada por Freyre apresenta um olhar de soslaio à imagem refletida no seu espelho narcísico que recorre com frequência a sua infância idealizada, como relatam Larreta & Guicci<sup>18</sup>, numa áurea de magia, que o menino deslocado em relação a sua referência identitária procura em vão recuperar. Entretanto, sua narrativa sobre as origens da cultura e do caráter brasileiro não enfoca os conflitos e nem denuncia o sofrimento nos trópicos, obstaculizando a identificação do *pathos* na constituição da nossa subjetividade fundada na miscigenação. Sua interpretação dificulta a percepção do ideal de pureza e a intolerância aí embutidos, reforçando a insuficiência imunológica psíquica e a vulnerabilidade que nos acompanha enquanto latino-americanos mestiços e colonizados.

---

<sup>17</sup> Berlinck, Manoel Tosta et al. (2001). “Esquizofrenia e miscigenação”. In *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v.4. n. 4, dez., p.11-29.

<sup>18</sup> “O esforço autobiográfico [...] acompanha o conjunto de sua obra. [...] A reflexão sobre o universo encantado da própria infância ocupa sua vida e impregna a maioria de seus empreendimentos literários. A história do menino no Brasil é um dos seus primeiros projetos intelectuais ambiciosos” (Larreta & Guicci, 2007, p.170).

O desafio que Freyre tomou para si de “resolver” o problema brasileiro da mestiçagem e o desconforto experimentado com a quebra do seu espelho narcísico, foi responsável pelas fantasias monstruosas estruturadas pelo real da miscigenação brasileira e de sua percepção enquanto mestiço. Reagindo a esta situação Freyre encontrou uma saída criativa de interpretação das origens da cultura brasileira pela via da miscigenação positiva por mistura, onde as contradições e os conflitos são transformados em equilíbrio e não justapostos ou fraturados como na visão monstruosa e insuportável acionada pelo episódio dos marinheiros.

Na conjuntura dos anos 1920 e 1930 a “questão racial” e o tema da identidade nacional estiveram presentes na pauta dos debates de diferentes matizes ideológicos da intelectualidade latino-americana. Tal debate provocou disputas políticas que se concretizaram pela hegemonia de projetos que se pautaram pela ausência de um pacto social com os seguimentos populares excluídos da participação democrática: os índios, os mestiços, os negros e pobres. Como o conflito não foi resolvido, ele retorna historicamente de diversas formas no interior da formação discursiva latino-americana. Esse retorno vem sempre acompanhado de um mal-estar que remete a violência e ao sofrimento recalcados.

A obra CG&S foi publicada em 1933 e situa-se conjunturalmente nesse debate possibilitando uma discussão sobre o paradigma inaugurado por Freyre ao enfrentar o desafio de pensar um projeto nacional a partir da mestiçagem. A construção de uma identidade nacional mestiça, harmonizada e equilibrada pelo processo de miscigenação é a contribuição fundamental de Gilberto Freyre. Entretanto, para compreendermos a inovação e a abrangência ideológica do seu paradigma é fundamental situar a relação entre suas idéias e as tendências intelectuais do campo em que ele se moveu para acompanhar-mos seu percurso até CG&S.

Freyre foi um típico representante da anglofilia que influenciou toda sua geração. No seu caso em particular alguns autores britânicos foram decisivos na sua formação inicial entre 1918-1923, como nos informa Pallares-Burke<sup>19</sup>. É a partir das redes estabelecidas por Freyre entre esses intelectuais britânicos de vertentes variadas e o lugar que ocupavam naquele campo intelectual como um todo, que emerge a idéia central que vai nortear a interpretação de CG&S: a noção de “equilíbrio dos antagonismos”. Essa vai ser a base do paradigma criado para interpretar nossa formação social a partir da

---

<sup>19</sup> Pallares-Burke, Maria L. G. (2005). *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*, São Paulo: UMEESP.



identificação do *ethos*, aspectos morais e éticos de uma determinada cultura, calcado no princípio da miscigenação positiva por mistura.

Freyre considera o equilíbrio dos antagonismos parte integrante e fundamental do *ethos* inglês tomado como modelo paradigmático para pensar o caso brasileiro. Entendia ser o equilíbrio dos antagonismos “a lição dos ingleses para o mundo”, ou seja, a tradição inglesa do equilíbrio, da moderação e do “bom senso de se opor aos excessos”.

Todavia, do ponto de vista do paradigma indiciário que privilegia a análise dos detalhes tomados como indícios, sinais ou sintomas. Afirmamos que o percurso de Freyre até CG&S foi marcado por conflitos e contradições mais da ordem da emoção do que da razão. Segundo os indícios presentes em fragmentos de cartas e escritos autobiográficos como nos informa Pallares-Burke<sup>20</sup>, Freyre revela angústia e mal-estar. O desafio, internalizado como missão, de tornar-se um dos “homens fortes habilitados a reformar o país”, o racismo experimentado no exterior por ser mestiço e o não pertencimento à estética ariana que tanto admirava, atormentavam o jovem Freyre.

Esses conflitos invadem o plano teórico de forma contraditória em dois aspectos. Na mudança de ângulo ao interpretar o “problema” da mestiçagem brasileira do ponto de vista positivo, conferindo outro sentido às idéias absorvidas de seus interlocutores. E na abordagem que conserva o preconceito falando dele e produzindo um efeito de ruptura.

Esse é o ponto, aí reside a genialidade de Freyre. A novidade não significa “revolução”. É de fato uma mudança de ângulo no olhar a questão da mestiçagem, porém é também uma estratégia política. O que é preciso destacar é que essas contradições expressam conflitos no plano subjetivo. Não estamos convencidos que o racismo de Freyre se diluiu e, muito menos, por uma operação intelectual. Como nos informa a psicanálise o sentimento (racista) opera numa outra chave. O sentimento racista de Freyre, formado e informado na infância no nordeste brasileiro e sua anglofilia, provocaram conflitos de ordem subjetiva que sintomaticamente estão presente na síntese que ele elabora para interpretar o Brasil.

Podemos identificar em várias ocasiões o ideal de perfeição que condensa um dos pilares da ideologia *tomista*, segundo Neder<sup>21</sup>, no culto estético que Freyre fazia à cultura ariana da era vitoriana; na necessidade premente de corrigir e modificar, *a posteriori*, seus escritos; na indefinição proposital quanto ao enquadramento em alguma área do

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> Entendido aqui como conjunto de ideologias absolutistas que remetem a Santo Tomás de Aquino. Neder, Gizlene (2000). Op. Cit.

conhecimento e na necessidade de escritos autobiográficos onde sua idealização do eu deixa registrado o lugar a partir do qual queria ser visto. Todavia, a despeito das inúmeras revisões que fez em suas publicações, as palavras, expressões e trechos onde comparações de superioridade racial ou desprezo pelo mestiço e pelo negro, foram abolidos ou substituídos por acréscimos estratégicos em diferentes momentos de sua trajetória intelectual e política, revelam o que de fato lhe incomodava.

Na interpretação positiva que fez da miscigenação no Brasil, Freyre acaba por revelar, sem saber ou querer, o *pathos* (sofrimento, paixão, passividade)<sup>22</sup> presente na formação social brasileira. No entanto, sua narrativa mito-poética epopéica ao revelar o *pathos* a partir do *ethos*, produz como efeito político-ideológico, o esvanecimento do *pathos* no processo de colonização européia nas Américas.

A constatação do *ethos* parece partir de uma pré-determinação<sup>23</sup> que concebe a história por meio de uma dimensão mitológica, porém não no sentido da tragédia grega. A construção de uma identidade nacional a partir da miscigenação vista como mistura, dificulta o discernimento entre as fronteiras étnicas. Na interpretação freyriana diversidade significa unicamente diferenciação, o que elimina a priori o antagonismo e o conflito. As partes são distintas, mas não justapostas, se misturam harmonicamente.

Por isso podemos dizer que o pensamento de Freyre possui uma dimensão *tomista*, já que elimina qualquer possibilidade de superação. A idéia de pacto implícita em CG&S está baseada na inclusão do português, do índio e do negro por mistura, o que implica diluição dos protagonistas. A integração entre as partes dirime o conflito. Esse é o efeito ideológico que fará de CG&S um sucesso. Freyre construiu uma síntese “equilibrada” a partir dos seus interlocutores. Por essa via Freyre chega ao desdobramento central da noção de equilíbrio. Nenhum dos lados antagônicos vence totalmente. O equilíbrio garante a sobrevivência dos opostos. Partindo desse paradigma Freyre descreveu a sociedade brasileira em termos de valores ético-sociais (*ethos*). A aplicação que faz da noção de equilíbrio dos antagonismos é fundamentalmente descritiva e normativa. Sua opção teórico-político-afetiva é analisar a sociedade brasileira a partir do *ethos* tendo como pano de fundo a economia patriarcal.

Seu projeto é oferecer um esquema explicativo onde os antagonismos são interpretados a partir do controle e do equilíbrio. Não há vencedores. As disputas ficam aprisionadas e recalçadas numa interpretação que ao descrever o sofrimento inerente ao

---

<sup>22</sup> Para uma conceituação mais precisa (Cf. Berlinck, 2000, p.18-25).

<sup>23</sup> Será que a idéia de predisposição contida em CG&S pode ser entendida no sentido religioso?

processo de colonização, oculta a violência. O conceito de aculturação, herdado do culturalismo de Boas, fortalece a ideologia do sincretismo e exprime um universo insento de contradições, uma vez que a síntese oriunda do contato cultural transcende as divergências reais. A imagem de um Brasil cadinho pressupõe ausência de relações de dominação e poder.<sup>24</sup>

Entretanto, há no paradigma freyriano uma tensão onde *ethos* encapsula *pathos* e produz um efeito de embaralhamento na constituição da sociedade brasileira fazendo de nós herdeiros de um mal-estar referente à nossa mestiçagem. Já que pelo viés da mistura a composição com o outro enquanto parte justaposta, monstruosa e pertinente ao real do antagonismo, permanece como sintoma. Ao descrever o sofrimento e as estratégias de dominação da cultura europeia nos trópicos, Freyre transforma *ethos* em *pathos*. Eis o cerne da questão. *Pathos* aparece e desaparece. Como efeito do mecanismo de ilusão da ideologia, *pathos* torna-se invisível, porém sua presença fantasmagórica alude o conflito reclamando o reconhecimento da sua existência.

Segundo Sloterdijk<sup>25</sup>, reconhecimento negado é desprezo. E é nesse vácuo que a interpretação freyriana recupera a dimensão de pureza, pois mesmo não tendo representação na realidade brasileira, o ideal de pureza permanece como desejo latente. Nesse ponto, destacamos a interpretação de Berlinck<sup>26</sup> que, ao analisar a miscigenação por justaposição, oferece uma interpretação que preserva a contradição e a erupção do pulsional.

A despeito do mal-estar que o jovem Freyre enfrentou no exterior em função da sua origem mestiça. Formulou na dialética da construção narcísica entre o eu ideal e o ideal do eu, o lugar a partir do qual queria ser visto. Um ariano vitoriano polímata, com a missão política de formular uma interpretação positiva da mestiçagem para o seu país de origem. O impasse foi “resolvido” por uma interpretação idealizada e conservadora, em que a diversidade é transformada em diferença relativizada e o controle exercido pela cultura colonizadora que deforma, sem destruir, garantindo a sobrevivência da cultura colonizada. Ao descrever o *ethos* brasileiro Freyre revela o sofrimento impingido pelo colonizador. Porém, afetado pelo ideal de perfeição *tomista* expresso também no seu

---

<sup>24</sup> “A vitória do equilíbrio dos antagonismos se deu em função da [...] profunda miscigenação, quer a livre e danada, quer a regular e cristã sob a bênção dos padres e pelo incitamento da Igreja e do Estado [...]. Podemos nos felicitar de um ajustamento de tradições e de tendências raro entre povos formados nas mesmas circunstâncias imperialistas de colonização moderna nos trópicos” (Freyre, 2006, p.231).

<sup>25</sup> Sloterdijk, Peter (2002). *O desprezo das massas. Ensaios sobre lutas culturais na sociedade moderna*, São Paulo: Estação Liberdade.

<sup>26</sup> Berlinck, Manoel Tosta et al. (2001). Op. Cit., p. 11-29.

narcisismo, promove a diluição do *pathos* ao recalca-lo e desloca a questão política para o plano da cultura onde todo conflito se desfaz na integração.

Entendemos o *pathos* como sintoma social e seu “desaparecimento” no paradigma freyriano como uma operação prevalentemente movida pelo sentimento racista que remete a emoções inconscientes e ao mal-estar inerente a ela na formação social brasileira. O sucesso da obra deve-se a profunda identificação com fantasia de perfeição expressa no ideal de pureza. Sentimos com Freyre o gozo provocado pelo olhar de aprovação do nosso algoz, reificando o padrão de obediência e submissão evocado pelo catolicismo romano. Nesse sentido, a miscigenação no Brasil embora presente de forma justaposta e monstruosa, aparece, enquanto efeito ideológico, como mistura.

O equilíbrio dos antagonismos busca um alívio para o sofrimento vivido nos trópicos. A grande questão, no entanto, é que o reprimido sempre retorna e exige o reconhecimento de sua existência causando dor e sofrimento. Gilberto Freyre não escreve apenas um ensaio fabuloso, mas também as suas íntimas memórias. O registro estético, visual e literário no qual a imaginação ocupa um lugar importante, é a sua marca, expressão da sua singularidade intelectual, onde estão contidas questões subjetivas e estruturais, reveladora da complexa relação entre *pathos*, cultura e subjetividade.

Membro de uma aristocracia empobrecida procurou tanto na obra quanto na vida, fazer as pazes com seu passado familiar de mando personificado no autoritarismo afetivo, ou seja, nas fantasias de poder e autoridade. Por isso, em *CG&S*, pode recalcar seus fantasmas e enxergar a composição étnica da população brasileira com olhos de aprovação, como um quadro pintado para enxergar a realidade da janela da sua subjetividade.

Cabe perguntar. É possível romper com essa permanência que vem de longe, de fora e de dentro e que remete a violência primordial da criação e invenção da civilização luso-tropical? Quais os mecanismos disponíveis para fazer a inclusão democrática? É possível (re)inventar o Brasil? Certamente não podemos responder essas perguntas sem um acerto de contas com o mestre de Apipucos.

A guisa de conclusão, destacamos que as interpretações respectivamente sobre *Jóias de Família* e *Casa Grande & Senzala*, fundamenta-se no paradigma indiciário de corte psicanalítico ou estético-expressivo e apresenta possibilidades metodológicas para o estudo da história das ideias políticas. Para tal, apresentamos combinações metodológicas entre o método indiciário e a psicanálise que inclui procedimentos referidos

a clínica de sintomas e indícios nos diálogos intelectuais que contém a problemática da circulação de ideias, apropriação cultural, conservadorismo político e redes de sociabilidade.

Em *Jóias de Família* trabalhamos o conservadorismo político no contexto republicano a partir do “casamento” dos valores burgueses com o fundamentalismo religioso romano-cristão. E articulamos a relação da ilustração iluminista com esta cultura religiosa e seus efeitos político-ideológicos nas redes de sociabilidade da formação social brasileira.

Em CG&S o conservadorismo político é focado a partir da circulação de ideias e da apropriação cultural realizada por Freyre no debate intelectual dos anos 1930. O foco foi a análise da teoria da miscigenação freyriana onde o *ethos* encapsula *pathos* produzindo um efeito de longa duração, expresso nos sentimentos autoritários que perambulam entre nós até os dias atuais.

Enfatizamos que a operação metodológica proposta não seria possível sem a validação do método psicanalítico para investigação nas ciências sociais. O que está em questão neste diálogo são as projeções da psicanálise nas experiências humanas, o papel desempenhado pelas emoções inconscientes na formação das ideologias, da política, da estrutura social e as possibilidades de utilização da teoria e do método psicanalítico pelo cientista social.

A Psicanálise pode ser considerada em vários sentidos. Como método interpretativo do discurso, forma de tratamento terapêutico (Psicanálise Clínica), como teoria do comportamento humano e ainda como sistema de pensamento. Entretanto, é como teoria do comportamento humano e como método de análise do discurso, que a psicanálise nos interessa.

Desde o advento da psicanálise e a descoberta de Freud do sistema do inconsciente, a noção de sujeito ganhou nova dimensão. Com ela ficamos informados que o homem possui uma dimensão psíquica individual, que a consciência não está informada de aspectos importantes do suceder psíquico e não controla totalmente a produção de pensamentos.

Dessa forma, podemos inferir que o processo histórico não é apenas comandado por forças estruturais ou conjunturais, sejam elas econômicas, políticas, culturais ou mesmo a síntese de todas estas, e nem mesmo por ações apenas conscientes. O curso individual de cada ser humano é guiado por emoções inconscientes e da mesma forma, o

curso da história, os processos socioculturais e políticos, são compostos por indivíduos portadores de subjetividades e também perpassados por injunções dessa ordem.

O primeiro ponto a ser destacado no diálogo proposto é de que o sujeito do conhecimento é um sujeito coletivo e individual. O mundo social é simbólico e cria o sujeito individual, dá-lhe a matriz sem o qual este seria impossível. Segundo Plá, o *“indivíduo em abraço-luta dialética com o mundo se constrói, recriando o mundo e seus significados [...] Dizer o homem é dizer o conjunto dos homens, o conjunto de suas relações sociais”*.<sup>27</sup> Nesse sentido, é possível articular estrutura social e estrutura psíquica. Compreender o inconsciente em seus aspectos formais, estruturais, é uma ferramenta-chave para aprofundar o estudo da dialética consciente-inconsciente em seu devir histórico. Não há realidade pessoal que não seja social, nem há coletividade fora de sua encarnação nas pessoas.

O segundo ponto é que a despeito do ceticismo que não acredita na possibilidade do conhecimento, do relativismo que não estabelece compromisso com a averiguação (prova) e do dogmatismo que se fecha para novas perspectivas. O diálogo entre as ciências humanas e sociais e a Psicanálise não só é possível como imprescindível no século XXI. A dimensão subjetiva das emoções inconscientes não pode mais estar ausente na interpretação das contradições e da ambivalência das ações humanas no devir histórico.

Falar do político implica relacionar o inconsciente freudiano com as transformações sociais e históricas do mundo contemporâneo. A psicanálise é também uma teorização da relação do sujeito com o mundo, razão pela qual, as transformações sociais interessam tanto a psicanálise quanto as ciências humanas e sociais. O descentramento efetuado pela psicanálise da ordem do mundo para a realidade psíquica significou um deslocamento do ser do mundo para o ser do desejo e a implicação do sujeito no político.

O reconhecimento desse fato é premente e irá permitir num breve futuro, uma investigação onde a sensibilidade, fundamental no ofício do intelectual, não se furte a exercitar, sem receio, a conjectura, baseada em um critério de rigor flexível, como nos inspira aqueles que não temeram ousar.

---

<sup>27</sup> Plá, Carlos José (1973). “Sobre o inconsciente, a contratransferência e outros temas também espinhosos”. In *Questionamos a psicanálise e suas instituições*, Petrópolis: Vozes, p.182.

## Referências

- Berlinck, Manoel Tosta (2000). *Psicopatologia fundamental*, São Paulo: Escuta.
- \_\_\_\_\_. (Org.). (2005). *Obsessiva neurose*, São Paulo: Escuta.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Problemas e perspectivas no ensino e pesquisa em psicopatologia*. Palestra do Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck proferida na UFF, em 18/05/05. Transcrição de Márcia B.F.Rodrigues.
- Berlinck, Manoel Tosta et al. (2001). “Esquizofrenia e miscigenação”. In *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v.4, n.4, p. 11-29, dez.
- Bilich, Jeanne (2005). *As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida: o cinema como mundo, a arte como universo*, Vitória: GSA Gráfica e Editora.
- Bruce-Mitford, Miranda (2005). *Livro ilustrado dos símbolos*, São Paulo: Publifolha.
- Cerqueira Filho, Gisálio (1988). *Análise social da ideologia*, São Paulo: EPU.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Édipo e excesso. Reflexões sobre lei e política*, Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*, São Paulo: Escuta.
- Chauí, Marilena (1980). *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense.
- Chevalier, J.; Gheerbant, A. (2005). *Dicionário de símbolos*, Rio de Janeiro: J.Olympio.
- Freud, Sigmund. (1987). *Neurose de transferência: uma síntese*, Rio de Janeiro: Imago.
- Freyre, Gilberto. (2006a). *Casa-grande e senzala*, São Paulo: Global.
- \_\_\_\_\_. (2006b). *Tempo morto e outros tempos*, São Paulo: Global.
- Ginzburg, Carlo (1989). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo: Cia das Letras.
- Lacan, Jaques (1988). *Escritos*, São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. (1998). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Larreta, Enrique R.; Guicci, Guilherme (2007). *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Las Casas, Bartolomé (1985). *Brevíssima relação da destruição das Índias: o paraíso destruído*, Porto Alegre: L&PM.

Legendre, Pierre (1983). *O amor do censor, ensaio sobre a ordem dogmática*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária; Colégio Freudiano.

Neder, Gizlene (2000). *Iluminismo jurídico-penal luso brasileiro: obediência e submissão*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC. (Coleção Pensamento Criminológico)

Neder, Gizlene; Cerqueira Filho, Gisálio (1997). *Emoção e política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI*, Porto Alegre: Sérgio A. Fabris.

\_\_\_\_\_. (2007). *Ideias jurídicas e autoridade na família*, Rio de Janeiro: Revan.

Ortiz, Renato (1994). *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo: Brasiliense.

Pallares-Burke, Maria L. G. (2005). *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*, São Paulo: UMEESP.

Perrone-Moisés, Leyla (2000). *Inútil poesia e outros ensaios breves*, São Paulo: Cia das Letras.

Philippe, Julien (2000). *Abandonarás teu pai e tua mãe*, Rio de Janeiro: Cia de Freud.

Plá, Carlos José (1973). "Sobre o inconsciente, a contratransferência e outros temas também espinhosos". In *Questionamos a psicanálise e suas instituições*, Petrópolis: Vozes. p.180-209.

Rodrigues, Márcia B. F. (2005). "Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário". In *Revista Dimensões de História*, Vitória: UFES, n.17, p.213-21.

\_\_\_\_\_. (2008). "História e psicanálise: um diálogo possível". In Soubbotnik, Michael A.; Soubbotnik, Olga Maria M. C.de S. (Org.) (2008). *Enlaces: psicanálise e conexões*, Vitória: GM Gráfica e Editora.

Sloterdijk, Peter (2002). *O desprezo das Massas. Ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*, São Paulo: Estação liberdade.

Tavares, Zulmira R. (2007). *Jóias de família*, São Paulo: Cia das Letras.

Todorov, Tzvetan (1982). *A conquista da América. A questão do outro*, São Paulo: Martins Fontes.

Ventura, Roberto (2000). *Casa-grande e senzala*, São Paulo: Publifolha.

**Recebido para publicação em 05 de setembro de 2013.**

**Aprovado para publicação em 16 de dezembro de 2013.**



**DESARROLLO HUMANO SUSTENTABLE, TRABAJO Y GÉNERO EN EL MERCOSUR**

**DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL, TRABALHO E GÊNERO NO MERCOSUL**

**SUSTAINABLE HUMAN DEVELOPMENT, LABOR AND GENDER IN THE MERCOSUR**

**DÉVELOPPEMENT HUMAIN DURABLE, TRAVAIL ET GENRE DANS LE MERCOSUR**

**南美共市(Mercosur)的人类可持续发展 就业和性别问题**

**DOI: 10.5533/1984-2503-20146203**

**Adriana C. Cicaré<sup>1</sup>**

**Angelina Farac<sup>2</sup>**

## **RESUMEN**

El presente trabajo tiene su eje en el análisis del “desarrollo humano sustentable” (DHS) como meta de la sociedad - observando para ello, la sostenibilidad social, ambiental y económica de la misma- y, en el contexto del Mercosur. Para abordar al mismo, reflexiona previamente en conceptos tales como: crecimiento económico, desarrollo económico, desarrollo sostenible y desarrollo humano. Destacando el nexo entre el DHS y el cumplimiento de los derechos humanos, atraviesan el análisis las categorías de género y trabajo. Se explora la evolución de algunos indicadores y variables específicas seleccionadas que definen al DHS, distinguiendo del Índice de Desarrollo Humano (IDH) y del Índice de Desigualdad de Género (IDG) del PNUD, para el ámbito mercosureño. El análisis empírico revela que en términos genéricos, entre los países miembros del Mercosur existe una disparidad de situación. Paraguay se halla más comprometido –caso IDH, IDG y PBI per cápita; situándose en el extremo opuesto, Uruguay (en PBI per cápita e IDG) o Argentina (IDH). Del Plan Estratégico de Acción Social del Mercosur, se destaca

---

<sup>1</sup> Máster en Gestión Empresarial y Formación Profesional para la Integración Latinoamericana (UCES) / Prof. Adjunta de la FCEyE / UNR – Investigadora del Consejo de Investigaciones y del Centro de Estudios Interdisciplinarios / UNR – Rep. Argentina – E-mail: [acicare@fcecon.unr.edu.ar](mailto:acicare@fcecon.unr.edu.ar)

<sup>2</sup> Licenciada en Economía (UNR) – Miembro del Programa Interdisciplinario de Investigación sobre Integración Latinoamericana (PIILA) / CEI /UNR – E-mail: [angelinafarac@hotmail.com](mailto:angelinafarac@hotmail.com)

la perspectiva de “género” en la elaboración de políticas públicas laborales, en base al “*principio de salarios iguales para funciones iguales*” (Eje VI – Directriz 18).

**Palabras claves:** Desarrollo humano sustentable, Derechos Humanos, Trabajo, Género, Mercosur.

## RESUMO

O presente artigo propõe uma análise baseada no “desenvolvimento humano sustentável” (DHS), enquanto meta da sociedade - observando para tanto a sustentabilidade social, ambiental e econômica desta última - e, no contexto do Mercosul. Para abordar o tema, refletimos previamente sobre conceitos tais como: crescimento econômico, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano. Destacando os laços existentes entre o DHS e o respeito dos direitos humanos, a nossa análise é permeada pelas categorias de gênero e trabalho. Explorando a evolução de alguns indicadores e variáveis específicos selecionados que definem o DHS, distinguindo este último, no âmbito do Mercosul, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) do PNUD. A análise empírica revela que, de modo geral, entre os países membros do Mercosul existe uma situação díspar. O Paraguai encontra-se em situação mais desfavorável, em termos de IDH, IDG e PBI per capita; situando-se no extremo oposto do Uruguai (em PBI per capita e IDG) ou da Argentina (IDH). O Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul destaca a perspectiva de “gênero” na elaboração de políticas públicas trabalhistas, com base no “*princípio de salários iguais para funções iguais*” (Tema VI – Diretriz 18).

**Palavras-chave:** Desenvolvimento humano sustentável, Direitos humanos, Trabalho, Gênero, Mercosul.

## ABSTRACT

The following work is based on an analysis of “sustainable human development” (SHD) as a goal for society, also considering social, environmental and economic sustainability, all within the context of the Mercosur. To do so, it discusses concepts such as: economic growth, economic development, sustainable development and human development. The categories of gender and labor also feature, through their highlighting of the nexus between SHD and the fulfillment of human rights. The evolution of several specific indicators and variables defining SHD are discussed, such as the Human Development

Index (HDI) and the UNDP's Gender Inequality Index (GII) within the scope of the Mercosur. An empirical analysis reveals that in general terms, a disparity exists among the countries in the Mercosur, with Paraguay in the most precarious position, in terms of its HDI, GII and GDP per capita, and Uruguay at the other end of the scale (in terms of GDP per capita and GII) or Argentina (HDI). The Mercosur's Strategic Plan for Social Action is considered from the perspective of "gender" in terms of its development of public labor policies, based on the "*principle of equal pay for equal work*" (Focus VI – Guideline 18).

**Key Words:** Sustainable Human Development, Human Rights, Labor, Gender, Mercosur.

## RÉSUMÉ

Le présent article propose une analyse du « développement humain durable » (DHD) en tant qu'objectif sociétal – en observant à cet effet la durabilité sociale, environnementale et économique mise en œuvre au sein de la société – et dans le contexte du Mercosur. Notre démarche comprend une réflexion préalable sur des concepts tels que la croissance économique, le développement économique, le développement durable et le développement humain. Tout en soulignant le lien entre le DHD et le respect des droits de l'homme, notre analyse est traversée par les catégories du genre et du travail. On étudiera l'évolution, dans le cadre du Mercosur, de certains indicateurs et autres variables spécifiques qui définissent le DHD, distinguant celui-ci de l'Indice de développement humain (IDH) et de l'Indice d'inégalités de genre (IIG) du PNUD. L'analyse empirique révèle qu'il existe, d'une manière générale, des situations disparates parmi les pays membres du Mercosur. Le Paraguay se trouve en queue de peloton en termes d'IDH, d'IDG et de PIB par habitant, à l'opposé de l'Uruguay (en PIB par habitant et en IDG) et de l'Argentine (IDH). Le Plan d'action sociale du Mercosur met en avant la perspective de « genre » dans l'élaboration des politiques publiques du travail, en se basant sur le « principe d'un salaire égal à fonction égale » (Axe VI – Directive 18).

**Mots-clés :** Développement humain durable, Droits de l'homme, Travail, Genre, Mercosur.

## 摘要

本论文旨在比较分析南美共同市场(Mercosur)中三个国家的“人类可持续发展(DHS)”状况,考察MERCOSUR的经济、环境和社会的可持续发展问题。为了探讨这个问题,作者先对一些概念进行反思,比如经济增长、经济发展、可持续发展和人类发展指数等。作者主要关注人类可持续发展与人权保障问题,通过分析Mercosur统计数据中有关性别和就业方面的指数的变化,同时参考联合国发展署的有关Mercosur的人类发展指数(IDH)和性别不平等指数(IDG)。

通过数据分析, 我们发现在性别问题上, Mercosur的三个国家中存在不同的状况。巴拉圭的问题最为突出, 人类发展指数(IDH), 性别不平等指数(IDG)和人均国内产值(PBI)方面表现得糟糕。乌拉圭表现比较好, 人均产值(PBI)和性别不平等指数(IDG)相对均衡。阿根廷的人类发展指数(IDH)也不错。作者指出, Mercosur社会行动计划中, 对性别不平等非常重视, 特别是在公共就业政策制定时强调了性别问题, 其指导原则就是“同工同酬”(第6条18节)。

关键词: 人类可持续发展, 人权, 就业, 性别, 南美共市(Mercosur)。

## I.- Metas de la sociedad

En discusiones económicas corrientes se dice que *“el objetivo de una sociedad es maximizar el bienestar de la comunidad, con las restricciones impuestas por la disponibilidad de bienes, que –a su vez– es un resultado de la cantidad de factores utilizados y de su productividad”*<sup>3</sup>.

Durante bastante tiempo se ha identificado ese objetivo con la meta del “crecimiento económico” –manifestado a través de indicadores cuantitativos tales como la tasa de variación del PBI o la tasa de variación del ingreso per cápita-. A posteriori, se habla de alcanzar el “desarrollo económico” como un concepto más amplio y demostrado a través de indicadores cuantitativos y cualitativos –entre éstos últimos, algunos como: la tasa de mortalidad infantil, expectativa de vida al nacer, índice de alfabetización.

Con las corrientes ambientalistas y a partir de la publicación del Informe Brundland (1987), elaborado por la Comisión Mundial de Medio Ambiente y Desarrollo de las Naciones Unidas, se populariza el concepto de “desarrollo sostenible”. Para el informe, el desarrollo sustentable es el desarrollo que satisface las necesidades de la generación presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades<sup>4</sup>.

Progresando en la concepción del “objetivo de una sociedad”, en el primer informe del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo<sup>5</sup> sobre desarrollo humano se expresa: *“el objetivo básico del desarrollo humano es crear un ambiente propicio para que los seres humanos disfruten de una vida prolongada, saludable y*

<sup>3</sup> De Pablo, Juan Carlos (1973). *Macroeconomía*, Buenos Aires: Amorrortu editores, p. 16.

<sup>4</sup> Galindo, Miguel; Malgesini, Graciela (1996). *Crecimiento económico. Principales teorías desde Keynes*, Madrid: Mc Graw-Hill, p. 125- 139.

<sup>5</sup> Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (1990). *Informe sobre Desarrollo Humano*, Bogotá, Colombia: Tercer Mundo Editores.

*creativa”, entendiendo al desarrollo humano como “un proceso en el cual se amplían las oportunidades del ser humano”.*

Dicha definición es muy vasta y puede incluir una gran cantidad de variables en cuanto a los aspectos políticos y culturales; la salud y la educación, entre ellos. Indudablemente, existe una firme relación entre el desarrollo humano y el crecimiento económico. Por una parte, el crecimiento económico debería proporcionar recursos que permitan mejorar el desarrollo humano; por otra, por ejemplo, el mejoramiento de la calidad de la mano de obra contribuye al crecimiento económico.

En suma, la corriente de pensamiento impulsada inicialmente por el Dr. Amartya Sen y que tiene como objetivo el desarrollo humano, interpreta a la economía como una herramienta y reconoce a la sociedad como un ámbito donde los seres humanos interactúan entre sí, incorporando el “nosotros” como principal protagonista y, a la vez, receptor del proceso de desarrollo.

## **II.- Desarrollo humano sustentable (DHS)**

Por su parte, la concepción de “desarrollo humano sustentable” –que guía la realización de este trabajo- refiere a la interrelación de tres elementos: 1) la sostenibilidad social, cuyos aspectos esenciales son: a) el fortalecimiento de un estilo de desarrollo que no perpetúe ni profundice la pobreza ni, por tanto, la exclusión social, y b) la participación social en la toma de decisiones; 2) la sostenibilidad ambiental, que se refiere a la necesidad de que el impacto del proceso de desarrollo no destruya de manera irreversible la capacidad de carga del ecosistema; 3) la sostenibilidad económica, entendida como un crecimiento económico interrelacionado con los dos elementos anteriores<sup>6</sup>. Así, la concepción de “desarrollo humano sustentable”, implica la observación del cumplimiento de:

a) **derechos humanos**: el desarrollo humano conduce a la realización de los derechos humanos, económicos, sociales, culturales, civiles y políticos;

b) **bienestar colectivo**: la libertad de una persona puede limitar o violar la libertad de muchas otras. Luego, existe la necesidad de formas socialmente responsables

---

<sup>6</sup> Fajardo, Luis (s.d.). “Desarrollo Humano Sustentable: concepto y naturaleza”. In *Civilizar - Rev. electrónica de difusión científica*, Bogotá, Colombia: Universidad Sergio Arboleda, n. 10. Disponible en: <[http://www.usergioarboleda.edu.co/civilizar/revista10/Desarrollo\\_humano\\_sustentable.pdf](http://www.usergioarboleda.edu.co/civilizar/revista10/Desarrollo_humano_sustentable.pdf)>.

de desarrollo. El bienestar individual y el colectivo están entrelazados, y el desarrollo humano requiere una fuerte cohesión social y la distribución equitativa de los beneficios del progreso para evitar tensiones entre ambas;

c) **equidad**: el concepto de equidad se aplica con mayor frecuencia a la riqueza y al ingreso. Pero el desarrollo humano hace hincapié en la equidad en cuanto a capacidad básica y oportunidades para todos, equidad de acceso a la educación, a la salud, a los derechos políticos;

d) **sostenibilidad**: significa satisfacer las necesidades de las generaciones actuales sin comprometer la capacidad y las oportunidades de las generaciones futuras<sup>7</sup>.

En suma, el desarrollo sólo es sustentable cuando se centra en el ser humano, y se funda en el respeto a la democracia y a los derechos humanos.

### III.- Género y Desarrollo Humano

Por su parte, la noción de género surge a partir de la idea de que lo “femenino” y lo “masculino” no son hechos naturales o biológicos, sino construcciones culturales. Históricamente se ha reservado para el hombre el espacio público de la producción y, para la mujer, el espacio privado de la reproducción –“ser madres”- y el cuidado de los otros, con evidente menoscabo económico

Trascender la mujer el espacio de lo privado es tan relevante que suele ponerse de manifiesto en el descenso de las tasas de natalidad que se experimenta cuando las mujeres deciden no tener hijos por la dificultad de combinar la maternidad con la participación en el mercado laboral<sup>8</sup>. De allí que se descubre, la importancia que tiene el ámbito privado de lo doméstico y el trabajo de las mujeres en él.

Gran parte de las mujeres han sido preparadas para asumir un papel de subordinación que tanto para ellas como para la sociedad es vivido como “lo natural”, “lo que debe ser”. Y si bien los roles se han modificado por cuestiones económicas y político-sociales –notándose mayor inserción laboral de la mujer y en la vida social en general-

---

<sup>7</sup> Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (1998). *Informe sobre Desarrollo Humano*, Madrid: Mundi-Prensa, p. 14.

<sup>8</sup> Astelarra, Judith (2004). “Políticas de género en la Unión Europea y algunos apuntes sobre América Latina”. In *Cepal – Serie Mujer y Desarrollo*, Santiago de Chile: Naciones Unidas, n. 57, p. 1-59.

los cambios culturales son mucho más lentos en cuanto a las relaciones de poder en la casa y el espacio público.

En las relaciones entre hombres y mujeres –donde se juega la lógica patriarcal– es difícil entablar la equidad de géneros.

#### **IV.- Metodología y análisis empírico a nivel Mercosur**

##### **IV.1.- Índice de Desarrollo Humano (PNUD)**

El PNUD desde 1990 ha publicado un informe anual sobre desarrollo humano que presenta la clasificación mundial de los países de acuerdo a la medición del índice de desarrollo humano (IDH). En las clasificaciones mundiales que se presentan en los Informes sobre Desarrollo Humano se observa que las posiciones de los países según el IDH no siempre corresponden con las posiciones que ocuparían según el PIB per capita; es decir, que utilizar sólo el indicador de ingreso como reflejo del desarrollo posiciona de manera diferente a los países en relación a la incorporación de otras variables. Para medir el desarrollo humano se construyen índices que corresponden a la idea de que el subdesarrollo es una carencia de capacidades básicas más que una carencia de ingreso *per se*. Para su definición metodológica se ha tenido en cuenta la discusión sobre el desarrollo económico redefinida a partir de las conferencias del profesor Amartya Sen.

Aunque la implementación empírica del enfoque de las capacidades no es una tarea fácil, el índice utilizado internacionalmente incorpora tres aspectos básicos: educación, salud y acceso a bienes y servicios mediante el ingreso; existiendo variaciones de dicho índice, a saber, las derivadas de corregir por equidad y por potenciación de género.

Cada dimensión es medida a través de un índice que considera las desviaciones o “rezagos” con respecto a algún valor de referencia, que en general es el logro deseable. Así, a) la salud: se mide por medio de la esperanza de vida al nacer; b) la educación: se mide como una combinación de dos terceras partes de la tasa de alfabetización de adultos y una tercera parte de la tasa de matriculación a educación primaria, secundaria y terciaria; y, c) el ingreso es medido por el PIB per capita real en dólares PPA.

En suma, el IDH es “un índice compuesto que mide el promedio de los avances en tres dimensiones básicas del desarrollo humano: vida larga y saludable, conocimientos y nivel de vida digno”<sup>9</sup>. Si bien, el IDH tiene críticas conceptuales y metodológicas, los sectores académicos y de política pública aceptan que el IDH provee información relevante sobre el estado del desarrollo desde una perspectiva amplia.

Conforme datos del año 2012, los países del MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Venezuela) se encuentran entre un IDH muy alto (caso: Argentina con el puesto 45) y un IDH de nivel medio (caso: Paraguay con el puesto 111, dentro del ranking mundial). Por su parte, Uruguay (puesto 51), Venezuela (puesto 71) y Brasil (puesto 85), son considerados países de desarrollo humano alto<sup>10</sup>. Luego, excepto Paraguay que se encuentra un poco por debajo (IDH = 0,669) del valor medio del mundo en IDH (0,694), los demás países del MERCOSUR se encuentran por arriba de la media mundial para ese año.

Entre los variados indicadores del IDH, se encuentra el Índice de Desigualdad de Género, que se define como “índice compuesto que mide la pérdida de logros en tres dimensiones del desarrollo humano: salud reproductiva, empoderamiento y mercado laboral, debido a la desigualdad entre hombres y mujeres” (cuanto más alejado se encuentre dicho valor de cero, el mismo representa mayor desigualdad). Para este indicador, según datos del año 2013<sup>11</sup>, de los países del Mercosur, Uruguay registra la menor desigualdad (0,367), siguiéndole: Argentina (0,380); Brasil 0,447, Venezuela (0,466) y, Paraguay (0,472), registrando la mayor desigualdad.

#### **IV.2.- Desarrollo Humano Sustentable (DHS)**

Conforme se describiera en el Punto II, el DHS se constituye a partir de la observación de tres dimensiones: la sostenibilidad social, la ambiental y la económica. A partir de ello, se propone explorar la evolución de algunos indicadores y variables específicas seleccionadas que definen al DHS, con una mirada de género y para los países del Mercosur. Si bien algunas de ellas forman parte de la definición del IDH,

---

<sup>9</sup> Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2011). *Informe sobre Desarrollo Humano*, Madrid: Ed. Mundi-Prensa, p. 156.

<sup>10</sup> Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2013). *Informe sobre Desarrollo Humano*, Madrid: Ed. Mundi-Prensa, p. 143.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 159.



interesa aquí, particularmente, su análisis desagregado. También, se detendrá el análisis en diversos matices vinculados al aspecto del “trabajo”.

#### **IV.2.1.- Sostenibilidad económica**

##### **a) Tasa de crecimiento del PBI - a precios constantes**

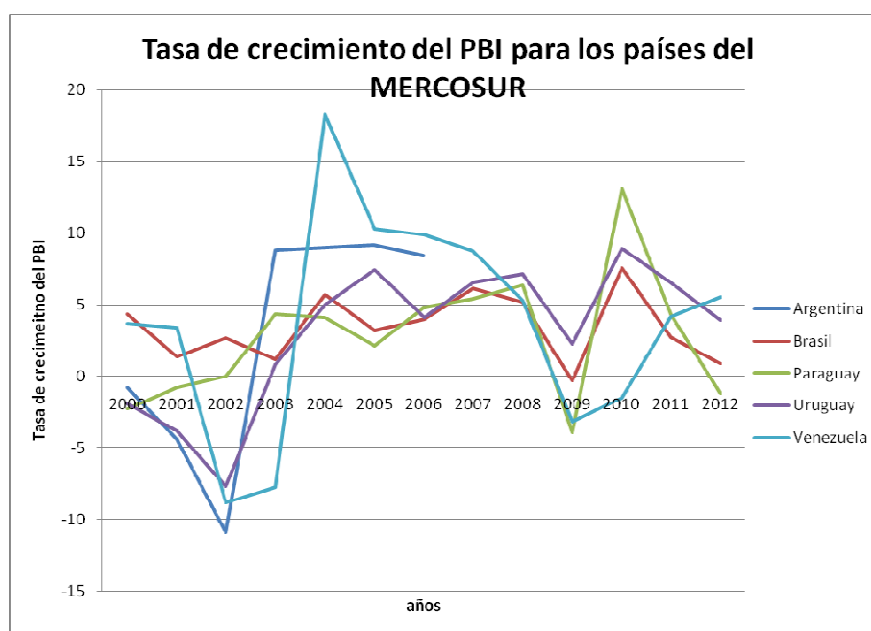
La evolución de la tasa de crecimiento del PBI de los países del MERCOSUR, es bastante similar, se puede observar gráficamente; parecieran mostrar tendencias análogas durante el período 2000/2011. Sin embargo, algunos de ellos tienen bajas y subas más pronunciadas (Ver: Anexo A – Tabla A1).

Entre estos países quien tiene la mayor tasa promedio para dicho lapso es Venezuela con  $T_p=3,69\%$ ; le sigue Brasil con  $T_p=3,40\%$ . Luego se ubican: Uruguay y Paraguay con tasas del 3,01% y 2,78 %, respectivamente. Argentina arroja una  $T_p$  de crecimiento de 2,77 (según período que va desde 2000 hasta 2007, conforme datos del Banco Mundial).

A nivel internacional, se observa que la tendencia media para dicho período, muestra un patrón de comportamiento similar al de los países del Mercosur.

Para los últimos años, la región Mercosur registra resultados alineados con la crisis económica desencadenada internacionalmente. Para el año 2009, Brasil, Paraguay y Venezuela tienen valores negativos. Uruguay manifiesta un crecimiento del 2,24%, mientras la tasa de variación del PBI para Argentina –según datos de la CEPAL- es de 0,9% para ese año.

La tasa de variación del PBI mundial es de -2,154% para 2009; 4,01% para 2010; 2,81 para 2011 y 2,15 para 2012; el MERCOSUR parece tener una mejor performance económica.



Fuente: Elaboración en base a Tabla A1 – Anexo.

## b) Análisis del PIB per cápita

Como un indicador complementario –pues no deja de ser un promedio- se considera el análisis del PIB per cápita. En ese sentido, en el lapso 2000/2012 y conforme valores en dólares corrientes (ver: Banco Mundial), los países del Mercosur manifiestan un retroceso en el indicador hacia el período 2002/2003, para luego describir una recuperación.

Hacia el año 2012, el PIB per cápita más alto –dentro del Mercosur- es manifestado por Uruguay con US\$ 14.449,5, seguido por: Venezuela US\$ 12.766,7, Argentina US\$ 11.557,6, Brasil con US\$ 11.339,5 y, por último, Paraguay con US\$ 3.813,47.

Los cuatro países considerados por el PNUD como los de más alto desarrollo humano, tienen para 2012 un PIB per cápita promedio de US\$ 65.653,24, muy por encima de los valores de los países del MERCOSUR, mientras que para los cinco países considerados de desarrollo humano bajo el valor del PIB per cápita es de US\$ 177,02 (Ver: Anexo A – Tabla A2).

Podemos concluir que el valor promedio del MERCOSUR (US\$ 10.785,35) difiere en US\$ 54.867,89 del promedio de aquellos países que tienen un desarrollo humano muy alto y en US\$ 10.608,33 de los países de desarrollo humano muy bajo. De

todas formas, ambas diferencias son significativas, y la última de estas dos, aunque sea menor, puede determinar el alimentarse todos los días, el acceso a un sistema de salud y el derecho a una vida digna.

### c) Ingresos percibidos estimados

Respecto de los ingresos percibidos estimados (según el PNUD para el cálculo del IDH relativo al género), en el MERCOSUR observamos que:

*Argentina presenta los mayores ingresos tanto para mujeres (US\$ 8.958) como para hombres (US\$ 17.710); seguido -para el caso de las mujeres- por Uruguay (US\$ 7.994) y Venezuela (US\$ 7.924) y -en el caso de los hombres- por Venezuela (US\$ 16.344) y Uruguay (US\$ 14.668). **Para todos los países del MERCOSUR, el ingreso percibido por los hombres es mayor al ingreso percibido por las mujeres. Esto se repite a nivel mundial. No hay un país en el mundo donde se revierta la tendencia**<sup>12</sup>.*

Esto se indica para el año 2007, ya que no se detectan datos completos para año más reciente de ingresos percibidos estimados discriminados por género.

Para esta serie de datos podemos observar que los países de desarrollo humano muy bajo, como Mozambique, Burundi, Rwanda son los que presentan las menores brechas en los ingresos percibidos estimados. Mientras que los países de mayor brecha son los Emiratos Árabes Unidos, Qatar, Luxemburgo.

Ñopo, H. – Atal, J.P. y Winder, N., en un informe del BID<sup>13</sup>, nos dicen que: en América Latina y el Caribe, “*los ingresos de las mujeres son menores que los de los hombres, a pesar de tener más años de educación promedio (0,5 años más)*”. En el mismo informe se afirma que la brecha de ingresos para los países de América Latina y el Caribe para los años de análisis -que va desde 1992 hasta 2007- es aun superior si se analizara por género pero en relación a individuos de similares condiciones, v.gr.: igual grado de educación. Y se asegura, también, que: “*Las mujeres enfrentan barreras para*

---

<sup>12</sup> Cicaré, Adriana; Farac, Angelina (2012). “La observación del desarrollo humano sustentable con mirada de género en el ámbito del Mercosur”. In Benvenuto, Jayme; Cicaré, Adriana (Comp.) (2012). *Direitos Humanos e Violencia na América do Sul/ Derechos Humanos y Violencia en América del Sur*, Foz do Iguazú /Rosario. Disponible en: <[http://unila.edu.br/sites/default/files/files/E\\_book%20Direitos%20Humanos%20e%20Violencia%20na%20America%20do%20Sul.pdf](http://unila.edu.br/sites/default/files/files/E_book%20Direitos%20Humanos%20e%20Violencia%20na%20America%20do%20Sul.pdf)>.

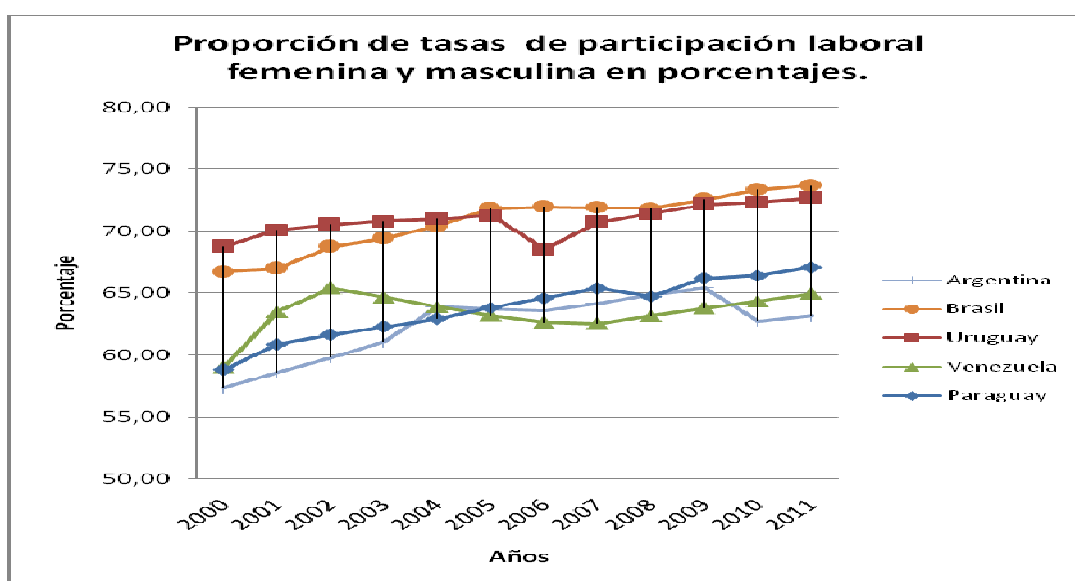
<sup>13</sup> Ñopo, Hugo; Atal, Juan P.; Winder, Natalia (2009). *Nuevo Siglo, Viejas Disparidades: Brecha Salarial por Género Etnicidad en América Latina*, Washington, DC: BID.

acceder a altas posiciones en los mercados de trabajo. Particularmente en países como Paraguay [...], las mujeres enfrentan una especie de “techos de cristal” que les dificulta el acceso a posiciones directivas. En el otro extremo, [...] las mujeres y minorías étnicas son mayoría en segmentos del mercado de trabajo de menor calificación”; entre estos últimos países, se incluye a la Argentina.

#### d) Proporción de las tasas de participación laboral femenina y masculina (en porcentajes)

Si se analiza la proporción de mujeres que participan en el mercado laboral en relación a los hombres encontramos que -para el año 2011: la mayor participación se evidencia en Brasil, donde por cada cien hombres, hay aproximadamente 74 mujeres trabajando o buscando activamente trabajo; seguido por Uruguay, a razón de 73 mujeres aproximadamente; 67 mujeres por cada 100 hombres para el caso de Paraguay; 65 para Venezuela, y; 63 para Argentina (Ver: Anexo A – Tabla A3).

Si bien, para todos los países del Mercosur -en el lapso 2000 / 2011-, la participación femenina en el mercado de trabajo, en relación a los hombres, se ha ido incrementando, el desempleo femenino es siempre más alto que el masculino, y las desigualdades en el mismo se mantienen, ámbito en donde la igualdad de género parece presentar demasiada resistencia (datos según Banco Mundial; 2012).



Fuente: Elaboración en base a Tabla A3 – Anexo.

En el gráfico adjunto, podemos observar la tendencia en el lapso 2000 / 2011 de la proporción de las tasas de participación laboral femenina en relación a similar masculina, en porcentajes para los países miembros del MERCOSUR. Es clara la tendencia creciente de la participación femenina en el mercado laboral.

Los menores valores a nivel mundial son para: la República Árabe de Siria (18,29%), Afganistán (19,95%), Argelia (20,86%) e Irak (20.92%); y, los mayores valores a nivel mundial son para: Ruanda (101.17%), Burundi (101.94%), Mozambique (103.73%) y Malawi (104.30%).

Por su parte, países que ocupan los primeros puestos en cuanto al IDH, como Noruega (puesto 1), Australia (puesto 2), Países Bajos (puesto 3) y, EEUU (puesto 4), manifiestan valores de tasa de participación laboral femenina en relación a masculina igual a: 88.01%, 81.32%, 81.76%, y 82.02, respectivamente.

#### **e) Empleo Vulnerable**

Si bien de manera irregular, para Argentina, Brasil y Uruguay, el empleo vulnerable –para el caso de los hombres- tiende a la baja en el período 2000 / 2011, mientras que para la misma serie Paraguay y Venezuela tienen alzas y bajas sin determinar tendencia, mostrando el primero una baja en los últimos años y Venezuela comportamiento contrario. En el caso de las mujeres, ha bajado a partir de 2008 para todos los países, excepto para el caso de Venezuela.

Si analizamos los porcentajes arrojados vemos que, en general, Paraguay presenta mayor porcentaje de hombres en empleos vulnerables; siendo Argentina y Uruguay los países con menor porcentaje de empleos vulnerables masculinos. Y para mujeres, también Paraguay es extraordinariamente mayor que el resto de los países en empleos vulnerables. Además, este país y Venezuela son los que -dentro del MERCOSUR- muestran un mayor porcentaje de empleo vulnerable para mujeres y, esto se da en todos los años de la serie. En cambio, en el resto de los países sucede lo contrario; es el hombre el más propenso a tomar empleos vulnerables. Uruguay es el que muestra mayor igualdad (y en algunos años revierte la tendencia); y, Argentina y Brasil

muestran diferencias de hasta 5 puntos porcentuales menores para las mujeres (Ver Anexo A – Tabla A4).

#### **f) Desempleo en el MERCOSUR**

Si se mide el desempleo en el MERCOSUR, notamos que en el lapso 2000/2011, para todos los países, es mayor el desempleo de mujeres que el de hombres en relación a la respectiva población económicamente activa (PEA), con excepción de Argentina para los años 2001 y 2002. El mayor desempleo femenino de la región MERCOSUR -para la serie 2000/2011- lo arroja Uruguay (21,20% para el año 2002); siendo el de hombres de 13,5% (año 2002). El mayor desempleo masculino como porcentaje de la PEA es de Venezuela para 2003 (14,40%); el de mujer para ese país en ese año, lo supera ampliamente (20,3%) (Ver Anexo A – Tabla A5).

Es de destacar que la media del desempleo de hombres desde el año 2006 y la media de desempleo femenino para el MERCOSUR desde el año 2007, se encuentran por debajo de la media mundial. Esto se percibe como un cambio positivo, en parte porque estamos en condiciones de afirmar que ha caído notablemente -para ambos sexos- el desempleo en el Mercosur, mientras que para el resto del mundo, dicho porcentaje ha sido cercano al 8,50% para los hombres y, cercano al 10,75% para las mujeres, entre 2000 y 2011.

Si comparamos el desempleo promedio para el período 2000/2011 del MERCOSUR y la UNION EUROPEA, según datos del Banco Mundial<sup>14</sup>, tenemos que para el caso de los hombres el desempleo de los países del Mercosur supera hasta el 2004 al de la Unión Europea; y, para las mujeres se da esta situación hasta el año 2009, revirtiéndose a partir de allí. Si bien en el promedio pasa desapercibido, es importante aclarar que los países del Mercosur han tenido históricamente tasas de desempleo más altas y ésto se relaciona con su estructura económica, con condiciones laborales más inestables y variaciones importantes en la tasa de crecimiento del PBI, con constantes creaciones y destrucciones de puestos de trabajos.

En la Unión Europea, donde se percibían mayores beneficios para los trabajadores por la estabilidad que representaba el puesto laboral, como por las

---

<sup>14</sup> Ver: [www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org).

condiciones de trabajo -y estadísticamente se comprueba cuando se nota que la mayoría de los países tienen tasas muy bajas de desempleos para los primeros años de la serie elegida, como por ejemplo Portugal con tasas menores al 5% para hombres de 2000 a 2002, España tasas menores del 9% de desempleo masculino hasta 2007, sólo para nombrar algunos- para fines de la década, y año 2011, sufren un crecimiento exorbitado del desempleo (Portugal, 13% en 2011; España, 21,2% de desempleo masculino para 2011). El promedio estadístico suele ser atenuado porque países como Francia y Alemania muestran una estabilidad sumamente interesante de sus tasas; y hay que tener en cuenta que históricamente denotan tasas muy por debajo a los dos dígitos, cuando para nuestra región tasas de dos dígitos han sido naturalizadas.

#### **IV.2.2.- Sostenibilidad social**

##### **a) Distribución del ingreso. Coeficiente de Gini**

Presentamos aquí el Coeficiente de Gini como medida de la distribución del ingreso. El mismo *“mide el grado en que la distribución de los ingresos (o del consumo) entre individuos u hogares de un país se desvía respecto de una distribución en condiciones de perfecta igualdad. [...] El valor 0 representa igualdad absoluta y 100, desigualdad absoluta”*<sup>15</sup>.

Según datos del Banco Mundial, entre los valores menos alejados para este indicador encontramos el de Argentina (44,5 para 2010); siguiéndole: Uruguay (45,3 para 2010), Paraguay (52,4 para 2010); y, Brasil (54,7 para 2009).

En un trabajo anterior, ya se ha señalado que: “La media mundial para el año 2007 (último año en que se hallan datos completos), fue de  $CG^m = 40,57$ , quedando los países del Mercosur por encima de la media, lo que indicaría una inequidad mayor al promedio mundial (indicador de distribución del ingreso). De todas formas, es importante destacar que para el cálculo se utilizó una muestra de  $n = 25$  países. De hecho, la media aritmética para los países del MERCOSUR resulta ser del 51,66 para 2007. Para este mismo año el menor coeficiente de Gini se registra para Belarús ( $CG=29$ ), Armenia

---

<sup>15</sup> Ver: [www.pnud.org/es/indicadores](http://www.pnud.org/es/indicadores).

(CG=30) y Kazasjtán (CG=31). La más inequitativa distribución es para Bolivia (CG=57), Brasil (CG=55) y Ecuador (CG=54)”<sup>16</sup>.

## **b) Expectativas de vida**

Una de los indicadores elegidos para el análisis de la cuestión social es la esperanza de vida al nacer, cuyo valor se ve estrechamente relacionado con la calidad de vida de quienes habitan ese país.

De los países del Mercosur -*para el año 2011* (el último y más actualizado año con datos completos)-, es Uruguay el que denota la mayor cantidad de años como esperanza de vida, tanto para mujeres como para hombres (80,01 y 72,9 años, respectivamente); seguido por la Argentina (79,66 años para mujeres y 72,12 para hombres). En tercer lugar se ubica Venezuela (77,37 años para mujeres y 71,4 para hombres). En cuarto lugar, para el caso del sexo femenino, se encuentra Brasil con 76,98 años; y, para el caso de los hombres, Paraguay con una esperanza de vida de 70,45 años. En el quinto lugar, para el caso de las mujeres, encontramos a Paraguay (con una esperanza de vida de 74,62 años) y a Brasil para los hombres, siendo dicho indicador de 70,06 años.

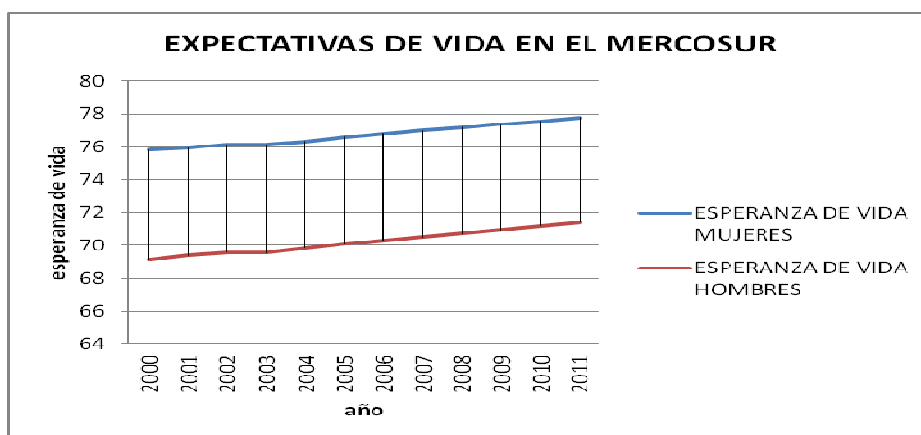
Para el caso de los países del MERCOSUR -para el período 2000 / 2011- existe una esperanza de vida mayor para mujeres que para hombres, en alrededor de 7 años más para la mayoría de los países. Para Paraguay, las estadísticas para las mujeres arrojan una esperanza de vida de aproximadamente 4 años mayor a la de hombres. Para Venezuela esta brecha es ligeramente menor a los 6 años (Ver: Anexo B – Tabla B1).

El promedio de la esperanza de vida se ha ido incrementando para dicho período en el MERCOSUR, tanto para hombres -que en el año 2011 obtienen una esperanza de vida al nacer media de 71,38 años- como para las mujeres -que obtienen una media de 77,74 años. En el gráfico que sigue, es notoria la tendencia a incrementar de la esperanza de vida para ambos sexos, y la brecha de años que se genera entre ellos, que para todo el período es de aproximadamente 6,5 años mayor para las mujeres en relación a los hombres, para todo el MERCOSUR.

---

<sup>16</sup> Cícaré, A.; Farac, A.; Mussio, V.; Rinaldi, N.; Venticinque, V. (2011). “La observación del desarrollo humano sustentable en el ámbito del Mercosur”. In *III Congreso Argentino – Latinoamericano de Derechos Humanos: Repensar la Universidad en la diversidad latinoamericana*, Rosario, 3, 4, 5 y 6 de Mayo.





Fuente: Elaboración según datos del Banco Mundial.

Si bien la causa sería genética, es conveniente analizar que sucede respecto del resto del mundo. Para el período 2000 /2011, la media mundial crece para ambos sexos, siendo mayor la de mujeres que la de hombres, manteniéndose una brecha de 4,1 años entre ambos.

La media de esperanza de vida al nacer para las mujeres del MERCOSUR es mayor a la media de las mujeres a nivel mundial, entre 2000 y 2011; yendo en caída la diferencia entre ambas, pues si bien las dos muestran pendiente positiva en el período, ha crecido más la esperanza de vida mundial para mujeres que la misma a nivel del MERCOSUR. En el caso de los hombres, durante igual período, también resulta ser mayor la expectativa de vida para el MERCOSUR que la mundial, siendo la brecha de 3,4 a 4 años, aproximadamente, y desde 2005 también muestra una disminución la diferencia entre ambas

Además, se puede afirmar con certeza que para ambos sexos, todos los países del MERCOSUR, tienen una expectativa de vida mayor a la media mundial para 2011.

### c) Educación en el MERCOSUR

Al abordar el tema de la educación, necesitamos subdividir el análisis, ya que si bien este aspecto cuenta con una gran cantidad de indicadores, los mismos suelen estar incompletos para algunos países, por lo que se hace difícil la comparación.

Respecto de la *escuela primaria*, encontramos que los *porcentajes de inscripción* de mujeres respecto a hombres son similares entre los países, aunque Brasil siempre dista del resto ubicándose su valor (porcentaje) por debajo, además de no tener

indicadores para los últimos años de la serie. Esto indica que de cada 100 niños que se inscriben en la escuela en el primer nivel, lo hicieron en Argentina 98 niñas, en Paraguay 96 niñas y en Venezuela y Uruguay 97 niñas en el año 2010, mientras que en Brasil lo hacían 94 niñas en 2005. Este porcentaje -para todos los países del Mercosur- no varía de 2000 al 2011 de manera significativa, sino que se mantiene estable. En 2010, este indicador arroja una media mundial de 97 niñas cada 100 niños, por lo que podemos concluir que los países del MERCOSUR se encuentran cerca de la media mundial. A nivel mundial, para 2010, obtuvieron los menores valores Afganistán (69,42%) y Chad (72,92%), y los valores más altos fueron para San Marino (113,36%) y Senegal (105,87%).

Respecto de igual indicador para la *educación secundaria*, notamos que para todos los países, con excepción de Uruguay en 2005, la tasa de inscripción femenina es superior a la masculina y, también en su mayoría, se mantiene estable a través del tiempo. Por ejemplo, para Argentina en 2008 cada 100 chicos que se inscribían en la escuela secundaria, lo hacían 111 chicas; en Paraguay 105, y en Uruguay y Venezuela 114 y 110 niñas, respectivamente para igual año. En Brasil, 110 chicas cada 100 chicos en 2003, alcanzando a superar sólo a Paraguay en dicho año. A nivel mundial y según datos, se obtiene un porcentaje de 96,54% para el año 2008, es decir que por cada 100 chicos que se inscriben en la secundaria, lo hacen 97 chicas. En el MERCOSUR esta proporción es mayor a favor de las mujeres.

Si analizamos la proporción de las tasas de inscripción de mujeres en relación a hombres del *nivel terciario*, vemos que -en todos los países- es sumamente superior la tasa de inscripción femenina en comparación con la masculina. En Argentina, en 2010, se inscribieron 151 mujeres cada 100 hombres; en Paraguay 140 mujeres cada 100 hombres; y, en Uruguay 173. En Venezuela, 170 mujeres cada 100 hombres en 2008, (superado por Argentina y Uruguay para ese año); y, para Brasil, 129 mujeres cada 100 hombres en el año 2005 (último dato con el que se cuenta). Para este indicador los valores a nivel mundial son de 107 mujeres por cada 100 varones para 2008, 2009 y 2010; los países del MERCOSUR la superan ampliamente, con una desigualdad a favor de las mujeres (Ver: Anexo B – Tabla B2)

Es realmente notorio ver que: *a medida que se eleva el grado de educación, el porcentaje de las mujeres en relación a hombres que se inscriben es superior y va en aumento*, pero también es interesante reconocer que a la mujer se le exige más en cuanto

a los requisitos para acceder a un puesto en el mercado de trabajo, por lo que se convierte en un estímulo a la hora de continuar los grados de estudios.

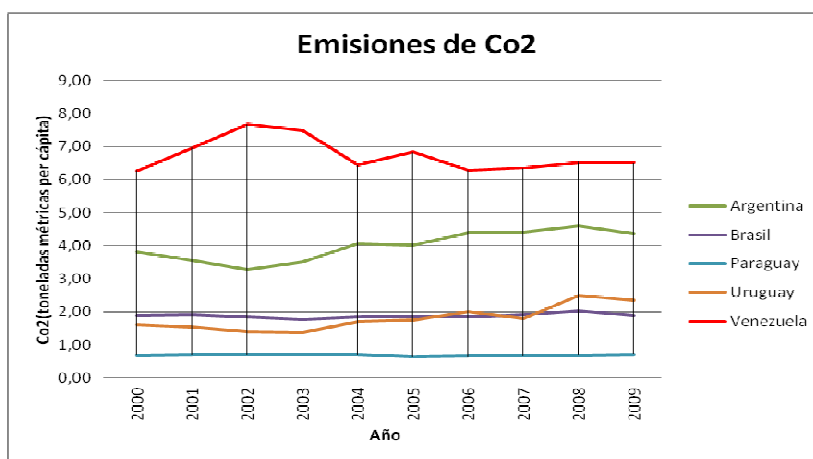
#### IV.2.3.- Sostenibilidad ambiental

Para proceder al análisis de esta faceta, se escogieron dos indicadores relevantes; no existiendo para ellos desagregación por género.

##### a) Emisiones de Co2 (toneladas métricas per cápita)

Las emisiones de CO<sub>2</sub> –gas de efecto invernadero- representan un indicador de contaminación ambiental.

Al respecto, se puede observar que las diferencias de emisiones de Co2 entre los países del MERCOSUR son abismales. Venezuela y Argentina, en ese orden, ocupan los primeros lugares. Para todos los países, excepto Paraguay donde el indicador es más moderado, la tendencia es creciente. En el siguiente gráfico queda plasmada esta situación.



Fuente: ¿Cuál es tu impacto? Junio de 2013

En el caso de Brasil como de Uruguay, las emisiones de Co2 per cápita son muchos menores y, particularmente, en el primero de ellos tiende a mantenerse constante a través del tiempo. Paraguay obtiene los menores valores del MERCOSUR y se encuentra muy por debajo de la media mundial. La media mundial es de 4,70 toneladas métricas per cápita en 2009, muy por debajo del valor que arroja Venezuela para 2009, que es de 6,51 toneladas métricas per cápita. Argentina obtiene un valor por debajo, pero

con un pequeño desvío respecto de la media mundial, en 2009 es de 4,36. Le siguen: Uruguay (2,36), Brasil (1,90) y Paraguay (0,71 toneladas métricas per cápita) (Ver: Anexo C – Tabla C1).

A nivel mundial los países que tienen mayor emisión de Co2 son: Qatar (44,02 toneladas métricas per cápita), Trinidad y Tobago (35,75) y Kuwait (30,30). Los países que tienen menores emisiones son Malí (0,041 toneladas métricas per cápita), Chad (0,037) y Burundi (0,023). De todas formas es notable que, en los países de desarrollo humano muy alto y alto -según las clasificaciones del PNUD- las emisiones de dióxido de carbono tienden a ser elevadas. Debemos tener en cuenta que las principales causas de emisiones de Co2 son: el transporte, los servicios públicos (gas, electricidad, etc.) y la producción industrial y “[...] desde la revolución industrial la combustión de productos orgánicos (entre ellos los derivados del petróleo) junto a la deforestación causada por la actividad humana han incrementado en gran medida el nivel de concentración de CO<sub>2</sub> en la atmósfera”<sup>17</sup>.

## **b) Sequías, inundaciones y temperaturas extremas**

El segundo indicador elegido es el de “sequías, inundaciones y temperaturas extremas”, asumiendo que los causales de estas condiciones climáticas -en gran parte- es natural, pero existe una determinada influencia en el accionar del hombre respecto al medio ambiente. El incremento de la producción industrial y la quema de combustibles aumentan la cantidad de gases efecto invernadero en la atmósfera, causando entre otras cosas el “cambio climático”, que tiene consecuencias diversas negativas para el planeta y para quienes lo habitamos.

Al no existir una medición homogénea entre ellos, se mide según el porcentaje de personas afectadas por estos diversos problemas climáticos, *como promedio anual en el período que va desde 1990 hasta 2009*. En el MERCOSUR, el país que registra el mayor porcentaje es Paraguay (0,7147%), seguido por Brasil (0,4824%) y Uruguay (0,2647%); Argentina se ubica en cuarto lugar (0,1671%); y, por último, Venezuela con 0,1552% de la

---

<sup>17</sup> ¿Cuál es tu impacto? Junio de 2013. Página web dedicada a cuestiones ambientales. Disponible en: <http://www.tuimpacto.org/origen-del-co2.php>

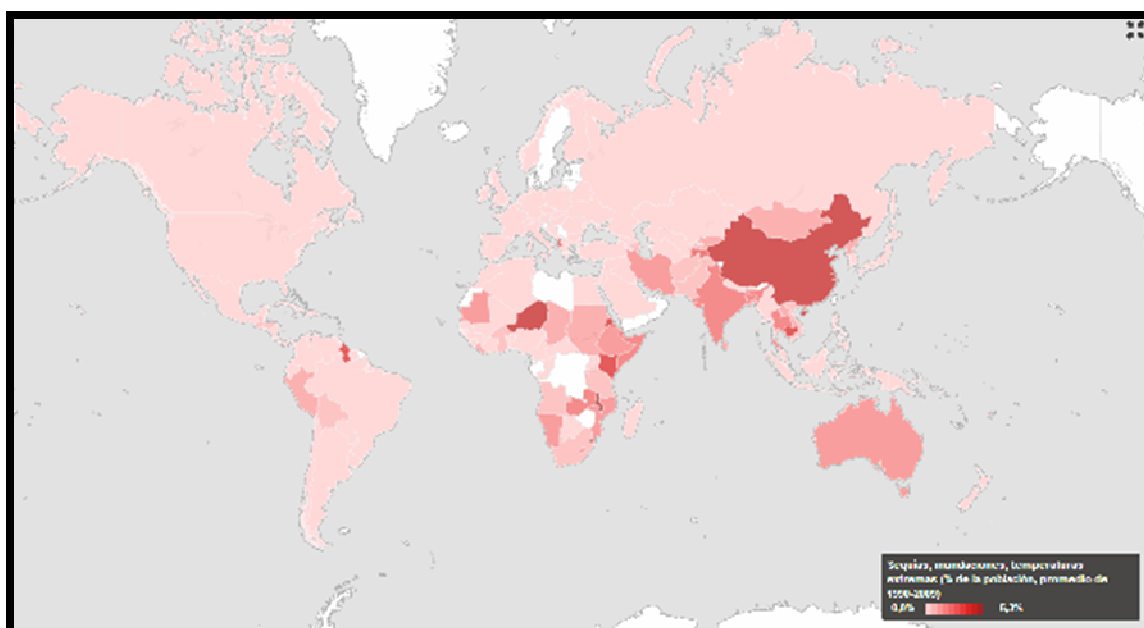
población afectada por estas condiciones climáticas desfavorables para un desarrollo sustentable (Ver: Anexo C – Tabla C2).

Si bien no contamos con una media mundial oficial del Banco Mundial (fuente de las estadísticas consultadas), el cálculo de la misma sobre un total de 158 países es de 1,2439%; es decir que -en promedio-, un 1,24% de la población es afectada anualmente por sequías, inundaciones o temperaturas extremas.

Los países que arrojan mayores valores son: Swazilandia (9,2265%), Malawi (8,8204%), China (7,9509%) y Níger (7,5250%); y los países que arrojan menores valores son: Samoa Americana (0,00026%), Finlandia (0,00038%) y Turkmenistán un 0.00047% de la población afectada.

En el mapa adjunto se puede apreciar la distribución de la población afectada a nivel mundial, representando con tonalidades más intensas las poblaciones más afectadas.

#### SEQUIAS, INUNDACIONES Y TEMPERATURAS EXTREMAS. IMPACTOS POR AREAS GEOGRAFICAS. AÑO 2013



Fuente: <http://datos.bancomundial.org/indicador/EN.CLC.MDAT.ZS/countries?display=graph>, Junio de 2013

## V.- Reflexiones finales

Pensando en lo que debería ser el desarrollo territorial y la ampliación de ciudadanía, vienen a nuestra mente los temas de “trabajo” y “género” a fin de propiciar el avance en la construcción del DHS, en el ámbito del Mercosur.

Es pertinente citar aquí el: *“Informe sobre Desarrollo Humano para Mercosur 2009-2010. Innovar para incluir: Jóvenes y Desarrollo Humano”* (PNUD). En lo que serían las *“condiciones subjetivas del desarrollo humano”*, se menciona la existencia de *tensión entre inclusión educativa y vulnerabilidad laboral*.

*La subjetividad de los jóvenes en la región está signada por la tensión entre la conciencia del derecho a la educación y el progresivo acceso a las TIC, y la incertidumbre con respecto a la inclusión laboral. En grupos focales fue posible constatar que la exclusión y la incertidumbre laboral se encontraban entre las principales causas de malestar entre los jóvenes. Los jóvenes poseen una visión global del sistema educativo y cada estrato es consciente del lugar que ocupa en él, de sus posibilidades laborales y sus vulnerabilidades. Los sectores incluidos ven en el trabajo una opción de vida y perciben que pueden elegir entre múltiples opciones y que pueden elaborar proyectos de largo plazo. Para los jóvenes vulnerables, en cambio, el trabajo es una necesidad, una condición para continuar los estudios o ayudar a sus familias. El futuro existe, pero es de corto plazo. En el caso de los excluidos, el trabajo supone la mera subsistencia: el presente es un continuo<sup>18</sup>.*

Pensando en la igualdad de oportunidades -ya se ha comentado que para ello importante es la distribución del ingreso. Al respecto, los países del MERCOSUR poseen una mayor inequidad en la distribución del ingreso en relación a la media mundial<sup>19</sup>. Concatenado a ello, el Informe sobre Desarrollo Humano 2005 (PNUD) señala que *uno de los principales obstáculos para el desarrollo humano* es la extrema desigualdad entre los países y al interior de ellos, situación que –además- constituye un poderoso freno para la obtención de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM / ONU; 2000). La CEPAL señala –Estudio Económico 2013- que:

*si bien hubo transformaciones económicas profundas en América Latina [...], persisten elevados grados de desigualdad y pobreza en varios países. Y, a pesar de la favorable evolución de los términos de intercambio, la acumulación de capital ha sido insuficiente y la productividad laboral ha tenido un progreso limitado<sup>20</sup>.*

<sup>18</sup> Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2009). *Informe sobre Desarrollo Humano para Mercosur 2009-2010. Innovar para incluir: Jóvenes y Desarrollo Humano*, Buenos Aires, p. 28.

<sup>19</sup> Cicaré, A.; Farac, A.; Mussio, V.; Rinaldi, N.; Venticinque, V. (2011). Op. Cit.

<sup>20</sup> Ver: [www.cepal.org](http://www.cepal.org)

El Informe sobre Desarrollo Humano 2013 (PNUD)<sup>21</sup> da cuenta del profundo cambio que se está experimentando en la dinámica global con el rápido *ascenso de los países en desarrollo y la importante implicación de este fenómeno para el desarrollo humano*; siendo que en Sudamérica, Brasil se ha convertido en un impulsor esencial del crecimiento, con reducción de desigualdades a través de programas contra la pobreza. Indudablemente, el ascenso económico de Brasil ha venido motorizando a los demás países de la región *generando oportunidades de trabajo*.

No obstante, la CEPAL<sup>22</sup>, pone de manifiesto problemas de sostenibilidad del crecimiento en la mayor parte de economías de la región asociado a un crecimiento moderado de la economía mundial (2,3%, similar al de 2012). Alicia Bárcena, Secretaria Ejecutiva de la CEPAL, ha planteado la necesidad de “*cambiar los patrones de producción para crecer con igualdad*”.

Y, en *materia de género*, entre los Objetivos de Desarrollo del Milenio de las Naciones Unidas (2000)<sup>23</sup> –que refieren a objetivos planteados por líderes mundiales a alcanzarse hacia el año 2015- se encuentra el Objetivo 3: “Promover la equidad de género y la autonomía de la mujer”. Al respecto, es reconocida la importancia de la equidad de los géneros y la conveniencia del empoderamiento de la mujer; ésto, siendo esencial no sólo para lograr el desarrollo, sino también otros objetivos: enseñanza primaria universal, reducción de la mortalidad de los niños menores de cinco años, mejoramiento de la salud materna y la reducción de la posibilidad de contraer el VIH/SIDA.

Vinculado a los aspectos “desarrollo territorial, ampliación de ciudadanía, trabajo y género” y, desde lo *institucional del Mercosur*, es importante señalar algunos avances que conducen al logro del DHS, a saber:

- con el ánimo de superar las llamadas “asimetrías estructurales” -entendiéndose por tales a las dimensiones relativas de los países (territorio, población, tamaño de mercado), la dotación relativa de factores, distribución del ingreso y niveles de desarrollo, se ha creado -en analogía a los fondos estructurales de la UE- el FOCEM (Dec. CMC n\* 18/05) –Fondo para la Convergencia Estructural del Mercosur, que

<sup>21</sup> Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2013). Op. Cit.

<sup>22</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2013). *Estudio Económico de América Latina y el Caribe*. Disponible en: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/50484/EstudioEconomico2013.pdf>>.

<sup>23</sup> Ver: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2005). *Informe sobre Desarrollo Humano – Cooperación internacional ante una encrucijada: ayuda al desarrollo, comercio y seguridad en un mundo desigual*, New York, Resumen, p.13

beneficia a los países menores del Mercosur, destinando fondos a la convergencia estructural (esencialmente al mejoramiento de la infraestructura), al desarrollo de la competitividad y a la cohesión social, entre otros.

- por Dec. CMC n° 12/08 se aprobó el *Programa de Integración Productiva del Mercosur (PIPM)* a fin de contribuir al fortalecimiento de la complementariedad productiva de empresas del Mercosur, con especial énfasis en la integración de las cadenas productivas de las PYMEs;

- la creación del Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del Mercosur (IPPDH) (San Juan; 2010). Este organismo –creado por diez Estados del Mercosur, entre integrantes y asociados- tiene como propósito articular políticas comunes en el tratamiento de temas vinculados a los derechos humanos. Puntualmente, busca superar vacíos legales en la protección de derechos de niños, niñas y adolescentes; solucionar los delitos de trata y tráfico de personas; garantizar la protección de los derechos de las personas con discapacidad; y, la no discriminación de lesbianas, gays y bisexuales<sup>24</sup>.

- la aprobación del Plan Estratégico de Acción Social del Mercosur (2011)<sup>25</sup> (con temas como: universalización de la salud pública y la educación; la inclusión productiva; garantías de acceso al trabajo decente y los derechos previsionales). Vinculado a éste último, y en relación al *Eje VI – “Garantizar la inclusión productiva”*, se señalan directrices tales como:

- \*\* Directriz 16 - *Fomentar la integración de la producción*, en particular en las regiones fronterizas, con el fin de beneficiar a las áreas menos desarrolladas y los segmentos vulnerables de la población;

- \*\* Directriz 17 – Promover el desarrollo de las micro, pequeñas y medianas empresas, cooperativas, granjas familiares y *la economía de la solidaridad*, la integración de redes de producción, fomentando la complementariedad productiva en el contexto de la economía regional.

- \*\* Directriz 18 – *Incorporar la perspectiva de género en la elaboración de políticas públicas laborales*. Teniendo como objetivos prioritarios: a) garantizar la igualdad salarial entre hombres y mujeres teniendo en cuenta *el principio de salarios iguales para*

---

<sup>24</sup> Ver: <http://www.argentina.ar>.

<sup>25</sup> *Plan Estratégico de Acción Social del Mercosur (PEAS)* (2011), Asunción, Paraguay: Instituto Social del Mercosur.



*funciones iguales*; b) adoptar medidas para avanzar en la valorización social y el reconocimiento del valor económico del trabajo remunerado realizado por las mujeres en el ámbito doméstico y del cuidado familiar, y contribuir para la superación de la actual división sexual del trabajo.

Tal como expresa la “*Cartilla del Ciudadano del Mercosur*”, pensamos que la dimensión humana está presente en la construcción del Mercosur, considerando que el objetivo principal del proceso de integración es “*promover el desarrollo sostenido de la región y garantizar mejores condiciones de vida para sus poblaciones*”; o, como se expresa en los considerandos del Tratado de Asunción, la condición fundamental es “*acelerar [...] el desarrollo con justicia social*”.

## Referências

Astelarra, Judith (2004). “Políticas de género en la Unión Europea y algunos apuntes sobre América Latina”. In *Cepal - Serie Mujer y Desarrollo*, Santiago de Chile: Naciones Unidas, n. 57, p. 1-59.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2012). *Cambio estructural para la igualdad. Una visión integrada para el desarrollo*, San Salvador, 27 al 31 de agosto.

\_\_\_\_\_ (2013). *Estudio Económico de América Latina y el Caribe*. Disponible en: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/50484/EstudioEconomico2013.pdf>>.

Cicaré, Adriana (2013). “Reflexiones sobre la integración regional y los Derechos Humanos”. In *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 307-323, maio/ago.

Cicaré, Adriana; Farac, Angelina (2012). “La observación del desarrollo humano sustentable con mirada de género en el ámbito del Mercosur”. In Benvenuto, Jayme; Cicaré, Adriana (Comp.) (2012). *Direitos Humanos e Violencia na América do Sul/ Derechos Humanos y Violencia en América del Sur*, Foz do Iguazú/Rosario: [s.n.]. Disponible en: <[http://unila.edu.br/sites/default/files/files/E\\_book%20Direitos%20Humanos%20e%20Violencia%20na%20America%20do%20Sul.pdf](http://unila.edu.br/sites/default/files/files/E_book%20Direitos%20Humanos%20e%20Violencia%20na%20America%20do%20Sul.pdf)>.

Cicaré, A.; Farac, A.; Mussio, V.; Rinaldi, N.; Venticinque, V. (2011). “La observación del desarrollo humano sustentable en el ámbito del Mercosur”. In *III Congreso Argentino – Latinoamericano de Derechos Humanos: Repensar la Universidad en la diversidad latinoamericana*, Rosario, 3, 4, 5 y 6 de Mayo.

Comisión de Representantes Permanentes del Mercosur (2010). *Cartilla del Ciudadano del Mercosur*. Disponible en: [http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2431/1/cartilla\\_ciudadano\\_mercosur\\_-\\_esp.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2431/1/cartilla_ciudadano_mercosur_-_esp.pdf).

Cortés, Alberto (s.d.). *Desarrollo sustentable, pobreza y calidad de vida*. Disponible en: <<http://www.una.ac.cr/ambi/Ambien-Tico/92/cortes.htm>>.

¿Cuál es tu impacto? Junio de 2013. Página web dedicada a cuestiones ambientales. Disponible en: <http://www.tuimpacto.org/origen-del-co2.php>.

De Pablo, Juan Carlos (1973). *Macroeconomía*, Buenos Aires: Amorrortu editores.

Elizalde Hevia, Antonio. *Desarrollo Humano Sustentable: sus exigencias éticas, económicas y políticas*. Disponible en:<<http://www.rlc.fao.org/prior/reccnat/pdf/dhumsus.PDF>>

Fajardo, Luis (s.d.). “Desarrollo Humano Sustentable: concepto y naturaleza”. In *Civilizar - Rev. electrónica de difusión científica*, Bogotá, Colombia: Universidad Sergio Arboleda, n. 10. Disponible en: [http://www.usergioarboleda.edu.co/civilizar/revista10/Desarrollo\\_humano\\_sustentable.pdf](http://www.usergioarboleda.edu.co/civilizar/revista10/Desarrollo_humano_sustentable.pdf).

Galindo, Miguel; Malgesini, Graciela (1996). *Crecimiento económico. Principales teorías desde Keynes*, Madrid: Mc Graw-Hill.

Identidad Mercosur (2012). *Paz, Democracia e Integración Regional en América del Sur*, Buenos Aires.

Laredo, I.; Angelone, J.; Rosa, I.; Cignacco, G. (1999). “Alternativas al modelo Mercosur de integración. Ampliación del mercado versus desarrollo humano sustentable” – II Parte. In *Estado, mercado y sociedad en el Mercosur. Pautas para su viabilización* – UNR, Rosario, v. VI.

“Mujeres tienen menos probabilidades que hombres de participar en el mercado laboral en la mayoría de los países” (2012). In *Datos*, Grupo del Banco Mundial, 13 de septiembre. Disponible en: <[http://datos.bancomundial.org/noticias/mujeres\\_tienen\\_menos\\_probabilidades\\_que\\_hombres\\_de\\_participar\\_en\\_el\\_mercado\\_laboral\\_en\\_la\\_mayoria\\_de\\_los\\_paises](http://datos.bancomundial.org/noticias/mujeres_tienen_menos_probabilidades_que_hombres_de_participar_en_el_mercado_laboral_en_la_mayoria_de_los_paises)>.

Ñopo, Hugo; Atal, Juan P.; Winder, Natalia (2009). *Nuevo Siglo, Viejas Disparidades: Brecha Salarial por Género Etnicidad en América Latina*, Washington, DC: BID.

Ortega, Eugenio (s.d.). “Derechos Humanos y Desarrollo Humano Sustentable”. In *Revista Latinoamericana de Desarrollo Humano*, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Disponible en: <<http://www.revistadesarrollohumano.org/temas05.asp>>.

*Plan Estratégico de Acción Social del Mercosur* (PEAS) (2011), Asunción, Paraguay: Instituto Social del Mercosur.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (1990). *Informe sobre Desarrollo Humano*, Bogotá, Colombia: Tercer Mundo Editores.

\_\_\_\_\_. (1998). *Informe sobre Desarrollo Humano*, Madrid: Ed. Mundi-Prensa.

\_\_\_\_\_. (2005). *Informe sobre Desarrollo Humano. Cooperación internacional ante una encrucijada: ayuda al desarrollo, comercio y seguridad en un mundo desigual*, New York.

\_\_\_\_\_. (2004). *La democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas. Contribución para el debate*, 1ra. Edición, Buenos Aires: Aguilar, Atlea, Taunus, Alfaguara S.A., sept..

\_\_\_\_\_. (2009). *Informe sobre Desarrollo Humano para Mercosur 2009-2010. Innovar para incluir: Jóvenes y Desarrollo Humano*, Buenos Aires.

\_\_\_\_\_. (2011). *Informe sobre Desarrollo Humano – Sostenibilidad y equidad: Un mejor futuro para todos*, Madrid: Ed. Mundi-Prensa.

\_\_\_\_\_. (2013). *Informe sobre Desarrollo Humano – El ascenso del Sur: Progreso humano en un mundo diverso*, Madrid: Ed. Mundi-Prensa.

Ranis, Gustav; Stewart, Frances (s.d.). “Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina”. In *Rev. de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 78, dic. 02.

Sandoval Terán, Areli (2003). *Desarrollo social y desarrollo sostenible con perspectiva de derechos humanos*. Disponible en: <[http://www.revistafuturos.info/futuro\\_1/arely1.htm](http://www.revistafuturos.info/futuro_1/arely1.htm)>.

#### **Otros sitios de interés:**

<http://datos.bancomundial.org/indicador/EN.CLC.MDAT.ZS/countries?display=graph>,  
Junio de 2013.

<http://www.argentina.ar>.

**Recebido para publicação em 28 de dezembro de 2013.**

**Aprovado para publicação em 24 de fevereiro de 2014.**

## ANEXO A: Sobre la dimensión económica

### A.1- Tasa de crecimiento del PBI – a precios constantes

TASA DE CRECIMIENTO DEL PBI A PRECIOS CONSTANTES													
PAIS/AÑOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	-0,79	-4,41	-10,9	8,837	9,03	9,179	8,466						
Brasil	4,306	1,315	2,656	1,147	5,714	3,156	3,955	6,095	5,169	-0,33	7,534	2,733	0,873
Paraguay	-2,31	-0,83	-0,02	4,321	4,057	2,133	4,807	5,422	6,359	-3,97	13,09	4,341	-1,21
Uruguay	-1,93	-3,84	-7,73	0,805	5,004	7,46	4,099	6,542	7,176	2,245	8,947	6,531	3,935
Venezuela	3,687	3,394	-8,86	-7,76	18,29	10,32	9,872	8,754	5,278	-3,2	-1,49	4,176	5,541

Nota: Tabla elaborada con datos de [www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org), julio de 2013

Nota: Tasa de crecimiento anual porcentual del PIB a precios de mercado en moneda local, a precios constantes. Los agregados están expresados en dólares de los Estados Unidos a precios constantes del año 2000. (Fuente: [www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org)).

### A.2- PBI per cápita – en dólares a precios actuales

PBI PER CAPITA													
PBI PER CAPITA PARA LOS PAISES DEL MERCOSUR													
PAIS/AÑO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	7701,36	7208,81	2711,85	3413,11	3997,24	4740,07	5490,44	6630,05	8231,23	7674,34	9132,96	10951,6	11557,6
Brasil	3694,46	3128,14	2810,7	3039,67	3607,19	4739,31	5787,98	7194,08	8622,71	8373,34	10978,1	12576	11339,5
Paraguay	1531,89	1403,25	1135,3	1159,4	1386,75	1479,4	1772,64	2259,08	2967,41	2513,63	3100,5	3956,73	3813,47
Uruguay	6872,73	6282,02	4089,1	3622,3	4117,65	5221,67	5879,34	7012,54	9067,5	8995,69	11520,3	13723,9	14449,5
Venezuela	4799,65	4942	3666,65	3241,52	4282,02	5444,66	6747,76	8329,64	11223,2	11525	13559,3	10728	12766,7
PBI PER CAPITA PARA LOS PAISES DE DESARROLLO HUMANO MUY ALTO													
PAIS/AÑO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Noruega	37472,7	37867,1	42291,8	49263,5	56627,7	65767	72959,8	83556,2	95189,9	78457,4	86153,5	99143,2	99557,7
Australia	21708	19541,4	20101	23446,3	30381,1	33947,6	35992	40470,1	49206,7	42403,6	51586,1	62002,8	67035,6
Países Bajos	24179,7	24968,8	27110,6	33177,4	37458,4	39122,3	41458,9	47770,8	52951	48173,9	46622,9	50085,1	46054,4
Estados Unidos	35081,9	35912,3	36819,4	38224,7	40292,3	42516,4	44622,6	46349,1	46759,6	45305,1	46615,5	48112,6	49965,3
Nueva Zelandia	13379,4	13628,6	16583	21541,3	25012,4	27357,9	26127,7	31895,7	30452,8	26989,6	31999,5		
PBI PER CAPITA PARA LOS PAISES DE DESARROLLO HUMANO MUY BAJO													
PAIS/AÑO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Congo, República Democrática	91,7011	97,4072	111,971	111,239	124,05	133,1	158,727	175,104	198,496	185,232	210,769	244,85	271,969
Niger	163,64	170,696	183,67	222,899	240,217	258,282	266,579	302,266	364,378	343,359	340,424	364,412	382,83
Burundi	130,424	128,198	117,281	108,015	121,859	143,784	158,305	162,828	186,872	194,897	219,53	246,914	250,971
Mozambique	235,838	216,923	217,461	234,795	278,783	313,108	328,707	362,432	434,53	414,11	386,963	511,299	578,799
Chad	166,851	198,279	221,834	293,91	456,794	529,433	588,888	655,161	757,96	622,79	728,678	875,94	885,112

NOTA: tabla elaborada con datos extraídos de [www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org) julio de 2013

Nota: El PIB per cápita es el producto interno bruto dividido por la población a mitad de año.

### A.3- Proporción de las tasas de participación laboral femenina y masculina en porcentajes

PROPORCIÓN DE TASAS DE PARTICIPACIÓN LABORAL FEMENINA Y MASCULINA												
PAIS/AÑO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	57,34	58,59	59,78	61,07	63,87	63,71	63,58	64,16	64,89	65,42	62,75	63,15
Brasil	66,75	66,99	68,75	69,41	70,42	71,83	71,94	71,89	71,87	72,54	73,33	73,67
Paraguay	58,82	60,86	61,63	62,28	62,94	63,83	64,60	65,38	64,73	66,20	66,44	67,09
Uruguay	68,73	70,10	70,52	70,81	70,99	71,26	68,53	70,72	71,41	72,14	72,32	72,68
Venezuela	59,02	63,48	65,43	64,66	63,87	63,19	62,62	62,55	63,17	63,80	64,34	64,96

NOTA: tabla elaborada con datos extraídos de [www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org) abril

La tasa de población activa es la “proporción de la población de 15 años de edad o más económicamente activa: todas las personas que aportan trabajo para la producción de bienes y servicios durante un período específico” (ver: [www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org)). Para calcular la participación laboral de las mujeres respecto de los hombres, se halla el cociente de la PEA femenina en relación a la PEA masculina (en % - datos a Abril 2013).

### A.4- Empleo Vulnerable

Al empleo vulnerable se lo define como “El empleo vulnerable se refiere a los trabajadores familiares no remunerados y a los trabajadores autónomos como porcentaje del empleo total”<sup>26</sup>.

EMPLEO VULNERABLE EN EL MERCOSUR												
EMPLEO VULNERABLE DE HOMBRES PARA LOS PAISES DEL MERCOSUR												
PAISES/AÑOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	24,30	25,40	27,90	25,00	23,80	23,50	22,20	21,00	21,00	21,50	20,90	20,40
Brasil	30,70	34,40	34,30	34,50	33,80	30,70	29,50	29,20	27,10	27,10		
Paraguay		47,60	53,30	51,20	51,40	48,80	48,30	44,50	42,00	44,30	41,20	40,00
Uruguay	25,60	27,00	29,40	29,80		27,10	26,10	26,00	22,30	22,30	23,10	
Venezuela	35,10	30,90	31,30	32,60	31,30	29,00	28,80	27,90	29,30	30,10	32,50	32,40
EMPLEO VULNERABLE DE MUJERES PARA LOS PAISES DEL MERCOSUR												
PAISES/AÑOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	20,60	21,40	20,00	19,10	19,00	18,60	17,30	16,60	16,40	16,90	16,50	16,10
Brasil	22,00	32,60	32,90	32,60	32,00	25,30	24,20	24,00	22,60	22,40		
Paraguay		51,90	53,60	52,20	55,00	48,80	50,80	50,30	48,40	49,20	46,50	45,60
Uruguay	20,10	22,00	24,80	21,80		21,70	23,80	24,00	24,30	23,90	21,20	
Venezuela	40,00	39,90	39,30	39,70	35,90	34,70	33,20	32,90	32,50	32,90	33,90	33,30

NOTA: tabla elaborada con datos de fuente Banco Mundial, extraídos de [www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org), marzo de 2013

<sup>26</sup> ve

## A.5- Desempleo

El desempleo se analiza como porcentaje de la población activa, comúnmente conocida como PEA, población económicamente activa. “El desempleo es la proporción de la población activa que no tiene trabajo pero que busca trabajo y está disponible para realizarlo. Las definiciones de población activa y desempleo difieren según el país”<sup>27</sup>.

DESEMPLEO EN EL MERCOSUR												
HOMBRES DESEMPLEADOS EN EL MERCOSUR												
PAISES/AÑOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	14,10	18,70	18	14,10	11,20	9,20	8,40	6,70	6,5	7,80	6,60	6,20
Brasil		7,5	7,30	7,80	6,80	7,10	6,30	6	5,20	6,10		
Paraguay	6,70	6,70	8,90	6,60	5,90	4,80	5,30	4,20	4,40	5,60	4,70	4,40
Uruguay	10,90	11,5	13,5	13,5		9,5	7,80	6,60	5,40	5,21	5	4,5
Venezuela	12,5	11,60	14,40	14,40	13,40	10,30	8,20	7,10	6,5	7,40	8,20	7,70
MUJERES DESEMPLEADAS EN EL MERCOSUR												
PAISES/AÑOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	16,40	17,80	17,60	18,70	14,5	12,40	12,30	10,90	9,70	9,80	9,20	8,5
Brasil		11,90	11,5	12,30	11,70	12,20	11	10,80	9,60	11		
Paraguay	8,90	8,90	13,60	10	9,5	7,20	8,80	7,60	7,5	7,90	7,30	7,40
Uruguay	17	19,70	21,20	20,80		15,30	14,10	12,40	10,10	9,77	9	7,70
Venezuela	14,40	14,60	18,80	20,30	17,60	13	11,10	8,10	7,40	8,5	9,20	9,30
NOTA: tabla elaborada con datos extraídos de <a href="http://www.bancomundial.org">www.bancomundial.org</a> abril de 2013												

## ANEXO B: Sobre la dimensión social

### B.1-Esperanza de vida al nacer

Años que vivirá un recién nacido si los patrones de mortalidad por edades imperantes en el momento de su nacimiento siguieran siendo los mismos a lo largo de toda su vida.

<sup>27</sup> Ibidem.

ESPERANZA DE VIDA AL NACER PARA LOS PAISES DEL MERCOSUR												
ESPERANZA DE VIDA AL NACER PARA LAS MUJERES												
PAIS/AÑO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	77,52	77,75	77,98	78,2	78,41	78,61	78,8	78,98	79,16	79,32	79,49	79,66
Brasil	74,08	74,36	74,63	74,88	75,11	75,35	75,59	75,85	76,12	76,4	76,69	76,98
Paraguay	72,28	72,52	72,76	72,98	73,2	73,41	73,61	73,82	74,02	74,22	74,42	74,62
Uruguay	79,01	78,77	78,77	78,79	78,94	79,42	79,52	79,63	79,73	79,84	79,94	80,1
Venezuela	76,23	76,4	76,6	75,81	76,01	76,21	76,41	76,61	76,8	76,99	77,18	77,37
ESPERANZA DE VIDA AL NACER PARA LOS HOMBRES												
PAIS/AÑO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	70,1	70,29	70,48	70,68	70,87	71,06	71,25	71,43	71,61	71,79	71,96	72,12
Brasil	66,39	66,71	67,01	67,3	67,59	67,89	68,21	68,55	68,91	69,29	69,68	70,06
Paraguay	67,91	68,2	68,48	68,74	68,98	69,2	69,4	69,61	69,81	70,02	70,24	70,45
Uruguay	70,96	71,16	71,09	71,15	71,67	71,98	72,12	72,26	72,41	72,56	72,71	72,9
Venezuela	70,45	70,6	70,8	69,9	70,09	70,28	70,47	70,66	70,86	71,04	71,22	71,4
NOTA: tabla elaborada con datos de <a href="http://www.bancomundial.org">www.bancomundial.org</a> , abril de 2013												

## B.2- Educación en el Mercosur

EDUCACION EN EL MERCOSUR												
PROPORCIÓN DE INSCRIPCIONES DE MUJERES CON RESPECTO A VARONES EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA (%)												
PAIS/AÑO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	98,41	98,7	98,72	99,23	98,74	98,56	98,37	98,5	99,08	98,55	98,21	
Brasil	94,22	94,46	94,45	94,45	94,48	94,11						
Paraguay	96,18	96,34	96,42	96,69	96,94	97,11	96,96	96,73	96,58	96,57	95,89	
Uruguay	98,41	97,92	97,79	97,6	97,36	97,52	97,22	97,12	96,84	96,56	96,74	
Venezuela	98,2	98,15	98,01	97,93	97,87	98,03	97,69	97,39	97,36	97,29	97,1	97,36
PROPORCIÓN DE INSCRIPCIONES DE MUJERES CON RESPECTO A VARONES EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA (%)												
PAIS/AÑO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	103	107,1	110,3	111,3	112,2	113,2	113,6	112,5	111,4			
Brasil	109,6	110,4	109,5	110								
Paraguay	101,4	101,3	101,8	102,6	103,5	103,7	104,4	104,6	105			
Uruguay	112,5	114,9	115,3	115,3	116,1	98,88	113,5	113,3	113,7			
Venezuela	116	114,9	113,8	112,8	112,4	111,6	110,2	109,4	109,7	109,4		
PROPORCIÓN DE INSCRIPCIONES DE MUJERES CON RESPECTO A VARONES EN LA EDUCACIÓN Terciaria (%)												
PAIS/AÑO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	155,3	148,4	149,1	151,4	142,4	145,7	152,3	152,3	152,5	151,2	150,9	
Brasil	129,7	129,8	132,2	132,2	131,9	129,4						
Paraguay	136,2	137,7	139,7	137,6	133,8	112,8		134,4	135	143,1	140,3	
Uruguay	175,8	181,3	194,6	203,1	201,6	174,4	168	175,1	174,4	173,7	172,8	
Venezuela	146,2		108,9	107,5					169,4			
NOTA: tabla construida con base de datos extraisa de <a href="http://www.bancomundial.org">www.bancomundial.org</a> , abril de 2013												

Proporción de inscripciones de mujeres con respecto a varones en la educación (primaria / secundaria / terciaria) (%):

*Índice de paridad de género (IPG) de la tasa bruta de matrícula, (educación primaria, secundaria o superior). Corresponde a la proporción entre la tasa bruta de matrícula femenina en educación -primaria, secundaria o superior- y la tasa bruta de matrícula masculina en dicho nivel de enseñanza. Para calcular este índice, se divide el valor del indicador correspondiente a las mujeres por el valor del indicador correspondiente a los varones. Un IPG igual a 1 indica la paridad entre varones y mujeres. En general, un valor inferior a 1 indica una desigualdad a favor de los varones, mientras que un valor superior a 1 indica que la desigualdad favorece a las mujeres<sup>28</sup>.*

### ANEXO C: Sobre la dimension ambiental

#### C.1- Emisiones de Dióxido de Carbono, en toneladas métricas per cápita

*“Las emisiones de dióxido de carbono son las que provienen de la quema de combustibles fósiles y de la fabricación del cemento. Incluyen el dióxido de carbono producido durante el consumo de combustibles sólidos, líquidos, gaseosos y de la quema de gas”<sup>29</sup>.*

EMISIONES DE CO2 (toneladas métricas per cápita) PARA LOS PAISES DEL MERCOSUR										
PAIS/AÑOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	3,82	3,56	3,27	3,50	4,07	4,02	4,39	4,41	4,59	4,36
Brasil	1,88	1,91	1,85	1,77	1,84	1,87	1,85	1,91	2,02	1,90
Paraguay	0,69	0,70	0,70	0,72	0,71	0,65	0,66	0,68	0,70	0,71
Uruguay	1,61	1,54	1,40	1,39	1,70	1,75	2,01	1,80	2,50	2,36
Venezuela	6,27	6,97	7,66	7,48	6,44	6,83	6,29	6,35	6,53	6,51

NOTA: tabla elaborada con datos extraídos de los datos del Banco Mundial, cita [www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org), en junio de 2013

#### C.2- Sequías, inundaciones y temperaturas extremas

*Sequías, inundaciones y temperaturas extremas es el porcentaje promedio anual de población que se ve afectada por los desastres naturales clasificados como sequías, inundaciones o episodios de temperaturas extremas. El porcentaje promedio de población afectada se calcula dividiendo la suma del total de*

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> Ibidem.



*afectados en el período consignado por la suma de las cifras anuales de población para el lapso indicado<sup>30</sup>.*

<b>SEQUIAS, INUNDACIONES Y TEMPERATURAS EXTREMAS</b>	
<b>PAIS</b>	<b>PORCENTAJE</b>
<b>Argentina</b>	0,167189951
<b>Brasil</b>	0,482451028
<b>Paraguay</b>	0,714773455
<b>Uruguay</b>	0,264742967
<b>Venezuela</b>	0,155204204

**Nota. tabla realizada con datos extraídos de  
[www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org)**

---

<sup>30</sup> Ibidem.

**JUVENTUDE, PROJETOS SOCIAIS, EMPREENDEDORISMO E CRIATIVIDADE:  
DISPOSITIVOS, ARTEFATOS E AGENTES PARA O GOVERNO DA POPULAÇÃO  
JOVEM**

**JUVENTUD, PROYECTOS SOCIALES, EMPRENDIMIENTO Y CREATIVIDAD:  
DISPOSITIVOS, ARTEFACTOS Y AGENTES PARA LA GOBERNANZA DE LA POBLACIÓN  
JOVEN**

**YOUTH, SOCIAL PROJECTS, ENTREPRENEURISM AND CREATIVITY: DEVICES,  
ARTEFACTS AND AGENTS FOR THE GOVERNING OF THE YOUTH POPULATION**

**JEUNESSE, PROJETS SOCIAUX, ENTREPRENARIAT ET CRÉATIVITÉ : DISPOSITIFS,  
ARTÉFACTS ET AGENTS DE CONTRÔLE DE LA POPULATION JEUNE**

**青少年，社会行动项目，创业精神，创造力：机构问题，人为制造的问题，政府针对青少年人口的  
指导等问题。**

**DOI: 10.5533/1984-2503-20146204**

**Livia De Tommasi<sup>1</sup>**

**RESUMO**

O texto articula as reflexões elaboradas no âmbito de três pesquisas desenvolvidas nos últimos anos com três objetos de estudo distintos, a saber: projetos sociais dirigidos a jovens, manifestações culturais de periferia e dispositivos de governo acionados na cidade do Rio de Janeiro no âmbito do processo de “pacificação” das favelas. As questões levantadas permitem problematizar as formas como, no Brasil, nos últimos decênios, a abordagem da chamada “questão social” tem sido redesenhada. A contraposição entre o campo da juventude e o campo da criança e do adolescente é desenvolvida para exemplificar as mudanças ocorridas, nos últimos decênios, no Brasil, na abordagem da chamada “questão social”.

**Palavras-chave:** Juventude, Projetos sociais, Empreendedorismo, Práticas de governo.

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris I, professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: [livia.detommasi@gmail.com](mailto:livia.detommasi@gmail.com)

El texto articula reflexiones elaboradas en el marco de tres investigaciones desarrolladas en los últimos años sobre tres objetos de estudio distintos, que son: proyectos sociales dirigidos a jóvenes, manifestaciones culturales de periferia y dispositivos de gobernanza accionados en la ciudad de Rio de Janeiro en el marco del proceso de “pacificación” de las favelas. Las cuestiones planteadas permiten problematizar en qué medida el enfoque sobre la llamada “cuestión social” ha sido rediseñado en el Brasil de las últimas décadas. El contraste entre el campo de la juventud y el campo de la niñez y la adolescencia es desarrollado para ilustrar los cambios de enfoque que se han producido en Brasil en cuanto a la "cuestión social".

**Palabras clave:** Juventud, Proyectos sociales, Emprendimiento, Prácticas de gobierno.

## **ABSTRACT**

This article discusses the reflections developed over the course of three research papers undertaken in recent years with three different objects of study: social projects aimed at young people, cultural practices in urban outskirts and devices employed by the government in the city of Rio de Janeiro in the process of “pacifying” the *favelas*. The questions raised facilitate a problematization of how the approach to the so-called “social issue” has shifted over recent decades in Brazil. The opposition between the domain of youth and that of children and teenagers is developed in order to exemplify the changes to have occurred over recent decades in Brazil in terms of the country’s approach to the so-called “social issue”.

**Key Words:** Youth, Social Projects, Entrepreneurism, Government Practices.

## **RÉSUMÉ**

Ce texte articule les réflexions menées dans le cadre de trois recherches mises en œuvre ces dernières années autour de trois objets d’étude distincts, à savoir les projets sociaux destinés aux jeunes, les manifestations culturelles de banlieue et les dispositifs de contrôle mis en place par la ville de Rio de Janeiro dans le cadre du processus de « pacification » des favelas. Les questions soulevées permettent de mettre en perspective les façons dont l’approche de la « question sociale » a été reconfigurée dans le Brésil des dernières décennies. L’opposition constatée entre le champ de la jeunesse et celui de l’enfance et de l’adolescence permet de mettre en lumière les changements intervenus dans l’approche de la « question sociale » au Brésil.

**Mots-clés :** Jeunesse, Projets sociaux, Entreprenariat, Pratiques de gouvernement.

## 摘要

本论文对最近几年巴西举行的三项研究进行反思，它们分别是：针对青少年人口的社会服务项目，针对城市边缘地区的社会边缘人口的文化活动项目，里约热内卢市政府在“平定”平民窟之后设立的行政服务机构。本文提出了一些问题，对十几年以来巴西政府执行的针对所谓“社会问题”的措施进行质疑。本文区分了青少年领域，和儿童与青春期少年领域，对两个领域里十多年来不同的发展状况进行了研究，反思了巴西针对所谓“社会问题”的政策和措施。

**关键词：**青少年，社会行动项目，创业精神，政府的措施。

A população jovem tem sido alvo, nos últimos decênios, de múltiplas intervenções por parte de agentes públicos e privados, ocupando com frequência as manchetes dos jornais; os governos federal, estaduais e municipais têm criado órgãos específicos (secretarias, coordenadorias, gerências) encarregados de elaborar “políticas públicas”<sup>2</sup> específicas dirigidas a essa faixa populacional. Ao longo dos últimos vinte anos, a juventude tornou-se, também, um tema relevante no âmbito de estudos e pesquisas, acadêmicos e não<sup>3</sup>.

Nesse artigo, procuro articular reflexões elaboradas no âmbito de três pesquisas, desenvolvidas nos últimos anos. Abordaram três objetos de estudo distintos: projetos sociais dirigidos a jovens<sup>4</sup>, manifestações culturais periféricas<sup>5</sup> e dispositivos de governo acionados no Rio de Janeiro no âmbito do processo de “pacificação”<sup>6</sup>.

Carrego no meu olhar, além das interrogações e observações de pesquisadora, os muitos anos em que trabalhei em agências internacionais, fundações empresariais e Organizações não governamentais (ONGs). As conversas que travei nesses contextos, a interlocução com os jovens “público alvo” das intervenções (muitos dos quais se tornaram

---

<sup>2</sup> Por uma análise crítica sobre as chamadas “políticas públicas” cf. Lima e Castro, 2008.

<sup>3</sup> Vale destacar o trabalho desenvolvido pelas equipes de pesquisa coordenadas pela prof. Marília Pontes Sposito (cf. Sposito 2006, 2007 e 2009), a realização, a partir de 2004, de sucessivas edições do JUBRA – Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira; em âmbito não acadêmico, se destaca a produção de pesquisas da UNESCO (cf. 2002, 2004) e da ONG IBASE (2005).

<sup>4</sup> A pesquisa “Juventude em pauta: a juventude como campo de intervenção social” foi desenvolvida entre setembro de 2010 e maio de 2012 com auxílio financeiro da FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro (FAPERJ).

<sup>5</sup> A pesquisa “Jovens na cidade: trânsitos, trajetos e circulação entre cultura e política” foi desenvolvida entre agosto de 2010 e novembro de 2012 e contou com financiamento do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>6</sup> A pesquisa, de caráter etnográfico, é desenvolvida desde final de 2010 na Cidade De Deus.

amigos e parceiros de trabalho) alimentam minhas reflexões, além das observações que realizei durante o trabalho de campo.

Traço, a seguir, algumas considerações sobre cada um dos meus objetos de pesquisa, detendo-me um pouco mais sobre a contraposição entre o campo da juventude e o campo da criança e do adolescente para, dessa forma, exemplificar as mudanças ocorridas, nos últimos decênios, no Brasil, na abordagem da chamada “questão social”. Não vou me deter, nesse texto, sobre dados empíricos, para não alongar o trabalho, remetendo para isso aos artigos publicados no âmbito de cada uma das pesquisas citadas<sup>7</sup>.

## 1. A juventude e os projetos sociais: de problema social a protagonistas

Jacques Donzelot, em seu brilhante estudo sobre “A polícia das famílias”<sup>8</sup>, comenta alguns trechos de um relatório escrito em 1848 por Adolphe Blanqui, encarregado pela Academia de Ciências Morais e Políticas de visitar o país e constatar a situação material e moral em que se encontrava a classe trabalhadora após o movimento revolucionário que eclodiu na França naquele ano. Transcrevo um pequeno trecho do relatório:

*Existe, tanto em Lyon como em Paris, uma classe intermediária entre a infância e a idade viril que não possui a ingenuidade da uma nem a razão de outra e que será por muito tempo, se não se tomar cuidado, a base do recrutamento de todos os perturbadores da ordem social.*<sup>9</sup>

Com essas palavras proféticas, Blanqui nomeia um problema social que se tornou, a julgar pelos recorrentes apelos sociais, políticos e midiáticos, crônico em nossa sociedade: o problema dos jovens definidos como delinquentes, “desviados”, vítimas e causadores de violência, recrutas fáceis da criminalidade e do “tráfico”, dependentes de drogas; nos dias de hoje, “baderneiros”, “vândalos” e “mascarados” que estragam a festa das manifestações “ordeiras”. Também caracterizados com os traços de hedonistas, imediatistas, apáticos, consumistas. A representação comum dos jovens, e especificamente dos jovens pobres, em nossa sociedade, é ainda uma imagem renovada

<sup>7</sup> Cf. Tommasi, 2012, 2013a, 2013b, e Tommasi e Velazco, no prelo.

<sup>8</sup> Donzelot, J. (1986). *A polícia das famílias*, Rio de Janeiro: Graal.

<sup>9</sup> Blanqui apud Donzelot, J. (1986). *Op. Cit.*, p. 69.

da “classe intermediária” problemática retratada por Blanqui. Antes mesmo de existir enquanto categoria social, essa faixa populacional existia enquanto problema social<sup>10</sup>.

A ideia da juventude enquanto período de transição entre a infância e a idade adulta, ou seja, um período de preparação, também continua vigente entre nós<sup>11</sup>.

No campo dos estudos sociológicos, Karl Mannheim<sup>12</sup> e Samuel Eisenstadt<sup>13</sup> se debruçam sobre essa fase da vida tornando a juventude uma categoria analítica. Se o problema é identificado nas falhas do processo de socialização e interiorização das normas, ou seja, na produção de jovens desviantes (foco do trabalho da Escola de Chicago, durante as primeiras décadas de 1900), Mannheim positiviza a imagem dos jovens inquietos e “marginais”:

*A função específica da juventude é a de um agente revitalizador. [...] eles ou elas não tomam a ordem estabelecida como indiscutível e não têm interesses comprometidos. [...] ser jovem significa, fundamentalmente ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho.*<sup>14</sup>

Essa dualidade na imagem da juventude, enquanto marginal ou “agente revitalizador”, como veremos, é retomada em anos recentes quando à imagem do jovem-problema se contrapõe a do jovem-solução, seguindo a ideia de que é possível canalizar as inquietações juvenis (difusas e não ideologicamente definidas) para que sejam colocadas a serviço dos processos de democratização e desenvolvimento social.

No Brasil, no campo da sociologia, foram pioneiros os estudos da Marialice Foracchi sobre a juventude engajada no movimento estudantil, protagonista de importantes lutas políticas contra a ditadura militar nas décadas de 70-80. Mas, evidentemente existe uma distância social entre esses jovens universitário, oriundos das classes favorecidas da população, e os jovens-problema, pobres, negros, moradores de favelas e periferias. Se a inquietação dos primeiros é saudada positivamente, enquanto impulsiona a renovação da democracia<sup>15</sup>, a falha no processo de integração social dos segundos representa, para acadêmicos e gestores, um problema social.

Do ponto de vista das chamadas “políticas públicas”, o interesse por essa faixa populacional é bastante recente. No bojo do processo de redemocratização, um amplo

<sup>10</sup> Abramo, Helena Wendel (1994). *Cenas juvenis: punk e darks no espetáculo urbano*, São Paulo: Scritta.

<sup>11</sup> Camarano, M. A. (Org.) (2006). *Transição para a vida adulta, ou vida adulta em transição?* Brasília: IPEA.

<sup>12</sup> Mannheim, Karl (1964). “Funções das gerações novas”. In: Pereira, Luiz; Foracchi, Marialice (Org.) (1964). *Educação e Sociedade*, São Paulo: Cia Editora Nacional, p. 91-97.

<sup>13</sup> Eisensdtadt, S. N. (1976). *De geração a geração*, São Paulo: Perspectiva.

<sup>14</sup> Mannheim, Karl (1964). Op. Cit., p. 93-97.

<sup>15</sup> Foracchi, M. (1972). *A juventude na sociedade moderna*, São Paulo: Pioneira/Edusp.

processo de luta e reivindicação por direitos desemboca na afirmação da infância e da adolescência (crianças e adolescentes até os 18 anos) como fases da vida que devem ser protegidas e amparadas pela sociedade. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, simboliza a vitória da chamada “doutrina da proteção integral” que, em campo jurídico, se contrapõe à “doutrina da situação irregular” vigente até então. Todo um arcabouço institucional (conselhos paritários, juizados, secretarias de governo, instituições sociais de “atendimento”<sup>16</sup>) e de dispositivos de intervenção (projetos e programas, conduzidos por agentes públicos e privados) coloca em prática, ou, pelo menos, tenta colocar em prática, a afirmação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos<sup>17</sup>.

Vários analistas se debruçaram sobre as falhas no processo de efetivação desses direitos, em particular no que diz respeito ao processo de ressocialização dos adolescentes privados de liberdade e à concretização das “redes de proteção integral” que deveriam atender crianças e adolescentes em situação “de risco”<sup>18</sup>. Uma das questões problemáticas colocadas, inicialmente, pelos agentes do chamado “atendimento direto” é o fato de que cumprindo os 18 anos de idade os adolescentes são obrigados a sair de programas e projetos: perdem as bolsas, devem parar de participar das atividades (geralmente de “formação”) disponibilizadas pelas entidades da sociedade civil (via financiamento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente e convênios com instituições de governo) ou os programas governamentais. A partir da segunda metade dos anos 90, entidades e gestores começam a se debruçar sobre essa questão, ou seja, sobre o atendimento à faixa da população após os 18 anos<sup>19</sup>.

As estatísticas, que cumprem um papel importante na produção de um saber sobre a população que orienta e legitima as tecnologias de governo, como apontou Alain Desrosière<sup>20</sup>, mostram que a faixa etária entre os 15 e 24 anos deve ser considerada

---

<sup>16</sup> Uma excelente análise sobre as formas de funcionamento desses programas foi realizada, em sua tese de doutorado, por Viana, 2010.

<sup>17</sup> Cury, Munir; Silva, A. F.; Mendez, E. G (Coord.) (2006) *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado – Comentários Jurídicos e Sociais*, São Paulo: Malheiros.

<sup>18</sup> Silva, M.L. (2011). *Entre proteção e punição; o controle sociópenal dos adolescentes*, São Paulo: Ed. Unifesp e Feltran, G. (2011). *Fronteiras da Tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*, São Paulo: Ed. UNESP; CEM; CEBRAP.

<sup>19</sup> Brenner, Ana Karina; Lanes, Patricia; Carrano, Paulo César (2005). “A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas”. In *Jóvenes Revista de Estudios sobre Juventud*, México: Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud, Año 9, n. 22, p. 194-211, enero/jun.

<sup>20</sup> Desrosière, A. (2003). «Historicizer l'action publique: l'Etat, le marché et les statistiques». In Laborier P.; Trom, D. (Ed.) (2003). *Historicité de l'action publique*, Paris: PUF, p. 207-221.

como a mais “problemática” do ponto de vista da manutenção da ordem social. Nesse segmento populacional se concentram os indivíduos que estão fora das principais instâncias de socialização<sup>21</sup>, a escola e o trabalho, e que vivem, em sua maioria, em famílias “desestruturadas”. São os pobres, negros, moradores das periferias, que engrossam as fileiras dos encarcerados, compõem as estatísticas sobre morte violenta<sup>22</sup>, as “recrutas dos perturbadores da ordem” dos quais fala Blanqui.

A partir da segunda metade dos anos 90, no Brasil, a questão da juventude passa a ocupar um lugar de destaque no âmbito da chamada “questão social”. Alguns fatos de grande repercussão midiática contribuem para motivar essa atenção: o assassinato do índio Galdino em Brasília em 1997, o sequestro do ônibus 174 por um sobrevivente da chacina da Candelária em 2000<sup>23</sup>. É importante notar que isso acontece num período histórico distinto, com relação ao período em que as atenções eram voltadas sobre a população de crianças e adolescentes. Se tomarmos como marco temporal da atenção sobre a juventude a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 2004, passaram-se mais de 20 anos desde a aprovação do ECA, anos de afirmação da racionalidade neoliberal, de auge das políticas de “ajuste estrutural”: flexibilização e precarização das relações de trabalho, financeirização da economia, privatização das estatais, dentre outras transformações que afetam, em particular, o mundo do trabalho. No âmbito político, as questões sociais deixaram de ser formuladas segundo a “gramática dos direitos”<sup>24</sup> que vigorou, no país, na época do processo de redemocratização. As palavras de ordem, agora, são outras: parcerias público-privado, *accountability*, ênfase sobre a eficácia e eficiência das intervenções medidas através de indicadores de custo-benefício. O modelo da gestão empresarial contamina o trabalho social. Toda uma gramática e um saber “técnico” são introduzidos para nomear as questões, orientar a elaboração dos “projetos”, o enfrentamento das “emergências” provocadas pelas populações “a risco”, saber que é patrimônio de especialistas, preferivelmente formados nos cursos de administração. O “ciclo dos projetos” torna-se mais complexo, as entidades se burocratizam, precisando dar

---

<sup>21</sup> cf. a pesquisa desenvolvida no âmbito do chamado “Projeto Juventude” - Abramo, Helena Wendel; Branco, Petro Paulo Martoni (Org.) (2005), *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo.

<sup>22</sup> Cf. as sucessivas edições dos Mapas da violência, realizados pela UNESCO, disponíveis em: [mapadaviolencia.org.br](http://mapadaviolencia.org.br).

<sup>23</sup> Sposito, M. P. (2009). *Estudo sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006)*, Belo Horizonte: Autêntica.

<sup>24</sup> Telles, V. (2001). *Pobreza e cidadania*, São Paulo: Ed. 34.



conta do “planejamento estratégico”, da quantificação do público alvo, da descrição detalhada dos “resultados esperados” e “alcançados”, das planilhas para a prestação de contas, dos indicadores de avaliação<sup>25</sup>.

O trabalho dos integrantes do CENEDIC (Centro de Estudos dos Direitos de Cidadania, coordenado pelo sociólogo Chico de Oliveira) discutem com precisão essas mudanças, que provocam o que eles definem um “esvaziamento do campo da política”<sup>26</sup>. A contaminação e predominância da racionalidade empresarial é discutida também no campo do urbanismo, no trabalho, por exemplo, de Carlos Vainer, Herminia Maricato, Otilia Arantes<sup>27</sup>.

Gabriel Feltran, em sua pesquisa de doutorado<sup>28</sup>, mostra em detalhe o deslocamento que acontece, no arco desses últimos 20 anos, no âmbito da atenção às crianças e adolescentes, tendo como ponto de observação um típico dispositivo pautado segundo a lógica da “garantia dos direitos”, um Centro de defesa. Desenvolvendo inicialmente um trabalho centrado na denúncia das violações de direitos e na reivindicação por políticas públicas, a organização passa sucessivamente a atuar através da multiplicação de projetos e instâncias de “atendimento direto”, para suprir as falhas da “rede de proteção integral”.

Retomando nossos argumentos sobre o surgimento da “questão juvenil” no Brasil, notamos também que os agentes, no caso da juventude, são outros. Se no campo da criança e do adolescente o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) teve um papel significativo para animar e financiar movimentos, transformações institucionais, produção de conhecimentos, mudanças de paradigmas, lobby políticas<sup>29</sup>, no campo da juventude outro organismo internacional teve um papel de destaque. É a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) que realiza e publica pesquisas que se tornam referência (em particular, o Mapa da Violência, que teve

---

<sup>25</sup> Tommasi, L. (2012) “Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal”. In *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n. 1, p. 101 – 129 e Vianna, Catarina. (2010). *Os Enleios da Tarrafa: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

<sup>26</sup> Oliveira, F.; Rizek, C. S. (Org.) (2007). *A era da indeterminação*, São Paulo: Boitempo.

<sup>27</sup> Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. (2002). *A cidade do pensamento único*, Petrópolis, RJ: Vozes.

<sup>28</sup> Feltran, G. (2011). *Fronteiras da Tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*, São Paulo: Ed. UNESP; CEM; CEBRAP.

<sup>29</sup> Tommasi, L. (1997). *Em busca da identidade. As lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e a questão da participação*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université de Paris I.

sucessivas edições desde 1998<sup>30</sup>, propõe modelos de intervenção<sup>31</sup> e de políticas públicas<sup>32</sup>; patrocina viagens internacionais para parlamentares e burocratas do governo, com a finalidade de conhecer “boas práticas” a serem importadas no país.

Nos documentos da UNESCO, a necessidade de focar a população jovem é justificada com dois argumentos: os jovens são muitos (as estatísticas demográficas apontam um considerável aumento, na virada do século, da população jovem) e constituem uma população “vulnerável”. A suposta vulnerabilidade é justificada através de alguns indicadores: envolvimento com a violência, desemprego, gravidez indesejada, fracasso escolar e carências no acesso à cultura e ao lazer.

*Segundo dados do Censo demográfico de 2000, a população jovem de 15 a 24 anos é composta de mais de 34 milhões, número que, por si só justifica, de forma incontestável, a necessidade de políticas específicas. Além disso, nos tempos atuais, os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violências, desemprego, gravidez não desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carências de bens culturais, lazer e esporte. Este quadro desperta preocupações<sup>33</sup>.*

No âmbito das “boas práticas” propostas pela UNESCO como modelos de prevenção e ressocialização, um lugar de destaque é dado àqueles que propõem envolver os jovens em atividades ligadas à chamada “arte e cultura”. Voltarei sobre esse ponto mais adiante.

As fundações empresariais, que se multiplicam no Brasil a partir da segunda metade dos anos 90<sup>34</sup>, atualizando as práticas da filantropia (sem, contudo, mudar a racionalidade que as orienta) também ocupam um lugar significativo no campo da juventude, no contexto de ações supostamente dirigidas a “combater à pobreza”, uma questão que volta a ser objeto de preocupação e intervenção<sup>35</sup>.

---

<sup>30</sup> Waiselfisz, Julio Jacobo (Coord.) (1998). *Mapa da violência contra os jovens do Brasil*, Rio de Janeiro: Garamond.

<sup>31</sup> Castro, M. G. (Org.) (2001). *Cultivando Vidas, Desarmando Violências*, Brasília: UNESCO.

<sup>32</sup> Castro, M. G.; Abromovay, M. (2004). *Políticas Públicas de/para/com Juventudes*, Brasília: UNESCO.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>34</sup> Paoli, Maria Celia (2002). “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In Santos, Boaventura Souza (Org.) (2002). *Democratizar a democracia*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 373-418.

<sup>35</sup> Kliksberg, Bernardo. (Org.) (1993). *Pobreza: um tema impostergable: nuevas respuestas a nivel mundial*, Mexico: Fondo de Cultura Económica/CLAD/PNUD e Fundação Kellogg (2001). *As Novas Direções da Programação Estratégica*, São Paulo (mimeo).

Dois dispositivos são centrais nas novas estratégias de governo da população pobre<sup>36</sup>: a territorialização das ações e a implicação dos operadores nativos. Mais uma vez, importamos “tecnologia social” do exterior. Nas palavras precisas do sociólogo inglês Nikolas Rose<sup>37</sup>, uma nova territorialização das estratégias de governo é produzida: comunidades, múltiplas e fragmentadas, vêm substituindo a centralidade da sociedade, tornando-se objeto e sujeito de governo (assim como, segundo Donzelot, a família se tornou sujeito e objeto de governo durante o Antigo Regime)<sup>38</sup>. No interior da comunidade, os afiliados devem “empreender” a vida como uma escolha ativa.

*O governo que se realiza por meio da ativação das capacidades, energias e escolhas individuais, através da moralidade pessoal no interior de uma comunidade dada, é contraposto à centralização, paternalismo e incapacidade do governo social.<sup>39</sup>*

O governo através da comunidade, envolvendo os operadores nativos, é supostamente mais eficiente e eficaz, pois é na comunidade local que devem ser encontrados os recursos para enfrentar e solucionar os problemas sociais. Alias, a sobrevivência dos pobres no meio (ou por meio) de adversidades e precariedades (a celebrada “resiliência”) é prova de suas capacidades criativas e “inovadoras”, capacidades que precisam somente ser ativadas e suportadas, através de projetos pontuais e de baixo custo.

Promovidos por fundações empresariais, os projetos (artefatos típicos da tecnologia de governo contemporânea) visam o “desenvolvimento local” e a promoção da “sustentabilidade”. Estruturação do campo de ação possível, disposição das coisas, reterritorialização promovida pela “nova filantropia” que, como já notamos, reativa os antigos preceitos da filantropia. Em 1836 o Ministro francês Duchâtel assim os enunciava: “Filantropos, vocês que querem melhorar a condição de seus próximos, lembrem sempre aos pobres que seu destino está em suas próprias mãos. A melhor coisa que vocês podem fazer para eles é ensinar-lhe a viver sem a ajuda de vocês”.<sup>40</sup> Ideia que, entre nós, ficou popular através do ditado “não dar o peixe e sim ensinar a pescar”.

<sup>36</sup> Procacci, G. (1993). *Gouverner la misère. La question social en France (1979-1848)*, Paris: Seuil.

<sup>37</sup> Rose, Nikolas.(1996). “The death of the social? Re-figuring the territory of government”. In *Economy and Society*, v.25, n.3, p. 327-356.

<sup>38</sup> Donzelot, J. (1986). Op. Cit., 49.

<sup>39</sup> Rose, Nikolas (1996). Op. Cit., p. 335.

<sup>40</sup> M. T. Duchatêl apud Ewald, François (1986), *L'Etat Providence*, Paris: B. Gasset, p. 72.

Ao risco de acomodação na dependência com relação ao Estado (um Estado de Bem-Estar que, no Brasil, nunca chegou a ser efetivado), substituiu-se a exigência de “arregaçar as mangas”, “correr atrás”, tornar-se um empreendedor de si mesmo, implicar-se na tarefa de alcançar os objetivos do progresso, agora chamado de “desenvolvimento local sustentável”. Mobilizar a sociedade, reforçar e potencializar o tecido associativo, reativar o sentido de responsabilidade, individual e coletiva, multiplicar os que Donzelot chama de “procedimentos de implicação”<sup>41</sup> dos agentes sociais na gestão dos riscos da vida econômica e social. Não se trata de diminuir, ou substituir a ação do Estado, e sim de ramificar, disseminar, multiplicar sua ação através do tecido associativo. Não um “Estado mínimo” e sim um “Estado-animador”<sup>42</sup>.

É nesse contexto que cai como uma luva a ideia de “protagonismo juvenil”, importada no Brasil por um dos especialistas mais respeitados da área da criança e do adolescente, membro do grupo de redação do ECA, Antonio Carlos Gomes da Costa, difusor, entre nós, de conceitos e paradigmas teóricos elaborados no âmbito das agências das Nações Unidas, que se tornou consultor de muitas fundações empresariais. Para o Instituto Odebrecht, Antonio Carlos elabora, em 1996, um texto intitulado: “*Protagonismo juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática*”, onde a imagem dos “jovens-problema” é substituída pela ideia de que os jovens são “parte da solução” dos problemas sociais<sup>43</sup>. Ou seja, suas forças, energias, desejos de transformação e até sua suposta “rebeldia” potencial podem e devem ser ativados e utilizados em prol da melhoria das condições de vida e do enfrentamento dos muitos problemas que perpassam a sociedade brasileira, tanto no campo como nas cidades.

Através da ideia de protagonismo a ênfase é colocada sobre a ativação das capacidades dos jovens, a positividade de suas energias e “inquietações”, sua responsabilização no âmbito da “comunidade local”. O termo “protagonismo” é utilizado como sinônimo de boa cidadania: conduzir-se segundo as normas de solidariedade, compromisso com os outros, envolvimento com as causas sociais. Ser um indivíduo ativo e responsável no âmbito da própria comunidade, dentro da qual se compartilham objetivos e um destino comum, independentemente da classe social de origem. Assim, os jovens são incentivados e instruídos a “elaborar projetos” e inserir-se, dessa forma, no

<sup>41</sup> Donzelot, J. (1994). *L'invention du social*, Paris: Ed. du Seuil, p. 183.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 260.

<sup>43</sup> Costa, A. C. G. (2004). *Protagonismo Juvenil: o que é e como praticá-lo*. Disponível in: <<http://www.abdl.org.br/article/static/394>>. Acesso em: 15 set. 2012.

mercado do trabalho social; mercado, cabe salientar, altamente competitivo. Donzelot, fala, a esse propósito, de um “social de competição”<sup>44</sup>.

O “protagonismo juvenil” é o emblema da representação dos jovens-solução, matriz discursiva, motivação e, tautologicamente, finalidade dos programas sociais acionados tanto pelos governos como pelas organizações sociais, até hoje<sup>45</sup>.

Quero destacar ainda um outro aspecto que, a meu ver, coadjuvou para o sucesso e a vitalidade da ideia de “protagonismo juvenil”. Alguns trabalhos acadêmicos, visando problematizar e questionar a imagem dos jovens-problema, tinham se debruçado sobre as formas de organização, expressão, ocupação de espaços públicos por parte de grupos juvenis, especificamente na área da cultura. Um conjunto de autores brasileiros e latino-americanos indagou as práticas desses grupos<sup>46</sup>. Assim, o campo dos estudos sobre juventude, distanciando-se dos temas até então abordados pelo campo da criança e do adolescente (os adolescentes envolvidos com a violência e a criminalidade) focalizou, ao invés, a efervescência dos grupos culturais, em particular aqueles ligados à cultura hip-hop, que politizam a afirmação de uma maneira de ser e de estar no mundo, questionando a ordem vigente.

“Atrair” os jovens (ou, mais especificamente no Rio de Janeiro, ganhar a “disputa com o tráfico”) através da proposição de cursos, cursinho e atividades variadas de “arte e cultura” (cursos de DJ, break dance, capoeira, grafite, fotografia, teatro, música, artes visuais) virou a receita aplicada por projetos públicos e privados dirigidos aos jovens no último decênio<sup>47</sup>. Se na época dos projetos voltados às crianças e adolescentes a ênfase era colocada sobre a formação e a orientação para o trabalho, agora a aposta é ativar as capacidades criativas dos jovens. A arte é utilizada como “arma”, como instrumento dessa ativação, como antídoto<sup>48</sup>. As imagens dos jovens de periferia que dançam, tocam, ou

---

<sup>44</sup> Donzelot, J. (2008). “Le social de compétition”. In *Esprit*, p. 51-77, nov.

<sup>45</sup> Sposito, M.P.; Carvalho-Silva, H.H.; Souza, N.A. (2006). “Um balanço preliminar das iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas”. In *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.32, p.238-257.

<sup>46</sup> cf., entre outros, Abramo, Helena Wendel (1994). Op. Cit.; Carrano, Paulo Cesar. (2002). *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*, Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ; Dayrell, Juarez. (2005), *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*, Belo Horizonte: Ed. UFMG; Reguillo, Rossana (2000). *Emergencia de culturas juvenis: estrategias del desencanto*, Bogotá: Grupo Editorial Norma.

<sup>47</sup> Sposito, M.P. (Org.) (2007). *Espaços públicos e tempos juvenis*, São Paulo: Global.

<sup>48</sup> Um evento nos parece, nesse sentido, paradigmático: a realização de “O Antídoto – Seminário Internacional de Ações Culturais em Zonas de Conflito”, evento organizado pelo Instituto Itaú Cultural em parceria com a ONG AfroReggae, que “aborda a força da arte e da cultura no combate à violência, seja em

fazem teatro é amplamente difundida nos sites que divulgam as ações de ONGs, fundações e associações. Basta lembrar, em tempos recentes, o sucesso da chamada “batalha do passinho”, divulgada amplamente pela mídia e em particular pela Rede Globo, e patrocinada pela Coca Cola (entre outras empresas). Assim, os chamados “jovens de projeto”<sup>49</sup> são, geralmente, portadores de alguma habilidade em campo artístico e/ou comunicativo.

Antes de passar ao próximo tema de meus estudos, quero ainda destacar uma outra característica do campo da juventude: a ênfase sobre a diversidade das condições de vida dos jovens. Diversidade que procura-se inventariar, no âmbito das agências do governo, a fim de mostrar a vontade, “politicamente correta”, de responder às demandas colocadas pelos *diferentes* grupos populacionais: jovens-mulheres, jovens-afrodescentendes, jovens-rurais, jovens-deficientes, jovens-indígenas ... Em consonância com a centralidade adquirida pelas “políticas de identidade”, a cada grupo é atribuída uma “identidade” específica<sup>50</sup>. Assim, como a UNESCO sugere, o termo juventude passa a ser empregado no plural, ou seja, juventudes.

## 2. Manifestações culturais e criatividade nas periferias

O meu segundo campo de indagações se inicia, de forma mais ocasional, em São Paulo, onde, durante a primeira década do século XXI, se assiste a uma multiplicação de iniciativas culturais na e da periferia. A grande variedade de saraus, grupos de teatro, rodas de samba, cineclubes, bandas de rap, grafites, que acontecem nos territórios periféricos, mostram que nas periferias há uma efervescente produção artística<sup>51</sup>. A “Agenda Cultural da Periferia”, editada todo mês pela ONG Ação Educativa, é um excelente instrumento para acompanhar essa intensa programação.

---

zonas devastadas pela guerra, seja em conflitos urbanos ou rurais”. Na programação da 5ª edição do evento (que aconteceu em São Paulo de 4 a 28 de julho de 2009), constam um debate sobre a produção do documentário “Falcão” de MV Bill, o lançamento do livro “A cultura é a nossa arma” do AfroReggae e um debate sobre experiências similares realizadas em “territórios em guerra” de outros países e continentes.

<sup>49</sup> Sobrinho, A. (2012). “*Jovens de projetos*” das ongs: de público alvo a trabalhadores do “social”. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

<sup>50</sup> Sobre os acionamentos identitários para finalidades políticas, ou seja, as chamadas “políticas de identidade” tem uma importante discussão crítica (cf. Fraser, 2002 e Gilroy, 2007).

<sup>51</sup> cf. Leite, E. (2008). *Boletim Juventude em Cena*, São Paulo: Ação Educativa; D’Andrea, T. (2013). *O sujeito periférico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo; Tommasi, L. (2013a). “Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político”. In *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 11-34, jan./abr.

Em recente trabalho sobre essa cena artística periférica, o sociólogo Tiaraju d'Andrea elenca alguns dos fatores que explicariam a multiplicação dessa produção cultural periférica: a difusão dos cursos de arte e cultura promovidos pelos projetos sociais; a disponibilidade de financiamentos públicos (na forma de editais – especificamente, em São Paulo, o VAI-programa de Valorização das Iniciativas Culturais, um fundo municipal ao qual os coletivos podem ter acesso mesmo sem ter CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica); o desencantamento com as formas da política instituídas e em particular com o projeto político lulista<sup>52</sup>.

A efervescência cultural da periferia paulista tem conseguido conquistar um lugar na mídia e no mercado: dentre outros canais de difusão, podemos citar as quatro edições especiais da revista Caros Amigos sobre literatura marginal, entre 2001 e 2004, o quadro do escritor Alessandro Buzo no programa Manos e Minas da TV Cultura e depois no SPTV da Rede Globo, a coleção da editora Global dedicada à Literatura Periférica, as três edições da Mostra e Seminário “Estética da Periferia”, entre 2011 e 2013. Do ponto de vista político, essa efervescência representa, sem dúvida, um saldo significativo, tanto pela afirmação de novas formas organizativas (os coletivos e as redes territoriais através dos quais os artistas se organizam), como pela reivindicação positiva do pertencimento territorial (através de expressões como “periferia é periferia em qualquer lugar” e “o mundo é diferente da ponte para cá” – letras de rap dos Racionais MC, o grupo de rap emblema da resistência periférica): a periferia é, assim, valorizada como lugar onde se produz cultura, e não somente violência e marginalidade. Mas, essa valorização, a difusão na mídia e o sucesso no mercado comportam, evidentemente, o risco da instrumentalização. Mais evidente no caso do Rio de Janeiro, como argumento a seguir, no âmbito da produção de um novo regime discursivo sobre a cidade.

Como já notei, através dos projetos sociais as práticas artísticas são instrumentalizadas como um meio (para tirar os jovens da ociosidade e do perigo) e perdem força como possibilidade de expressão de “sujeitos falantes”, como “recomposição da paisagem do visível, da relação entre o fazer, o ser, o ver e o dizer” que reconfigura a “partilha do sensível”<sup>53</sup>.

O uso da cultura para solucionar problemas sociais não é uma invenção brasileira. George Yúdice comenta a respeito dessa instrumentalização da arte nos Estados Unidos:

---

<sup>52</sup> D'Andrea, T (2013). *O sujeito periférico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 187-193.

<sup>53</sup> Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*, São Paulo: Ed. 34, p. 68-69.

“melhorar a educação, abrandar a rixa racial, ajudar a reverter a deterioração urbana através do turismo cultural, criar empregos, diminuir a criminalidade [...] os artistas estão sendo levados a gerenciar o social”<sup>54</sup>. No Brasil, essa instrumentalização é sem dúvida mais acentuada no Rio de Janeiro, onde um conjunto de ONGs, que monopolizam volumes significativo de recursos, hegemonizam práticas e discursos através dos quais o envolvimento dos jovens com a “arte e cultura” (na forma de cursos, oficinas de produção, espaços de exibição) se torna um dispositivo de gestão da população jovem favelada<sup>55</sup>. A ideia é, através da “arte e cultura” combater o envolvimento dos jovens com o tráfico. Essa receita é, inclusive, vendida no exterior: a ONG Central Única das Favelas (CUFA) hoje está presente, além do que em todos os estados brasileiros, em 10 países no exterior, enquanto a ONG Afroreggae trabalha em Londres através de um convenio com a London School of Economics (LSE). Pesquisadores dessa Universidade, em parceria com a UNESCO, a Fundação Itaú Cultural, a CUFA e o Afroreggae, são responsáveis pela pesquisa “Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em comunidades marginalizadas” que, segundo seus coordenadores, “proporcionou uma clareza inovadora quanto ao entendimento do que é preciso para ajudar as pessoas a se erguerem e superarem a pobreza e a exclusão social”. O intuito da pesquisa é procurar identificar, apoiar e divulgar o trabalho dos indivíduos “criativos” que fizeram da “arte de se virar” e de sua capacidade de resistência às adversidades o ingrediente fundamental de seu sucesso profissional. Dar “visibilidade ao invisível”, promover o “desenvolvimento a partir de baixo”, dar projeção ao “estilo de vida das favelas” são os objetivos citados pelos responsáveis da pesquisa.

A celebração da criatividade presente nas favelas não é algo novo, no Rio de Janeiro. É na favela que surgiu o samba, um dos principais símbolos da cultura brasileira. Assim, a imagem da favela como lugar da “autenticidade”, da riqueza cultural, da sonoridade do samba, da inventividade popular, sempre andou junto, nas representações sociais da cidade, com seu reverso negativo: a favela como problema social caracterizado pela sujeira, a promiscuidade, a bandidagem de seus moradores.

---

<sup>54</sup> Yúdice, G. (2006). *A conveniência da cultura: uso da cultura na era global*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 29.

<sup>55</sup> Velazco, D. (2012). *Intervenções sociais ligadas à juventude e a produção da “Cidade Integrada” no Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Cidade e Alteridade, UFMG, 25-28 de setembro.



Com o advento dos grandes projetos de “requalificação urbana” que projetam a cidade do Rio de Janeiro na cena mundial como capital dos megaeventos, começou também um processo de “requalificação discursiva”. O processo de “pacificação”, ou seja, a ocupação militar das favelas através das “Unidades de Polícia Pacificadora”<sup>56</sup> enfatiza a ideia de “integração” da favela com o asfalto, de superação da “cidade partida”. É nesse contexto que a celebração da favela como berço da criatividade, da inovação, do empreendedorismo ganha um novo e decisivo alento. A criatividade em campo artístico-cultural presente nas favelas é valorizada no âmbito de um investimento significativo na chamada “economia criativa”, operado, dentre outros, pelo governo do Estado através do Programa de Desenvolvimento da Economia Criativa. Uma das ações do Programa prevê “Promover o empreendedorismo cultural nas comunidades pacificadas e com baixo IDH da capital e demais regiões do Estado” (Decreto n. 44.159). Segundo dados da FIRJAN (Federação das Industrias do Estado do Rio de Janeiro), a cadeia da indústria criativa representa 17,8% do PIB do Estado (cerca de R\$ 54,6 bilhões) e emprega 82 mil pessoas.

São inúmeras, atualmente, as iniciativas voltadas a valorizar as capacidades supostamente “naturalmente criativas” presentes nas favelas. Nesse quadro, é preciso indagar: de que forma, através dessa valorização, o lugar dos subalternos na cidade é reconfigurado? Trata-se de uma efetiva emancipação rumo a uma maior igualdade social, econômica e política? Ou de uma celebração que alimenta o valor mercadológico de produtos e produtores sem alterar a relação de subalternidade?

Como notamos em outro trabalho<sup>57</sup>, os que produzem arte e criam espaços culturais nas periferias estão constantemente interrogando o lugar social e político que ocupam, procurando se manter em equilíbrio entre o mercado, a instrumentalização no âmbito da gestão da população periférica e o agir político de resistência. A busca pela independência econômica é, sem dúvida, uma preocupação central, para não ter que “se vender”, parar de “correr atrás” dos editais (dos governos ou do setor privado) que

---

<sup>56</sup> Cf. Malaguti, V. (2011). *O Alemão é muito mais complexo*. Texto apresentado no 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo – 23/07. Disponível em: <[http://www.labes.fe.ufrj.br/arquivos/Alemao\\_complexo\\_VeraMBatista.pdf](http://www.labes.fe.ufrj.br/arquivos/Alemao_complexo_VeraMBatista.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2012.

<sup>57</sup> Tommasi, L. (2013b). “Tubarões e Peixinhos: histórias de jovens protagonistas”. In *Educação e Pesquisa*, São Paulo: USP. Disponível na versão Ahead of print em: <<http://www.educacaoepesquisa.fe.usp.br/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

formatam suas atividades e os colocam numa situação de competição, para manter a autonomia de seus espaços de resistência.

### 3. A favela “pacificada” e o empreendedorismo

Por fim, em minha terceira pesquisa, de caráter etnográfico, fui observar o que estava acontecendo numa favela carioca (Cidade de Deus) após a chamada “pacificação”. No lugar do que encontrar os esperados “serviços públicos” que supostamente deveriam se instalar nos territórios finalmente “liberados” do controle do tráfico, encontrei, além da arbitrariedade do controle e repressão policial, uma grande quantidade de iniciativas variadas voltadas a estimular o chamado “empreendedorismo” por parte do setor privado (em particular, os agentes dos bancos privados), do setor público-privado (o SEBRAE), do privado não lucrativo (ONGs).

Os comerciantes locais são incentivados a se legalizar (através da figura do MEI - Micro Empreendedor Individual) e acessar as muitas oportunidades de créditos oferecidas por Bancos e fundos públicos de micro crédito; jovens recebem formação para criar seus empreendimentos sócio-culturais; mulheres são capacitadas para abrir seu negócio através de programas financiados por fundações internacionais. “*Mais do que reclamar, a favela precisa se organizar para poder aproveitar essas oportunidades*” comenta o empresário de favela Celso Athayde<sup>58</sup>

As virtudes empreendedoras dos pobres e favelados são exaltadas em publicações, palestras, matérias de jornais. É a “potencia da favela” da qual fala com insistência um dos “novos cariocas”<sup>59</sup>, Marcus Faustini, idealizador da “Agencia de Redes para a Juventude”, mais uma iniciativa (premiada e celebrada) que pretende incentivar os jovens pobres a realizar projetos sociais.

A favela representa, sem dúvida, um grande mercado consumidor que a “pacificação” desbrava. Para explorar esse mercado, o produtor cultural Celso Athayde (co-fundador da CUFA junto com o raper MVBil), um exemplo de sucesso para os empreendedores das favelas, acaba de fundar a Favela Holding (F Holding), guarda-chuva que reúne dez empresas que atuam exclusivamente em favela, com ações que vão da pesquisa (o Data Favela) às festivais de MMA.

<sup>58</sup> entrevista publicada em:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130321\\_favela\\_shopping\\_cq\\_ac.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130321_favela_shopping_cq_ac.shtml).

<sup>59</sup> Souza, J.; Barbosa, J.; Faustini, M.V. (2012). *O novo carioca*, Rio de Janeiro: Mórula.

*“A F Holding é uma holding (espécie de sociedade) de empresas que tem o objetivo de trazer oportunidades de negócios em que a favela é a protagonista, seja na produção de empregos, seja (no estímulo) ao empreendedorismo”<sup>60</sup>.*

A atividade principal do grupo empresarial vai ser a construção de seis Shopping Centers em favelas, (com recursos, inclusive, do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento).

*“Eu sou pós-graduado em favela, uma autoridade nesse assunto, e isso tem um valor” diz Athayde. Ele, “nascido e criado na favela”, já morou na rua, num abrigo público e foi camelô. Experiências que agora pode explorar, positivar, tornar recursos, virando um “especialista” em favela.*

O jornalista Gilberto Dimenstein comentou durante uma palestra na Faculdade Getúlio Vargas que o Brasil do século XXI é a junção do poder econômico, do poder intelectual e do poder comunitário. Ou seja, a valorização do saber das classes populares é agora valorizado e incentivado pelo *establishment*. Ao que parece, estamos assistindo a um reconhecimento tardio dos preceitos da educação popular sobre a valorização do saber popular, gerado na experiência e nas práticas. Há, inclusive, uma conjunção entre o que chamei de “empreendedorismo de base comunitária” e o campo da ecologia. Em tempo de crise, esse “capital comunitário” (ou, nas palavras de Gilberto Dimenstein, “poder comunitário”) deve ser valorizado, enquanto permite encontrar soluções mais adaptadas ao meio e de baixo custo.

De novo, cabe destacar que considerar os moradores de favelas como “naturalmente criativos” não é uma invenção brasileira. No filme indiano “Quem quer ser um milionário” o protagonista mostra como foram justamente as adversidades e os dramas da vida que lhe propiciaram as aprendizagens e o saber que lhe permite ganhar um prêmio milionário num programa de televisão. O conceito de resiliência, em voga entre empresários do social e psicólogos da área da infância e adolescência, expressa justamente a ideia de que, apesar, ou melhor, graças às adversidades, os indivíduos podem ter sucesso na competição da vida.

A realização da FLUPP, Feira Literária das UPP, é um bom exemplo de como a celebração da criatividade e do talento artístico da população pobre vai junto com o processo de militarização das favelas. Na Feira, os jovens (favelados ou policiais) podem

---

<sup>60</sup> Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130321\\_favela\\_shopping\\_cq\\_ac.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130321_favela_shopping_cq_ac.shtml).

dar provas de seu talento artístico. Os policiais das UPP exploram também suas atitudes artísticas dando aula de música e dança.

Por outro lado, os projetos sociais incentivam os jovens a se tornar produtores culturais, já que, com a ocupação militar, o tráfico não pode mais ser o organizador e patrocinador desse tipo de atividades. Os bailes funk estão proibidos ou fortemente controlados. Há, portanto, um vazio de atividades de lazer que deve ser preenchido, inclusive porque a movimentação que acompanha as festas traz lucros para o comércio local (em crise porque, antes, lucrava sobretudo com o dinheiro que o tráfico fazia circular).

Criminalização, repressão e, por outro lado, incentivo e promoção. Estratégias que remetem, segundo M. Foucault, a tecnologias de poder distintas: o poder da lei que proíbe e da disciplina que prescreve, visando o controle de um território e do corpo dos indivíduos, por um lado, e a governabilidade, o poder que se exerce sobre uma população, ativando e incentivando suas características “naturais”. Nas palavras de Foucault: a população “vai ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural”<sup>61</sup>. O poder, nesse sentido, não é somente repressor; ele é também produtor, incentivador, liberador. As distintas tecnologias de poder, o poder soberano, o poder disciplinar, e a governabilidade (ou seja, a condução das condutas) como o mesmo Foucault observa<sup>62</sup> se sobrepõem e convivem.

Evidentemente, são poucos os jovens periféricos que conseguem quebrar o cerco e se inserir no mercado das atividades culturais, virando cineastas, produtores culturais, atores, dançarinos e inclusive, consultores de algum programa da Globo<sup>63</sup>. Carismáticos, vivazes, e expertos na arte de “correr atrás” das oportunidades, esses seriam inclusive os que, em outras épocas, poderiam ser recrutados pelos movimentos políticos e virar lideranças. Acusados de “se vender” ou “se fazer cooptar” pelas antigas lideranças locais, a maioria desses jovens acaba perdendo os laços com seus vizinhos e amigos da “comunidade”. Enquanto isso, o destino reservado à grande maioria dos jovens pobres de favelas e periferias continua sendo a “falta de oportunidades”, a repressão policial, a expulsão da escola, a falta de qualificação, o desemprego ou subemprego altamente

---

<sup>61</sup> Foucault, M. (2008). *Segurança, Território e População*, São Paulo: Martins Fontes, p. 92.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 141-143.

<sup>63</sup> Um ótimo testemunho, a esse respeito, é o filme “Cidade de Deus – 10 anos depois” que conta a trajetória dos atores, todos moradores de favelas, do premiado filme.

explorado. Ainda nos surpreendemos porque, de vez em quando, alguns deles dão vazão a séculos de opressão, repressão e descaso quebrando os símbolos do capitalismo, da festa do consumo da qual não podem participar. “Azar” deles que, ainda, não conseguiram “aproveitar as oportunidades” que a “pacificação” da favela supostamente abriu no âmbito da “cidade-empresa”<sup>64</sup>. A responsabilidade pelo seu fracasso recai unicamente sobre eles mesmos.

Dessa forma, o governo da população jovem opera através da responsabilização individual, do incentivo à criatividade individual colocada a serviço da “comunidade”; cada um é responsável pelo seu processo de inserção social no âmbito da comunidade local. Não existe solidariedade de classe, pois um dos preceitos do empreendedorismo é a competição. Nada a se cobrar do Estado, já que cada um é responsável pelo seu destino, cada um deve investir no aprimoramento de suas capacidades naturais, “correndo atrás das oportunidades” oferecidas pontualmente por uma galáxia de “projetos”, sempre precários e de curta duração. A insistência sobre a territorialização das ações, inclusive, impede a ruptura da segregação espacial e simbólica (já operada pelos dispositivos atuados pelas organizações criminais nas favelas)<sup>65</sup>.

Por outro lado, a suposta valorização das distintas “identidades” também opera no sentido de uma segmentação da população. Cada “caixinha identitária” é chamada, inclusive, a competir pelos recursos públicos e privados, argumentando a favor da sua maior “vulnerabilidade” com relação aquela dos outros grupos. São os efeitos das políticas de identidade que clamam pelo reconhecimento e a reparação do dano, em detrimento da redistribuição<sup>66</sup>. Da mesma forma como os territórios fragmentam o espaço da cidade, a ênfase sobre as identidades fragmenta demandas e reivindicações.

A responsabilização individual desresponsabiliza o Estado. Este opera através de dispositivos público-privados, institucionalidades híbridas, trocas de papéis entre agentes da repressão, da assistência e da economia. A cultura é um campo fértil a ser explorado em termos econômicos, como parte da venda da cidade-empresa.

---

<sup>64</sup> Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. (2002) . Op. Cit.

<sup>65</sup> Misse, M. (2012). “Os rearranjos do poder no Rio de Janeiro”. In *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959> >. Acesso em: 15 set. 2012.

<sup>66</sup> Cf. Fraser, N. (2002). “A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, p. 7-20, out.

Separar, dividir, classificar. Em especial, os criativos e empreendedores dos descartáveis. Ou, nas palavras de Anete Ivo<sup>67</sup>, os pobres viáveis e os inviáveis. Para os primeiros, cursos, projetos e incentivos para se tornar empreendedores, para ocupar um lugar no mercado, como produtores e/ou consumidores; para os segundos, a dependência de algum programa de transferência de renda (como argumente Anete Ivo) ou, para os menos afortunados, a repressão, criminalização, encarceramento, morte por causas violentas.

Mas, os recentes acontecimentos, as manifestações de protesto que eclodiram no país, sacudiram a poeira do consenso e da celebração do sucesso brasileiro, maculando a imagem da “cidade maravilhosa”. São a prova de que a resistência e a eclosão do conflito são possibilidades sempre abertas. Como argumenta Foucault, a possibilidade de contra-condutas está sempre presente no interior (e nas margens) dos dispositivos de regulação das condutas<sup>68</sup>.

## Referências

Abramo, Helena Wendel (1994). *Cenas juvenis: punk e darks no espetáculo urbano*, São Paulo: Scritta.

Abramo, Helena Wendel; Branco, Petro Paulo Martoni (Org.) (2005). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo.

Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. (2002). *A cidade do pensamento único*, Petrópolis, RJ: Vozes.

Brenner, Ana Karina; Lanes, Patricia; Carrano, Paulo César (2005). “A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas”. In *Jóvenes Revista de Estudios sobre Juventud*, México: Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud, ano 9, n. 22, p. 194-211, enero/jun.

Camarano, M. A. (Org.) (2006). *Transição para a vida adulta, ou vida adulta em transição?* Brasília: IPEA.

Carrano, Paulo Cesar. (2002), *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*, Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ.

---

<sup>67</sup> Ivo, A. (2012). O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. In *Cadernos CRH*, v.25, n. 65, p. 187-210, maio/ago.

<sup>68</sup> Foucault, M. (2008). Op. Cit.

Castro, M. G. (Org.) (2001). *Cultivando Vidas, Desarmando Violências*, Brasília: UNESCO.

Castro, M. G.; Abromovay, M. (2004). *Políticas Públicas de/para/com Juventudes*, Brasília: UNESCO.

Costa, A. C G. (2004). *Protagonismo Juvenil: o que é e como praticá-lo*. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/article/static/394>>. Acesso em: 15 set. 2012.

Cury, Munir; Silva, A. F.; Mendez, E. G (Coord.) (2006) *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado – Comentários Jurídicos e Sociais*, São Paulo: Malheiros.

D'Andrea, T. (2013). *O sujeito periférico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Dayrell, Juarez. (2005), *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*, Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Desrosière, A. (2003). «Historicizer l'action publique: l'Etat, le marché et les statistiques». In: Laborier P.; Trom, D. (Ed.) (2003). *Historicité de l'action publique, Historicité de l'action publique*, Paris: PUF, p. 207-221.

Donzelot, J. (1986) *A polícia das famílias*, Rio de Janeiro Graal.

\_\_\_\_\_ (1994). *L'invention du social*, Paris: Ed. du Seuil.

\_\_\_\_\_ (2008). “Le social de compétition”. In *Esprit*, p. 51-77, nov.

Eisensdtadt, S. N. (1976). *De geração a geração*, São Paulo: Perspectiva, 1976.

Ewald, François. (1986). *L'Etat Providence*, Paris: B. Gasset.

Feltran, G. (2011). *Fronteiras da Tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*, São Paulo: Ed. UNESP; CEM; CEBRAP.

Foracchi, M. (1972). *A juventude na sociedade moderna*, São Paulo: Pioneira/Edusp.

\_\_\_\_\_ (2008). *Segurança, Território e População*, São Paulo: Martins Fontes.

Fraser, N. (2002). “A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, p. 7-20, out.

Fundação Kellogg (2001). *As Novas Direções da Programação Estratégica*, São Paulo (mimeo).

Gilroy, P. (2007). *Entre Campos: Nações, Culturas e Fascínio de Raça*, São Paulo: Annablume.

Ibase/Polis (2005). *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* – relatório final, Rio de Janeiro: Ibase.

Ivo, A. (2012). “O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento”. In *Cadernos CRH*, v.25, n. 65, p. 187-210, maio/ago.

Kliksberg, Bernardo. (Org.). (1993). *Pobreza: um tema impostergable: nuevas respuestas a nível mundial*, Mexico: Fondo de Cultura Economica/CLAD/PNUD.

Leite, E. (2008). *Boletim Juventude em Cena*, São Paulo: Ação Educativa.

Lima, A. C. S.; Castro J. P. M. (2008). “Política(s) Pública(s)”. In: Pinho, O.; Sansone, L. (Ed.) (2008). *Raça: novas perspectivas antropológicas*, Salvador: EDUFBA, p. 141-193.

Malaguti, V. (2011). “O Alemão é muito mais complexo”. In 17. Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo – 23/07. Disponível em: <[http://www.labes.fe.ufrj.br/arquivos/Alemao\\_complexo\\_VeraMBatista.pdf](http://www.labes.fe.ufrj.br/arquivos/Alemao_complexo_VeraMBatista.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2012.

Mannheim, Karl (1964). “Funções das gerações novas”. In: Pereira, Luiz; Foracchi, Marialice (Org.) (1964). *Educação e Sociedade*, São Paulo: Cia Editora Nacional, p. 91-97.

Misse, M. (2012). “Os rearranjos do poder no Rio de Janeiro”. In *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959>>. Acesso em : 15 set. 2012.

Oliveira, F.; Rizek, C. S. (Org.) (2007). *A era da indeterminação*, São Paulo: Boitempo.

Paoli, Maria Celia (2002). “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In Santos, Boaventura Souza (Org.) (2002). *Democratizar a democracia*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 373-418.

Procacci, G. (1993). *Gouverner la misère. La question social en France (1979-1848)*, Paris: Seuil.

Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*, São Paulo: Ed. 34.

Reguillo, Rossana (2000). *Emergencia de culturas juvenis: estrategias del desencanto*, Bogotá: Grupo Editorial Norma.

Rose, Nikolas.(1996). “The death of the social? Re-figuring the territory of government”. In *Economy and Society*, v.25, n.3, p. 327-356.

Silva, M.L. (2011). *Entre proteção e punição; o controle sociópenal dos adolescentes*, São Paulo: Ed. Unifesp.



Sobrinho, A. (2012). “*Jovens de projetos*” das ongs: de público alvo a trabalhadores do “social”. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Souza, J.; Barbosa, J.; Faustini, M.V. (2012). *O novo carioca*, Rio de Janeiro: Mórula.

Sposito, M.P. (Org.) (2007). *Espaços públicos e tempos juvenis*, São Paulo: Global.

\_\_\_\_\_. (2009). *Estudo sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006)*, Belo Horizonte: Autêntica.

Sposito, M.P.; Carvalho-Silva, H.H.; Souza, N.A. (2006). “Um balanço preliminar das iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas”. In *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.32, p.238-257.

Telles, V. (2001). *Pobreza e cidadania*, São Paulo: Ed. 34.

Tommasi, L. (1997). *Em busca da identidade. as lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e a questão da participação*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université de Paris I.

\_\_\_\_\_. (2012) “Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal”. In *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n. 1, p. 101 – 129.

\_\_\_\_\_. (2013a). “Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político”. In *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 11-34, jan./abr.

\_\_\_\_\_. (2013b). “Tubarões e Peixinhos: histórias de jovens protagonistas”. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo: USP. Disponível na versão Ahead of print em: <<http://www.educacaoepesquisa.fe.usp.br/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

Tommasi, L.; Velazco, D. (no prelo). “A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária” In *Revista do IEB*, São Paulo: USP.

Velazco, D. (2012). “Intervenções sociais ligadas à juventude e a produção da “Cidade Integrada” no Rio de Janeiro”. In *Seminário Internacional Cidade e Alteridade*, UFMG, 25-28 de setembro.

Vianna, Catarina. (2010), *Os Enleios da Tarrafa: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Waiselfisz, Julio Jacobo (Coord.) (1998). *Mapa da violência contra os jovens do Brasil*, Rio de Janeiro: Garamond.

Yúdice, G. (2006). *A conveniência da cultura: uso da cultura na era global*, Belo Horizonte: Ed. UFMG.

**Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2013.**

**Aprovado para publicação em 24 de fevereiro de 2014.**

**O DIREITO DE GREVE NOS DEBATES DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE  
DE 1933-1934**

**EL DERECHO DE HUELGA EN LOS DEBATES DE LA ASAMBLEA NACIONAL  
CONSTITUYENTE DE 1933-1934**

**THE RIGHT TO STRIKE IN THE DEBATES OF THE NATIONAL CONSTITUENT ASSEMBLY  
OF 1933-1934**

**LE DROIT DE GRÈVE DANS LES DÉBATS DE L'ASSEMBLÉE NATIONALE CONSTITUANTE  
DE 1933-1934**

**1933-1934年巴西制宪议会针对罢工权进行的辩论**

**DOI: 10.5533/1984-2503-20146205**

**Gustavo Silveira Siqueira<sup>1</sup>**

**Julia da Silva Rodrigues<sup>2</sup>**

**Fatima Gabriela Soares de Azevedo<sup>3</sup>**

**RESUMO**

O objeto do presente artigo é uma análise dos debates em torno do Direito de Greve na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, contexto de disputa do significado político da própria greve, no embate travado por Estado e trabalhadores perante a sociedade. Busca-se, a partir deste cenário, analisar quais os argumentos foram apresentados, como e por quem, na Assembleia Constituinte para a discussão da pertinência da constitucionalização de tal direito. Deseja-se verificar a hipótese da afirmação do direito de greve como um direito anteriormente reconhecido pelo sistema

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito. Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [gustavosiqueira@uerj.br](mailto:gustavosiqueira@uerj.br)

<sup>2</sup> Historiadora e mestre em Direito. Graduanda em direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [juliasrodrigues@gmail.com](mailto:juliasrodrigues@gmail.com)

<sup>3</sup> Historiadora, advogada e mestranda em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [gabyfsa@gmail.com](mailto:gabyfsa@gmail.com)

jurídico brasileiro, que necessitava na visão dos trabalhadores, apenas de constitucionalização para que não fosse mais violentamente combatido pela polícia. Busca-se, portanto, compreender, pelo cruzamento dos perfis dos atores, dos interesses representados, dos discursos na constituinte, e da análise do contexto político-jurídico, a dinâmica de inclusão/exclusão do direito de greve na Constituição de 1934. Como fontes foram utilizados os anais da Assembleia de 1933-1934, seus anteprojetos, seu texto final, além de periódicos, livros e dicionários pertinentes, contemporâneos ao marco temporal da pesquisa.

**Palavras-Chave:** Direito de Greve, Assembleia Nacional Constituinte 33/34, Constituição de 1934.

## RESUMEN

El objeto del presente artículo consiste en analizar los debates relativos al Derecho de Huelga en la Asamblea Nacional Constituyente de 1933-1934, en un contexto de controversia entre el Estado y los trabajadores sobre el significado político de la huelga misma. Se busca, a partir de este escenario, analizar los argumentos presentados - cómo y por quién - en la Asamblea Constituyente para debatir sobre la pertinencia de la constitucionalización de dicho derecho. Se intenta confirmar la hipótesis de la afirmación del derecho de huelga como un derecho anteriormente reconocido por el sistema jurídico brasileño, que sólo necesitaba, desde el punto de vista de los trabajadores, de la constitucionalización para dejar de ser reprimida duramente por las fuerzas públicas. Se busca, por lo tanto, entender, a través del perfil de los autores, de los intereses representados, de los discursos en la constituyente y del análisis del contexto político-jurídico, la dinámica de inclusión/exclusión del derecho de huelga en la Constitución de 1934. Se utilizaron como fuentes los anales de la Asamblea de 1933-1934, sus anteproyectos, su texto final, además de periódicos, libros y diccionarios pertinentes y contemporáneos del marco temporal de la investigación.

**Palabras clave:** Derecho de Huelga, Asamblea Nacional Constituyente 33/34, Constitución de 1934.

## ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the debates surrounding the right to strike in the National Constituent Assembly of 1933-34, in which the political implications of the strike itself were disputed during the deadlock between the state and workers before society. It is in this context that the article seeks to analyze the arguments presented to the assembly, including how they were

delivered and by whom, in debating the significance of the constitutionalization of such a right. The article aims to verify the hypothesis of the upholding of the right to strike as a right previously recognized by the Brazilian legal system, which, in the workers' eyes, merely required constitutional approval so as not to be even more violently opposed by the police. The work also thus seeks to understand the dynamics of the inclusion/exclusion of the right to strike from the 1934 Constitution, through the various profiles of the actors involved, the interests represented, the speeches given in the assembly and an analysis of the political-juridical context. Sources used include the proceedings of the 1933-34 assembly, its preliminary drafts, the final copy, as well as pertinent newspapers, books and dictionaries from the same period in which the research was undertaken.

**Key Words:** Right to strike, 1933/34 National Constituent Assembly, 1934 Constitution.

## RÉSUMÉ

L'objet du présent article est d'analyser les débats autour du droit de grève au sein de l'Assemblée nationale constituante de 1933-1934, dans un contexte d'oppositions, entre État et travailleurs, quant à la signification politique de la grève elle-même. Nous chercherons, à partir de cette situation, à analyser les arguments présentés – comment et par qui ? – à l'Assemblée constituante pour alimenter le débat sur la pertinence de la constitutionnalisation de ce droit. L'objectif est ici de confirmer l'hypothèse de l'affirmation du droit de grève comme un droit antérieurement reconnu par le système juridique brésilien et qui, selon les travailleurs, n'avait plus qu'à être reconnu dans la constitution pour ne plus être durement réprimé par les forces de l'ordre. Nous avons donc cherché à mieux comprendre, grâce à l'analyse des profils des acteurs, des intérêts représentés, des discours de la constituante et du contexte politico-juridique, la dynamique de l'inclusion/exclusion du droit de grève dans la Constitution de 1934. Nous avons utilisé comme sources les annales de l'Assemblée de 1933-1934, les pré-projets, le texte final, ainsi que des périodiques, livres et dictionnaires pertinents et contemporains de l'époque en question.

**Mots-clés :** Droit de grève, Assemblée nationale constituante de 1933-1934, Constitution de 1934.

## 摘要

本论文宗旨是分析1933-

1934年巴西国民立宪议会有关罢工权问题的争论。当时的社会背景是政府和工人阶级之间的分歧没有结果，罢工本身具有重大的政治含义。本论文分析立宪议会讨论的支持罢工合法化的议提，由谁提出，主要理由是什么。作者尝试证明，罢工权在此之前的立法中已经得到承认，从工人阶级的观点来看，当时只是需要把一些有关罢工权的法律规定写入宪法，这样就可以避免警察的暴力镇压。作者尝试理解那些立法议员的观点，他们所代表的利益，他们的演说辞，他们对罢工问题的支持

或反对的立场。分析了当时政治和法律方面的状况，1934年立宪议会中有关包涵和取缔罢工权的争议，等。本论文使用了1933-

1934年制宪议会的年度报告，宪法提案，最后条文，另外也使用了当年议会的期刊，图书，和字典工具书。

**关键词：**罢工权，国民制宪议会33/34，1934年的宪法。

## 1. Introdução

A República brasileira se depara, na década de 1930, com uma nova fase político-econômica. Para a historiografia clássica, se inicia um momento de favorecimento de uma “*burguesia industrial*” junto a outras frações de classe, enquanto decaem as oligarquias rurais<sup>4</sup>. Mesmo para a historiografia mais recente, o Estado pós 1930 tem uma feição de “*compromisso*” que denota a ampliação das alianças entre o Estado e variados atores, representantes de interesses de classes. O que se discute é se esse compromisso acarreta, por exemplo, na relação com os trabalhadores, em corporativismo e peleguismo sindical ou em trabalhismo, como defende Angela de Castro Gomes<sup>5</sup>.

O governo provisório (1930-1934) é marcado, portanto, pela construção da coesão da base social que sustenta o novo regime. Essa configuração, que tem contornos firmemente delineados a partir de 1937, é de certa forma disputada em processos políticos até a instituição do Estado Novo. Um dos acontecimentos mais representativos dessa disputa, e também das regras do jogo, é o debate da Constituição de 1934<sup>6</sup>.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1933 fora eleita conforme o Código Eleitoral de 1932 e organizada segundo disposições específicas<sup>7</sup> que combinavam voto direto e secreto com a representação classista, elementos que a singularizaram dentro da história

---

<sup>4</sup> Por exemplo: Fausto, Boris (1997). *A revolução de 1930; historiografia e história*, São Paulo: Companhia das Letras; Weffort, Francisco (1979). *O populismo na política brasileira*, São Paulo: Paz e Terra.

<sup>5</sup> Gomes, Angela de Castro (2005). *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro: Ed. FGV.

<sup>6</sup> De acordo com Angela de Castro Gomes, no Estado Novo esses processos são ressignificados para legitimar o desenho político-institucional adotado: “Os ‘revolucionários’ de 1937 interpretavam o período que vai de 30 até o golpe de novembro como um interregno do projeto de fundação do novo Estado. A Constituição de 1934 era caracterizada como o símbolo maior dos desvios revolucionários, como o resultado do malogro dos acontecimentos de 30, e não como uma de suas possíveis culminâncias. A Revolução paulista de 1932 era sugestivamente ignorada, e o caos político identificado em 1935 diagnosticado como um produto direto da inconsistência e irrealidade da legislação liberal.” Ibidem, p. 195-196.

<sup>7</sup> Ver decreto nº 22.627 de 7 de abril de 1933, que aprovara as instruções para as eleições da Assembleia Nacional Constituinte, estabelecendo procedimentos eleitorais, lista de eleitores, cédulas, a função e o funcionamento das mesas eleitorais e horários de funcionamento.

constitucional brasileira de então. É significativo que uma mulher tenha sido eleita (pelo Estado de São Paulo) e que os representantes classistas (quarenta do total de dunzetos e cinqüenta e quatro) tenham sido eleitos a partir do patronato e dos sindicatos de trabalhadores ou associações de profissionais liberais e funcionários públicos reconhecidos por lei<sup>8</sup>. É perceptível aqui uma amostragem da permeabilidade do Estado ao conflito entre atores sociais<sup>9</sup>.

Na conjuntura de tensão e disputa descrita é que foram debatidos temas como a centralização e autonomia local; estrutura sindical e direito de greve. Este último aspecto é o objeto deste texto, que visa a demonstrar a dinâmica de interesses na política trabalhista, fundamental para entender o período 1930-1934, a partir dos empregados, dos empregadores, da Igreja Católica e do Estado<sup>10</sup>. Para tanto, será preciso analisar projetos e o texto final da constituinte, bem como os discursos dos deputados em assembleia, de modo a salientar as distintas ideias sobre a greve e as razões que embasam a narrativa vencedora.

## 2. Assembleia, Projetos e Emendas

Atendendo a diversas pressões político-sociais, no dia 14 de Maio de 1932, o Presidente Provisório Getúlio Vargas, publica o decreto nº 21.402, criando uma comissão para elaborar o anteprojeto de Constituição e marcando as eleições da Assembleia Nacional Constituinte para 03 de Maio de 1933.

Em 09 de Julho de 1932, cerca de dois meses após o decreto, explode um movimento no Estado de São Paulo, que tinha como bandeira a “Constitucionalização do País”, mas que também refletia a insatisfação dos paulistas com o governo e com os interventores por ele nomeados para São Paulo.

A *Guerra Civil* durou até Outubro de 1932 e o movimento paulista chamou-se de “*Revolução Constitucionalista de 1932*”. Na data de 1º de Novembro do mesmo ano, o Governo Provisório regulamentou as atividades da Comissão do Anteprojeto, que passou

---

<sup>8</sup> Ver decreto nº 22.696 de 11 de Maio de 1933.

<sup>9</sup> Sobre o Estado trazer o conflito social para dentro de si a partir dos desdobramentos de 1930, ver Gomes, Angela de Castro (2005). Op. Cit.

<sup>10</sup> Seriam estes os principais atores sociais do período e os mais fortes na constituinte, sobretudo na temática da regulamentação sindical, sendo dignos de nota os posicionamentos dos militares e juristas. Conforme Vianna, Luís Werneck (1978). *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 153-197.

a reunir-se dias depois. A Comissão, posteriormente chamada de Comissão do Itamaraty, onde se reunia, era presidida pelo Ministro da Justiça e composta por políticos de variadas localidades do país<sup>11</sup>.

Carlos Maximiliano foi eleito relator e apresentou um índice dos primeiros vinte e dois artigos da Carta. Ainda no dia 15 de Novembro de 1932, foram distribuídos os temas específicos para os relatores<sup>12</sup>.

A Comissão do Itamaraty, composta por personalidades das mais distintas correntes ideológicas do período, encerrou seus trabalhos em 5 de Maio de 1933, entregando o primeiro projeto de Constituição que serviria de base para a Assembleia Nacional Constituinte.

Em 17 de Janeiro de 1933, através do decreto nº 22.364, o Governo Provisório começa a preparar as eleições para Assembleia Nacional Constituinte. O decreto trazia os casos de inelegibilidade e possibilitava aos ministros de Estado, conquanto inelegíveis, o comparecimento na Assembleia, a juízo do Governo ou por solicitação desta (artigo 2º do decreto)<sup>13</sup>. Neste bojo, no dia 05 de Abril é aprovado o regulamento da Constituinte e sua composição:

**Art. 2º** A Assembléa Nacional Constituinte terá poderes para estudar e voltar a nova Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, devendo tratar exclusivamente de assuntos que digam respeito á respectiva elaboração, á aprovação dos átos do Governo Provisorio e á eleição do Presidente da Republica – feito o que se dissolverá.

**Art. 3º** A Assembléa Nacional Constituinte compôr-se-á de duzentos e cinquenta e quatro deputados, sendo duzentos e quatorze eleitos na fórmula prescrita pelo Código Eleitoral (decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932) e assim distribuidos: Amazonas, quatro; Pará, sete; Maranhão, sete; Piauí, quatro; Ceará,

---

<sup>11</sup>A comissão se compunha com “os mineiros Afrânio de Melo Franco (presidente da Comissão), Antônio Carlos de Andrada e Arthur Ribeiro; os gaúchos Francisco Antunes Maciel Júnior (Ministro da Justiça, a quem caberia nomear a Comissão), Assis Brasil, Oswaldo Aranha e Carlos Maximiliano; o carioca – DF, Temístocles Cavalcanti (secretáriogeral da Comissão); o paraibano José Américo de Almeida (Ministro da Aviação); o alagoano Góes Monteiro (Ministro de Guerra); os fluminenses Agenor Roure e Oliveira Vianna; o paulista Prudente de Moraes Filho e o baiano João Mangabeira.” Cabral, Rafael Lamera (2011). *Constituição e sociedade: uma análise sobre a (re) formulação da arquitetura do Estado-Nação na Assembleia Nacional Constituinte de 1933*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, p. 117.

<sup>12</sup> Poletti, Ronaldo (2012). *Constituições Brasileiras*, Brasília: Senado Federal, v. III, p. 16. Conselho Nacional – Mello Franco, José Américo e Prudente de Moraes; Família, Educação, Ordem Econômica e Social – José Américo, João Mangabeira e Oliveira Vianna; Defesa Nacional, Organização das Forças Armadas e Policiais dos Estados – Góes Monteiro; Poder Judiciário – Arthur Ribeiro e Antônio Carlos; Política Econômica e Financeira – Antônio Carlos, Agenor de Roure e Oswaldo Aranha; Direitos e Deveres Fundamentais e Cidadania – Mello Franco e Themístocles Cavalcante.

<sup>13</sup>O decreto falava em comparecimento à Assembleia Nacional Constituinte e não em direito de voto ou participação. A presença, por exemplo, do Ministro Oswaldo Aranha foi questionada em algumas reuniões da Assembleia.



*dez; Rio Grande do Norte, quatro; Paraíba, cinco; Pernambuco, dezeseite; Alagôas, seis; Sergipe, quatro; Baía, vinte e dois; Espírito Santo, quatro; Distrito Federal, dez; Rio de Janeiro, dezeseite; Minas Gerais, trinta e sete; São Paulo, vinte e dois; Goiaz, quatro; Matto Grosso, quatro; Paraná, quatro; Santa Catharina, quatro; Rio Grande do Sul, dezeseis; Teritorio do Acre, dois; – e quarenta eleitos – na fôrma e em datas que serão reguladas em decreto posterior – pelos sindicatos legalmente reconhecidos e pêlas associações de profissões liberais e as de funcionarios publicos existentes nos termos da lei civil.<sup>14</sup>*

O decreto estabelecia o número de deputados de cada Estado e a representação classista. Vale destacar o peso do Estado de Minas Gerais, com 37 constituintes, contra, por exemplo, 17 do Rio de Janeiro, 22 de São Paulo e 16 do Rio Grande do Sul.

No dia 26 de Abril de 1933, o decreto nº 22.671 declara feriado nacional o dia 03 de Maio de 1933, data em que acontecem as eleições para a Assembleia Nacional constituinte, justamente como previsto pelo decreto nº 21.402 de Maio de 1932.

O Governo Provisório cumpre fielmente a promessa estipulada dois meses antes do movimento paulista. Seja por capricho ou qualquer outro motivo, o Presidente Provisório mantém a data, o que levaria a concluir que o movimento paulista não alterou o planejamento da convocação da Assembleia. Esta seria uma conclusão simplória: Getúlio Vargas e o seu governo provisório são dotados de diversas ambiguidades e projetos ocultos.

Em 11 de Maio de 1933, através do decreto nº 22.696 foi regulada a eleição dos representantes classistas. Os sindicatos reconhecidos oficialmente, elegeriam “*delegados-eleitores*” que votariam nos representantes.

Há ainda o registro de eleições que foram anuladas e de recursos de algumas candidaturas, como no Estado do Mato Grosso. Mas, de fato, a Assembleia Nacional Constituinte reuniu-se em 10 de Novembro de 1933, iniciando os trabalhos oficialmente em 15 de Novembro.

Nas primeiras sessões foram apresentadas 1.239 (uma mil duzentas e trinta e nove) emendas ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão do Itamaraty.<sup>15</sup> Com base no regimento da Assembleia Nacional Constituinte, foi formada uma Comissão, com 26 membros, para apresentação de parecer sobre as emendas indicadas.

Os trabalhos da “*Comissão dos 26*” só terminaram em Março de 1934. De fato, foi elaborado um segundo projeto de Constituição. E este era o projeto que seria votado e discutido pelos 254 constituintes.

<sup>14</sup> Decreto nº 22.621 de 5 de Abril de 1933.

<sup>15</sup> Cabral, Rafael Lamera (2011). Op. Cit., p. 149.

### 3. Personagens e Discursos

A composição constituinte *sui generis* de 1933 reflete no debate de temas como a greve. Werneck Vianna entende que a pressão na escolha dos representantes do operariado pelo Ministro do Trabalho, frente à livre eleição dos patrões em suas associações implica num posicionamento acuado dos trabalhadores quanto a demandas que seriam suas. O autor dá o exemplo do classista Martins e Silva, que se pronunciou pela interiorização do ideal nacionalista coletivo nos operários frente a possibilidade de greves, permeadas por indesejáveis estrangeiros<sup>16</sup>. Contudo, embora se deva o respeito dos clássicos a Vianna, não se pode deixar de considerar a complexidade da representação classista na constituinte. Por exemplo, é de se destacar a *minoría proletária*<sup>17</sup> que fazia oposição às políticas trabalhistas do governo, que se diferenciava, portanto, da *posição governista*, que também não se omitia de denunciar a violência que cometia o Estado contra os trabalhadores de forma rotineira<sup>18</sup>.

No que se refere à greve, haverá, bem como quanto à política sindical, propostas diferentes dos distintos blocos classistas. Além da linha política geral de cada bloco, é possível ainda observar suas fissuras. Há representantes das profissões liberais aderindo a posicionamentos tipicamente operários e mesmo patrões considerando, por exemplo, a greve como um direito, mesmo que não regulável. Num espaço político em que há comunistas, liberais, conservadores e representantes da Igreja Católica, muitos deles eleitos por partidos de ocasião<sup>19</sup>, há muitas possibilidades além da cooptação generalizada normalmente imposta ao período 1930-1945.

O direito de greve não estava previsto do projeto encaminhado pela Comissão do

---

<sup>16</sup> Vianna, Luís Werneck (1978). Op. Cit., p. 189.

<sup>17</sup> Composta por Vasco de Toledo (gráfico sindicalista paraibano que foi dirigente fundador do Partido Socialista Proletário do Brasil), Zoroastro de Gouvea (advogado baiano que havia sido preso na *Revolução de 1924* de Jaboticabal, cidade onde mantinha escritório de advocacia. Socialista, participou da dissidência tenentista do Partido Democrático - PD e foi fundador do Partido Socialista Brasileiro - PSB-SP. Durante a interventoria do General Waldomiro Castilho de Lima foi membro da Comissão de Sindicância do Estado de São Paulo. Foi eleito pelo PD, do qual foi um dos fundadores, como deputado estadual por São Paulo em 1928 mandato até 1930). Era líder da bancada socialista paulista na constituinte), João Vitaca, Acyr de Medeiros (classista representante dos Trabalhadores Rurais de Porciúncula - RJ, um defensor do direito de greve, mas acusado de traição e subserviência aos interesses patronais pelo o PCB), e Waldemar Reikdal, mecânico, sindicalista paranaense, que compareceria a greves mesmo durante o mandato, sendo, portanto, qualificado como agitador pela imprensa diversas vezes.

<sup>18</sup> Cabral, Rafael Lamera (2011). Op. Cit., p. 183-184.

<sup>19</sup> Como, por exemplo, o Partido Socialista Proletário do Brasil e o Partido Popular Radical do Rio de Janeiro.

Itamaraty. Ele foi incluído no projeto da “Comissão dos 26” através a aceitação da proposta de inclusão feita pela emenda 266.

Nos debates da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, dispostos nos volumes XXI e XXII dos seus Anais, o tema do direito de greve emerge brevemente, em discussões que não estavam diretamente associadas à sua votação (como na votação da instauração da Justiça do Trabalho; e na equiparação entre trabalho manual e intelectual). As primeiras referências ao direito de greve nos debates analisados, apesar de consideradas incidentais, contribuem para a construção de uma compreensão ampla da disputa em torno da regulamentação deste direito na Constituinte. Posteriormente, o tema foi amplamente debatido por ocasião da votação do artigo 11, “*Direito de resistência pacífica, nas condições da lei*”. Esta discussão aparece com mais afinco principalmente no destaque da letra “h” do parágrafo 1º do artigo já citado, constante “*Da Ordem Econômica e Social*”.

Na primeira menção sobre o direito de greve observada nos volumes analisados, a greve surge como um caso exemplar para destacar a relevância e a necessidade da criação da Justiça do Trabalho.<sup>20</sup> O deputado federal Valdemar Falcão, advogado e catedrático da Faculdade de Direito do Ceará, ao encaminhar o tema para votação na Constituinte, destaca a eficácia do órgão para dirimir os conflitos que se originam nos embates entre capital e trabalho, sendo assim, considera a medida mais adequada para capitanear a sua harmonização. E, para exemplificar, aponta que com a criação do órgão em alguns países com o mesmo “*tipo social*” do Brasil, foram praticamente extirpados dois grandes males: a greve e o *lock out*<sup>21</sup>. Para Falcão, que posteriormente tornou-se ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no Estado Novo, a greve é um problema social que deve ser extirpado de uma sociedade ordeira e, para tanto, a Justiça do Trabalho desempenharia um papel central<sup>22</sup>.

Já na aparição seguinte, a greve é tratada como um direito pelo deputado da “*minoría proletária*” Zoroastro de Gouvea<sup>23</sup>, quando se discutia a emenda n.549 que

---

<sup>20</sup> A Justiça do Trabalho foi criada pela Constituição de 1934, apesar de apenas ser regulada em 1939. No ano de 1930 o Governo criou Juntas de Conciliação para tentar solucionar alguns conflitos relacionados às relações de trabalho. As Juntas sofreram severas críticas nos debates da Constituinte.

<sup>21</sup> Anais (1937). *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XXI, p.155.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p.492.

<sup>23</sup> Sobre a sua atuação, se pode dizer que “apesar de fazer alguns pronunciamentos entrecortados em defesa da representação de classes, do parlamentarismo, do divórcio, do ensino laico, do direito de greve, ele não se dedicava a um trabalho de aprofundamento dos temas e convencimento dos outros

tratava do acréscimo do seguinte dispositivo ao capítulo *“Da Ordem Econômica e Social”*: *“Art... são equiparados aos trabalhadores, para todos os efeitos das garantias e benefícios da legislação social, os representantes das profissões liberais”*. Essa equiparação dos profissionais liberais aos demais trabalhadores configuraria para o deputado uma forma de sabotagem das reivindicações proletárias, tendo em vista que as demandas dos *“trabalhadores braçais”* e das *“classes liberais”* são diferentes e, por conseguinte, não seria viável que fossem representadas nos mesmos sindicatos. Aos profissionais liberais não caberiam, portanto, direitos sociais que estão estritamente vinculados à condição proletária, dentre os quais, o direito de greve<sup>24</sup>.

As referências específicas à questão do direito de greve na Constituinte são observadas na sessão realizada em 22 de Maio de 1934, por ocasião do citado destaque da letra “h” do artigo 11.

A votação para a manutenção do direito de greve, que sofria um destaque de supressão, foi encaminhada pelo deputado Vasco de Toledo, da *“minoría proletária”*, que apresentou uma defesa explícita para o reconhecimento jurídico do direito de greve ao trabalhador – compreendido como o direito à resistência pacífica, em conformidade com a lei -, considerando que *“o que se consagra na letra h é um direito real, líquido, que em absoluto não se pode negar a quem trabalha, sob pena de, mais uma vez, cometermos injustiça”*<sup>25</sup>. Estava em pauta a pretensão da Constituição prever um direito que apesar da ausência de regulamentação legal era socialmente reconhecido, como colocou o deputado, o que se vislumbrava, portanto, era que fosse regulado o *“direito, que já existe e não se nos pode negar”*<sup>26</sup>, sendo considerado injusto negar um direito que *“subsiste, uma vez que é uma verdade inconteste, desde que é um fato”*<sup>27</sup>.

Esta regulamentação do direito de resistência pacífica, segundo Toledo, deveria ser aprovada, porque a greve já era universalmente observada e regulada pelas legislações das *“nações mais cultas”*. No mesmo sentido, recorrendo a experiências internacionais no que tange ao seu reconhecimento jurídico, o representante classista dos empregados estivadores da Bahia pertencente à *posição governista*, Rodrigues de Souza,

---

parlamentares em favor de pontos de vista específicos. Ou seja, sua especificidade acabou sendo o socialismo do PSB-SP”. Karepovs, Dainis (2006). “PSB-SP: Socialismo e tenentismo na constituinte de 1933-34”. In: *Revista Esboços*, v. 13, n. 16, p.192.

<sup>24</sup> Anais (1937). Op. Cit., p. 492.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 497.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 498.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 497.

expôs à Assembleia que não reconhecer esse direito seria correspondente a um retrocesso em face das outras nações, sendo assim, a sua aprovação atenderia a uma das *“reivindicações mínimas do proletariado, para felicidade e tranquilidade do povo brasileiro”*<sup>28</sup>.

Esta perspectiva se difere da apresentada pelo deputado Horácio Lafer<sup>29</sup>, representante do empresariado, para quem o direito de greve não deve ser negado, contudo, tendo sido criada a Justiça do Trabalho, entende que seria discrepante a coexistência entre uma Justiça do Trabalho - estabelecida para dirimir os conflitos -, e a regulamentação do direito de greve. Isto, em sua opinião, colocava a seguinte questão aos constituintes: *“reconhecemos o direito de greve, de resistência e acabamos com a Justiça do Trabalho, ou criamos essa Justiça e inutilizamos o direito a resistência”*<sup>30</sup>. Uma nova nação, supostamente estava se construindo, era necessário criar um Estado modernizado, ciente dos problemas daquele tempo.

A pretensa incompatibilidade levantada por Lafer foi refutada por Prado Kelly<sup>31</sup>. Para o deputado, conforme redação dada a emenda, o que estava em votação não era *“o instituto da greve e, sim, o da resistência pacífica, nas condições da lei”*, que *“em todo o conjunto das normas jurídicas esse direito transuda-se da esfera individual para ser uma conquista legítima dos povos”*. Portanto, defendia a sua regulamentação que, ademais, não era incompatível com a Justiça do Trabalho, pois, como colocou em oposição a Horácio Lafer,

*Em primeiro lugar, institue-se apenas, de forma de- claratória, essa justiça, mas não regulamos os efeitos coercitivos das suas decisões. Em segundo lugar, dada a hipótese de que um Comissão de Conciliação reconheça um direito líquido certo e incontestável do operariado e não cumprido o mandamento da própria justiça pela outra parte interessada, teremos de admitir, para os proletários atingidos nos seus interesses e direitos êsse outro direito, que é o da resistência a ordens*

<sup>28</sup> Ibidem, p. 503.

<sup>29</sup> O constituinte era bacharel em direito, liberal, importante empresário paulista, que teve destacada atuação política nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Além de grande industrial, foi banqueiro e agricultor. Nascido em São Paulo, participa da Liga Nacionalista, movimento que dirige por vários anos em seu estado, atuou nas campanhas pela implantação do voto direto e do serviço militar obrigatório. Constituinte em 1933 (pelo partido constitucionalista paulista) e 1945 (PSD). Integrou o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda durante o Estado Novo. É parte do cenário político brasileiro até a década de 1960, quando assume a presidência emérita da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 498.

<sup>31</sup> Advogado, representante das profissões liberais junto com Levi Carneiro. Foi redator-chefe do Departamento Oficial de Publicidade. Em 1946 foi novamente constituinte. Membro da UDN, teve mandatos parlamentares até 1959. Foi presidente da OAB em 1960 e tornou-se ministro do STF no governo Castello Branco. Já aposentado, na década de 1970, foi membro da comissão jurídica da OEA.

*ilegítimas, a violências prolongadas, mesmo com a existência de um órgão especial para evitar esses atentados*<sup>32</sup>.

Em resposta à colocação de Lafer, pronunciou-se também o deputado Armando Laydner, representante classista ferroviário de São Paulo, que fez parte do grupo de sindicalistas acusado de traição<sup>33</sup>. Para o deputado, o direito de greve socialmente constituído, se refere a *“mais, talvez, que um direito, uma reivindicação mínima do proletariado, cuja legitimidade já não se discute em País algum do mundo”*<sup>34</sup>, de modo que não poderia ser suprimido da Constituição com base no que considerava um pretexto. Ou seja, a possibilidade de que a justiça do trabalho pudesse anulá-lo, uma vez que a esta não caberia negar o referido direito, mas somente evitar a ocorrência das greves<sup>35</sup>.

Para a defesa da regulamentação desse direito, Laydner expôs que o destaque desta alínea h, corresponderia à legalização da concepção existente *“antes da Revolução de 30 e que, infelizmente, ainda persiste por todo o território nacional, de que o caso dos operários, dos trabalhadores era, apenas um caso de polícia.”*<sup>36</sup> Dessa forma, assevera que

*Quem fala, neste momento, já presenciou, este ano mesmo, dentro de São Paulo, cuja polícia é a mais policial, talvez de todas, o negar-se este direito nunca desmentido universalmente, a pode de colocar os operários, a baioneta, nos seus serviços. Quem presenciou esses fatos, quem já sentiu esta pressão policial, não pode admitir outra coisa, nesta Casa, senão que, com a justiça do trabalho, bem problemática para os interesses dos trabalhadores, se possa tirar dela um direito que constitui uma reivindicação mínima, que o operariado disputará, e conquistará quer a Assembleia o nega, que não.*<sup>37</sup>

Essa percepção de que o direito de greve estaria em disputa mesmo que não fosse regulamentado pela Assembleia foi também enfatizada pelo deputado Valdemar Reikal, integrante da *minoría proletária*, que entendia que os trabalhadores desse *“direito não abdicarão, mesmo que os constituintes lhe neguem.”* O deputado compreendia que se tratava de um direito já conquistado pelos operários e, desse modo, *“regular uma rebeldia do povo é praticar uma asneira, porquê o proletariado, que vai emancipar-se brevemente, não esperará pelas leis que possam permitir um direito que já tem”*. Assim, a greve não deveria ser ou não permitida, já que *“tenha ou não tenha o proletariado brasileiro*

---

<sup>32</sup> Ibidem, p. 500.

<sup>33</sup> Laydner foi membro da ANL e depois do trabalhismo, contribuindo para a burocratização sindical do período.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 500.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 501.

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> Ibidem.

*reconhecido o direito a greve, dele se utilizará da mesma forma, porquê não são as disposições de uma lei que lhe cercearão esse direito*". Entretanto, votou pela regulamentação do direito calcado em sua condição de proletário que a concebe como *"a única arma de que dispõe os proletários"*<sup>38</sup>.

Para além de um direito chancelado nos meios sociais, Fábio Sodré, eleito deputado pelo Partido Popular Radical- RJ, entendia que, na verdade, o *"direito de trabalhar ou de não trabalhar é um direito natural"*. Considerando portanto que se trata de um direito já existente, deveria *"ser reconhecido, não na legislação, porquê já está consagrado, mas nos costumes, impedindo-se os abusos"* e, por conseguinte, o mesmo não deveria constar em uma lei constitucional que o restringiria. Isso porque *"nas condições das leis ordinárias, quer dizer haverá uma restrição ao direito de greve, que, sem a letra h. seria irrestrito"*. De fato, para Sodré, este não seria um direito fundamental, mas *"decorrente dos direitos fundamentais da liberdade de trabalho, da liberdade de locomoção, da liberdade de associação"*<sup>39</sup>.

No mesmo sentido, Abelardo Marinho, deputado classista das profissões liberais, assevera que *"o direito de greve não poderá ser limitado em qualquer constituição, como não poderá ser abolido da vida humana"*, sendo assim, *"a greve existirá sempre, quer queiram, quer não queiram os donos do mundo neste momento"*<sup>40</sup>.

No entanto, a regulamentação desse direito na Carta Constitucional era apontada por Acyr Medeiros, componente da *minoria proletária*, como uma forma de proteção do proletariado em face dos abusos das autoridades estatais. Desse modo, compreendia que *"quando estiver na constituição, já a autoridade não abusará"*. Afinal, para o deputado, tratava-se de um direito que *"só se exercita quando se obriga o proletariado a cumprir determinações muitas vezes draconianas ou deshumana"*<sup>41</sup>. Mais especificamente, Armando Laydner e o advogado João Vilasboas, apontam a polícia como instituição que restringe exercício do direito de greve e, portanto, o mesmo deveria ser regulamentado para que não ficasse à mercê do arbítrio policial. Acreditavam os constituintes que a positivação do direito garantiria o seu respeito pelos órgãos policiais.

O resultado de todo o debate foi, a contragosto de parte do proletariado, a supressão da greve do texto constitucional. Por 99 votos, contra 82, o direito de greve foi

---

<sup>38</sup> Ibidem, p. 502.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 504.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 500-501.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 506.

suprimido. Imaginando que formalmente existiam 254 constituinte, é flagrante que o debate sobre o direito de greve atraiu poucas atenções.

Após os debates da Constituinte de 1933-1934, foi instituída a Justiça do Trabalho no Título IV, que trata Da Ordem Econômica e Social, mais especificamente, em seu artigo 122. A Justiça do Trabalho estava vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com atribuições para julgar e conciliar os dissídios individuais ou coletivos entre patrões e empregados, bem como outras controvérsias provenientes das relações de trabalho. Ou seja, a instituição e a legislação que acompanhou sua organização na década de 1930<sup>42</sup>, reforçou a política de trazer o conflito social para dentro do Estado, em contraposição a um passado em que a questão social era caso de polícia.

#### **4. Considerações Finais**

O fato de o direito de greve ter sido debatido na constituinte majoritariamente por representantes classistas dos empregados, havendo algumas intervenções de profissionais liberais e empresários, e nenhuma intervenção de importantes setores como católicos e comunistas, denota a grande peculiaridade do tema no momento da Constituinte de 1933. As forças que estavam dispostas a debater a greve são realmente aquelas que estavam dispostas a pô-la em prática.

As falas dos trabalhadores apontam para a greve como prática política reconhecida, que necessitava de proteção frente à violência policial comumente empregada em episódios paradistas. Acreditava-se que a positivação viria automaticamente acompanhada de um respeito ao direito. É neste sentido que, os discursos revelam o reconhecimento da greve como um direito. Não um direito positivo, mas um direito que não se deveria negar ao trabalhador.

No fundo esta é uma questão de fonte de direito: o direito de greve, inexistente em qualquer tipo legal, reconhecido como direito desde a Primeira República<sup>43</sup>, não necessitava, como diversos outros direitos, de uma lei para existir. Por mais que a

---

<sup>42</sup> O decreto lei 1237, de 2 de maio de 1939, regulamenta a Justiça do Trabalho, prevendo o tipo penal greve. Outros decretos conexos e a própria Constituição de 1937 formaram um cenário jurídico de perseguição e criminalização cada vez mais acentuada (com previsão de penas mais graves) à greve.

<sup>43</sup> Para a discussão do direito de greve da Primeira República: Siqueira, Gustavo Silveira; Azevedo, Fátima Gabriela Soares de (2013). O tratamento jurídico da greve no início do século XX: o direito e a violência na greve de 1906. In *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 68-84. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/7285>>. Acesso em: 16 dez. 2013.



Constituinte tenha negado a constitucionalização deste direito, até 1935, com a sua criminalização pelo governo Vargas, ali existia um direito reconhecido.

Fica claro que a construção e o reconhecimento de um direito eram muito mais o entendimento de um contexto social e histórico, do que um contexto de legalidade formal. O direito não vinha apenas da lei. Apenas acreditavam os constituintes que a “legalização de um direito” garantiria o respeito ao direito.

Mas o resultado final da votação revela uma série de intenções e desejos não expressos nos discursos da Constituinte.

A substituição da previsão legal da greve pela estrutura da Justiça do Trabalho, defendida por apenas um constituinte, extremamente criticada, mas aprovada, revela a intenção do Estado de trazer conflitos para dentro de si, tentando absorver as contradições pela omissão do embate real, da luta.

A diferença de posição dos trabalhadores na Constituinte não demonstra uma crença no Estado, mas antes um debate sobre a melhor forma de conservar o instrumento greve pela classe.

O sentido da greve no pós-1934, contudo, não se esgota na supressão constitucional e na criação da Justiça do Trabalho. Ele se desenvolve na prática política, como os próprios debates apontam, na dinâmica da insurgência, repressão e cooperação do Governo Vargas.

## Referências

Anais (1937). *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XXI-XXII.

Brasil. Decreto nº 22.621, de 5 de Abril de 1933. Dispõe sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte; aprova seu Regimento Interno; prefixa o número de Deputados à mesma e dá outras providências. In *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 8 abr. 1933, p. 6995.

Brasil. Decreto nº 22.627, de 7 de Abril de 1933. Aprova as instruções para a realização da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. In *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 11 abr. 1944, p. 7217.

Brasil. Decreto nº 22.696, de 11 de Maio de 1933. Aprova as instruções para a execução do decreto nº 22.653, de 20 de abril de 1933, que fixa o número e estabelece o modo de escolha dos representantes de associações profissionais que participarão da Assembléa

Nacional Constituinte. In *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 15 mai, 1933, p. 9339.

Brasil. Decreto-Lei nº 1.237, de 2 de Maio de 1939. Organiza a Justiça do Trabalho. In *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 6 mai. 1939, p. 10381.

Cabral, Rafael Lamera (2011). *Constituição e sociedade: uma análise sobre a (re) formulação da arquitetura do Estado-Nação na Assembleia Nacional Constituinte de 1933*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Fausto, Boris (1997). *A revolução de 1930; historiografia e história*, São Paulo: Companhia das Letras.

Gomes, Angela de Castro (2005). *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Karepovs, Dainis (2006). "PSB-SP: Socialismo e tenentismo na constituinte de 1933-34". In: *Revista Esboços*, v. 13, n. 16, p. 169-198.

Poletti, Ronaldo (2012). *Constituições Brasileiras*, Brasília: Senado Federal. v. III

Siqueira, Gustavo Silveira; Azevedo, Fátima Gabriela Soares de (2013). O tratamento jurídico da greve no início do século XX: o direito e a violência na greve de 1906. In *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 68-84. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/7285>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

Vianna, Luís Werneck (1978). *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Weffort, Francisco (1979). *O populismo na política brasileira*, São Paulo: Paz e Terra.

**Recebido para publicação em 16 de dezembro de 2013.**

**Aprovado para publicação em 24 de fevereiro de 2014.**

**DA LUTA PELA TERRA AO QUESTIONAMENTO DO NEOLIBERALISMO:  
CAMINHOS DAS ORGANIZAÇÕES CAMPESINAS PERUANAS (1969-1993)**

**DE LA LUCHA POR LA TIERRA AL CUESTIONAMIENTO DEL  
NEOLIBERALISMO: TRAYECTORIAS DE LAS ORGANIZACIONES CAMPESINAS  
PERUANAS (1969-1993)**

**FROM A STRUGGLE FOR LAND TO A QUESTIONING OF NEOLIBERALISM:  
PATHS TAKEN BY PERUVIAN PEASANT ORGANIZATIONS (1969-1993)**

**DE LA LUTTE POUR LA TERRE À LA REMISE EN QUESTION DU  
NÉOLIBÉRALISME : TRAJECTOIRES DES ORGANISATIONS PAYSANNES  
PÉRUVIENNES (1969-1993)**

**从土地斗争到质疑新自由主义：秘鲁农民组织的演变(1969-1993)**

**DOI: 10.5533/1984-2503-20146206**

**Vanderlei Vazelesk Ribeiro<sup>1</sup>**

**RESUMO**

Neste trabalho analisa-se a atuação de movimentos camponeses peruanos, tais como a Confederación Campesina Del Perú e a Confederación Nacional Agraria, reivindicando junto ao Estado a realização da reforma agrária e posteriormente a obtenção dos meios para tornar a terra produtiva. Inicialmente avalia-se de forma sintética o desempenho dos movimentos no pré-1969, ano em que o governo militar decretou a reforma agrária no Peru. Depois reflete-se sobre a interação entre Estado e Movimentos camponeses durante o processo reformista. Finalmente discute-se a participação dos movimentos no retorno ao modelo liberal, avaliando tanto as mobilizações para arrancar concessões junto à burocracia estatal, como a situação das organizações ante a emergência e expansão do movimento guerrilheiro Sendero Luminoso.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária; Movimentos camponeses; Burocracia Estatal.

---

<sup>1</sup> Professor de História da América da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: [vazelesk@uol.com.br](mailto:vazelesk@uol.com.br)

## RESUMEN

En este trabajo, se analiza el rol de movimientos campesinos peruanos, tales como la Confederación Campesina del Perú y la Confederación Nacional Agraria, reclamando al Estado la realización de la reforma agraria y posteriormente la obtención de los medios para volver la tierra productiva. En primer lugar, se evalúa de forma sintética el desempeño de esos movimientos antes del 1969, año en que el gobierno militar decretó la reforma agraria en Perú. Luego, se reflexiona sobre la interacción entre el Estado y los Movimientos campesinos durante el proceso reformista. Finalmente, se analiza la participación de esos movimientos en el retorno al modelo liberal, evaluando tanto las movilizaciones para obtener concesiones de la burocracia estatal, como la situación de las organizaciones ante la emergencia y expansión del movimiento guerrillero Sendero Luminoso.

**Palabras clave:** Reforma agraria, Movimientos campesinos, Burocracia Estatal.

## ABSTRACT

This work analyzes the actions of Peruvian peasant movements, such as the Peruvian Peasants' Confederation and the National Agriculture Confederation, which demanded of the state agricultural reforms and later the awarding of resources to be able to farm the land. It first briefly assesses the performance of the movement prior to 1969, the year in which the military government implemented agricultural reforms in Peru, and then reflects on the interaction between the state and peasant movements during the implementation process. Finally, it discusses the movements' participation in the return to the liberal model, evaluating both the maneuvers for wresting concessions from the state bureaucracy, as well as the organizations' stance in terms of the emergence and expansion of the *Sendero Luminoso* [Shining Path] guerilla movement.

**Key words:** Agricultural Reforms; Peasant Movements; State Bureaucracy.

## RÉSUMÉ

Dans ce travail, on analysera les pratiques des mouvements paysans péruviens, comme la Confederación Campesina Del Perú et la Confederación Nacional Agraria, et leurs revendications auprès de l'État pour la réalisation de la réforme agraire et l'obtention ultérieure de moyens permettant de rendre les terres productives. On élaborera d'abord une synthèse du rôle joué par ces mouvements avant 1969, l'année où le gouvernement

militaire décréta la réforme agraire au Pérou. On s'intéressera ensuite à l'interaction entre l'État et les mouvements paysans durant le processus réformiste. Finalement, c'est la participation de ces mouvements dans le cadre du retour au modèle libéral que l'on analysera, en étudiant aussi bien les mobilisations pour arracher des concessions à la bureaucratie d'État que la situation des organisations face à l'émergence et à l'expansion de la guérilla du Sentier lumineux.

**Mots-clés :** Réforme agraire, Mouvement paysans, Bureaucratie d'État.

### 摘要

本论文分析了秘鲁农民联合会(Confederación Campesina Del Perú)

和国家农村联合会(Confederación Nacional

Agraria)在秘鲁农民运动中的作用，这两个组织原先曾经要求政府进行乡村土地改革，后来要求政府给农民扶持，帮助他们改良土壤。首先作者简单地总结了1969年以前的农民运动形势—

1969年秘鲁军人政府宣布实行乡村土地改革，然后分析了在军人改革政府期间国家和农民运动的互动。最后分析农民组织在政府引进自由化模式过程中的参与。评估秘鲁农民组织为争取农民权利而进行的全面发动，和它们面对游击运动组织

光辉道路(Sendero Luminoso)的壮大时做出的抉择。

### Introdução

No dia 28 de julho de 2011 tomava posse de seu cargo o novo presidente do Peru Ollanta Humala. Sua eleição fora cercada de expectativa, pois o candidato não se adequava bem ao figurino neoliberal, pois declarava-se nacionalista e questionava o modelo de privatizações introduzido pela ditadura de Alberto Fugimori (1990-2001). Derrotado em 2006 por Alán García buscara durante a campanha a assessoria de marqueteiros brasileiros, que atuaram na propaganda de Lula, para forjar uma imagem mais palatável aos círculos empresariais. Entretanto seu discurso de posse causaria forte impressão nos partidários de Keiko Fugimori, filha de Alberto Fugimori, que disputou voto a voto com Humala a faixa presidencial.

Em seu discurso o presidente afirmou que governaria segundo os princípios da Constituição de 1979. Escândalo nas hostes pró-Fugimori. A deputada Marta Chávez

chegou mesmo a pedir a anulação da posse do eleito. Jurara de acordo com uma constituição “socialista” que já fora extinta pela carta de 1993, que continuava em vigor.<sup>2</sup>

Mas por que tanta reação a um discurso presidencial, que afinal não poderia significar o cumprimento da constituição abolida? Para pensarmos neste problema temos de nos remeter ao período da ditadura militar, que entre 1968 e 1975, durante o governo do general Juan Velasco Alvarado, promoveu importantíssimas alterações na estrutura sócio-econômica do país. A principal destas alterações seria a reforma agrária, efetivada a partir de uma ação militar, que apeou da condição de proprietárias as oligarquias locais.

O que discutiremos neste trabalho será a atuação de algumas organizações camponesas, que buscaram promover a reforma agrária antes e durante a experiência velasquista e como se organizariam passado o período militar. Daremos maior atenção à Confederación Campesina Del Peru (CCP), e a Confederación Nacional Agrária (CNA), abordando quando possível outras entidades, buscando compreender as composições e recomposições que estas organizações tentaram executar durante o processo de luta pela terra e posterior luta para desenvolver a produção Agrária. Será um trabalho onde daremos prioridade a instituições que buscavam ter uma atuação nacional, ainda que tenhamos consciência de que no Peru o papel de associações de corte regional seja extremamente importante dado a variedade de regiões e mesmo de línguas, que marca a estrutura social do país.

Nossas principais fontes são documentos produzidos pelas entidades como relatórios enviados aos seus congressos, resoluções tiradas nos mesmos e, sempre que possível, jornais produzidos pelas entidades como o Voz Campesina da Confederación Campesina Del Perú. Além disso, temos realizado ao longo de nossa pesquisa uma série de entrevistas com dirigentes Da Confederación Nacional Agraria e Confederación Campesina Del Perú. Este trabalho, ainda que não esteja sistematizado, nos possibilita aprofundar nossa análise a respeito do tema. Alguns destes dirigentes atuam hoje nas entidades, outros, como Hugo Blanco tiveram importante projeção nelas décadas atrás. Por isso é extremamente importante começar a trazer estas vozes para o público brasileiro, a fim de que possamos avaliar um pouco melhor o processo de reforma agrária e seus desdobramentos no país do Pacífico.

---

<sup>2</sup> Sobre a participação de marqueteiros brasileiros na Campanha de Humala ver: Eleições no Peru. In: *Folha de São Paulo*, 29 de maio de 2011. Quanto ao discurso de Humala e suas repercussões Cf: *Possesión del nuevo Presidente*. In: *Diário La República*, 29 de julho de 2011, p. 2,11-14.

## 1 - Luta pela terra antes da Reforma Agrária

Podemos afirmar que os protestos camponeses no Peru remontam pelo menos a segunda metade do século XIX, quando o presidente Castilla ao abolir a escravidão também extinguiu o tributo que os índios pagavam ao Estado para permanecerem em suas terras. Essa medida, que aparentemente liberava as populações indígenas de uma obrigação, que as oprimia, na prática abriu caminho para a conquista de suas terras por grandes proprietários, que tentaram açambarcar suas áreas sem que o Estado se interessasse em evitá-lo<sup>3</sup>. A situação se agravaria durante as primeiras décadas do século XX, face ao avanço contra as terras comunais e a intensificação da “yanaconaje”.<sup>4</sup> De acordo com Mar e Mejía<sup>5</sup>, cerca de oitocentos protestos camponeses realizaram-se durante a década de 1920, fosse contra as duras condições de vida nas áreas açucareiras, fosse contra a expropriação das terras feita sobre os camponeses, principalmente pelos pecuaristas da serra. Salientemos ainda que no Informe produzido pelo secretário Manuel Llamoya Mitmac ao citado Congresso, onde se busca historiar as lutas camponesas do século XX, o autor recorda que em Huancané, departamento de Ayacucho chegou-se a redigir uma lei própria, mas para Mitmac, faltava ainda a “ideologia proletária”, leia-se a presença do Partido Comunista.

Datam também dos anos vinte as primeiras tentativas de organizar uma entidade de caráter “nacional”. Juan Hipólito Pevez Oliveros que criara o primeiro sindicato agrícola no departamento de Ica em 1916, tentou constituir a Federación General de Yanaconas y Campesinos Del Peru em 1922<sup>6</sup>. Todavia a organização não se desenvolveu face à repressão desencadeada pela ditadura de Augusto B. Leguía (1919-1930) agravando-se

---

<sup>3</sup> Colombo, Silvia; Soares, Gabriela Pelegrino (1999). *Reforma Liberal e Lutas Camponesas na América Latina: Peru e México nas últimas décadas do Século XIX e Princípios do Século XX*, São Paulo: Humanitas, p. 35.

<sup>4</sup> O termo remete ao período incaico quando os que não estavam enquadrados nos *hailus* (comunidades aldeãs) serviam em várias regiões. Com a conquista espanhola passa-se a chamar *yanacona* a quem vivia sob dependência dos patrões. Estas relações marcaram o Peru até o início dos anos 1960. (Mar, José Matos; Mejía, José Manuel (1980). *La Reforma Agrária em El Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos, p. 45). Ver também Informe AL III Congresso de La Confederación Campesina Del Peru 5, 6 e 7 de dezembro de 1970. In: *Voz Campesina*, março de 1972, p. 1-7.

<sup>5</sup> Mar, José Matos; Mejía José Manuel (1980). *La Reforma Agrária em El Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos; CCP, 1972.

<sup>6</sup> Salgado, Carlos Monge (1989a). *Agremiación em El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina*, Lima: Latino-American Studies Association; CCP, 1980.

ainda mais a situação camponesa a partir da década de 1930. A crise de 1929 contribuiu para a queda do ditador<sup>7</sup>, mas também ampliou o desemprego, que somado à repressão desencadeada nos governos de Sanchez Serro (1931-1933), Manuel Benavides (1933-1939) e Manuel Prado (1939-1945) tornou muito difícil a atuação, de organizações rurais. O próprio Pevez passara três anos preso na década anterior e durante os anos 1930 as tentativas de organizar regionalmente os Yanaconas seriam frustradas.

O fim da segunda guerra mundial marcou no Peru, como em tantos países da América Latina, uma “Primavera Democrática” com a ascensão de Luiz Bustamante eleito pela frente democrática em 1945. Pela Primeira vez a Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) de Victor Raúl Haya de La Torre conseguia chegar ao poder, ainda que numa coligação. O Apra buscara desde os anos trinta implantar-se na zona açucareira. Com a legalidade sua ação se intensificava<sup>8</sup> e tentava agora conquistar mais efetivamente o poder de Estado.

Neste contexto em 1947 é criada em Lima a Confederación Campesina Del Peru, a partir de uma aliança entre socialistas, apistas e comunistas.<sup>9</sup>

Entretanto a atuação da CCP formalizada no Congresso de novembro de 1947 teria vida efêmera. Pressionado pela atuação do Apra, que exigia reformas sociais o governo de Bustamante foi derrubado pelos militares após uma fracassada revolta de marinheiros apoiada por Haya de La Torre. Era a ditadura do general Manuel Odría, que governaria o Peru entre 1948 e 1956, tornando extremamente limitada a margem de manobra para movimentos sindicais.

A CCP ficava fora de combate e o partido comunista sofreria séria repressão. Já o Apra DE HAYA assistiria seu líder passar seis anos abrigado na embaixada da Colômbia.

Conforme Cotler<sup>10</sup>, a expansão das atividades econômicas no país durante os anos cinquenta, com a rápida urbanização levou ao questionamento da ditadura oligárquico-

---

<sup>7</sup> Cotler, Julio (2006). *Peru: Estado, Classe e Nação*, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, p. 157.

<sup>8</sup> Burenios, Charlotte (2001). *Huando: Testemoño de um fracaso. Habla el sindicalista Zózimo Torres*, Lima: IEP, p. 151.

<sup>9</sup> Salgado, Carlos Monge (1989a). Op. Cit., p. 5. As memórias produzidas por dirigentes da CCP procuraram mostrar a entidade, como distanciada da presença de outros partidos políticos. No Informe central ao III Congresso sublinha-se a presença do partido comunista, como se ela fosse única. Ver: Informe Central AL III Congreso de La CCP (1972). Op. Cit., p. 4. Numa entrevista que fiz com Jorge Prado e Lorenzo CCapa, então dirigentes da CCP, em dezesseis de julho de 2009, a presença mesmo do partido comunista na organização inicial era ocultada. Possivelmente este encobrimento deve-se ao fato de a entidade ser ainda hoje etiquetada de “partidarista” por adversários ou competidores. Numa entrevista que realizei em vinte de julho de 2011, com o senhor Marcelino Bustamante, então secretário da Confederación Nacional Agrária, ele afirmava que a CCP era excessivamente partidarista em contraposição à sua entidade



militar e em 1956 se realizariam eleições diretas para presidência. Voltava ao poder Manuel Prado e o Apra passaria a governar no modelo chamado convivência.

A restauração de liberdades Públicas possibilitou a emergência do movimento camponês. De alguma forma começou a desenvolver-se a atuação do Apra na costa e dos comunistas na Serra. Na Costa predominaram as lutas por melhoria nas condições de trabalho e na serra as lutas por “Recuperação” das terras pelas comunidades indígenas.<sup>11</sup> Analisando uma recompilação feita por Virgínia Vargas<sup>12</sup> observa que as lutas variavam em ritmo e intensidade no período compreendido entre 1956 e 1964. Eram demandas por terra, contra o Estado em nível local, contra o não pagamento de salários. Os partidos buscavam atuar no meio agrário, havendo uma extrema regionalização de seus espaços de ação. Em La Convención, (departamento de Cuzco) o predomínio era esquerdista na liderança de Hugo Blanco, que atraiu atenção internacional nas ocupações de terra de 1962. Em Puno o movimento era mais ativo por parte do Partido Social-Cristão, a esquerda e o Apra disputavam o controle desde áreas costeiras como Lima e Lambayeque, abarcando os trabalhadores da cana-deaçúcar até as comunidades da Serra Central ao passo que a Ação Popular do futuro presidente Fernando Belaunde Terry controlava a federação do nortenho Departamento de Piura e o PARA dominava a Federação de Cajamarca.

Toda essa movimentação levou a esquerda liderada pelo Partido comunista e o Apra a tentarem centralizar a luta em nível nacional. Daí em 1962 tanto a CCP como a Federación Nacional de Campesinos Del Peru (aprista) organizarem congressos nacionais.

Contudo nenhuma das duas conseguiu coordenar as lutas, que se desenvolveram muito mais ao nível de cada região, de cada vale, quase localmente.

Isso não significa que não houvesse esforços neste sentido. Na entrevista, que me concedeu, Bustamante lembra que em seu departamento de Encash chegava a mensagem da CCP e ele, fazendo parte do Movimento juvenil pela Reforma Agrária, buscava difundir entre os camponeses as palavras de ordem de que era necessário fazer

---

<sup>10</sup> Cotler, Julio (2006). Op. Cit., p. 231.

<sup>11</sup> No Peru costuma-se chamar Recuperação as ocupações de terra, que se desenvolveram do fim dos anos cinquenta ao fim dos anos oitenta. O termo recuperação é utilizado porque se afirma que as terras pertenciam anteriormente às comunidades indígenas e foram tomadas pelos proprietários “gamonales” (chefes políticos com poder de vida e morte na região). Ver por exemplo: Rémique, José Luiz (2004). *La Batalla Por Puno: Conflicto y Nación em los Andes Peruanos*, Lima, Cepes-Sur, p. 135.

<sup>12</sup> Salgado, Carlos Monge (1989b). “Las Demandas de los Grêmios Campesinos em los 80”. In *Revista Debate Agrario*, Lima, Cepes, n. 5, p: 41-60, jan./mar, p. 47.

a reforma agrária. “*Eu encontrava muita resistência porque o camponês me dizia: ‘não me meto com meu patrão. Ele é o padrinho de meu filho’, mas continuávamos fazendo nossa campanha*”.<sup>13</sup>

Toda esta movimentação não ficaria sem a resposta combinada das oligarquias agrárias e dos setores militares. As tomadas de terras de La Convención foram respondidas com a militarização da área, bem como a prisão de Hugo Blanco além de assassinato de lideranças camponesas.<sup>14</sup>

Essa repressão ficou facilitada por um novo golpe militar. Nas eleições de 1962 o detestado Victor Raúl Haya de La Torre saiu vencedor no primeiro turno e tudo indicava, que triunfaria na segunda volta. O movimento armado, que levou ao poder o general Pérez Godoy significou impedir a vitória do quase septuagenário.

Entretanto sinais de mudança começavam a se operar dentro do aparelho castrense. O golpe não tinha para muitos oficiais apenas o sabor antissubversivo dos anos trinta e quarenta. Naquele período o discurso de Haya era visto como revolucionário. Pregava a reforma agrária, a estatização de amplos setores da economia e a unidade continental latino-americana face ao imperialismo estadunidense. No início dos anos 1960 Haya tornara-se radicalmente moderado não pregando mais as reformas. Isso contrariava outras concepções de certos setores militares. Oficiais como Edgardo Mercado Jarrín defendiam a realização de profundas mudanças na estrutura social do país. Para eles o Peru precisava industrializar-se, para poder precaver-se contra inimigos internos como os comunistas, mas também contra os externos como o histórico Chile (a guerra do Pacífico onde o país foi inapelavelmente derrotado em 1883 marcou profundamente a psicologia dos oficiais peruanos) e o emergente Brasil.<sup>15</sup> Mas como industrializar-se sem mercado interno expressivo? A solução estava naquilo que à época os economistas cepalinos pregavam: a reforma Agrária.

Além do mais a reforma poderia servir de vacina contra a Revolução: não recrutara Fidel Castro a maior parte de seus guerrilheiros no meio agrário? Não ganhara imensa popularidade ao realizar a reforma agrária logo nos primeiros meses de seu governo? Não recomendava a Aliança para o Progresso reunida na conferência de Punta Del Leste

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida por Marcelino Bustamante ao autor em 20 de julho de 2011 na sede da Confederación Nacional Agrária.

<sup>15</sup> Medrano, Eduardo Toche (2008). *Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*, Lima: Desço-clacso, p. 148.

a realização de reformas agrárias como meio para sair do subdesenvolvimento?<sup>16</sup>. Naquele momento unido à oligarquia proprietária Haya de La Torre já não pregava a reforma Agrária e muito menos medidas de nacionalismo econômico. Simplesmente o que antes era detestado por ser revolucionário, agora era rejeitado por não ser revolucionário.<sup>17</sup>

Estes fatores explicam porque na região de La Convención o governo de Godoy buscou rapidamente legitimar as recuperações de terras feitas pelos camponeses e decretou uma reforma agrária. Preparou também as bases para uma futura Reforma Agrária, que deveria ser efetivada pelo próximo governo a ser eleito.<sup>18</sup>

Belaunde Terry eleito em 1963, sob o impacto de novas ocupações de terra, aprovou no parlamento a lei de reforma agrária 15037, que dispunha cerca de quarenta passos entre a expropriação das terras e a adjudicação aos camponeses. A Reforma seria limitada, não tocava grandes extensões açucareiras consideradas produtivas, mas abria espaço para a recuperação de terras pelas comunidades, que as tinham perdido para os latifúndios. “Para algo serviu”, me dizia Bustamante, pois agora havia um dispositivo legal, que facilitava as lutas de recuperação de terra.

Em quatro anos de reforma agrária haviam sido adjudicados cerca de quatorze mil hectares<sup>19</sup>, mas o temor de explosões sociais continuava para os setores militares.

Não foi o problema agrário, que detonou o golpe militar de 1968. O movimento camponês perdera ímpeto após 1965. Neste ano, dirigentes do Apra rebelde que haviam conformado o Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) organizaram justamente em La Convención um movimento armado, que visava emular a experiência cubana. O movimento foi rapidamente liquidado; e mais, com ele muitas lideranças camponesas caíam na rede repressiva. Hugo Blanco afirma que os camponeses de la Convención rejeitaram a presença do MIR pelo fato de já haverem conseguido suas terras muito antes da chegada dos guerrilheiros.

---

<sup>16</sup> Silva, José Gomes da (1971). *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: ZAAR, p. 154 e Pecequillo, Cristina Soriano (2003). *A Política Externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, p. 115.

<sup>17</sup> Em minha entrevista com Marcelino Bustamante ele me afirmava: “Que disse Haya sobre a Reforma Agrária? É preciso realizar a Reforma Agrária, mas primeiro é preciso educar ao índio”. Quando se faria então a Reforma Agrária.

Entrevista realizada em 20 de julho de 2011. Op. Cit.

<sup>18</sup> Em entrevista que tive com Hugo Blanco em 13 de abril de 2013 este me explicava: “Fizeram a reforma agrária só em La Convención. Logo nas outras províncias os camponeses começaram a questionar. Por que só em la Convención. Logo começaram as ocupações e o exército reagia à bala”. Para ele a reforma velasquista de 1969, seria exatamente a tentativa de conter os movimentos campesinos.

<sup>19</sup> Mar, José Matos; Mejía José Manuel (1980). Op. Cit., p. 156.

Os homens do Centro de Altos Estudios Militares<sup>20</sup> acreditavam que o mal da guerrilha era epidêmico. Não adiantava combater apenas os efeitos. A reforma agrária viria associada a um outro projeto de país, com industrialização, valorização das culturas indígenas e um amplo programa de intervenção estatal na economia.

O pretexto para o golpe foi a perda da famosa Página Onze da Ata de Talara. Este documento regulava as indenizações que o Estado pagaria a International Petroleum Company e justo a última página desapareceu nas gavetas presidenciais.

Os tanques foram ao palácio de governo, retiraram de lá o presidente, que foi embarcado num avião e enviado sem escalas à Argentina.

Estava instalado o “GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DA FORÇA ARMADA”. Protestos só de apistas, que tinham a expectativa de alcançar o poder político nas eleições previstas para 1969.<sup>21</sup>

Seis dias depois os tanques cumpriram outra missão: expropriar a refinaria da IPC, que foi ocupada militarmente.

Medidas de caráter nacionalista, ainda que irritassem certas sensibilidades, eram relativamente toleradas pelo setor proprietário. Contudo a Reforma Agrária acabaria por vir nove meses depois: Proprietários e trabalhadores ficariam desconsertados.

## **2 - Reforma agrária e movimento campesino**

No dia 20 de junho de 1969 protestos em Ayacucho, reivindicando o ensino secundário gratuito, terminaram com sete mortes. No dia 23 de junho realizou-se uma reunião do conselho de ministros, que duraria desde nove da manhã até cinco e meia da manhã seguinte. No dia 24 de junho, dia do índio, o rádio e a televisão do Peru anunciavam o decreto 17716, que determinava a realização da reforma agrária. Havia um limite mínimo (cinquenta hectares na costa, cento e cinquenta na serra) a partir do qual a expropriação poderia ser realizada.

---

<sup>20</sup> Centro de Altos Estudios Militares foi um órgão de formação política dos oficiais peruanos similar à nossa Escola Superior de Guerra. Medrano, Eduardo Toche (2008). Op. Cit., p. 123.

<sup>21</sup> Quando analisamos os diários brasileiros, que versam sobre o tema, é esta a justificativa para o golpe: impedir de novo a Vitória de Haya: Ver, Golpe Militar no peru, *O Estado de São Paulo*, 4 de outubro de 1968, p. 2, 12.

Uma visão, mais consoante a que estamos trabalhando pode ser vista em Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). *Historia del Peru Contemporâneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el Presente*, Lima: Instituto de Estudios, p. 198.

Os tanques de guerra agora cumpriam outra missão: visitar engenhos açucareiros garantindo que seriam mesmo expropriados. Sempre me surpreendeu a rapidez e a facilidade com que nove milhões de hectares passaram do setor proprietário ao Estado em sete anos (em 1976 a reforma foi paralisada) e sem resistência ativa dos proprietários. Digo sem resistência ativa, porque sempre que possível tentaram parcelar suas propriedades ou descapitalizá-las, retirando delas bens necessários ao seu funcionamento como máquinas e animais de trabalho.<sup>22</sup>

Tal facilidade ainda é razão de polêmica no Peru. Para Luiz Gamarra Otero, então presidente da Sociedad Nacional Agrária, entidade que congregava os proprietários de terras, cada um pensou que não seria afetado pelas relações que tinha com militares. Bustamante que tem uma visão extremamente positiva do Velasquismo assim explica:

*Foi um trabalho muito paciente. Primeiro o governo de Velasco pedia declarações juradas aos proprietários sobre o valor da propriedade e o seu tamanho. Os fazendeiros pensando que era só para cobrar impostos “diminuíam” o valor e o tamanho. Quando foi decretada a reforma agrária os fazendeiros eram pagos, de acordo com o que tinham declarado, um escândalo!*<sup>23</sup>

Não sabemos se houve este trabalho tão paciente até pela velocidade com que se deu a reforma, mas de fato a decretação rápida, os tanques de guerra na frente de engenhos e a nomeação de militares para as cooperativas, que se estruturavam nas áreas expropriadas, era bastante surpreendente para o setor proprietário.

É importante, contudo levar em conta a observação de Henry Pease Garcia<sup>24</sup> no sentido de que naquele momento a oligarquia agrária encontrava-se enfraquecida, pois as principais divisas do Peru eram extraídas da mineração e não da agricultura. Como nos lembra Enrique Mayer entre os objetivos da reforma agrária estavam a expansão do mercado interno para uma indústria, que seria apoiada pelo Estado, o fortalecimento de um campesinato dependente da burocracia civil-militar, que controlaria o processo, além da produção de alimentos para uma Lima em franco crescimento. A Reforma era parte fundamental do novo projeto de nação, pois ao mesmo tempo fazia dos camponeses consumidores dos produtos industriais, fornecedores de alimentos para cidade, além de manterem a tradicional função da agricultura de geradora de divisas no mercado

---

<sup>22</sup> Em depoimento a Enrique Mayer um antigo fazendeiro conta que roubou o gado da fazenda expropriada e como não poderia vendê-lo passou o dinheiro, que apurou para um funcionário de confiança, que simplesmente desapareceu.

<sup>23</sup> Entrevista inédita cedida ao autor em 20/07/2011.

<sup>24</sup> García, Hanry Pease (1986). *El Ocaso Del Poder Oligárquico*, Lima: Desco, p. 117.

internacional. Seriam ainda elevados a cidadãos detentores de novos direitos (eram afinal sócios nas novas cooperativas), convertendo-se ainda base de apoio político para o novo regime.<sup>25</sup>

Se a reação dos proprietários foi de previsível indignação, Qual foi a reação dos trabalhadores? Em dezembro de 1970 a Confederación Campesina Del Peru sob influxo de Patria Roja, uma das muitas cisões maoístas do Partido Comunista realizou o seu III Congresso. Neste momento a Reforma Agrária atingia tanto as áreas costeiras como a Serra. Não era a CCP quem dinamizava as ações dos camponeses, mas federações regionais como as de Piura, e Cajamarca<sup>26</sup>. Essas federações apoiavam movimentos locais onde se tentava evitar o parcelamento das propriedades por latifundistas e ocupavam as terras para que depois o governo fizesse a expropriação.

O Discurso da CCP liderada por Manuel Llamoca Mitmac, desde 1962 e, que em 1970 contava com lideranças como o advogado Saturnino Paredes e Justiniano Menaya, desqualificava a reforma agrária feita pelo regime militar por ser “terratenente”, já que os proprietários seriam indenizados e os trabalhadores englobados nas cooperativas teriam de pagar por ela. Esta posição já vinha desde os tempos de Belaunde, quando o deputado Antonio Ledesma propusera uma reforma agrária, onde se confiscasse as terras, já que as mesmas ou tinham sido usurpadas às comunidades ou os Yanaconas tinham prestado tantos serviços gratuitos nelas, que já obtinham seu direito às mesmas<sup>27</sup>. Bustamante em sua rica entrevista recorda: *“Foi aí que saí da CCP. Eu dizia: que preferimos? Receber os canhões do governo no peito ou aceitar a reforma agrária?”*

A posição da CCP de só aceitar a reforma agrária com confisco de terras a isolava cada vez mais das bases de atuação da mesma e tal processo verificou-se até maio de 1973.<sup>28</sup> Neste momento realizava-se em Ecash, departamento de Ancash na Serra norte o IV Congresso da Confederación Campesina Del Peru. O encontro acabou frustrado, pois o grupo liderado por Andrés Luna Vargas, (ligado à Vanguardia Revolucionaria, uma tendência trotiskista) dinamizador das ocupações de terras no departamento de Piura, contando no primeiro Momento com o apoio do Secretário-geral deixou o encontro alegando razões de segurança e que muitos ali presentes não representavam bases

<sup>25</sup> Mayer, Enrique (2009). Cuentos Feos de la Reforma Agraria, Lima: Instituto de Estudios Peruanos, p.57.

<sup>26</sup> Salgado, Carlos Monge (1989b). Op. Cit., p. 54.

<sup>27</sup> Salgado, Carlos Monge (1989a). Op. Cit., p. 6 e Mar, José Matos; Mejía José Manuel (1980). Op. Cit., p. 98.

<sup>28</sup> Para observarmos estas posições da CCP ver: “Informe Central al III Congreso de La Confederación Campesina Del Peru”. In *Voz Campesina*, n. 1, mar. 1972, p: 3-9. Ver também: “Campesinos no Pagarán por La Tierra! Primera Convención Campesina de Ancash”. In *Voz Campesina*, nov. 1972, p. 6.

camponesas. O Congresso foi realizado passando a entidade ao Controle de Saturnino Paredes e Justiniano Menaya. Este último foi morto poucas semanas depois, o que levou a direção de paredes a criticar duramente os “cobardes que huíran del Congreso” e que teriam posto em risco a vida de Menaya, já que teriam atraído a polícia para a região. Andrés Luna Vargas, em entrevista recente a mim concedida, sustenta que Menaya tentou ocupar uma área de um pequeno proprietário e acabou morto.

Em agosto se realiza uma Assembléia de delegados e em maio de 1974 um Novo IV Congresso em Torre Blanca, departamento de Huaral. Neste Congresso embora fosse reafirmado o caráter terratenente da Reforma Agrária Velasquista, buscava-se reconhecer sua efetividade e reivindicava-se melhores condições de vida para os trabalhadores agora organizados nas cooperativas Agrárias de Produção. Ainda que se mantivesse a retórica revolucionária tentava-se assumir a reforma não como concessão dos militares, mas como fruto da Luta dos camponeses.<sup>29</sup>

Vale salientar que a partir deste momento três grupos reivindicavam o nome Confederación Campesina Del Peru: o grupo liderado por Andrés Luna Vargas, que ainda mantendo a perspectiva de uma Revolução buscava aproveitar os espaços abertos pela reforma agrária velasquista, o grupo que após a morte de Justiniano Menaia passou a liderança de Saturnino Paredes, que pregava nenhuma forma de negociação e o não pagamento das terras que deveriam ser recuperadas aos proprietários e o grupo de Manuel Llamoya Mitmac do qual ficaram poucos vestígios<sup>30</sup>.

O grupo de Luna Vargas participaria ativamente nas ocupações de terras de Andahuaylas, departamento de Apurímac onde a reforma agrária “não havia sido feita” entre maio e agosto de 1974, posto que os fazendeiros descapitalizavam as propriedades e influenciavam os funcionários locais da direção de reforma agrária. Conforme Salgado<sup>31</sup>, a federação provincial recebeu apoio da CCP-Luna Vargas embora o governo de Velasco, que nos primeiros tempos incentivava as tomadas de terras voltasse ao velho estilo que combinava repressão de dirigentes e cooptação com a legitimação das ocupações de

---

<sup>29</sup> Essa polêmica entre os grupos atravessaria os anos setenta e oitenta. A versão de Luna Vargas pode ser vista em: *Confederación Campesina Del Peru- IV Congreso Nacional Campesino. Torre Blanca*, CCP 5, 6 e 7 de maio de 1974. Ver também: “Asamblea de delegados de Huaura-Sayam, Confederación Campesina Del Peru, 31 de agosto e 1 de Setembro de 1973”. In: *Voz Campesina*, maio de 1974, p. 12, 27. A visão do grupo liderado por Paredes sobre os acontecimentos de 1973 pode ser vista por exemplo em: “Pomacocha La Auténtica Reforma Agraria”. In: *Voz Campesina*, março de 1975, ano 28, n. 3, p: 6-11.

<sup>30</sup> Moreno, Julio Alfaro (1994). *Los Gremios Rurales: - Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*, Lima: Fundación Friedrich Hebert, p. 50.

<sup>31</sup> Salgado, Carlos Monge (1989b). Op. Cit, p. 58 e Salgado, Carlos Monge (1989c). “La Reforma Agraria y El Movimiento Campesino”. In *Debate Agrario*, Lima, CEPES, n. 7, p. 63-84, Jul./Sept, p. 64.

terras. Luna Vargas lembra que chegou-se a assinar uma ata, onde a tomada de terras foi reconhecida, mas pouco depois ele e outros líderes foram presos. Em janeiro de 1975 Vargas e seus companheiros seriam soltos, porém mais tarde seriam deportados, refletindo a tensão dentro do aparelho burocrático.<sup>32</sup>

Enquanto isso o grupo de Paredes continuava insistindo em só amparar movimentos, como em Ayacucho onde não se aceitava quaisquer formas de indenização, sublinhando também que a conquista da terra era apenas o primeiro passo para a libertação Nacional.

Se em 1975 a CCP-Luna Vargas realizara seu II Congresso extraordinário em Querecotillo (Piura) afirmando posições no sentido de exigir do governo melhores condições de trabalho para o cooperativado forjando o conceito de Estado-Patrão,<sup>33</sup> teria de enfrentar além de suas divergências internas um novo ator: a Confederación Nacional Agrária (CNA).

Em 1972 a partir do decreto 19400 a ditadura militar reformista buscou institucionalizar a reforma agrária. O decreto regulamentava a organização de comunidades campesinas, mas para os efeitos deste trabalho as medidas mais importantes ligam-se ao fechamento da Sociedad Nacional Agrária (antiga organização dos proprietários) e a criação da Confederación Nacional Agrária, que deveria estruturar-se a partir de organizações em ligas distritais, federações provinciais e departamentais e a confederação nacional.

No sexto aniversário do golpe militar com uma mensagem de Velasco era inaugurado o Congresso de instalação da CNA, simbolicamente no congresso da República. Ao analisarmos o Plano de ação da CNA podemos observar seus objetivos para o período 1974-1976. Buscar incorporar todas as entidades que “ainda” não se tinham integrado à confederação. Obter do Estado uma hora diária na televisão, bem como a propriedade do Jornal El Comercio, (os diários foram expropriados pelo regime em 1974 e deveriam passar a entidades da sociedade civil), e queriam um lugar no ministério de Velasco.

---

<sup>32</sup> Entrevista de Andrés Luna Vargas ao autor, Lima, 16-23 de abril de 2013. *Diário Expreso*, Enero, 15 de 1975; Agosto, 21 1975.

<sup>33</sup> Conforme Salgado, Carlos Monge (1989c). Op. Cit., p: 75, os líderes da CCP desenvolveram o conceito de Estado-Patrão, pois já que as cooperativas Agrárias de Produção e Sociedades Agrícolas de Interesse Social (cooperativas serranas, que tentavam englobar fazendas e comunidades camponesas vizinhas), eram controladas pelo Estado, o cooperativado era na realidade empregado do Estado e tinha, com ele as mesmas contradições que sustentara contra os terratenentes antigos.



Em troca a CNA oferecia ao Estado a possibilidade de disciplinar a mão-de-obra. “é preciso a partir da capacitação, convencer aos camponeses que devem trabalhar oito horas por dia. Do contrário o inimigo terratenente afirmará que o campesino não tem condições de trabalhar a terra”.<sup>34</sup>

Enquanto a CCP dividida encontrava um importante concorrente no mercado da representação dos camponeses, mudanças significativas aconteciam na macropolítica peruana. A alta dos juros internacionais aumentava a dívida externa, e dentro do governo militar existiam duas tendências: uma que sustentava o aprofundamento da Revolução na direção de alguma espécie de socialismo peruano e outra que defendia a restauração do padrão capitalista. A segunda levaria a palma: em agosto de 1975 um doente Juan Velasco Alvarado era deposto por um golpe militar. Seu ministro da Economia general Francisco Morales Bermúdez assume o poder, prometendo aprofundar a Revolução.

Se o ano seguinte foi aquele no qual se ampliava a distribuição de terras<sup>35</sup> e a CCP-Luna Vargas desencadeava ocupações de terras em Anta de Pampa (Ayacucho) as relações CNA-governo não corriam em água-de-rosas.

Luiz Maylle presidente enviava em setembro em nome da junta diretiva uma queixosa carta a Morales Bermúdez. Nela afirmava que não se falava mais em socialismo, o jornal El Comercio não fora entregue ainda à entidade e pior ainda, vários líderes da CNA, eram presos e rigorosamente vigiados.

“Em nossas bases se diz que a revolução terminou” e chamava a atenção para o crescimento de forças como o Apra e o partido comunista.<sup>36</sup>

Se as mudanças no governo militar deixavam perplexos os dirigentes da casa de Avenida Miró Quezada, já que tinham apostado suas fichas no caráter socialista e humanista da Revolução peruana, os da CCP ficavam como peixes dentro d'água. Quando em 1977 o governo anunciou o fim da Revolução, através do Plan tupac Amarú, onde se previa cortes de gastos, liberalização na economia e retorno ao sistema eleitoral, o grupo de Luna Vargas lançou-se a articular a greve geral, que afinal eclodiu em julho daquele ano. A greve atingiria por exemplo, a Cooperativa de Tumán, onde cinco dirigentes foram expulsos pela intervenção militar e readmitidos face à mobilização dos

---

<sup>34</sup> Ver Plan de Acción de CNA, 1974-1976, Extrato Del Congreso de Instalación de La CNA, Lima, 1974, p. 6.

<sup>35</sup> Mar, José Matos; Mejía José Manuel (1980). Op. Cit.

<sup>36</sup> Consejo Nacional y Junta directiva Nacional de Confederación Nacional Agrária. Opinión Del Campesino Sobre La Situación actual Del País y Del Setor, que se hace llegar AL Señor Presidente de La República. CNA, Lima, 3 de setembro de 1976, p. 4.

camponeses do departamento de Cañete,<sup>37</sup> e continuaria participando de nova greve geral que ocorreria em 1978.

A partir deste momento a CNA também se uniria aos protestos. A situação do camponês nas áreas reformadas agravava-se, pois além de faltar o crédito fundiário chegara a hora de pagar a dívida. Mas como pagar a dívida? Ainda Bustamante nos fala de problemas na administração de cooperativas e as mesmas tinham poucos recursos. A mentalidade de muitos camponeses estava mais ligada à noção de luta contra os patrões, mas não de realizara a administração.

Para a CNA a participação na greve geral de 1978 teria conseqüências importantes: em maio a entidade era declarada ilegal e os tanques cumpririam outra missão, mais tradicional na história do Peru e da América Latina: cercar a entidade, que fora criada para congregar os beneficiários da reforma agrária. Seus bens passariam para a Organización Nacional Agrária, entidade, que reunia comitês de produtores, tanto médios como terratenentes, que de algum modo sobreviveram a Reforma.

Assim mesmo a CNA conseguiu apoiar candidatos à Assembléia Constituinte e ver eleito Avelino Mar. Enquanto o grupo de Paredes afirmava que *“Com Constituinte ou sem constituinte a situação do povo será a mesma”*<sup>38</sup> o grupo de Luna Vargas vê o histórico líder Hugo Blanco, que fora protagonista nas ocupações de terras de La Convención em 1962 e que passara vários anos na prisão e no exílio, ser eleito deputado, liderando uma pequena bancada campesina..

Ao final da Assembléia a Reforma Agrária implantada pelo regime velasquista ficava preservada, embora em seu Segundo Congresso os dirigentes da CNA ainda buscassem aprofundá-la, recordando que ainda havia dois milhões de hectares para adjudicar. De todo modo a terra, principal bandeira dos anos sessenta estava assegurada. As comunidades campesinas anteriormente chamadas indígenas tinham os seus famosos três direitos básicos: As terras eram inalienáveis, imprescritíveis e inembargáveis.<sup>39</sup> É certo que no primeiro aspecto dois terços dos membros de uma comunidade em assembleia, poderiam determinar a venda da terra, mas naquele momento, onde ainda se ocupava terras, isso não parecia uma possibilidade, já que os camponeses mostravam

---

<sup>37</sup> Vargas, Andrés Luna (1977). *Informe del Secretario-General a Asamblea de Delegados de La CCP*, CCP, Lima.

<sup>38</sup> Ver: Editorial Elecciones para Constituyente. In *Voz Campesina*, Agosto de 1978, p. 2.

<sup>39</sup> Não poderiam ser vendidas, seriam perpétuas e não seriam sequestradas pela justiça.

um apego muito grande à comunidade. Mas se a terra estava, em princípio assegurada, o panorama mudaria rapidamente.

Nas eleições de 1980 o mesmo Fernando Belaunde Terry ejetado do palácio voltava pela via democrática. A esquerda não conseguiu constituir uma frente ampla e Hugo Blanco foi apenas mais um dos candidatos à Presidência da República.

O país vivia uma crise econômica acutizada pela nova alta internacional dos juros e vôo dos níveis da dívida externa. Além do mais um fator não previsto conturbaria o processo: uma nova cisão maoísta, em princípio pequena decidira no dia das Eleições “Iniciar La Lucha Armada”<sup>40</sup>. O Partido Comunista Del Peru por El Sendero Luminoso de José Carlos Mariátegui,<sup>41</sup> ou mais simplesmente Sendero Luminoso, começaria sua atuação queimando urnas em Chuschi um povoado de Ayacucho. Logo ficaria planetariamente conhecido.

Os movimentos campestres agora tinham um quadro diferente para atuar: conquistada em parte a Terra, agora precisavam definir o que fazer com ela.

### 3 - Depois da reforma agrária, que fazer?

Encerrado o período da ditadura militar o campesinato peruano vivia uma situação distinta daquela, que existia no momento em que se iniciara o ciclo reformista. Nenhuma organização hegemonzava plenamente o movimento. O grupo de Luna Vargas acabaria vencendo a concorrência contra Paredes e sendo nacionalmente reconhecido como a CCP. A CNA parecia que iria desaparecer como mostravam os informes a seu III Congresso em 1982, já que com sua ilegalização muitas ligas e federações estavam se desfilhando no fim dos anos setenta.<sup>42</sup>

No mesmo informe criticava-se veladamente a CCP por tentar capturar bases da CNA. Esta memória ainda está presente na fala de Bustamante: “*Queriam a Unidade, desde que a CNA deixasse de existir.*” Luna Vargas nos lembra que no congresso realizado em Cuzco em 1978 buscou-se unificar as duas centrais CCP e CNA, numa

---

<sup>40</sup> Gorrite, Gustavo (2008). *Sendero: Historia de la Guerra Milenaria*, Lima: IEP, p. 62.

<sup>41</sup> José Carlos Mariátegui intelectual peruano morto em 1930 foi apropriado por todas as tendências de esquerda no Peru, inclusive a Velasquista.

<sup>42</sup> Ver: Quispe, Luiz Arriaga (1982). *Informe Del Secretario-General AL III Congreso de La Confederación Nacional A graria*, Santa Rosa de Ocopa, 21 a 24 de junho.

central nacional. Avelino Mar, dirigente assinou a unificação, mas perdeu as eleições no segundo congresso da CNA realizado em 1979.

Neste mesmo sentido criticava-se a criação pela Confederación General de Trabajadores Del Peru, (CGTP) da Confederación General de Campesinos Del Peru vinculada ao Partido Comunista peruano e a tentativa do Apra de ressuscitar “su fantasmal Fencap”.

O setor médio e mesmo grande como vimos articulou-se na ONA e em entidades de produtores por ramos como arroz, chá e café.

Se observarmos as demandas dos delegados ao VI Congresso da CCP e as propostas do III Congresso da CNA ambos realizados em 1982 veremos pontos de convergência. A questão das ações repressivas do Estado no combate ao Sendero Luminoso, que normalmente atingiam líderes camponeses, as ações de ex-terratenedores procurando retomar as terras, mas ganha cada vez mais corpo a reivindicação de apoio do Estado ao pequeno produtor, com crédito subsidiado e preços mínimos.

CCP e CNA se juntariam em 1981 na Frente Unitária de Defesa do ‘ Nacional (Fudan), onde um líder da CNA dizia sem ser contestado: “*Antes havia crédito porque a terra era dos grandes proprietários, agora não há mais crédito*”.<sup>43</sup> De fato a situação do camponês tornava-se mais difícil. Em áreas como Puno a seca e a pressão sobre a terra tornavam as condições dos camponeses cada vez mais complexas. As comunidades buscariam, e afinal, obteriam as terras de empresas associativas, onde pouco se cultivava<sup>44</sup>. Na Costa as cooperativas sem crédito sofreriam um golpe definitivo. O Decreto legislativo no. 2 de Desenvolvimento Agrário abriu o caminho para o parcelamento das terras das cooperativas em lotes individuais, enquanto abria a selva para grandes projetos de exploração agrária.<sup>45</sup> A CNA, herdeira direta do velasquismo não aceitava nenhuma das duas alternativas. Tanto porque seus dirigentes viam na Selva Amazônica um caminho para reduzir a pressão sobre a terra, como porque percebiam o parcelamento como o caminho mais rápido para a reconcentração das terras em mãos de antigos ou novos terratenentes. Também as duas alas da CCP procuravam convencer

---

<sup>43</sup> Em relação ao encontro de junho de 1981 CF: Respuesta Unitária Al Gobierno Accio-PPCista. In *Voz Campesina*, Julho de 1981, p. 4.

<sup>44</sup> Rémiq, José Luiz (2004). Op. Cit., p. 345.

<sup>45</sup> Neste momento cria-se a asociación indígena para El desarrollo de Selva Peruana. A presença das petroleiras e madeiras estrangeiras, teriam importantes desdobramentos no início do século XXI, culminando num sangrento confronto na cidade de Bágua, departamento do Amazonas. Ver: (Calejas; Valverde, 2011, p. 25, 135).

suas bases a rejeitar o parcelamento das propriedades cooperativas, utilizando os mesmos argumentos.<sup>46</sup> Mas como impedir a divisão das áreas se o camponês não tinha crédito. Mesmo com as limitações da lei as cooperativas foram-se desmilinguando e o temor dos novos proprietários era a anulação do parcelamento. Afinal sem crédito, sem apoio, entendendo muitas vezes que outros não queriam trabalhar, antes que cada um cuidasse de sua parcela<sup>47</sup>. Quando em 1985 os principais candidatos à presidência do país Alán García (Apra) E Alfonso Barrantes (Izquierda Unida) assinaram programas das duas confederações, onde as mesmas reivindicavam a correção dos parcelamentos ilegais, a reação não se fez esperar. Com o auxílio de dirigentes da Ona formou-se a Asociación Nacional de Parcelarios (Anapa). Com alto grau de mobilização conforme nos lembram<sup>48</sup> a entidade reivindicava e em boa medida obteve o reconhecimento do Estado do fato consumado.

Inicialmente resistentes a ANAPA as lideranças da CNA e da CCP logo perceberiam, como recordam<sup>49</sup> não defendia posturas tão pró-mercado como aparentemente parecia. Seus objetivos eram garantir a terra conquistada durante a Reforma Agrária, mas não um retorno ao sistema de grandes propriedades. O discurso era fundamentalmente calcado na noção de um pequeno proprietário, individualista, mas que não necessariamente queria resgatar o status quo anterior ao velasquismo.

Enquanto a situação das cooperativas costeiras e das comunidades serranas se deteriorava os camponeses unir-se-iam em 1983 no Conselho Unitário Nacional Agrário (Cuna) onde se buscou articular demandas de camponeses (CCP-CNA) com demandas de grêmios empresariais (Ona). Logo as tensões explodiam, pois líderes campesinos acusavam os da ONA de capitalistas e estes retrucavam taxando os primeiros de ideológicos. O Cuna não se dissolveu, mas os grupos empresariais foram para a

---

<sup>46</sup> Ver: Quispe, Luiz Ariaga (1982). Op. Cit., p. 3. Quanto a posição da CCP ver para o grupo de Luna Vargas: Posición de La CCP Frente A La ley de Promoción u Desarrollo Agrario, Lima, CCP, 1981, p. 12-13. Quanto à Postura do Grupo de Paredes CF: Frente a La Parcelación de Cooperativas. Voz Campeina, Número 2, Febrero de 1982, p. 6.

<sup>47</sup> De La Gala, Ángel Fernandez (1985). "La reforma agraria no fracasa, tampoco los campesinos, lo único que fracasa es la cooperativa". In Eguren, Fernando (Org.) (1985). *Las Parcelaciones Agrárias de las cooperativas agrárias Del Peru*, Chiclayo: Solidaridad, p. 235.

<sup>48</sup> Figalo, Flávio; Vega, Juan F (1988). "Anapa: que clase de gremio y gremio de que clase". In: *Debate Agrário*, Lima, Cepes, n. 2, p. 51-68, abr./jun, p. 52.

<sup>49</sup> Figalo, Flávio; Vega, Juan F (1988). Op. Cit. e Salgado, Carlos Monge (1989b). Op. Cit.

Confederación de Empresários Privados (Confiep), enquanto os do Cuna agregavam-se a Assembléia Nacional popular (ANP).<sup>50</sup>

Em 1985 realizavam-se novas eleições e Alán García tornara-se presidente. Neste momento promove o Rimanakuy, o diálogo com presidentes de comunidades. Oferece tratores, mas a situação do campesino continuava-se agravando. Além da falta de crédito, a inflação que disparava havia ainda a Importação de alimentos limitando o Mercado Consumidor. "*Primero és El Agro después La Dívida*" bradava o slogan do VI Conselho nacional da Confederación Campesina realizado em 1985, onde se pedia ao novo governo prioridade para a agricultura e apoio ao desenvolvimento rural e não pagamento da dívida externa, bandeira, que (não custa lembrar) mobilizava corações e mentes em todo continente na década de 1980.

Entretanto outro problema atraía a atenção de dirigentes camponeses; a violência exercitada por, e movida contra, Sendero Luminoso.<sup>51</sup> A organização liderada pelo professor de Filosofia Abimael Gusmán escolhera, à maneira maoísta o meio agrário como ponto de partida de suas operações. Líderes camponeses eram assassinados caso não colaborassem. Estes mesmos líderes camponeses estavam na mira dos serviços de inteligência e dos grupos paramilitares acusados de terrorismo.<sup>52</sup>

Chama a atenção o fato de que no VI Conselho Nacional os dirigentes da CCP embora reconhecessem o Ultraesquerdismo do Sendero deixassem a maior parte de suas acusações para os grupos paramilitares e o Estado. Denunciavam inclusive o assassinato de Jesus Chompa, da CNA, e normalmente atribuíam os assassinatos a grupos paramilitares. Com larga tradição de esquerda era difícil para as lideranças camponesas criticar mais duramente uma entidade, que mal ou bem, mostrava um discurso revolucionário, ainda que neste momento dirigentes como o recém-eleito senador Andrés Luna Vargas, considerassem seu caminho equivocado.<sup>53</sup> Em nossas recentes entrevistas

---

<sup>50</sup> Salgado, Carlos Monge (1989b). Op. Cit., p. 61.

<sup>51</sup> Não é nosso objetivo uma discussão específica sobre o Sendero Luminoso neste trabalho. Pode-se observar para uma avaliação mais aprofundada: Degregore, Carlos Ivan (2011). *Que Difícil és ser Dios*, Lima, IEP.

<sup>52</sup> Esta situação era vivenciada por diversas comunidades camponesas. Degregore lembra que em Humaro, comunidade da província de Huanta, departamento de Ayacucho, os camponeses eram instigados pelo Sendero a passar para a Serra, e pelo exército a ficar no povoado. Quem ficava era morto pelo Sendero, acusado de traidor e quem subia, era exterminado pelos militares acusado de terrorista. O resultado foi a desagregação da comunidade, que teria em 1985 mais mortos que sobreviventes. Degregore, Carlos Ivan (1996). *Rondas Campesinas y Derrota de Sendero*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, p. 23.

<sup>53</sup> Jorge Prado, secretário-geral da CCP até o início de 2013, Secretário-geral da CCP nasceu no departamento de Ayacucho e precisou deslocar-se para Lima. Fora aluno de Gusmán e estava portanto sob

Luna Vargas ainda conserva esta tensão em sua fala. De um lado reconhece que a estratégia senderista era fadada ao fracasso. *“Chegavam em um lugar e matavam os ladrões de gado, os estupradores. O povo gostava. Mas logo os senderistas proibiam o camponês de semear mais do que o suficiente para manter a comunidade. Isso é como decretar: “amanhã o sol não sai”.* A reação não se fez esperar. As rondas campesinas, espécies de milícias populares, que se formaram originalmente contra os grupos de bandoleiros que roubavam gado, começaram a se voltar contra o Sendero com ou sem apoio do exército. Andrés recorda: *“Eu era senador e tenho uma carta de uma comunidade campesina, onde eles dizem: “vamos semear à noite, à luz da lua. As balas acabam, mas as pedras não”.* E eles expulsaram o Sendero da comunidade.<sup>54</sup>

Na segunda metade dos anos oitenta além das dificuldades do setor agrário o dirigente de entidade de base campesina tinha que estar bem preparado para defender a vida ameaçada dos dois lados naquilo que Hannah Arendt tão bem definiu como a idéia de processo, ou seja, que importa se milhares morreriam, se afinal a revolução triunfaria ou o terrorismo seria esmagado conforme a perspectiva.

As reivindicações deixavam o terreno da luta pela terra. Agora tanto CCP como CNA e mesmo a ANAPA<sup>55</sup> reclamavam o acesso à água, mas principalmente a obtenção de mercados, crédito subsidiado, preços mínimos para sua produção.<sup>56</sup> O autor observa que existia uma contradição, pois se era pedido crédito subsidiado e preço mínimo ao mesmo tempo como o Estado atenderia? Vale salientar que este Estado ao qual tanto se reivindicava vive a década perdida como os economistas chamam a década de 1980 e com o agravante de enfrentar ao Sendero e ao menos expressivo Movimento Revolucionário Tupac Amará.

Ainda Salgado nos recorda que uma reivindicação desapareceu das pautas camponesas. A do acesso à terra e principalmente condições de trabalho para os chamados eventuais. Ou seja, os trabalhadores que atuavam temporária ou permanentemente nas cooperativas, nas zonas parceladas, nos minifúndios não tinham

---

o olhar dos dois lados. Marcelino Bustamante teve sua casa no departamento de Ancash dinamitada. Não sabe se foram senderistas ou a extrema-direita, mas se inclina a acreditar que foi esta última. Sobre a posição da CCP em relação ao conflito interno peruano ver: Vargas, Andrés Luna (1985). *Informe Del Secretario-General AL VI Consejo Nacional de La Confederación Campesina Del Peru*. CCP, Lima, p. 22-24.

<sup>54</sup> Entrevista de Luna Vargas ao autor, Lima, 23 de abril de 2013.

<sup>55</sup> Não estranhe o leitor não ter lido nada sobre a Confederación General de Campesinos Del Peru, simplesmente não encontro vestígios de sua existência durante os anos oitenta.

<sup>56</sup> Salgado, Carlos Monge (1989a). Op. Cit., p. 47; Salgado, Carlos Monge (1989b). Op. Cit., p. 65. e Salgado, Carlos Monge (1989c). Op. Cit., p. 9.

mais a quem recorrer. O autor escrevendo no calor da hora, chama a atenção para o risco de que o Senderismo conseguisse absorver esta massa, que não tinha quem a representasse.

No fim dos anos oitenta um campesinato dividido, mas organizado nacionalmente levava suas reivindicações: terra para a região de Puno, água para zonas onde a irrigação se fazia necessária, bem como o desenvolvimento tecnológico, mas principalmente crédito e mercados garantidos além de preços mínimos.<sup>57</sup>

As mudanças na conjuntura nacional e internacional afetariam os movimentos camponeses peruanos na virada para a década de 1990. Internacionalmente a derrubada do Muro de Berlim e dos regimes ditatoriais do Leste europeu, além da crescente presença de propostas neoliberais, que a parceria Ronald Reagan e Margareth Thatcher representava desacreditavam rapidamente as propostas socialistas associadas mecanicamente a autoritarismo, repressão e corrupção, como se estes fatores só estivessem presentes nestes modelos. Internamente a campanha iniciada em 1987 pelo conhecido romancista Mário Vargas Lloza contra a proposição de Alán García de estatizar os bancos catalisou as forças de direita. Além da ineficiência, corrupção, gastos públicos exagerados e hiperinflação as propostas socializantes, que o movimento camponês popular encampava eram agora associadas ao terrorismo senderista. Além do mais a esquerda Unida se dividiu e o quadro das eleições de 1990 apareceu pulverizado. Dois candidatos neoliberais disputaram o segundo turno: Vargas Lloza perdeu para o desconhecido engenheiro agrônomo Alberto Fugimori.

O fugichoque significou cortes draconianos nos gastos públicos. Com o discurso de combate a Inflação o governo cortou todo apoio a organizações camponesas. Que cada um fizesse o que conseguisse da terra conquistada na reforma Agrária. Em 1993 a nova Constituição, imposta depois do golpe de cinco de abril decretado pelo presidente, permitia a venda das terras das comunidades a partir do voto de metade mais um dos membros assistentes a uma assembléia e facilitava ainda mais a desagregação das cooperativas que restavam. Os sócios se tornavam acionistas e, logo a cooperativa açucareira, símbolo do velasquismo se desmontava.

---

<sup>57</sup> Uma boa demonstração destas reivindicações é a exposição, que Felipe Huamán, faz ante o Centro de Altos Estudos Militares em 1988. Nela o dirigente recorda que o país precisava com urgência tornar mais áreas de terras utilizáveis, pois só quatro por cento das mesmas encontravam-se em condições de cultivo. Huamán, Felipe (1988). *Exposición en El Centro de Altos Estudios Militares (Caem)*, Lima, CNA, p. 4.



CCP, CNA e CGCP, ainda tentaram organizar a casa campesina, a fim de tornarem-se prestadoras de serviços,<sup>58</sup> mas como me lembra Bustamante “o irmão camponês não entendia que tínhamos de pagar as ONGs que nos apoiavam. Assim cedíamos tratores ou fertilizantes e não recebíamos por eles”.

Com a derrota do Sendero, a partir da prisão de Gusmán, com a inflação baixa, com Fugimori obtendo maioria na Assembléia Constituinte, convocada por ele, depois de um golpe de Estado, onde o congresso foi dissolvido, e finalmente com a nova Constituição aprovada permitindo a reeleição, parecia que a história do movimento camponês, pelo menos de uma perspectiva de defender mudanças na estrutura agrária estava enserrada. Parecia...

### **À maneira de conclusão**

Os movimentos campesinos do Peru desenvolveram ao longo das últimas décadas distintas estratégias de luta em diferentes contextos. Nos anos cinquenta e sessenta eram as ocupações de terra e as greves, além das “marchas de sacrifício”, que mobilizavam na luta por reforma agrária e por melhores condições de trabalho. Neste momento Fencap e CCP tentavam centralizar o movimento, mas a luta se dava muito mais ao nível local e regional.

Durante a ditadura militar o espaço que dirigentes da CCP não quiseram aproveitar acabou ocupado por bases locais e regionais e os beneficiários da Reforma engajaram-se em parte na CNA. Neste momento as demandas ainda eram por terra e contra a violência dos gamonales (terratenentes) ou mesmo do Estado. Nos anos oitenta CNA e CCP se aproximam. O objetivo de líderes como Luna Vargas ainda em 1985 era criar uma central única no campo, mas não foi alcançado. Agora a terra perdia a dimensão mais importante substituída pelo crédito, por acesso a mercados apoio técnico e a questão da violência. Violência que atingiu o campo de lado a lado com a ação do Sendero, dos paramilitares e do Estado. A CCP tentava organizar Rondas Campesinas, espécie de milícia popular, que fora criada originalmente para combater roubo de gado (Iokoi, 1996, P: 198), mas que em

---

<sup>58</sup> Moreno, Julio Alfaro (1994). *Los Gremios Rurales: Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*, Lima: Fundación Friedrich Hebert, p. 65.

áreas como o departamento de Cajamarca e mesmo Ayacucho, berço senderista, seriam essenciais no combate ao Sendero.

A ascensão de Fugimori significou o triunfo no Peru de idéias chamadas neoliberais: mínima intervenção do Estado na Economia, privatização, cortes de gastos públicos, demissões.

A reeleição de Fugimori em 1995 parecia significar a vitória final do neoliberalismo. Contudo as violações de direitos humanos que o governo praticava em nome do combate ao Sendero e Tupac Amarú podem ter aglutinado os setores opositoristas. A CCP estava de novo na virada do milênio na coalizão, que em 2001, apeou Fugimori do poder.

Durante os primeiros anos do Novo Século, vejo tanto a CCP como a CNA com pontos convergentes. Luta contra os transgênicos, contra a “estrangeirização”, onde as terras se reconcentram agora em mãos de transnacionais, apoiando a agricultura sustentavam e prestando solidariedade aos Amazônicos, que em Bágua em 2009 travaram uma luta épica contra as concessões de suas terras a empresas petroleiras. Se nos anos 1960 as comunidades buscavam recuperar terras perdidas no Departamento do Amazonas, a luta é pela conservação da terra. Em 2007 o governo do novamente presidente Alán García buscou entregar terras das comunidades amazônicas, que não vinham sendo tituladas a conglomerados de petroleiras, mineradoras e madeireiras. A reação não se fez esperar e houve vários movimentos de ocupação de estradas, culminando com um choque em cinco de junho de 2009, onde 24 policiais e um número não determinado de camponeses morreram em combate. Pouco depois alguns dos decretos, que facilitavam a entrega das terras foram suspensos.

Além disso, as bases atuam em lutas contra a presença das mineradoras, onde o histórico líder Hugo Blanco, continua desempenhando papel nestas organizações, e em defesa da água.

Sem formar uma Central única parecem estar conseguindo conformar uma aliança. Keiko Fugimori, não foi à CNA, mas Ollanta Humala lá esteve para pedir seu apoio. Aida García Naranjo, antigo membro do Conselho Nacional da CCP participou, nos primeiros meses do governo Humala, como ministra para as mulheres, e Luna Vargas é assessor do Ministério da Agricultura. Como vimos no início deste artigo, este presidente vem reivindicando a herança nacionalista.

Se nos anos sessenta a luta se travava pela terra, nas primeiras décadas do século XXI a luta se trava contra o que se convencionou chamar, neoliberalismo. Luta contra o

neoliberalismo significa luta a favor de mercado para o camponês, contra os transgênicos, contra a mineração e contra a reconcentração da terra, que agora ameaça não só as áreas onde houve a reforma agrária, como a Amazônia de povos indígenas, que não fora tocada por ela. Deste modo a luta contra o neoliberalismo é também uma continuação da luta pela terra.

## Referências

Burenios, Charlotte (2001). *Huando: Testemoño de um fracaso. Habla el sindicalista Zózimo Torres*, Lima: IEP.

Colombo, Silvia; Soares, Gabriela Pelegrino (1999). *Reforma Liberal e Lutas Camponesas na América Latina: Peru e México nas últimas décadas do Século XIX e Princípios do Século XX*, São Paulo: Humanitas.

Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). *Historia del Peru Contemporâneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el Presente*, Lima: Instituto de Estudios.

Cotler, Julio (2006). *Peru: Estado, Classe e Nação*, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

Degregore, Carlos Ivan (1996). *Rondas Campesinas y Derrota de Sendero*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos.

De La Gala, Ángel Fernandez (1985). "La reforma agraria no fracasa, tampoco los campesinos, lo único que fracasa es la cooperativa". In Eguren, Fernando (Org.) (1985). *Las Parcelaciones Agrárias de lãs coperativas agrárias Del Peru*, Chiclayo: Solidaridad.

Figalo, Flávio; Vega, Juan F (1988). "Anapa: que clase de gremio y gremio de que clase". In: *Debate Agrário*, Lima, Cepes, n. 2, p: 51-68, abr./jun.

Huamán, Felipe (1988). *Exposición en El Centro de Altos Estudios Militares (Caem)*, Lima, CNA.

García, Hanry Pease (1986). *El Ocaso Del Poder Oligárquico*, Lima: Desco.

Gómez Calleja, Carmen; Manacés Valverde, Jesús (2010). *Informe em Minoría de la Comisión para Investigar y Analisar lós Sucesos de Bagua*. Lima, Cámara de Diputados, abril. Disponível em: < <http://informebagua-enminoría.blogspot.com.br/> >. Acesso em: 21 jun. 2013.

Gorrite, Gustavo (2008). *Sendero: Historia de la Guerra Milenaria*, Lima: IEP.

Iokoi, Zilda Márcia Gricoli (1996). *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo (Brasil e Peru: 1964-1986)*, São Paulo, Hucitec.

Mar, José Matos; Mejía José Manuel (1980). *La Reforma Agrária em El Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Mayer, Enrique (2009). *Cuentos Feos de la Reforma Agraria*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Medrano, Eduardo Toche (2008). *Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*, Lima: Desço-clacso.

Moreno, Julio Alfaro (1994). *Los Gremios Rurales: - Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*, Lima: Fundación Friedrich Hebert.

Pecequilo, Cristina Soriano (2003). *A Política Externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Rémique, José Luiz (2004). *La Batalla Por Puno: Conflicto y Nación em los Andes Peruanos*, Lima, Cepes-Sur.

Salgado, Carlos Monge (1989a). *Agremiación em El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina*, Lima: Latino-American Studies Association.

\_\_\_\_\_ (1989b). "Las Demandas de los Grêmios Campesinos em los 80". In *Revista Debate Agrario*, Lima, Cepes, n. 5, p: 41-60, jan./mar.

\_\_\_\_\_ (1989c). "La Reforma Agrária y El Movimiento Campelino". In *Debate Agrário*, Lima, CEPES, n. 7, p: 63-84, Jul./Sept..

Silva, José Gomes da (1971). *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: ZAAR.

Vargas, Andrés Luna (1977). *Informe del Secretario-General a Assembleia de Delegados de La CCP*, CCP, Lima.

\_\_\_\_\_ (1985). *Informe Del Secretario-General AL VI Consejo Nacional de La Confederación Campesina Del Peru*. CCP, Lima.

**Recebido para publicação em 04 de maio de 2013.**

**Aprovado para publicação em 05 de agosto de 2013.**

**CAMPO TEÓRICO E ALGUNS ASPECTOS DO CONTROLE SOCIAL PENAL**  
**CAMPO TEÓRICO Y ALGUNOS ASPECTOS DEL CONTROL SOCIAL PENAL**  
**THE THEORETICAL FIELD AND SOME FEATURES OF PENAL SOCIAL**  
**CONTROL**  
**CHAMP THÉORIQUE ET AUTRES ASPECTS DU CONTRÔLE SOCIAL PÉNAL**  
**理论问题和刑法的社会控制的一些问题**

**DOI: 10.5533/1984-2503-20146207**

**Pedro Tórtima<sup>1</sup>**

**RESUMO**

Este trabalho problematiza a reflexão teórica sobre controle social, a partir dos poderes instituídos nas sociedades capitalistas durante os séculos XIX e XX. Enfoca a trajetória que perpassa a velha Europa, desde os processos punitivos praticados através dos suplícios físicos até o surgimento das penitenciárias modernas. Em sociedades cada vez mais invadidas por valores próprios do sistema capitalista, o poder é exercido mediante máquinas e tecnologias que organizam diretamente a cultura e a subjetividade (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades de lazer monitoradas, etc.) no objetivo de um estado de alienação.

**Palavras-chave:** Controle social, punição, disciplina, repressão.

**RESUMEN**

Este trabajo pone en perspectiva la reflexión teórica sobre el control social operado por los poderes instituidos en las sociedades capitalistas durante los siglos XIX y XX. Se analiza la trayectoria transitada por la vieja Europa, desde los procedimientos punitivos practicados mediante los suplicios físicos hasta la aparición de las penitenciarías modernas. En sociedades cada vez más invadidas por valores propios al sistema capitalista, el poder es ejercido a través de máquinas y tecnologías que organizan directamente la cultura y la subjetividad (en los sistemas de comunicación, las redes de

---

<sup>1</sup> Professor no curso de Mestrado em Direito Da Universidade Cândido Mendes (UCAM). E-mail: [pedrotortima@yahoo.com.br](mailto:pedrotortima@yahoo.com.br)

información, etc.) y los cuerpos (en los sistemas de bienestar, las actividades de ocio vigiladas, etc.) con el fin de crear de un estado de alienación.

**Palabras clave:** Control social, Castigo, Disciplina, Represión.

## **ABSTRACT**

This work problematizes theoretical reflections on social control, by means of the powers instituted in capitalist societies during the nineteenth and twentieth centuries. It focuses on the shift to have occurred in old Europe from punishment by physical torture to the emergence of modern prisons. In societies increasingly invaded by the values of the capitalist system, power is exerted by means of machines and technologies which directly organize culture and subjectivity (in communication systems, information networks, etc.) as well as bodies (in well-being systems, monitored leisure activities, etc.) with the aim of inducing a state of alienation.

**Key Words:** Social Control, Punishment, Discipline, Repression.

## **RÉSUMÉ**

Ce travail met en perspective la réflexion théorique sur le contrôle social opéré par les pouvoirs institués dans les sociétés capitalistes durant les XIX<sup>ème</sup> et XX<sup>ème</sup> siècles. Nous y analyserons la trajectoire suivie par la vieille Europe, depuis les procédés punitifs mis en œuvre à travers le supplice physique jusqu'à l'apparition des prisons modernes. Dans des sociétés toujours plus envahies par les valeurs propres au capitalisme, le pouvoir est exercé par l'entremise de machines et de technologies qui organisent directement la culture et la subjectivité (au sein des systèmes de communications, des réseaux d'information, etc.) et les corps (dans des systèmes de bien-être, d'activités de loisirs surveillés, etc.), dans le but de créer un état d'aliénation.

**Mots-clés :** Contrôle social, punition, discipline, répression.

## 摘要

本论文探讨19世纪和20世纪资本主义社会的社会控制的理论问题。追溯了欧洲的刑责历史演变，从古时候的公开肉体刑罚到现代监狱制度。由于当代资本主义社会受到新思想新观念的不断冲击，政府的执政技术和方法也在不断创新，它利用传媒和信息系统直接组织文化和主观价值(subjetividade)，直接组织肉体(通过其掌控的社会福利系统，通过组织受监控的休闲活动，等)，对越来越异化(alienação)的国家进行管理。

**关键词：**社会控制，刑责，管教，打压(repressão)。

O controle social subsiste, muito especialmente e claramente, em sociedades hierarquizadas, tendo como um dos mais claros parâmetros estruturais a existência da propriedade privada dos meios de produção.

De maneira geral, o controle social se manifesta através dos poderes instituídos e por agentes dominantes da sociedade civil<sup>2</sup>. Isto se verifica quase sempre sobre a massa de trabalhadores (e da população pobre, em geral) bem como – guardadas as devidas proporções – sobre a sociedade no seu todo e se manifesta através da disciplinarização rígida tanto do espaço como do tempo de trabalho e até mesmo do lazer. A repressão

física bruta e brutal é apenas uma das faces do autoritarismo de classe. O Estado de classes é um desses poderes instituídos. Para maior definição e discussão desse organismo, sugerimos uma consulta a uma bibliografia que não desconheça a complexa estrutura social que envolve as instituições do Poder. Graças, também, aos mecanismos ideológicos que lhe parecem próprios ou herdados, o Estado consegue introjetar na sociedade os valores dominantes. Portanto, não é somente a (tradicional) repressão policial que é parte do cotidiano desses poderes institucionais em seus meticulosos e engendrados trabalhos de preservação da ordem ou de uma determinada ordem social. Os meios jurídicos, médicos, religiosos e de muitas outras entidades na hierarquia do

---

<sup>2</sup>Hegel (Georg Wilhelm Friedrich Hegel – 1770-1831) entendia, por exemplo, a *sociedade civil* (ou burguesa) enquanto *esfera dos indivíduos que deixaram a unidade da família para ingressar na competição econômica*. Em Karl Marx (Karl Heinrich Marx – 1818 -1883) a questão do Estado surge de forma bem diferente, uma vez que, nesta sociedade toda organização social, inclusive de Poder, é claramente definida como uma instância de classe ou resultado de um confronto das mesmas. Este Poder é partilhado ou disputado; mas unicamente as forças sociais que têm a hegemonia política têm como sobreviver neste universo. De qualquer forma, percebe-se uma inter-relação entre o Estado e o social, entre o poder instituído, inclusive formalmente instituído e o conflagrado cotidiano social.

poder civil, colaboram na formação da malha repressiva atuando em diferentes e numerosos extratos sociais bem como, em seus mecanismos defensivos. A forte tendência conservadora, ao analisar o Estado, ignora (conscientemente ou não) sua função classista, tendo como principal objeto, a perpetuação e a manutenção do Poder. Admite-se, por exemplo, que essa instituição possa estar acima das classes...

Muito ilustrativo desta interpretação é o capítulo 12 (“John Warr e o Direito”) do historiador inglês Christopher Hill (1891-2003) em *O mundo de ponta-cabeça*, publicado pela Companhia das Letras de São Paulo em 1987. Fica claro aí que: “[...] a lei ... é meramente a expressão da vontade dos conquistadores, enunciando como querem eles governar os seus súditos”. Não é nem C. Hill, o autor dessa máxima, mas Winstanle, ativista radical inglês do XVII. Ele percebia, claramente, como inferiu o historiador inglês, que o Estado e suas instituições legais existiam com o objetivo evidente de manter em “seu lugar” as classes subalternas.

Não se acham isentas de crítica, as tentativas do falante (e falaz) discurso neoliberal que pretende ver no complexo empresarial, uma forma de substituir de vez os tradicionais mecanismos da instituição estatal. Nada mais falso: o capital fornece efetivamente e progressivamente, inúmeros elementos nutritivos para a intrincada rede deste Estado monopolista e autoritário. Desta forma, a arquitetura institucional do referido *Leviatã*, passa a ser mais que um apêndice. Não esquecer que o Estado e a Ordem têm, também, uma forte e indissolúvel intimidade.

Neste mesmo universo, um “código” é estabelecido, muitas vezes de pronto, e esse código possui curiosas tendências normativas. Evidentemente, não há uma regra pré-estabelecida, mas esses sutis mecanismos sociais se acomodam no bojo de uma realidade histórica determinada.

Franco Garelli, da Universidade de Turim, entende por controle social, o conjunto de meios de intervenção, acionados por cada Estado ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam: com o objetivo de restabelecer condições de conformação – sobretudo, em relação a uma mudança do sistema normativo<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Garelli, Franco (2000). “Controle social”. In: Bobbio, Norberto et al. (2000). *Dicionário de política*, 5 ed., Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v. 1, p. 283. Embora nos pareça correta sua posição, consideramos existir na dinâmica das relações sociais e humanas, aspectos ainda mais complexos. Ver p. 29 e 30 do presente trabalho.



Nesse sentido, prossegue Garelli, podem ser identificadas duas formas principais de controle social de que se serve um determinado sistema para conseguir o consenso: a área dos controles externos e a área dos controles internos<sup>4</sup>. Desta forma, através do primeiro termo se faz referência àqueles mecanismos (sanções, punições, ações reativas) que se acionam contra indivíduos quando estes não se uniformizam com as normas dominantes. Segundo ainda esse autor, encontramos-nos perante um amplo leque de sanções, extremamente variado e de peso punitivo diferente. Entre elas, deve-se mencionar, além do caso extremo da morte, os da privação de determinadas recompensas, benefícios e direitos, as formas de interdição e isolamento, as de reprovação social, de intriga e, até mesmo, de sátira<sup>5</sup>.

Para esse cientista político, fazem parte, ao invés dos controles internos, aqueles meios com que a sociedade procura mentalizar os indivíduos – especialmente durante a socialização primária – sobre os modelos, os valores e as metas consideradas fundamentais para a própria ordem social.

Neste sentido, os controles internos, de forma geral, são aqueles que não ameaçam uma pessoa externamente, mas em sua consciência: os controles internos dependem de uma socialização bem sucedida; se esta última foi realizada adequadamente, então o indivíduo que pratica certas transgressões (ou assim consideradas) contra a sociedade e suas regras, será condenado pela sua própria consciência que na realidade constitui a interiorização dos controles sociais<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Garelli, F. Op. Cit., p. 283.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 284.

<sup>6</sup> Ibidem.



A classe operária não vai ao paraíso

Michael Hardt e Antonio Negri admitem<sup>7</sup> que a obra do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), nos permite reconhecer uma transição histórica, de época, nas formas sociais da sociedade disciplinar para a sociedade de controle.

Segundo esses dois autores, sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de *dispositivos* ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas<sup>8</sup>.

Por isso mesmo, consegue-se acionar essa sociedade e assegurar obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou de exclusão. Isto, certamente, é viabilizado por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para “razão” da disciplina<sup>9</sup>.

O poder disciplinar se manifesta, enfatizam Hardt e Negri, na estruturação de parâmetros e limites do pensamento e da prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados.

Portanto, numa sociedade cada vez mais invadida por valores próprios do sistema capitalista, o poder é, inclusive, exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc) e os corpos (em

<sup>7</sup> Hardt, M.; Negri, A. (2001). *Império*, Rio de Janeiro: Record.

<sup>8</sup> Hardt, M.; Negri, A. (2001). Op. Cit., p. 42

sistemas de bem-estar, atividades monitoradas, etc.) no objetivo de um estado de alienação. Isto se dá independente do sentido da vida e do desejo de criatividade.

A sociedade de controle pode, dessa maneira, ser definida por um fortalecimento e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinariedade que animam nossas práticas cotidianas e comuns. Mas, contrastando com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados (de instituições sociais) mediante redes flexíveis e flutuantes<sup>10</sup>.

De fato, Michel Foucault a respeito da ação das instituições oficiais e do controle social sustenta que não se pode compreender a transição do Estado “soberano” do *ancien régime* para o moderno “Estado” disciplinar. Isto se dá, mais facilmente, sobretudo, quando não se leva em conta o modo como o contexto biopolítico foi progressivamente posto a serviço da acumulação capitalista.

Segundo ele, o controle da sociedade sobre os indivíduos não é feito apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo investiu a sociedade capitalista<sup>11</sup>.

Outros trabalhos do pensador francês merecem ser aqui citados. Em *Vigiar e punir*<sup>12</sup>, Foucault persegue os processos punitivos em detalhes. Medicina, Polícia e Justiça, em épocas diferentes, formam o tripé do Estado e a religião institucionalizada empresta um halo beatificante a essa trindade.

Para nosso ensaio, especialmente, é interessante observar a trajetória que perpassa a velha Europa, desde os processos punitivos embutindo os suplícios físicos (tendo como motivação legal e recurso ideológico, a salvação da alma do condenado) até às práticas modernas de carceragem, isto é, dos novos institutos penitenciários<sup>13</sup>.

E não é somente a ação ritualista do Estado e as diversas instituições que orbitam ao seu redor que estão em discussão. Mas toda uma estrutura ideológica, toda uma

---

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 42-43

<sup>11</sup> Foucault, Michel (1994). *La naissance de la médecine sociale. Dits et écrits*, Paris: Gallimard. [Ver esse mesmo texto em *Microfísica do poder*, 5. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 80.]. Talvez, o corpo fique sendo um espelho fiel do pesado contexto.

<sup>12</sup> Foucault, Michel (1983). *Vigiar e punir, nascimento da prisão*, 2. ed., Petrópolis: Vozes.

<sup>13</sup> Sobre esse tema, ver o Manifesto do GIP, assinado por Jean - Marie Domenach (1922-1997), Foucault, pelo historiador Pierre Emmanuel Vidal-Naquet (1930-2006) e lido pelo segundo (em fevereiro de 1971) na capela Saint-Bernard de Montparnasse, por ocasião da suspensão da greve de fome dos militantes da *Esquerda Proletária*. Em *Estratégia, poder-saber* de autoria de Michel Foucault [Ditos e Escritos, v. IV], pela Forense Universitária, o documento se encontra reproduzido. Ver outros manifestos sobre a *questão carcerária* no mesmo volume. Estudos como, por exemplo, “a prisão dos homens infames” devem ser examinados. Nessa mesma coleção, em *Ética, sexualidade, política* – ver um interessante depoimento do filósofo, intitulado: “A evolução da noção de indivíduo perigoso na psiquiatria legal do século XIX”.

cultura, fortemente disciplinadoras, que correm nas veias das sociedades, embutindo o poder e a hierarquia daí decorrente – tendo como um dos vários epílogos, a punição carcerária e suas marcas.

Sem dúvida alguma, a condenação não é apanágio unicamente do Estado, como já mencionamos na nota número 1 desse trabalho.

Trata-se, portanto, da legitimação do poder e de seu pleno exercício: a justiça criminal sabe se travestir, ela pune em vez de vigiar. Aliás, como sublinha Foucault, o Direito Penal moderno vai mais longe; não ousa dizer que pune crimes, uma vez que pretende readaptar delinqüentes.

A nova prática penal faz com que seus processos e as medidas correcionais contra os criminosos (ou assim considerados) sejam de tal forma corretos e “civilizados” que quando cumpridos se apresentem como verdadeiramente humanos diante do crivo social. A punição-recuperação, dos novos tempos, tem como objeto, pelo menos aparente, a integração de seres dóceis e úteis na sociedade.



Presídio e o controle

O velho suplício medieval, a masmorra e o calabouço, a longínqua colônia, a galé, os *bagnes*<sup>14</sup> são apenas transmutados: o novo presídio penitente edita ou reedita, de forma “científica”, o sistema prisional. Até o sinistro panóptico começa a se encontrar fora daquele uso, mas não desprezado. O espírito desta “arquitetura” carcerária ganhou, apenas, novas linhas controladoras. Mais adiante, na nota 18 de rodapé, tentaremos melhor discutir a questão panóptica.

A sociedade moderna passa a discutir a questão do isolamento do detento em minúcias – cumpre, portanto, o isolamento do condenado em relação ao mundo exterior, a tudo o que motivou a infração, às cumplicidades que a facilitaram<sup>15</sup>.



Controle ou descontrole?

Hospício e seres humanos

---

<sup>14</sup> Este nome é uma alusão (mera alusão) aos antigos estabelecimentos de banhos, instalados em Constantinopla e que serviam, também, para “aprisionar” mulheres. Mas, na verdade, é apenas uma alusão. Concretamente, até a primeira metade do séc. XVIII, uma das mais infamantes e sofridas penas-crimes era a das galés. O “progresso” nas artes náuticas, no entanto, fez algumas *substituições*. Isto é, a partir de partir de 1748, as reais transformações da marinha à vela forçaram o abandono das velhas práticas da canoa. Os forçados foram internados em antigos portos de guerra que receberam a designação de *banhos*. Verdadeiros presídios estavam formados. Toda uma seqüência de Códigos Penais esteve a serviço deste sistema. Uma bizarra modernidade parecia estar surgindo. O controle social encontrava e encontra múltiplas formas de se manifestar.

<sup>15</sup> Recentemente, Gabriel Ignacio Anitua (2008) em *Histórias dos pensamentos criminológicos* Rio de Janeiro: Revan/ICC, 944 p, em tradução de Sérgio Lamarão, entre as p, 201 e 217 descreve e discute o nascimento da prisão, bem como toda ou todas as teorias que — através de séculos — participaram do cotidiano conservador, oferecendo como solução para as *questões sociais*: o cárcere penitente...

Quanto ao isolamento dos detentos, este tem, entre outras coisas, a “virtude” de assegurar o encontro do detento a sós com o poder que recai sobre ele. Em *Auburn*, por exemplo, os encarcerados são *realmente isolados, embora nenhum muro os separe um do outro*.

A esse propósito, Foucault, entre demais estudiosos, discute os dois sistemas norte americanos de maior destaque: o de Filadélfia ou Pensilvânia e o de Auburn. O primeiro, onde o isolamento era total e absoluto – até mesmo o escoar do tempo não era do conhecimento do encarcerado. O silêncio era tumular. No segundo, o de *Auburn*, também com características monásticas, prescrevia-se a cela individual durante a noite, trabalho e refeições em comum, mas absoluto silêncio, noite e dia. Na verdade, a célula silenciosa e sem trabalho, bíblica e solitária dos quakers da Pensilvânia, teve, objetivamente, como consequência prisioneiros enlouquecidos e seriamente deprimidos. Os suicídios tornaram-se quase comuns.

Antes mesmo da decisão em Auburn (1828), surgiu uma forma intermediária na grande prisão de Cherry Hill: os prisioneiros continuavam em suas células solitárias, mas com alguma ligação com o mundo – o trabalho individual e isolado passou a ser admitido. Sem dúvida, “Cherry Hill” representava uma etapa intermediária entre o modelo Pensilvânico e o de Auburn<sup>16</sup>.

No Brasil do Segundo Reinado, essa discussão envolveu (particularmente) muitos juristas, políticos, policiais e publicistas. O comendador e senador José Tomás Nabuco de Araújo (1813-1870), ministro da Justiça, mantinha assídua correspondência com seus funcionários no exterior e aparentemente prevalecia a opção pelo método pensilvânico como o mais adequado para a realidade brasileira. Contudo, as próprias autoridades locais constatavam ser difícil a implementação de tais práticas (em sua totalidade) uma vez, que o Estado brasileiro não tinha condições para *acolhê-las*. Seu representante no Reino Unido era o pernambucano Felipe Lopes Netto (1814-1895), legítimo

---

<sup>16</sup> Sobre a “questão prisional”, ver de Cristina Rauter, seu ensaio: “Manicômios, prisões, reformas e neoliberalismo”, publicado em *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade* (ano 2, n. 3, 1º semestre de 1997, p. 71-75). A autora explica brevemente como o estratagema neo liberal se apropria da idéia de desospitalização para convertê-la em indiferença ou repressão. De fato, com o pragmatismo dos “novos tempos” os manicômios tenderiam a desaparecer, o Estado teria menos encargos, a saúde pública correria o risco de ser objeto de uma crescente indiferença. A transferência de um hospital para uma penitenciária, cada vez mais, foge à esfera médica e é assunto da autoridade policial. Ainda dessa mesma autora, destacam-se vários capítulos de seu excelente trabalho: *Criminologia e subjetividade no Brasil*, Rio de Janeiro: Revan, 2003. 128 p. Ver recentemente, também, (e bem à propósito) a avaliação do jurista paranaense Juarez Cirino dos Santos (2007), em seu trabalho *Direito penal*; parte geral, 2 ed., Curitiba: ICPC; Lumen Juris. Ver especialmente as p. 499-501.

representante do Estado Imperial, junto à Corte Inglesa e, bem mais tarde, feito barão Lopes Netto (1888).

Uma interessante correspondência (sobre a questão prisional) entre Lopes Netto e Nabuco de Araújo, quando o primeiro servia em Londres pode ser encontrada nos arquivos do IHGB.

Por sua vez, o barão Penedo (Francisco Ignácio Carvalho Moreira, 1815-1906, experimentado parlamentar alagoano) – então embaixador brasileiro (dizer exatamente quando) em Londres, articulou a questão e conseguiu introduzir Lopes Netto no universo prisional-carcerário britânico. Tanto Penedo, como Netto demonstravam especial aplicação na tarefa que lhes foi confiada e o modelo prisional chegou do outro lado do Atlântico com ares verdadeiramente “científicos”. Ou, pelo menos, assim travestidos.

No Brasil da Primeira República, novamente a discussão veio à tona. Auburn ainda pareceu ser a mais conveniente opção – dentro dos limites, evidentemente, de uma certa razoabilidade pragmática repressiva. Tudo indicava que o modelo pensilvânico era o trunfo e indicava ser claramente mais ameaçador, mas Auburn despontava como a saída do cotidiano viável e, talvez, definitiva.

Evidentemente, a repressão institucional-prisional-carcerária não era a única. A própria Polícia do Estado detinha formas diferentes no exercício do controle, ou seja, do controle social. Isto ficou ainda mais claro, na Primeira República com a chamada modernização do aparelho policial, especialmente no início do séc. XX e, de forma mais acentuada, no antigo DF.– formidável caixa de ressonância política em toda sociedade brasileira. Sobre isso, ver o desenvolvimento ou aperfeiçoamento desse aparelho repressor, acompanhando a própria guerra social. Em momentos, verdadeiramente nodais do embate classista brasileiro, as instituições de maior projeção na arquitetura oficial do Estado brasileiro, a Polícia e a Justiça, traçam, durante três longos meses do ano de 1917, táticas repressivas. Talvez de maior sofisticação. Ainda que tenha sido, apenas um exemplo do cientificismo dos canais repressivos do Estado, a Conferência Judiciária - Policial de 1917, convocada e organizada por Aurelino Leal, chefe de Polícia da cidade do Rio de Janeiro, representou um marco na progressiva repressão e do autoritarismo institucionais oficiais brasileiros. As classes populares – as chamadas classes perigosas – foram o alvo principal desta estratégia e deste empenho jurídico-policial. Os *“Annaes da Conferência Juridciária-policial”*, publicados, em dois pesados volumes, em 1918, pela Imprensa Oficial, atestam o radical conservadorismo do Estado

brasileiro. Seria conveniente ressaltar que esta objetividade e este cientificismo das autoridades, correspondem ao próprio aburguesamento do sistema. Isto se dava, tanto a nível econômico e social como no plano das ideias. A estrutura urbana das cidades, as novidades médico – sanitárias, em parte, forçavam ou favoreciam, inclusive, a remodelação das instituições do Estado.

Os parlamentares franceses Alexis Clérel de Tocqueville (1805-1859) e Gustave de Beaumont (1802-1865), também magistrado, foram estudar a questão penitenciária nos Estados Unidos, resultando daí um impressionante clássico da penologia: “*Du système pénitentiaire aux États Unis et de son application en France*”, tendo a primeira edição sido publicada em 1832... Esses autores, entre muitas observações e fornecimento de dados, reconhecem que nesse país americano, existem, basicamente, dois sistemas penitenciários perfeitamente distintos, ou seja, o de Auburn e o de Filadélfia (ou Pensilvânico). Explicam que as penitenciárias de Sing Sing, no estado de Nova York, a de Wetherssfield em Connecticut, o presídio de Boston em Massachussets e a penitenciária de Baltimore em Maryland, seguiram o modelo de Auburn. E que, mais tarde, no Tennessee, no Maine, em Vermont e em Kentucki, o sistema prisional de Auburn também foi adotado. Pelo que puderam informar, de l'autre côté se trouve la Pensylvanie toute seule (do outro lado se encontra sozinha, a Pensilvânia). Segundo Beaumont e Tocqueville, os dois sistemas, ainda que opostos, contêm bases comuns e consideram que uma delas, é o isolamento dos detentos – sem o que, afirmam eles, não existe possibilidade de um sistema penitenciário.

Parece, também, que as origens de Auburn teriam como inspiração a arquitetura ideológica das casas penitentes da cidade belga de Gand e isso cerca de um século antes.

Finalmente, Foucault considera que a tessitura carcerária da sociedade realiza, ao mesmo tempo, as captações reais do corpo e sua perpétua observação; é [a prisão] por suas propriedades intrínsecas, o aparelho de punição mais de acordo com a nova economia do poder e o instrumento para a formação do saber de que essa mesma economia tem necessidade. Seu funcionamento panóptico lhe permite desempenhar esse duplo papel <sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> A esse respeito, ver o livro do filósofo e juriconsulto britânico Jeremy Bentham (1748-1832) sobre a questão, publicado pela primeira vez em 1787. O autor foi o ideólogo desse sistema prisional que previa a arquitetura do controle panóptico tanto para presídios, como para fábricas, casas para pobres, manufaturas, hospícios, lazaretos, hospitais e escolas. Podemos dizer que até mesmo na disposição das ruas de um centro urbano, a idéia do controle panóptico pode se encontrar presente. Uma excelente tradução foi feita



Catherine Duprat, autora de um capítulo do polêmico trabalho coordenado por Michelle Perrot, relaciona o início da série de cogitações em torno das reformas do sistema penitenciário francês com a “questão social” que se apresenta aí, claramente definida. Tal situação, de ebulição social, explicaria a razão de tantas vezes terem se envolvido num debate que rapidamente se transformou num outro: este sobre o problema social<sup>18</sup>.

A autora procura esclarecer que todos esses enfrentamentos anunciam as controvérsias dos anos 30 (do séc. XIX) sobre o que ela chama de caridade legal e aquele sobre a condição operária. Esse longo e refletido artigo faz menção e até mesmo se demora na avaliação de uma sociedade filantrópica que acaba por propor formas de controle social – delineando então uma ciência das prisões.

Duprat considera que a prisão, naturalmente, nunca teve o poder de curar. Essa convicção esclarece a historiadora, desde o séc. XIX, já havia sido enunciada e Aléxis Tocqueville alertava para as ilusões de alguns filantropos sobre o sistema, perguntando-lhes: “*Qual o objetivo principal da pena relativamente àquele que a sofre? [...] Antes de*

---

para o português pela Autêntica de Belo Horizonte em 2000. Estudiosos como, por exemplo, Michelle Perrot, Alain Miller e Simon Werret avaliam criticamente esse projeto que tem por finalidade, discutir ainda outras formas de controle social. Em *O Panóptico; ou a Casa de Inspeção*: contendo a idéia de um novo princípio de construção, Bentham advoga o sistema de controle prisional: a que significativas parcelas da população devem ficar submetidas. E não somente pelo Estado. Também na montagem dessa sofisticada engrenagem (mas em outra obra: *Théorie des peines et des récompenses*) estava prevista até uma punição científica, ou seja, ainda que Bentham fosse, de maneira geral, contra a violência física desnecessária no cotidiano prisional — admite, em certos casos, a tortura ! Ressalva, no entanto, que o uso da máquina era capaz de dar uma regularidade ao castigo que deixava de ser “administrado” pelo arbítrio do verdugo ... De qualquer forma, a grande “vantagem” da tortura eram os efeitos intimidatórios sobre a população e, isso, Jeremy Bentham, em nenhum momento, tentou esconder. Em nenhum. Nesse comprido e variado elenco de instituições merecedoras de vigilância, estavam também as escolas, os lazaretos, hospícios, hospitais e fábricas. Em *Vigiar e punir*, Foucault descreve, em minúcias e criticamente, essa arquitetura disciplinar – capaz de tudo ver e tudo controlar – fosse construída de forma circular, fosse de forma piramidal (Foucault, M. (1983). *Op. Cit.*, p. 156-157.). Mas é entre as p. 221 e 227 que esse autor desconstrói o discurso vigilante e disciplinar dessa arquitetura, panóptica ou não. A prisão, essa região mais sombria do aparelho da justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica. (Ibidem, p. 227). Mais uma vez recomendamos, o próprio texto de J. Bentham (2000), traduzido recentemente para o português pela Autêntica de Belo Horizonte. O sociólogo Bauman considerava que à época em que foi esboçado o projeto do Panóptico, a falta de disposição para o trabalho era em geral vista como o principal obstáculo para a ascensão social. Os primeiros empresários deploravam a falta de disposição dos possíveis operários para se submeter ao ritmo do trabalho fabril; nessas circunstâncias, “correição” significava superar essa resistência e tornar mais plausível a submissão. Surge, igualmente, outra discussão, ou seja, aquela em torno do Sinóptico. Existe uma diferença entre o Panóptico e o Sinóptico. A primeira prática forçava as pessoas à posição em que podiam ser vigiadas. O Sinóptico não precisava de coerção – ele seduz as pessoas à vigilância. (Bauman, Zygmunt (1999). *Globalização...*, Rio de Janeiro: Zahar, p. 60). Talvez, neste caso, o ser humano inicie um processo de vigiar a si mesmo.

<sup>18</sup> Duprat, Catherine (1980). “Punir et guérir. En 1818, la prison des philanthropes”. In Perrot, Michelle (1980). *L’Impossible prison ...* Paris: Seuil, p. 64-65.

*mais nada ensinar-lhe a obedecer*<sup>19</sup>. Por tudo que foi dito, o trabalho dessa escritora transcende o XIX e o espaço francês, ganhando proporções bem mais universais.

Thorten Sellin, ao prefaciar *“Punição e Estrutura Social”*<sup>20</sup> de autoria de Georg Rusche e Otto Kirchheimer, em 1939, não alimentou ilusões de que muitos penalistas – ditos liberais da atualidade – ao proclamarem que o propósito da punição é a proteção da sociedade, admitem que tais valores vieram a ser olhados como propriedades necessárias para a sobrevivência social ou estabilidade e qualquer ataque ou violação às regras que os guardam são olhados como injúria a ser prevenida através da punição (...).

Em outras palavras, assinala Sellin, para esses dois estudiosos: a proteção da sociedade é o objetivo de toda punição ou tratamento penal, não importa a forma como venha a ser<sup>21</sup>.

Os autores acima referenciados salientam, desde o início desse trabalho, que ali pelo fim da Idade Média – quando da desintegração do sistema feudal – o maior número de delitos registrados, tinha em mira a propriedade, sendo que tais infrações eram cometidas pelos despossuídos.

Tal situação implicava numa solução que prometia ser paradoxal: para tais infratores, dificilmente se poderia aplicar uma pena de tipo pecuniário, uma vez que o erário não recebia nada desses indivíduos. Não tardaria, portanto, quanto mais empobrecidas se encontrassem as massas, quanto mais crítica a realidade social se apresentasse, mais severas se tornavam as penas.

Configurava-se, assim, mais uma das múltiplas formas da exteriorização concreta do controle social que se espraia na sociedade – é, pelo menos, o que se pode inferir, a cada instante, do discurso desses dois alemães.

Fica claro, também, por aquilo que ambos disseram: a inter- relação entre a pena e a cultura que a produz. Na análise desses dois penalistas, um complexo mecanismo da brutalização penal é constantemente apresentado – as amputações de partes importantes do corpo para darem um real sentido no processo da mutilação do ser humano tem um significado especial.

A pena não é só o castigo: é a advertência e a advertência intimidatória a todos aqueles considerados perigosos – num evidente processo de exclusão social.

---

<sup>19</sup> Duprat, C. (1980). Op. Cit., p. 105

<sup>20</sup> Rusche, George; Kirchheimer, Otto (1999). *Punição e Estrutura Social*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

<sup>21</sup> Rusche, G.; Kirschheimer, O. (1999). Op. Cit., p. 7

Resumindo: nesse longo trabalho, G. Rusche e O. Kirchheimer insistem no caráter de classe da aplicação das penas <sup>22</sup>.

Não somente as autoridades nazistas eram agressivas em relação a esses dois críticos do conservadorismo – o que os obrigou a sair da Alemanha – mas também, liberais como Mark Poster, escritor e professor norte-americano que considerava ser possível colocar “uma classe separada da manobra social”. Fala, inclusive, da análise estritamente reducionista dos dois teóricos quando explicam aspectos distintos do sistema penal pré-moderno <sup>23</sup>.

Sabidamente, apesar das discordâncias de Foucault em relação a Rusche e a Kirchheimer, o primeiro considerava o trabalho desses dois historiadores “*como um grande livro de onde se pode colher um certo número de referências essenciais*” <sup>24</sup>. Sua análise sobre a obra desses autores resgata inúmeros aspectos sequer mencionados por seus críticos.

Por exemplo, sublinha Foucault, esses dois penalistas estabeleceram a relação entre os vários regimes punitivos e os sistemas de produção em que se efetuam – assim numa economia servil, os mecanismos punitivos teriam como papel trazer mão-de-obra suplementar etc <sup>25</sup>.

A velha Europa em seu rastro humanista também continuou a produzir trepidantes críticas à Ordem jurídica, ainda nas primeiras décadas do XX. O jurista soviético, Eugeny Bronislanovich Pachoukanis (em sua polêmica obra, *A teoria do Direito e o marxismo*) levantou inúmeras questões em torno do poder do Estado. Para o autor essa instituição, representa a violência organizada de uma classe social contra as outras ou de um conjunto dominante de classes contra a sociedade como um todo <sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> Corroborando com a tese de Rusche e Kirchheimer, os italianos Dario Melossi e Massimo Pavarini (2006) apresentam um interessante trabalho: *Cárcere e fábrica; as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)*, Rio de Janeiro: REVAN / ICC. 272 p. Na verdade, são dois ensaios individuais mas paralelos, com pressupostos metodológicos comuns. O estudo mostra a população de mendigos, vagabundos, ladrões (ou assim considerados e catalogados) e outros delinqüentes, principalmente dos grandes centros urbanos.

<sup>23</sup> Poster, M. (1987). *Foucault, el marxismo y la Historia*, Buenos Aires: PAIDOS, p. 147.

<sup>24</sup> Foucault, Michel (1983). Op. Cit., p.27

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> Para esse jurista socialista, o essencial é a dinâmica ditada pela realidade social...*O que importa demonstrar*, dirá mais adiante Pachoukanis, *não é que os conceitos jurídicos gerais possam entrar, a título de elementos constitutivos, nos processos e sistemas ideológicos – o que de modo algum é contestável – mas sim que a realidade, em certa medida encoberta por um véu místico, não pode ser descoberta através destes conceitos.*(Coimbra: Centelha, 1977, p.79). Dirá, também, que o chamado Estado jurídico acabará por se constituir numa *miragem que convém bastante bem à burguesia, visto que substitui a ideologia religiosa em decomposição e esconde aos olhos das massas a realidade do domínio da burguesia.* (Op. Cit. p. 186). Esse mesmo jurista faz questão de sublinhar que a ideologia do Estado jurídico convém ainda mais do que a *ideologia religiosa porque ela não reflete completamente a realidade objetiva muito embora se*

Da mesma forma, Vital Moreira com seu ensaio: “*A ordem jurídica do capitalismo*” (“teimosamente” publicado em 4 edições), por Coimbra ou Lisboa, desde 1973, desafiando frontalmente o salazarismo, seus herdeiros e sua jurisprudência.

Ainda resgatando os caminhos críticos desse oficialismo jurídico, em Poder constituinte; ensaio sobre as alternativas da modernidade <sup>27</sup>, o filósofo Antonio Negri milita os caminhos anti-legais do Direito. Ou, pelo menos, tenta <sup>28</sup>.

No processo de acumulação do capital, na formação da sociedade burguesa, no surgimento do proletariado, no aperfeiçoamento de novos processos de exploração dessa mão-de-obra, na sedimentação do capitalismo, as formas de controle social passam a formar o cotidiano da sociedade. Aí, o jurídico, o econômico e o político tendem a integrar a mesma realidade de classe <sup>29</sup>.

---

*apóie nela.* (Ibidem, p. 186). A ideologia religiosa, contudo, não pode e não deve ser apresentada como algo de conteúdo linear e homogêneo, não acompanhando a incrível dialética da sociedade. Em *Religiões e Prisões Comunicações do ISER* (2005), ano 24, n. 61, podemos observar que freqüentemente as práticas religiosas não funcionam como elementos entorpecentes, favoráveis à Ordem e aos poderes instituídos.

<sup>27</sup> Editado no Rio de Janeiro, pela DP & A em 2002.

<sup>28</sup> Ele levanta a questão: *O que é, na perspectiva da ciência jurídica, o poder constituinte? É a fonte de produção das normas constitucionais, ou seja, o poder de fazer uma constituição e assim ditar as normas fundamentais que organizam os poderes do Estado. Em outros termos [ainda], de instaurar um novo ordenamento jurídico e, com isso, regular as relações no seio de uma nova comunidade* (Negri, A. *O poder constituinte*, p. 8).

<sup>29</sup> A respeito do controle social, ver, ainda, de Antonio García-Pablos de Molina e Luiz Flávio Gomes (2002). *Criminologia*, já em sua 4ª edição e publicada em São Paulo, pela Revista dos Tribunais. Os autores, entre as p. 132 e 146, analisam, sobretudo à luz do Direito (mas não somente nesta ótica), diferentes mecanismos controladores institucionais no seio social. Ver também, de Boaventura de Sousa Santos (2001): *A crítica da razão indolente; contra o desperdício da experiência*, 3. ed., São Paulo: Cortez, v.l. De especial interesse, o cap. 2 da parte I: “Para uma concepção pós-moderna do direito” (p. 119-189). Eugenio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli (1997) num (combativo) *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*, São Paulo: Revista dos Tribunais, lançam uma discussão em que o *controle social* aparece claramente como fruto, da centralização-marginalização. Na verdade, em toda sociedade em que o contrato social torna-se uma realidade — o controle social passa a ser uma *arma* indispensável das camadas que orbitam em torno do poder. Dois artigos de Loic Wacquant (2002) (“A tentação penal na Europa” e “A ascensão do estado penal nos Estados Unidos da América”) publicados em *Discursos Sediciosos; crime, direito e sociedade*, ano 7, n. 11, 1º semestre, revelam os mecanismos interiores controladores do Estado no todo social. Finalmente, Wacquant (2002) em *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (Rio de Janeiro: Freitas Bastos, Instituto Carioca de Criminologia), chega a explicitar, ainda mais, a questão. Em *A Criminologia da repressão* e *A Criminologia radical*, trabalhos de autoria do jurista Juarez Cirino dos Santos e publicados pela Forense, o primeiro em 1979 e o segundo em 1981, a questão do *controle social* é ventilada quando o autor, por exemplo, levanta a discussão das estatísticas como forma de manipulação institucional em relação àqueles considerados criminosos. Aí, o *estigma* ganha uma “confiabilidade” especial. Ver, também, o recente, importante e denso estudo de Gabriel Ignacio Anitua (2008). Op. Cit., 944 p. Ver, ainda, de Gizlene Neder (1986). *Criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho no Brasil: 1890-1927*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 389 p. Indicaríamos, também, a excelente dissertação de mestrado de Sidnei Chaloub (1984), *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Datilo, 2 v. Dissertação (Mestrado em História) - IFCH/UFF, Niterói. Sobre (alguns) aspectos da religiosidade no vasto mundo do *controle social*, ver Emerson Giubelli (1997) em *O cuidado dos mortos: da história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 326 p. Recomendamos uma leitura do nosso trabalho, *Crime e castigo para além do Equador*, especialmente para consultar a bibliografia e as fontes primárias que podem ajudar no exame de caminhos ainda inéditos das

Não há como fugir: os mecanismos de controle fazem parte de um processo social diuturno, de classes irreconciliáveis, onde o Estado posiciona-se de forma clara como um organismo de dominação de classe. E não somente o Estado.

Apenas usando meios (frequentemente) velados, os poderes instituídos oficiais, mascaram essa dominação/exploração e esboçam uma conciliação classista – às vezes, e sempre aparentemente, muito forte.

Como se pode constatar, numa sociedade hierarquizada, sempre progressivamente, a guerra social passa a fazer parte não somente das diferentes formações sociais como da projeção internacional em que capital e trabalho se defrontam em combate mortal.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em *Globalização: “as conseqüências humanas”*, particularmente no cap. V, traça a problemática prisional moderna no mundo. Para ele, o velho projeto panóptico ganha foros de incrível e surpreendente “atualidade” em nossa contemporaneidade...<sup>30</sup>

Bauman, em *“Amor Líquido; sobre a fragilidade dos laços sociais”*, desnuda o seguro e vigilante urbanismo policial metropolitano... A história recente das cidades norte

---

formas do controle social. Ver, por exemplo, a discutida questão da eugenia e de todo discurso/saber médico. Muito ilustrativa, por exemplo, é a tônica do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929 – ilustrativa e muito significativa: *O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, diz este texto, *dirigirá ao Presidente da República, às casas do Congresso Nacional e aos governadores dos Estados, um apelo em que serão postos em foco os gravíssimos perigos da imigração promíscua, sob o ponto de vista da segurança política e social da República*. Mais adiante, os “congressistas” julgam que é importante dar sempre atenção às *características hereditárias, transmitidas de geração em geração...pois aí a seleção rigorosa dos elementos imigratórios é essencial e insubstituível como meio de defesa da nossa raça...* Renato Kehel, árbitro da eugenia brasileira da década de 20 (do séc. XX), assinala: *Enquanto o problema da regeneração humana não for encarado sob o ponto de vista biológico, teremos de encontrar sempre os contrastes sociais e individuais, as crises e ameaças à paz na família, na sociedade e entre as nações* (Kehel, R. (1929). *A eugenia no Brasil* esboço histórico e bibliográfico, Rio de Janeiro: Sodré, p. 7). No Brasil, essas teorias constituíam-se num achado precioso, como observa Vera Regina B. Marques (1994), em se tratando, sobretudo, de uma população tão heterogênea – *porque a abolição da escravatura afirmava a igualdade negra, o que a antropologia biológica podia contestar...* (*A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*, Campinas, SP: Ed. UNICAMP, p.33). Na verdade, o velho teatro abolicionista tinha, sobretudo, uma função ideológica. O higienismo antecedeu a eugenia: na verdade, ambas práticas pertenceram ou fizeram parte do mesmo *caldo cultural*, ou seja da mesma raiz ideológica que tinha como propósito costurar *cientificamente* toda uma estratégia de exclusão social e racial. Mas, sobre o higienismo ainda teremos uma *discussão* mais aprofundada.

<sup>30</sup> Na época em que foi esboçado o projeto do Panóptico, argumenta esse pensador, *a falta de disposição para o trabalho era em geral vista como o principal obstáculo para a ascensão social. Os primeiros empresários deploravam a falta de disposição dos possíveis operários para se submeter ao ritmo do trabalho fabril...*(Bauman, Z.(1999). Op. Cit.. p.117). Ele chega a observar, que, nessas circunstâncias o que passou a ser conhecido como “correição” significava superar essa resistência e tornar mais plausível a submissão. O capítulo III (desta edição brasileira), com mais de 40 pags., é leitura fundamental e mesmo obrigatória a todos estudiosos nessa discussão. A cientista política, Teresa Caldeira, citada por Bauman considera que *São Paulo é hoje uma cidade de muros. Barreiras físicas foram construídas em toda parte: em torno de casas, prédios, parques, praças, escolas e complexos empresariais...Uma nova estética da segurança*

americanas, frisa ele, está cheia de viradas de 180 graus – mas ela é plenamente caracterizada pelas preocupações com proteção e segurança<sup>31</sup>.

Não poderíamos deixar de incluir aqui outras importantes contribuições nesses estudos críticos. De Eugenio Raúl Zafaroni, Nilo Batista, Alejandro Alagla e Alejandro Slokar em *Direito Penal Brasileiro*, v 1, vemos um esforço de se avançar para bem além da dogmática jurídico-penal. A penologia não está aqui, em momento algum divorciada da dinâmica social<sup>32</sup>.

O controle social e as formas como ele é implantado através de mecanismos especiais, fazem parte de um todo social. Surgido na mais remota Antigüidade, desempenha um papel organizativo, mas não chega a deter o Poder de forma (permanentemente) brutal.

O poder, nessa escala, é fruto do novo sistema burguês: Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Ela despedaçou sem piedade todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, entre os homens, o laço do frio interesse, as cruéis exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal<sup>33</sup>.

De fato, no capitalismo, a exploração toma a forma de extração de mais-valia da classe operária pela classe dominante, representada pelos industriais, mas as outras classes exploradoras, ou frações de classe, participam da distribuição da mais-valia.

O acesso ao excedente, no capitalismo, depende da propriedade e assim a classe explorada nesse modo de produção, ou seja, o proletariado vende a sua força de trabalho para sobreviver, embora também ela esteja dividida em frações segundo o caráter específico da força de trabalho que possui e oferece.

---

*modela todos os tipos de construções e impõe uma nova lógica de vigilância e distancia...* Bauman, Z. *Amor líquido...* p. 130

<sup>31</sup> Bauman, Z. Op. Cit., p.126

<sup>32</sup> Editado no Rio de Janeiro, pela Revan, 2003.

<sup>33</sup> Marx, K.; Engels, F. (1987). *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo: Global, p. 78.

Nesse contexto, o controle social vinga como relva daninha. O capitalismo industrial dá lugar ao capitalismo financeiro<sup>34</sup> e formas controladoras surgem das cinzas do velho passado industrial.

Quando encerrávamos este primeiro capítulo, tomamos, um pouco tardiamente, conhecimento do trabalho de Águeda Wendhausen: *O duplo sentido do controle social; (des) caminhos da participação em saúde*, publicado pela UNIVALI de Itajaí, em 2002. 319 p. Aí, Victor Vincent Valla fez um instigante prefácio preparando a discussão que Águeda desenvolveria.

O que Valla faz questão de sublinhar, é que o controle social já existe e existe através de uma forte concentração de poder conservador inserido na grande maioria dos governos, a nível federal, estadual ou municipal<sup>35</sup>, a nível microscópico mesmo.

Portanto, prossegue Valla, o que é “[...] *importante notar é que se trata de um controle essencialmente governamental e não da sociedade civil organizada e de caráter popular*”<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> Em toda trajetória percorrida dentro do processo da acumulação primitiva do capital, o capital comercial (ou mercantil), dali florido, pela sua própria dinâmica, abriu uma das bases constitutivas de um parque industrial articulado à produção em série e à exploração de uma mão-de-obra. Esta situação, foi fortemente marcada pela extorsão cotidiana da mais-valia em larga e constante escala. Contudo, a extensão do recente mercado consumidor caracterizava-se pelo “esgotamento” desses mercados de forma geral, ainda regionais. Nascia, desta forma, o capital industrial. Dentro da gênese do capitalismo que compreendia diferentes fontes produtoras do capital, podemos assinalar, além do capital industrial, a formação do capital bancário, evidentemente nas mãos das casas bancárias. Ainda que as conexões constantes entre o capital industrial e o bancário fossem uma realidade, tal situação não nos permite adiantar tratar-se de outra etapa do capitalismo. Bancos emprestavam e financiavam o setor industrial com certa frequência, mas eram áreas que não se fundiam. Mas essa relação, cada vez mais íntima, lançou as bases para a formação do capital financeiro ou monopolista. Este “ousado empreendimento” teve lugar aproximadamente, entre 1870 e 1914. Foi o período da estruturação inicial. Três canais poderiam identificar o controle da indústria pelos bancos. Primeiro, a promoção das companhias por ações, permitindo às casas bancárias assumirem a fiscalização acionária das empresas industriais – o que vulgarizou o controle, bem como uma total fusão de interesses e de táticas comuns. Em segundo lugar, existiam (existem até hoje) as *ligações pessoais* estabelecendo a nomeação de diretorias inteiras de bancos para conselhos administrativos de empresas industriais. Neste processo, frequentemente, esses “conselheiros” ocupavam uma posição estratégica nessas firmas: tornavam-se acionistas majoritários, detendo forte controle com vistas à expansão do capital financeiro. Em terceiro lugar, o sistema bancário tinha, como tem até hoje, um sofisticado conhecimento dos negócios das firmas sob seu controle acionário e financeiro como, por exemplo, o saldo bancário cotidiano etc. Tanta concentração de poderes, de mando, de capital, de perspectiva de expansão para a conquista de novos mercados, trouxe como conseqüência, a criação, de forma cada vez mais forte, de monopólios internacionais – base política e econômica do imperialismo, sedimentado, ideologicamente, pelo nacionalismo. Para melhor compreender os mecanismos do capital industrial, ler de Karl Marx, o v. II, cap. I de *O Capital*, da mesma forma que, para entender o capital financeiro ou monopolista, é importante a leitura de Rudolf Hilferding *El capital financeiro*. Madrid: Tecnos, 1973. E de Wladimir Ilitch Lenin (1979). *L’impérialisme, stade suprême du capitalisme*, publicado pela Éd. Sociales em Paris.

<sup>35</sup> Valla, Victor Vincent (2002). “Controle social ou controle público? Uma contribuição ao debate sobre controle social” In: Wendhausen, Águeda (2002). *O duplo sentido do controle social; (des) caminhos da participação em saúde*, Itajaí: UNIVALI, p. 2

<sup>36</sup> Valla, V. V.(2002). Op. Cit., p. 2. Perguntaríamos, portanto, qual o papel exercido pelas Constituições?

Valla nos faz refletir sobre o sentido maniqueísta do *controle social* e propõe uma (ousada) inversão quando sugere a opção do controle público – que, na verdade, é a interferência direta das forças populares dentro do contexto dependente das relações sociais e de poder.

Dentro desse novo quadro, parece existir a possibilidade da organização realmente autônoma e independente dos trabalhadores, crescer – oferecendo maior obstáculo às investidas do controle social e dos poderes tradicionais instituídos.

Realmente, esse maniqueísmo, ou melhor, esta diabólica capacidade de manipular acaba sendo ou se tornando mais um dos atributos de certos setores inatingíveis das classes dominantes... Isto é ir longe demais.

Em 1989, quando redigíamos nossa dissertação de mestrado, sob orientação de Victor Valla, tendo que abordar esse assunto, consideramos que é evidente a prática, a velha prática da manipulação. Porém, a manipulação a que nos referimos não é algo necessariamente engendrado de modo consciente e preparado nos gabinetes dos industriais (48 a) e homens do Poder.

Fica por tudo isso, bem evidente que esse *discurso manipulador* deve-se (em boa parte) ao fato de muitos historiadores subestimarem a capacidade de luta dos trabalhadores. A manipulação, no entanto, existe, mas ela era ou é armada ao longo de toda a luta e, raramente, consegue ser previamente concebida nessa totalidade.

## Referências

Anitua, Gabriel Ignácio (2008). *Histórias dos pensamentos criminológicos*, Rio de Janeiro: Revan/ICC.

Bauman, Z (1999). *Globalização...*, Rio de Janeiro: Zahar.

Chaloub, Sidnei (1984). *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. Datilo. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2. v.

Duprat, Catherine (1980). “Punir et guérir. En 1818, la prison des philanthropes”. In Perrot, Michelle (1980). *L’Impossible prison ...* Paris: Seuil, p. 64-65.



Foucault, Michel (1983). *Vigiar e punir*, nascimento da prisão, 2 ed., Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (1994). *La naissance de la médecine sociale. Dits et écrits*, Paris, Gallimard.

Garelli, Franco (2000). "Controle social". In Bobbio, Norberto et al. (2000). *Dicionário de política*, 5. ed. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v. 1, p. 283.

Giubelli, Emerson (1997). *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Hardt, M.; Negri, A. (2001). *Império*, Rio de Janeiro: Record.

Lenin, Wladimir Ilitch (1979). *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*, Paris: Éd. Sociales.

Marx, K.; Engels, F. (1987). *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo: Global.

Neder, Gizlene (1986). *Criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho no Brasil: 1890-1927*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Poster, M. (1987). *Foucault, el marxismo y la Historia*, Buenos Aires: PAIDOS, p. 147.

Rauter, Cristina (2003). *Criminologia e subjetividade no Brasil*, Rio de Janeiro: Revan.

Rusche, George; Kirchhheimer, Otto (1999). *Punição e Estrutura Social*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

Santos, Boaventura de Sousa (2001). *A crítica da razão indolente; contra o desperdício da experiência*, 3. ed., São Paulo: Cortez, v. I.

Santos, Juarez Cirino dos (2006). *Direito penal: parte geral*, Curitiba: ICPC.

Valla, Victor Vincent (2002). "Controle social ou controle público? Uma contribuição ao debate sobre controle social". In Wendhausen, Águeda (2002). *O duplo sentido do controle social; (des) caminhos da participação em saúde*. Itajaí: UNIVALI.

Wacquant, Loic (2002). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estado Unidos*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, Instituto Carioca de Criminologia.

Zaffaroni, Eugenio Raúl, Pierangeli, José Henrique (1997). *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*, São Paulo: Revista dos Tribunais.

**Recebido para publicação em 18 de fevereiro de 2013.**

**Aprovado para publicação em 16 de maio de 2013.**

**INTELECTUALES Y PODER: LA CONFLUENCIA SOCIALISMO-LIBERALISMO  
DURANTE LA PRESIDENCIA DE ALFONSÍN**

**INTELECTUAIS E PODER: A CONFLUÊNCIA SOCIALISMO-LIBERALISMO DURANTE  
A PRESIDÊNCIA DE ALFONSÍN**

**INTELLECTUALS AND POWER: THE INTERSECTION OF SOCIALISM AND  
LIBERALISM DURING ALFONSIN'S PRESIDENCY**

**LES INTELLECTUELS ET LE POUVOIR : LA CONFLUENCE DU SOCIALISME ET DU  
LIBÉRALISME DURANT LA PRÉSIDENTE D'ALFONSÍN**

知识分子和权力：阿根廷阿方辛政府中的社会主义和自由主义的合流

**DOI: 10.5533/1984-2503-20146208**

**María Cristina Basombrío<sup>1</sup>**

**RESUMEN**

Este artículo analiza la influencia que recibió el alfonsinismo del liberalismo y del socialismo a partir de dos grupos de intelectuales que aceptaron la decisión política del presidente de permitirles acercarse al poder: el Grupo de Carlos Nino, destacado jurista que nucleó a su alrededor a varios jóvenes alumnos asistentes a su seminario de Filosofía del Derecho de la UBA, y el Grupo Esmeralda, que surgió a partir de la convocatoria del empresario Meyer Goodbar y comprendió a intelectuales vinculados a las Ciencias Sociales, Políticas y de la Comunicación. El primero brindó colaboración desde el liberalismo y el segundo lo hizo desde el socialismo. ¿Por qué Alfonsín abrió las puertas a estos dos grupos ya desde la etapa de campaña?; ¿cómo fue posible que ellos, habiendo abrevado en corrientes ideológicas tan diferentes, optaran por un político que provenía del radicalismo?; y además, ¿qué motivó que ambos grupos pudieran establecer cordiales relaciones entre sí y trabajar ciertos temas juntos? Tales son los interrogantes que guían el análisis. Desde el punto de vista metodológico, utiliza fuentes orales y escritas que serán oportunamente citadas durante su desarrollo.

**Palabras clave:** Alfonsín, Intelectuales, Liberalismo, Socialismo, Nueva política.

---

<sup>1</sup> Licenciada y Magister en Historia por la Universidad Nacional de Tres de Febrero. Actualmente se desempeña como docente e investigadora en dicha casa de estudios. E-mail: [crisbasombrio@hotmail.com](mailto:crisbasombrio@hotmail.com)

## RESUMO

Este artigo analisa a influência do liberalismo e do socialismo sobre a política de Raúl Alfonsín, por intermédio da ação dos grupos de intelectuais que aceitaram a decisão política do presidente de permitir-lhes aproximarem-se do poder: o Grupo de Carlos Nino, destacado jurista que reuniu ao seu redor vários jovens estudantes participantes do seu seminário de Filosofia do Direito da Universidade de Buenos Aires, e o Grupo Esmeralda, surgido por iniciativa do empresário Meyer Goodbar, reunindo intelectuais vinculados às Ciências Sociais, Políticas e da Comunicação. A contribuição do primeiro estava fundada no liberalismo e o segundo norteava-se pelo socialismo. Por que Alfonsín abriu as portas para esses dois grupos já desde a fase da campanha eleitoral? Como foi possível que eles, impregnados do ideário de correntes ideológicas tão diferentes, tenham optado por um político proveniente do radicalismo? E, além disso, o que teria motivado esses dois grupos a terem estabelecido relações cordiais entre si e terem logrado abordar certos temas em conjunto? Tais são os questionamentos que guiam a análise. Do ponto de vista metodológico, utilizamos fontes orais e escritas que serão oportunamente citadas.

**Palavras-chave:** Alfonsín, Intelectuais, Liberalismo, Socialismo, Nova política.

## ABSTRACT

This article analyzes the influence liberalism and socialism exerted upon Alfonsinism via two groups of intellectuals who accepted the president's political decision to allow them to rise through the ranks of power. One group was headed by Carlos Nino, a renowned lawyer followed by many young students of his legal philosophy seminars at the University of Buenos Aires, and the other, known as the 'Esmeralda' Group, was created by entrepreneur Meyer Goodbar and featured intellectuals linked to social and political sciences and communications. While the first group incorporated elements of liberalism, the second group leant towards socialism. But why was Alfonsín open to these groups right from the campaign stage? How was it possible that the groups, influenced as they were by such widely different ideologies, supported a politician with a background in radicalism? And how was it that the groups were able to establish friendly relations with each other and work on several matters together? The analysis is guided by these questions. In terms of methodology, it uses oral and written sources cited at opportune points in the development of its argument.

**Key Words:** Alfonsín, Intellectuals, Liberalism, Socialism, New Politics.

## RÉSUMÉ

Cet article analyse l'influence du libéralisme et du socialisme sur la politique de Raúl Alfonsín, par l'entremise des groupes d'intellectuels ayant accepté la décision politique du président de leur permettre de se rapprocher du pouvoir : le Groupe de Carlos Nino, un juriste renommé qui avait

soudé autour de lui de nombreux jeunes étudiants de son séminaire de Philosophie du droit de l'Université de Buenos Aires, et le Groupe Esmeralda, qui est apparu sur l'initiative de l'entrepreneur Meyer Goodbar et comprenait des intellectuels liés aux sciences sociales, politiques et de la communication. La contribution du premier groupe s'appuyait sur le libéralisme, et celle du second sur le socialisme. Pourquoi Alfonsín a-t-il ouvert la porte à la collaboration avec ces deux groupes dès l'étape de sa campagne électorale ? Comment a-t-il été possible que ceux-ci, imprégnés qu'ils sont de courants idéologiques si différents, aient choisi un homme politique issu du radicalisme ? En outre, qu'est-ce qui a motivé ces deux groupes à établir des relations cordiales et à travailler ensemble sur certains thèmes ? Telles sont les interrogations qui guident notre analyse. D'un point de vue méthodologique, nous avons utilisé des sources orales et écrites qui seront citées au moment opportun.

**Mots-clés :** Alfonsín, Intellectuels, Libéralisme, Socialisme, Nueva política (Nouvelle politique).

### 摘要

本论文通过考察两派知识分子在阿根廷的阿方辛政府中的政治参与，讨论了自由主义和社会主义对阿根廷的阿方辛主义的影响。这两派分别是代表自由主义派的卡尔洛斯尼诺(Carlos Nino), 著名的法学家, 和他在布宜艾斯艾里斯大学(UBA)的法哲学的门徒, 和代表社会主义派的艾斯美拉达(Esmeralda), 她是由阿根廷企业家迈尔古德巴尔(Meyer Goodbar)推荐给阿方辛总统的, 代表了阿根廷的社会学, 政治学和大众传播学的精英。第一派从自由主义立场和政府合作, 第二派以社会主义立场服务于政府。问题是为什么阿方辛在竞选开始时就向两派打开了门, 这两派意识形态和政治立场迥异的知识分子为什么选择了一个来自激进派的政治家? 另外, 这两派是怎样建立了友好关系, 在一些问题上能够共同合作? 本论文就这些问题进行了探讨。在研究方法上, 作者适当地利用了口述历史资料和书面历史材料。

**关键词:** 阿方辛, 知识分子, 自由主义, 社会主义, 新政策。

### Introducción

El proceso democratizador de la Argentina abierto a partir de la transición iniciada en 1983, condujo a la presidencia a Raúl Alfonsín apoyado en un consenso social que daba la espalda al autoritarismo y defendía el estado de derecho. Frente a una cultura política de escaso respeto por el orden constitucional, cristalizada durante medio siglo de inestabilidad, y frente al gran poder de veto del que gozaban las corporaciones empresaria y sindical sobre las decisiones públicas, Alfonsín proponía un proyecto fundante de una “nueva política” en el país.

Este artículo analiza la influencia que recibió el alfonsinismo del liberalismo y del socialismo a partir de dos grupos de intelectuales que aceptaron la decisión política del

presidente de permitirles acercarse al poder: el Grupo de Carlos Nino (GN en adelante), cuyo líder fue un destacado jurista que nucleó a su alrededor a varios jóvenes alumnos asistentes a su seminario de Filosofía del Derecho de la UBA, y el Grupo Esmeralda (GE en adelante), que surgió a partir de la convocatoria de Meyer Goodbar, un empresario que había estudiado sociología, y comprendió a intelectuales vinculados a las Ciencias Sociales, Políticas y de la Comunicación. El primero brindó colaboración desde el liberalismo y el segundo lo hizo desde el socialismo.

Se intenta resolver un triple interrogante: ¿por qué Alfonsín abrió las puertas a estos dos grupos ya desde la etapa de campaña?; ¿cómo fue posible que ellos optaran por un político que provenía del radicalismo?; ¿qué motivó que ambos grupos pudieran establecer cordiales relaciones entre sí y trabajar ciertos temas juntos? Todo esto supone analizar, en el marco de la compleja vinculación entre el pensar y el actuar, entre la producción de ideas y saberes y el pragmatismo propio de la política, varias cuestiones interrelacionadas entre sí: las características de la última transición democrática, el proyecto político de Alfonsín, qué liberalismo y qué socialismo defendieron ambos grupos, su confluencia con el político y su influencia en el alfonsinismo.

Desde un punto de vista teórico, el artículo define intelectual como aquél que produce ideas y saberes y combina conocimiento con una responsabilidad social.<sup>2</sup> Considera también que la tensión entre pensamiento y acción atraviesa todos los debates sobre el compromiso político de los intelectuales.<sup>3</sup> Desde el punto de vista metodológico, utiliza fuentes orales y escritas que serán oportunamente citadas durante su desarrollo.

### **Intentando fundar y diseñar una “nueva política”**

Raúl Alfonsín había fundado en 1972 un movimiento progresista dentro del radicalismo llamado originariamente *Movimiento Renovador* y luego *Movimiento de Renovación y Cambio*, disidente de *Línea Nacional* de Ricardo Balbín. Ya desde el golpe de 1966 en contra del presidente Arturo Illia, un sector juvenil liderado por Alfonsín, venía manifestando su insatisfacción por el rol pasivo del partido conducido por Ricardo Balbín frente a la dictadura de Juan Carlos Onganía.

---

<sup>2</sup> Camou, Antonio (1997). “Los consejeros del príncipe”. In *Revista Nueva Sociedad. Saber técnico y saber político*, Caracas: Texto, n. 152, p. 54-67.

<sup>3</sup> Sapiro, Gisèle (2011). “Modelos de intervención política de los intelectuales. El caso francés”. In *Prismas. Revista de Historia intelectual*, Buenos Aires, año 15, n. 15, p. 129-153.

Durante los años del Proceso de Reorganización Nacional, Alfonsín se había destacado como activista siendo miembro de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos y sosteniendo una conducta firme en esta materia.<sup>4</sup> Fue el primer dirigente de partido mayoritario en asumir el tema de los derechos humanos públicamente y siguió siendo muy crítico respecto de la falta de debate interno dentro de su propio partido y de la pasividad y cierta subordinación del mismo a las estrategias del peronismo.<sup>5</sup>

Así, el exiliado dirigente radical Hipólito Solari Yrigoyen<sup>6</sup> quien, en agosto de 1977 inició contactos con la Internacional Socialista presidida por Willy Brandt, la cual en mayo de 1978 condenó a la dictadura argentina, refiere que a las reuniones de la organización, él y otros radicales no lo hacían invocando la representación del partido conducido por Balbín, sino avalados por el *Movimiento de Renovación y Cambio*.<sup>7</sup> Cuando en 1981 llegó al país la misión de la Internacional Socialista, ella se vinculó fundamentalmente con el sector de la UCR liderado por Alfonsín.<sup>8</sup> En este mismo año fallecía Balbín.

En el transcurso del año 1982, la línea alfonsinista fue adquiriendo cada vez mayor protagonismo dentro del radicalismo. Además, Alfonsín había criticado la decisión militar de invadir las islas Malvinas y la consiguiente guerra. En julio de 1983, la Convención Nacional del partido aclamó la fórmula Raúl Alfonsín- Víctor Martínez como candidata del radicalismo para competir en las elecciones nacionales de ese año. Era desplazada una conducción partidaria que con pocos cambios se mantenía desde 1957.

¿Y en qué consistía el mensaje progresista de Alfonsín? Ante todo, debe aclararse que tenía una visión rupturista respecto del período anterior, la cual se manifestó en la forma de “frontera política”.<sup>9</sup> Es decir, por un lado el político buscaba romper con el

---

<sup>4</sup> En 1977, por ejemplo, fue uno de los firmantes de una presentación de esa entidad al general Videla para esclarecer la situación de las personas desaparecidas.

<sup>5</sup> Suriano, Juan; Álvarez, Eliseo (2013). *505 días. La primera transición a la democracia. De la rendición de Malvinas al triunfo de Alfonsín*, Buenos Aires: Sudamericana, p. 158.

<sup>6</sup> Solari Yrigoyen se exilió en Venezuela y luego en París. Gracias a las redes que allí construyó, organizó las giras de Alfonsín en Europa en los ochenta. Véase Franco, Marina (2008). *El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno, p. 264.

<sup>7</sup> Persello, Virginia (2007). *Historia del radicalismo*, Buenos Aires: Edhasa, p. 269.

<sup>8</sup> Pedrosa, Fernando (2007). *La otra izquierda. La socialdemocracia en América Latina*, Buenos Aires: Edhasa, p. 275. Esta misión fue recibida oficialmente y mantuvo también reuniones con miembros de la Multipartidaria y de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos y con distintos sectores del socialismo. Acompañó a las Madres en una de sus habituales rondas en Plaza de Mayo.

<sup>9</sup> Aboy Carlés se sirve de esta categoría para explicar que se establece una escisión temporal que contrasta dos situaciones diferentes. En este sentido, el alfonsinismo se planteaba como contracara de la dictadura y como aspiración a concluir un ciclo más largo. Analiza también las ambigüedades del alfonsinismo: la lucha por acabar con el recurrente hegemonismo de la política argentina, adquiriría a veces ella misma la forma de constitución de una identidad hegemónica, dado que el presidente nunca descalificó la concepción de “tercer movimiento histórico”. Véase Aboy Carlés, Gerardo (2001). *Las dos fronteras de la democracia*

pasado inmediato al cual demonizaba asociándolo a la guerra, al autoritarismo y a la muerte. Como contrapartida, defendía el estado de derecho asociado a la paz, la moral, la vida y el orden democrático. Pero también buscaba una ruptura con un pasado más lejano caracterizado por el faccionalismo. Proponía para enfrentarlo una democracia asociada con el bienestar y la prosperidad, que suponía la conformación de una nueva cultura política. Esto exigía generar un cambio en la manera de hacer política en la Argentina e implicaba refundar la democracia, respetar el pluralismo y el disenso y recortar la influencia de las corporaciones.<sup>10</sup> Entonces, el proyecto político alfonsinista se orientaba a la formulación de una “nueva política” que tomaba de la tradición yrigoyenista la concepción de la acción política como reforma moral e introducía al mismo tiempo la aceptación de la alteridad en la identidad política.<sup>11</sup>

Con este mensaje, Alfonsín ganó las elecciones de 1983 en medio de un consenso social que daba la espalda al régimen militar y apoyaba la política democrática, que oponía entre sí al autoritarismo y a la democracia. En este sentido, su liderazgo fue construido con un discurso que “*lo situaba directamente en sintonía con las aspiraciones de cambio de una porción mayoritaria de la sociedad que canalizaba en él el rechazo a la dictadura.*”<sup>12</sup> Confluían en Alfonsín un discurso progresista, un espíritu combativo y confrontativo, una fuerte disposición para disputar el poder político con el peronismo, el recurrir a la afiliación masiva rebalsando la tradicional estructura partidaria: la Junta Coordinadora Nacional, creada en 1968, había tomado el control de la afiliación partidaria desplazando a los comités barriales, punteros y caudillos.<sup>13</sup>

Entonces, la transición manifestaba una dinámica en la que se fortalecía el liderazgo que con más firmeza había rechazado todo puente de negociación con un régimen en retirada. El “entusiasmo democrático”<sup>14</sup> invadía el espacio público, generando la ilusión de que el orden político podría recrearse desde la nada. Sin embargo, esa ilusión ocultaba que la transición se abría en condiciones de precariedad, con la debilidad del sistema de partidos y del Congreso, con la fuerza de las grandes corporaciones y el escaso arraigo histórico de las prácticas democráticas.

---

argentina. *La reformulación de las identidades políticas de Alfonsín a Menem*, Rosario: Homo Sapiens. Además, se puede agregar que en varias ocasiones, Alfonsín no buscó el consenso.

<sup>10</sup> Alfonsín, Raúl (1981). *La cuestión argentina*, Buenos Aires: Propuesta Argentina, p. 185.

<sup>11</sup> Aboy Carlés, Gerardo (2001). Op. Cit., p. 257-258.

<sup>12</sup> Vezzetti, Hugo (2009). *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno, p.132.

<sup>13</sup> Suriano, Juan; Álvarez, Eliseo (2013). Op. Cit., p. 158-159.

<sup>14</sup> González Bombal, María Inés (1997). “1983: El entusiasmo democrático”. In *Ágora*, Buenos Aires, n. 7.



Además, se abría sin haber neutralizado a los actores ni modificado gran parte de los factores que habían obstaculizado la estabilización de un régimen democrático. A esto se añadía la herencia de estancamiento, alta inflación, empobrecimiento y deuda externa en el orden económico, y un escenario internacional conflictivo. Se trataba, por tanto, de una “transición tormentosa”<sup>15</sup> que pondría en evidencia la tensión entre las expectativas y las restricciones políticas, sociales, económicas y culturales que objetivamente se enfrentaban.

Éste fue el difícil contexto en el cual Alfonsín, siendo conciente de que una sociedad desorientada necesitaba de “sentidos y marcos interpretativos”<sup>16</sup>, puso como prioridades de su naciente gobierno las cuestiones democrática y de derechos humanos a fin de refundar la República, recomponer y reinstitucionalizar el país.<sup>17</sup> Rompía así con un consenso negociador contrario a la revisión de la acción de la dictadura defendido principalmente por la línea balbinista de su propio partido y por el candidato del partido justicialista Ítalo Lúder. Con esta decisión continuaba y profundizaba su acción como miembro de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos y “aparecía como la figura ideal para encabezar un cambio de régimen que situara la reparación ética y jurídica de los crímenes cometidos desde el Estado en el centro de la nueva etapa política.”<sup>18</sup>

Para pensar e implementar su plan de reconstrucción democrática, Alfonsín buscó el apoyo de los intelectuales y les permitió acercarse al poder. Ya desde los inicios de 1980, al percatarse de la magnitud del desafío que enfrentaría la Argentina cuando fuera recuperada la democracia, tuvo la íntima convicción de la necesidad de una nueva comunicación entre el radicalismo y “los intelectuales que estaban investigando, reflexionando y pensando la época que se vivía, los tiempos que estábamos tratando de dejar atrás y los que nos esperaban.”<sup>19</sup> En esa misma época, asistió a un seminario realizado en San José de Costa Rica sobre el futuro de la democracia y comenzó a tener un progresivo acercamiento con grupos de intelectuales, varios de los cuales se encontraban aún en el exilio.

---

<sup>15</sup> Smulovitz, Catalina (2010). “Prefacio: La ilusión del momento fundante”. In Gargarella, Roberto; Murillo, María Victoria; Pecheny, Mario (Comp.) (2010). *Discutir Alfonsín*, Buenos Aires: Siglo XXI, p. 10.

<sup>16</sup> Palermo, Vicente (2012). “La vida política”. In Gelman, Jorge; Ben Plotkin, Mariano (2012). *Argentina. La búsqueda de la democracia*, Madrid: Fundación MAPFRE, p. 71.

<sup>17</sup> Alfonsín, Raúl (2006). *Fundamentos de la República democrática. Curso de Teoría del Estado*, Buenos Aires: Eudeba, p. 76-77.

<sup>18</sup> Vezzetti, Hugo (2009). Op. Cit., p. 132-133.

<sup>19</sup> Entrevista con Raúl Alfonsín, 26 de mayo de 2000.

Después de tantos años de represión y autoritarismo, la apertura del espacio de la política democrática trajo consigo la necesidad de reflexionar sobre la sociedad por parte de los intelectuales. Ellos tenían ante sí un espacio nuevo que les abría las puertas y les ofrecía una relativamente inédita legitimidad de intervención. Los intelectuales estuvieron como nunca antes dispuestos a formar parte de esa reconstrucción democrática y buscaron instancias públicas para articular sus ideas y argumentos. En este sentido, durante la transición democrática tuvo lugar una “reconfiguración del campo intelectual” desde el momento en que, si la dictadura significó la cancelación de la esfera pública y de los espacios de debate, la democracia “inició el proceso inverso”.<sup>20</sup>

Muchos intelectuales aceptaron, entonces, colaborar con Alfonsín, quien junto con Jorge “Yuyo” Roulet,<sup>21</sup> durante la etapa de campaña electoral había creado el Centro de Participación Política que se convirtió en un espacio de conformación de equipos. Dante Caputo<sup>22</sup> y Francisco Delich<sup>23</sup> tuvieron una destacada participación en este Centro. Cuatro grupos de intelectuales se fueron conformando: el de Dante Caputo, quien delinearía la política exterior; el de Juan V. Sourrouille, quien desde el ministerio de economía diseñaría el Plan Austral y lo acompañaría hasta 1988 y el GN y el GE. Rodolfo Terragno<sup>24</sup> colaboró sin formar parte de un grupo. Otros intelectuales se acercaban desde 1985 al peronismo renovador.<sup>25</sup>

Por su orientación ideológica y por la influencia que tuvieron en el alfonsinismo, es momento de abordar las vinculaciones entre el GN y el GE con el político y también las que tuvieron entre sí. Los hacedores de ambos grupos, Carlos Nino y Meyer Goodbar respectivamente, conocieron a Alfonsín durante la campaña electoral. El primero, a través de la Sociedad Argentina de Análisis Filosófico<sup>26</sup>; el segundo, por medio de Jorge “Yuyo” Roulet. A ambos les impresionó su “cálida personalidad” y les impactaron los conceptos

---

<sup>20</sup> Ben Plotkin, Mariano (2012). “La cultura”. In Gelman, Jorge; Ben Plotkin, Mariano (2012). Op. Cit., p. 308.

<sup>21</sup> Roulet estaría a cargo de la Secretaría de la Función Pública de la Presidencia de la Nación.

<sup>22</sup> Caputo ejercería el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Nación.

<sup>23</sup> Delich sería nombrado Rector de la Universidad de Buenos Aires y luego Secretario de Educación de la Nación.

<sup>24</sup> Terragno desempeñaría el Ministerio de Obras y Servicios Públicos de la Nación desde 1987.

<sup>25</sup> Garategaray, Martina (2011). “Intelectuales en democracia: los casos de *Unidos y Punto de Vista*”. In *XIII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, Catamarca, p.16.

<sup>26</sup> Esta Sociedad (SADAF) surgió en plena dictadura como un lugar de pensamiento en contra de la censura; era presidida por Eduardo Rabossi, quien integraría la CONADEP y luego sería designado por Alfonsín Subsecretario de Derechos Humanos del Ministerio del Interior.

que utilizaba y el que estuviera al tanto de los debates intelectuales de entonces, fundamentalmente, los que giraban en torno de la filosofía política.<sup>27</sup>

Carlos Nino, formado en el Derecho, con un doctorado por la Universidad de Oxford y especialista en temas de Filosofía Política y de Filosofía del Derecho, estuvo ausente del país desde 1977 trabajando en universidades extranjeras, impactado por las violaciones de derechos humanos de la última dictadura. Para principios de 1982, a partir de la crisis del gobierno militar y ya de vuelta en Argentina, se comprometió con la actividad política y se afilió al radicalismo. Participó durante la campaña electoral del diseño de estrategias con las que se enfrentarían los abusos de los derechos humanos cometidos en el pasado.<sup>28</sup> Meyer Goodbar había estudiado Sociología y era empresario y asesor de empresarios. Colaboró en la etapa de campaña interesándose en el análisis de los elementos simbólicos que había detrás de la teoría de la comunicación, para lo cual viajó a París y contactó a quienes habían hecho la campaña presidencial de François Mitterand. Por pedido de Alfonsín, se abocó a formar un grupo de intelectuales que ayudara a pensar al futuro presidente.

Cuando Alfonsín ganó las elecciones el 30 de octubre de 1983, Carlos Nino y Meyer Goodbar empezaron a formar sus respectivos grupos. El primero, siendo asesor presidencial entre 1983 y 1985, convocó a cuatro jóvenes estudiantes de Derecho que asistían a un seminario de Filosofía del Derecho que él dictaba en la UBA. Se trataba de Carlos Rosenkrantz, Gabriel Bouzat, Hernán Gullco y Agustín Zbar. Desde 1985, habiendo sido nombrado por Alfonsín coordinador del Consejo para la Consolidación de la Democracia, incorporó a otros alumnos destacados: Marcela Rodríguez, Mirna Goranski, Marcelo Alegre, Roberto de Michele, Miguel de Dios, Carlos Balbín, Roberto Gargarella y, desde 1987, a Martín Böhmer. Al grupo así formado se lo conoció con el nombre de *Nino's Boys*, denominación que *“vino del radicalismo, donde había desconfianza de aquellos que no venían del tronco partidario; supongo que por influencia de la filosofía anglosajona, por la formación de Nino en Oxford.”*<sup>29</sup>

Por su parte, Meyer Goodbar convocó a Daniel Lutzky, sociólogo y cientista político, que había estado trabajando en Francia, y a Margarita Graciano, especialista en Semiótica. Inicialmente se dedicaron a estudiar comportamientos sociales y a armar

<sup>27</sup> Entrevistas con Rabossi, 4 de junio de 2003 y con Goodbar, 1 de julio de 2003.

<sup>28</sup> Basombrío, Cristina (2008). “Intelectuales y poder: la influencia de Carlos Nino en la presidencia de Alfonsín”. In *Temas de Historia Argentina y Americana*, Buenos Aires: UCA, n. 12, p. 21 y 25.

<sup>29</sup> Entrevista con Marcelo Alegre, 22 de julio de 2003.

tipologías socio-políticas. Para 1984, el GE empezaba a pensar en cómo ayudar al discurso del presidente y se sumaban Pablo Giussani, periodista y comentarista político; Eduardo Issaharoff, médico psiquiatra que colaboraba desde la epistemología y convocaría a Fabián Bosoer, estudiante de Ciencias Políticas; Hugo Rapaport, que había estudiado Historia; Pedro Pasturenzi, que había estudiado Filosofía; Marcelo Cosin, publicista; Damián Tabarosky, estudiante de Letras; Eva y Laura Goodbar, estudiantes de Sociología; Emilio de Ipola y Juan Carlos Portantiero, sociólogos. La incorporación de los dos últimos dinamizó las tareas del grupo y permitió la realización de “un trabajo programático”.<sup>30</sup> Para 1986 se sumaron Sergio Bufano, periodista y editor, y para 1987, Claudia Hilb, socióloga y cientista política y Gabriel Kessler, sociólogo. El nombre de “Esmeralda” con el cual se conoce al grupo, viene por la oficina que Meyer Goodbar alquilaba en la calle Esmeralda donde se llevaban a cabo sus reuniones.

En síntesis, Carlos Nino y Meyer Goodbar conocieron a Alfonsín durante la etapa de campaña y fueron conformando sus respectivos grupos de intelectuales entre 1983 y 1987. Los miembros del GN y del GE tenían plena conciencia de identidad. Los primeros se sentían deslumbrados por la inteligencia, el respeto y la apertura de Nino. Fueron formados por él en una visión muy crítica de lo que era la enseñanza tradicional del Derecho. Nino les transmitió la pasión por la cosa pública y se convirtió en su referente. Estaban convencidos de que la experiencia de los años sesenta y setenta había demostrado que no se podían construir utopías sin acuerdos ni consensos. Al igual que Nino, estaban afiliados al radicalismo pero, con excepción de la etapa de campaña, tuvieron poca militancia partidaria. Adhirieron al proyecto liberal progresista de Nino, básicamente preocupado por los derechos humanos y por las reformas institucionales.<sup>31</sup>

En cuanto al GE, si bien la composición de sus miembros era más heterogénea pues no todos provenían de una misma disciplina como sucedía con el GN, los unía el haberse formado en posturas de izquierda y, en su gran mayoría en las ciencias humanas; el hecho de que algunos hubieran estado en el exilio como Pablo Giussani en Italia, Emilio de Ipola en Francia y en México, Juan Carlos Portantiero y Sergio Bufano en México; el no estar afiliados al radicalismo sino haber optado por Alfonsín desde una posición de izquierda democrática. Al igual que los miembros del GN, también muchos de ellos realizaron una crítica respecto de la experiencia de las décadas del sesenta y del

---

<sup>30</sup> Entrevista con Meyer Goodbar, 1 de julio de 2003.

<sup>31</sup> Basombrío, Cristina Basombrío (2008). Op. Cit., p. 25 y 40.

setenta, especialmente en la forma de autocrítica de sus postulados de izquierda. En ella influyeron, desde un punto de vista teórico, categorías de análisis de Antonio Gramsci; el debate en torno del euro-comunismo; los cambios en el partido comunista italiano; las ideas del dirigente socialista francés Michel Rocard.<sup>32</sup>

Es momento, entonces, de intentar comprender el liberalismo y el socialismo que defendían respectivamente y por qué confluyeron con el proyecto alfonsinista. En el primer caso, se trata de un liberalismo progresista, igualitario, que se apoya en pensadores liberales fuertemente igualitarios como Emanuel Kant y John S. Mill y en los más contemporáneos John Rawls y Ronald Dworkin. Es tributario de la tradición de izquierda del pensamiento norteamericano con la que Nino estaba muy vinculado por medio de la Universidad de Yale. El liberalismo igualitario combina los valores de la libertad y de la igualdad y promueve una distribución igualitaria de la libertad. Lejos de ser enemigo de los derechos sociales, considera que ellos son la extensión natural de los derechos individuales que descansan en los principios de autonomía, inviolabilidad y dignidad de la persona. Los individuos deben ser igualados con relación a las diferencias que emergen de las distintas circunstancias materiales. El liberalismo igualitario compromete al Estado con la provisión de ciertos bienes básicos, esenciales para que cada persona afirme su autonomía. Le preocupan las acciones y las omisiones del Estado.<sup>33</sup> Entiende la sociedad política como un sistema equitativo de cooperación social que supone entender a los ciudadanos como razonables y racionales, libres e iguales.<sup>34</sup>

El socialismo democrático defendido por el GE es resultado, por una parte, de la traumática experiencia pasada que condujo a la revalorización democrática y al desprestigio de las interpretaciones de los años sesenta y setenta; y por otra, de un cambio de paradigma a nivel internacional producto del nuevo rol de los medios de comunicación y de la técnica en política, de la compartimentación y especialización del saber en desmedro de las visiones totalizadoras y omnicomprendivas de los comportamientos sociales, junto a la disolución del componente antagónico y las contradicciones en la sociedad que los intelectuales de izquierda reconocían y explicaban en el pasado. El corte que las teorías transicionistas y las ciencias sociales establecieron entre autoritarismo y democracia y que Alfonsín asumió como parte integral de su

---

<sup>32</sup> Basombrío, Cristina (fines de 2012). "El Grupo Esmeralda y Alfonsín". In *Entre pasados, Revista de Historia*. Buenos Aires, año XX, n. 38/39, p. 108-110 y notas finales 20, 22 y 38, pp. 121 y 122.

<sup>33</sup> Gargarella, Roberto (2010). *Las teorías de la justicia después de Rawls*, Barcelona: Paidós, p. 184.

<sup>34</sup> Habermas, Jürgen; Rawls, John (2010). *Debate sobre el liberalismo político*, Barcelona: Paidós, p. 79.

programa al demonizar el pasado, convertía a éste en el límite de la identidad intelectual en democracia y se teñía de una fuerte autocrítica.<sup>35</sup> Así, uno de los miembros del GE afirma: “fui descubriendo desde un socialismo radical el liberalismo y la democracia [...]. El mismo ímpetu y energía que puse en los setenta para la revolución, lo puse para la democracia liberal.”<sup>36</sup>

La opción de ambos grupos por Alfonsín se explica, en parte, en que tenían una visión muy crítica respecto del pasado, así como también en que consideraban que era necesario construir un régimen democrático que fuera capaz de superar el autoritarismo y la profunda crisis de la Argentina. Coincidían, por tanto, con la visión de discontinuidad que tenía Alfonsín y con su proyecto de fundar una “nueva política”. Para los miembros del GN y del GE apoyar a Alfonsín no significó renunciar a sus ocupaciones académicas y profesionales ni al debate intelectual. Así, el GN participaba de los debates propiciados por SADF, se oponía a la enseñanza tradicional del derecho y se mantenía muy conectado con la Universidad de Yale; el GE, principalmente de la mano de Pablo Giussani, Juan Carlos Portantiero, Emilio de Ipola y Sergio Bufano, debatía en las revistas *La Ciudad Futura* y *Punto de Vista* y discutía en varias oportunidades con los intelectuales de la revista *Unidos*.<sup>37</sup>

El GN, en su crítica hacia el pasado, observaba la incapacidad que había tenido el liberalismo argentino para incorporar los valores propios de la tradición democrática. Nino se alejaba del ideal positivista de neutralidad para afirmar que el Derecho es válido y obligatorio si es democrático y si cumple con ciertos derechos morales que derivan del principio de autonomía, pilar de toda posición liberal. El contexto socio-económico-político y cultural argentino le planteó problemas jurídicos de evidentes connotaciones morales. Distinguía y criticaba cuatro “tendencias recurrentes” en el transcurso de la historia argentina en estrecha vinculación entre sí: el “dualismo ideológico”, el “corporativismo”, la “anomia” y la “concentración del poder”. En su opinión, ellas constituían defectos que habían contaminado la práctica constitucional y explicaban la reversión del desarrollo político y económico argentino.<sup>38</sup>

El GN concebía, entonces, la transición a la democracia como un cambio institucional que debía modificar prácticas y hábitos de conducta, para lo cual sería

<sup>35</sup> Garategaray, Martina (2011). Op. Cit., p. 8 y 18.

<sup>36</sup> Entrevista con Sergio Bufano, 15 de mayo de 2012.

<sup>37</sup> Garategaray, Martina (2011). Op. Cit., p.10.

<sup>38</sup> Nino, Carlos S. (1997). *Juicio al mal absoluto. Los fundamentos y la historia del juicio a las Juntas del proceso*, Buenos Aires: Emecé, p. 80-88.

necesario pensar en una reforma constitucional mediante la cual se implantara un sistema semi- presidencialista. El proyecto político alfonsinista como teoría y práctica de una “nueva política” confluyó con el proyecto liberal igualitario del GN. Por un lado, éste reforzaba la consideración que hacía Alfonsín de la acción política como reforma moral. Por otro, al oponerse al faccionalismo y al introducir en la identidad política el pluralismo y la aceptación de la alteridad, el proyecto alfonsinista coincidía con el del GN en la necesidad de una reforma de la Constitución a fin de revertir las cuatro constantes aludidas.

El GE advertía, al criticar al pasado, que en la Argentina la crisis social se manifestaba en la forma de una “sociedad casi anárquica”, afectada por una anomia política, donde el gobierno debía enfrentar obstáculos y bloqueos del mismo funcionamiento del sistema político y donde existía una proliferación de conflictos que intentaban resolverse por la violencia. Observaba que entre 1930 y 1983 se había agravado la crisis en el sistema de partidos por los paréntesis de intervención militar. Hacía hincapié en el profundo problema cultural de la sociedad argentina y caracterizaba a la crisis heredada como una fase final de un modo de regulación del capitalismo. Consideraba que para 1983 había una doble crisis de la transición en el país: la de un régimen político de gobierno y la de un régimen social de acumulación, que afectaba al conjunto complejo de las instituciones y de las prácticas que incidían en el proceso de acumulación del capital. Por esto, era necesario un “pacto democrático” que tuviera una dimensión ética a fin de que todos los sujetos sociales lo asumieran como propio. Su instrumentación suponía defender la “democracia participativa”, la “ética de la solidaridad” y la “modernización”.<sup>39</sup>

Así, desde el socialismo democrático, el GE confluyó con el proyecto político alfonsinista que apuntaba a la formación de un amplio consenso que hiciera gobernable y transformable democráticamente al país en una sociedad que, hasta entonces y por razones estructurales y culturales, había devenido en facciosa y en promotora de salidas autoritarias. Esto suponía que, para realizar una transición efectiva a la democracia, debía llevarse a la práctica la idea de la unidad en la diversidad y hacer un esfuerzo para gestar un acuerdo y un compromiso nacionales. El GE percibió a Alfonsín como una figura

---

<sup>39</sup> Ipola, Emilio de; Portantiero, Juan Carlos (1984). “Crisis política y pacto democrático”. In *Punto de Vista*, Buenos Aires, p. 13-20; Cristina Basombrío (fines de 2012). Op. Cit., p. 109-115.

nacional que trascendía al partido radical y que encarnaba la posibilidad de afirmar una república democrática.

En síntesis, el GN desde el liberalismo igualitario y el GE desde el socialismo democrático confluyeron con el alfonsinismo. Los años ochenta estuvieron hegemonizados por autores y temas de la filosofía política. De ahí que “*nuestra aprehensión de la vida democrática y republicana ha abrevado en la revalorización del liberalismo político, en los debates sobre los derechos humanos, sobre la idea de representación y sobre la idea de justicia.*”<sup>40</sup> Existían, por tanto, varios elementos ideológicos coincidentes entre ambos grupos. Al abrirles un espacio en la esfera pública, Alfonsín evidenciaba estar al tanto de los debates intelectuales que existían y era coherente con su línea interna dentro del partido, el *Movimiento de Renovación y Cambio*, que concebía al radicalismo como abierto y como una fuerza convocante. Los tres actores eran conscientes de asistir a un momento fundante y, en aras de que le proveyeran herramientas para el diseño de una “nueva política”, Alfonsín pidió a ambos grupos colaboración.

Como ha sido indicado, tanto Carlos Nino como Meyer Goodbar iniciaron los contactos con Alfonsín desde la etapa de campaña. Sus tareas consistieron en pensar en las estrategias con las que se enfrentarían los abusos contra los derechos humanos cometidos en el pasado, y en analizar los elementos simbólicos que había detrás de la teoría de la comunicación, respectivamente. Entre 1983 y 1985, Nino ejerció el cargo de asesor de la presidencia; como tal, junto con su grupo, participó de la propuesta de definición de responsabilidades, defendió la justicia retroactiva, la invalidez de las normas de *facto*, los decretos 157 y 158 y el proyecto de reforma del Código de Justicia Militar. También elaboró una serie de leyes que serían aprobadas por el Congreso Nacional durante 1984. En esos mismos años, el GE empezó a funcionar en la oficina alquilada por Goodbar y se abocaba a su doble tarea de pensar en cómo ayudar al discurso del presidente y de monitorear los discursos políticos y armar tipologías socio-políticas. De la mano de Eduardo Issaharoff, el GE introducía la idea de informatizar el área de la presidencia.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Ipola, Emilio de (Coord.) (2004). *El eterno retorno. Acción y sistema en la teoría social contemporánea*, Buenos Aires: Biblos, p. 23.

<sup>41</sup> Este intelectual se contactó con la empresa IBM y así se crearía el CUPED (Centro Único de Procesamiento de Datos), primera red informática de presidencia. Entrevista con Eduardo Issaharoff, 29 de abril de 2013; Pavón, Héctor (2012). *Los intelectuales y la política en la Argentina*, Buenos Aires: Debate, p. 105-106.



Desde 1985, Nino coordinó el Consejo para la Consolidación de la Democracia cuyo proyecto principal sería el de reforma de la Constitución Nacional. Hacia fines de 1987, fue uno de los operadores de Alfonsín ante el peronismo para la instrumentación de esa reforma. Durante estos años, el GE colaboró en la elaboración del discurso alfonsinista y también llevó a cabo el análisis de los medios y de la opinión pública.

En las entrevistas realizadas a los miembros del GN y del GE se observan varias constantes: el reconocimiento a la apertura de Alfonsín; el agradecimiento a que no pretendiera un asesoramiento acrítico; las críticas que recibían de diversos sectores, incluso de la misma UCR; la existencia de cordiales relaciones entre ambos grupos basadas en el respeto mutuo que había entre ellos y el contacto directo que tenían Carlos Nino y Juan Carlos Portantiero. Tal cordialidad se fundaba en los elementos ideológicos que unían al liberalismo igualitario con el socialismo democrático. De hecho, a varias de las reuniones del *Club de Cultura Socialista*, del cual varios miembros del GE eran fundadores y que publicaba la revista *La Ciudad Futura*<sup>42</sup>, asistían algunos intelectuales del GN. Tal era el caso, por ejemplo, de Roberto Gargarella, quien también estudió sociología, se llevó muy bien con Portantiero y realizó en la librería *Gandhi* un curso sobre Gramsci con José Aricó.<sup>43</sup> El último no integraba el GE pero tenía fuertes lazos profesionales y de amistad con muchos de sus miembros.

Por tanto, no sorprende que cuando Alfonsín, en el momento más favorable de su presidencia, ya encaminada su preocupación inicial en orden a la revisión de la violación de los derechos humanos durante el Proceso, decidiera explicitar y llevar a la práctica su proyecto político, apelara a ambos grupos. Tampoco sorprende que entonces el GN y el GE interactuaran y trabajaran algunos temas juntos. ¿Y en qué les pidió colaboración el presidente? En dos decisiones que tomaría en diciembre de 1985: la elaboración de un discurso en el cual enunciaría con claridad su proyecto político y la creación del Consejo para la Consolidación de la Democracia.

Ciertamente, en el año 1985 Alfonsín se encontraba en un plano ascendente: la transición democrática parecía avanzar triunfalmente y muchos aspectos justificaban tal optimismo: el resultado del plebiscito sobre el diferendo con Chile; la implementación del Plan Austral; el buen resultado para el partido gobernante de las primeras elecciones nacionales intermedias; el trasfondo de los juicios a los comandantes; el inicio del juicio

---

<sup>42</sup> Garategaray, Martina (2011). Op. Cit., p. 5.

<sup>43</sup> Entrevista con Roberto Gargarella, 4 de mayo de 2012.

militar contra la cúpula dirigente de la guerra de 1982; la renovación del peronismo con Antonio Cafiero como garante del sistema político vigente. En este contexto favorable, el 1 de diciembre de 1985, ante el Plenario del Comité Nacional de la UCR, Alfonsín pronunció el discurso titulado “Convocatoria para una Convergencia Democrática”, más conocido como “Discurso de Parque Norte” (DPN en adelante).

En su elaboración fue clave la participación del GE, especialmente de dos de sus miembros, Emilio de Ipola y Juan Carlos Portantiero. Alfonsín puso en evidencia en este discurso muchos de los temas que ambos intelectuales habían reflexionado en *Punto de Vista*.<sup>44</sup> Como síntesis de su contenido, puede decirse que el DPN realiza una fuerte crítica del pasado mediato e inmediato; que propone encarar una “tarea fundacional” en la cual, para convertir una “sociedad autoritaria” en una “sociedad democrática”, es necesario formular un “pacto social” de “garantías y de transformación” por el cual todos los actores se comprometan desde su autonomía; que basa los “caminos” para lograr el “pacto” en un “trípode fundamental”: la “democracia participativa”, la “modernización” y la “ética de la solidaridad”. Es decir, en la democracia entendida como procedimiento de un orden político y a la vez como espacio de transformación social que amplíe las estructuras participativas fijadas en la Constitución Nacional y contenga el pluralismo y la diversidad<sup>45</sup>; en un “proyecto de modernización estructural” que encare la formación de una “sociedad flexible” y modernice la economía, las relaciones sociales y la gestión del Estado; en la “ética de la solidaridad” sustentada en “condiciones que aseguren la mayor justicia social posible” y resuelvan equitativamente las dificultades de los distintos sectores.<sup>46</sup>

Si bien la participación del GE fue esencial en la redacción del DPN, como se ha indicado, el GN, que coincidía con los elementos ideológicos vertidos, también colaboró.<sup>47</sup> Fabián Bosoer, miembro del GE, era uno de los contactos que organizaba las reuniones entre ambos grupos. Varios integrantes del GN como Carlos Nino, Gabriel Bouzat,

---

<sup>44</sup> Ipola, Emilio de; Portantiero, Juan Carlos (1984). Op. Cit., p. 13-20.

<sup>45</sup> Nino coincidía con esta concepción de democracia pero prefería hablar de “democracia deliberativa”, a la que consideraba el sistema más adecuado para alcanzar la imparcialidad de las decisiones políticas, al permitir el debate público mediante el cual, los potencialmente afectados por ellas, opinan y arguyen sobre la racionalidad de las medidas a adoptar.

<sup>46</sup> “Discurso de Parque Norte” (1991). In Giacobone, Carlos; Gallo, Edith (1991). *Radicalismo, un siglo al servicio de la patria*, Buenos Aires: Biblioteca, Archivo Histórico y Centro de Documentación de la Unión Cívica Radical, p. 441-481.

<sup>47</sup> Juan Carlos Torre, integrante del equipo de Juan V. Sourrouille, sociólogo y amigo de Emilio de Ipola y Juan Carlos Portantiero, también participó, sobre todo en los conceptos referentes a la modernización del estado. En el DPN puede, además, observarse cierta influencia del pensamiento cristiano, que no llegaba a Alfonsín a través del GE ni del GN.

Roberto de Michele, entre otros, leyeron los borradores y realizaron agregados.<sup>48</sup> Por ejemplo, la crítica que realiza el DPN hacia el liberalismo conservador y la defensa de una “filosofía política” con una “clara dimensión moral”<sup>49</sup>; la referencia a la “tensión” planteada “entre libertad e igualdad”; “el hecho de reconocer a cada ciudadano como miembro con igual dignidad en el seno de la cooperación social”; la explicitación de que para contrarrestar la “distribución social e histórica desigual de riquezas, status, réditos”, el “pacto democrático” se base en la “ética de la solidaridad” para asegurar “la mayor justicia social posible.”<sup>50</sup>

En el mejor momento de su presidencia y en el marco de su proyecto político estratégico, Alfonsín convocaba en el DPN a una convergencia política con la oposición a través del doble “pacto”, utilizando los aportes ideológicos de la “convergencia natural entre cierto tipo de liberalismo y cierto tipo de socialismo.”<sup>51</sup> Expresaba también su deseo de que el partido radical se flexibilizara, facilitara el surgimiento de nuevas ideas y actuara en función de las “demandas y urgencias del país.” Seguidamente, para instrumentar el “pacto” y la “modernización de las estructuras políticas, culturales y económicas”<sup>52</sup>, el 24 de diciembre de 1985 el presidente creó por decreto el Consejo para la Consolidación de la Democracia (CCD en adelante). Nombró a Carlos Nino coordinador del mismo, quien aceptó convencido de que la tarea de proponer reformas estructurales, promovería el cambio institucional que modificaría prácticas y hábitos de conducta.

La principal temática a la que se abocó el CCD por iniciativa de Alfonsín, fue al estudio de la posible reforma de la Constitución Nacional.<sup>53</sup> Para mediados de 1986, el organismo presentó al presidente un dictamen preliminar y para inicios de 1987, un segundo dictamen. Ambos documentos contienen el proyecto de reforma constitucional. La necesidad de la reforma se fundamentaba en que así como la Constitución de 1853 había sido el gran pacto sobre el que se formó la nación, al iniciarse un “nuevo período

---

<sup>48</sup> Entrevistas con Gabriel Bouzat, 27 de noviembre de 2012 y con Roberto de Michele, 28 de noviembre de 2012.

<sup>49</sup> “Discurso de Parque Norte” (1991). Op. Cit., p. 459.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 460- 461.

<sup>51</sup> Entrevista con Roberto Gargarella, 4 de mayo de 2012.

<sup>52</sup> *Reforma Constitucional. Dictamen preliminar del Consejo para la Consolidación de la Democracia* (1986). Buenos Aires: Eudeba, p. 7.

<sup>53</sup> También presentó a Alfonsín los proyectos de reformas del Código procesal penal, de la ley universitaria, del Banco Central y de la ley de radiodifusión.

histórico” debía explicitarse un “gran pacto de garantías y transformación” que fuera el eje “para construir la Argentina moderna y solidaria.”<sup>54</sup>

En síntesis, el proyecto proponía profundizar la Primera Parte de la Constitución y reformar la parte orgánica, evidenciando la influencia del pensamiento nineano al defender la adopción de un sistema semi-presidencialista a partir del nombramiento de un primer ministro designado por el presidente, quien a su vez fuera elegido por sufragio universal y directo según el sistema de doble vuelta y durara cuatro años en su cargo, pudiendo ser reelegible sucesivamente una sola vez.<sup>55</sup> El CCD aconsejó, entonces, a Alfonsín “poner en marcha los mecanismos institucionales que prevé el artículo 30 de la Constitución Nacional.”<sup>56</sup>

El GE coincidió en la necesidad y en el contenido de este proyecto de reforma. En este sentido, Juan Carlos Portantiero opinaba que facilitaría “el pasaje de las formas del Estado Liberal de Derecho al Estado Democrático Social de Derecho”; que favorecería “la reforma democrática del estado; esto es, el aumento de la ingerencia de la sociedad [...] en la trama política”; que “implicaría un cambio positivo para nuestros hábitos políticos”.<sup>57</sup>

Sin embargo, ni la convergencia política con la oposición<sup>58</sup>, ni el deseo de la flexibilización del propio partido enunciados en el DPN, ni el proyecto de reforma política propuesto por el CCD prosperaron. Para 1987 Alfonsín había perdido el apoyo de la civilidad y en las elecciones nacionales de ese año, la UCR quebraba su predominio en la Cámara de Diputados y era relegada en casi todas las provincias. Ya en diciembre de 1986 la situación empezó a cambiar para la concreción del proyecto alfonsinista cuando el presidente envió al Congreso el proyecto de ley de “Punto Final” que se sancionó como ley 23.492 y contribuyó al desprestigio del presidente. Tanto el GE como el GN fueron muy críticos respecto de esta ley y del manejo de la información que hizo el gobierno, cuya consecuencia fue hacer pensar que se buscaba evitar confrontar con el pasado.<sup>59</sup>

---

<sup>54</sup> *Reforma Constitucional. Dictamen preliminar del Consejo para la Consolidación de la Democracia* (1986), Buenos Aires: Eudeba, p. 23-29.

<sup>55</sup> Basombrío, Cristina (2008). Op. Cit., p. 43-46.

<sup>56</sup> *Reforma Constitucional. Dictamen preliminar del Consejo para la Consolidación de la Democracia* (1986), Buenos Aires: Eudeba, p. 30.

<sup>57</sup> *Reforma Constitucional. Segundo Dictamen del Consejo para la Consolidación de la Democracia* (1987), Buenos Aires: Eudeba, p. 217-218.

<sup>58</sup> Esta convergencia solamente se efectivizó en una coalición de fuerzas conservadoras provinciales y el radicalismo para las elecciones legislativas y provinciales de 1987.

<sup>59</sup> Nino, Carlos S. (1997). Op. Cit., p. 148-149; entrevistas con Carlos Rosenkrantz, 27 de agosto de 2003 y con Emilio de Ipola, 6 de abril y 13 de junio de 2000.

Entre tanto, los síntomas de debilidad que aquejaban al gobierno se fueron profundizando durante el transcurso de 1987, a lo cual se sumaría la “crisis de Semana Santa”. Si bien la sociedad civil se mostró entonces decidida a superar la cultura golpista, la sublevación militar contribuyó a la pérdida de autoridad del presidente, lo cual se agudizó con la sanción de la ley de Obediencia Debida (23.521)<sup>60</sup>, que pretendió dar solución a la extendida acción judicial desbocada por la ley de “Punto Final”. Nuevamente el GE fue crítico respecto de esta ley; Nino, si bien había presentado a Alfonsín una alternativa a la misma basada en la disponibilidad de la acción penal, comprendía la decisión de Alfonsín pues no estaba en contradicción con su opinión acerca del castigo como garantía del orden social hacia el futuro.

A esta situación política y al creciente deterioro del gobierno, se agregarían dos crisis militares durante el año 1988 y el ataque de ex miembros del Ejército Revolucionario del Pueblo al regimiento de La Tablada en enero de 1989. El panorama también se agravaría desde el punto de vista económico: hacia mediados de enero de 1989, el Banco Mundial comunicó que no desembolsaría los créditos que había prometido a la Argentina. Esta noticia se filtró a la prensa. Se inició la corrida contra el austral. El 31 de marzo Sourrouille renunció al ministerio de Economía. La profunda crisis cambiaria culminaría con la hiperinflación y el presidente adelantaría la entrega del mando.

En síntesis, el GN y el GE venían colaborando con Alfonsín a partir de la etapa de campaña desde sus postulados socialistas democráticos y liberales igualitarios respectivamente, en aras del diseño de una “nueva política” en la Argentina. Pero en tal colaboración fueron advirtiendo cómo los problemas y las cuestiones de la realidad ofrecían resistencia a sus principios y cómo el presidente no pudo y no supo concretar completamente su proyecto.

## **Conclusión**

En el marco de una transición democrática “formalmente incondicionada” al no existir pactos ni restricciones expresas del poder autoritario y a la vez “fuertemente

---

<sup>60</sup> Creaba una presunción irrefutable de que los oficiales, jefes subordinados, suboficiales y la tropa de las fuerzas armadas de seguridad y penitenciarias habían actuado bajo órdenes y por lo tanto no podían ser castigados. La misma presunción se extendía a los oficiales superiores, generales y coroneles que no habían actuado como jefes de zona o de fuerzas armadas de seguridad y penitenciarias. La presunción no se aplicaba a delitos de violación, secuestro, apropiación de niños y robo. Véase *Anales de Legislación Argentina* (1987), Buenos Aires: La Ley, t. XLVII-B, p. 1.549.

condicionada” por el legado negativo de ese mismo poder,<sup>61</sup> Alfonsín intentaba fundar y diseñar una “nueva política”. Para ello buscó el apoyo de ideas progresistas del GN y del GE que no encontraba en su propio partido. Ellos le brindaron colaboración aún cuando en decisiones coyunturales disintieran con el político.

Los tres actores, para convergir, tuvieron que realizar un replanteo profundo: Alfonsín era consciente de que su partido no había sabido advertir la naturaleza de los cambios producidos en la sociedad; el GN proponía un liberalismo igualitario en oposición al conservador y positivista; el GE defendía la democracia desde una revisión de sus categorías de izquierda. Coincidían en que era necesario dejar atrás la política basada en confrontaciones estériles y en el predominio de una minoría autoritaria que pudiera atentar contra el disenso y la libertad. Coincidían también en la formulación de una “nueva política” que restaurara la democracia y encarara los cambios profundos que reclamaba la crisis que enfrentaba la Argentina en 1983. Estaban convencidos de que eran protagonistas de una etapa fundacional en la que sería posible sentar las bases de una nueva cultura política.

En un clima de diálogo que no era unidireccional, Alfonsín recibió del GE nuevos insumos y volvió más rico su discurso e inició en la Argentina la tarea de encuestas. Recibió del GN herramientas con las que pudo diseñar estrategias en orden a la persecución judicial de las violaciones de derechos humanos cometidas durante el Proceso y a la instauración de un sistema democrático sólido y perdurable. En su apuesta por Alfonsín, la vinculación entre ambos grupos fue cordial y fluida; existía entre ellos una corriente de mutua simpatía basada en la convergencia progresista de ideas que provenían de “las mejores tradiciones socialistas y de la mejor tradición liberal”.<sup>62</sup>

Si bien la idea de un pacto democrático no fracasó desde el momento en que quedó implantada en la conciencia popular la defensa de la democracia, el anhelo de que la vieja política quedara atrás por medio de un pacto programático, entró en tensión con el poder de presión y veto de las corporaciones y con un proceso de reconfiguración de las identidades políticas y sociales, principalmente en el partido Justicialista y en el propio partido Radical en “tiempos y ritmos desacompañados”<sup>63</sup>, a lo que se sumaban los errores del propio gobierno.

---

<sup>61</sup> Novaro, Marcos (2006). *Historia de la Argentina Contemporánea. De Perón a Kirchner*, Buenos Aires: Edhasa, p. 153-154.

<sup>62</sup> Entrevista con Marcelo Alegre, 22 de julio de 2003.

<sup>63</sup> Gargarella, Roberto, María Victoria Murillo y Mario Pecheny, comps. (2010). *Op. Cit.*, p. 19-20.

A medida que ofrecían su asesoramiento, estando tan cerca del poder, los intelectuales del GN y del GE percibían cuántas eran las dificultades para plasmar la “nueva política” a la que tanto aspiraban. Reflexionar en torno de la influencia del liberalismo y del socialismo en el alfonsinismo permite poner en evidencia la tensión entre pensamiento y acción que atraviesa el compromiso político de los intelectuales, tensión que se manifestó estrechamente vinculada con la que existió en la administración alfonsinista entre las expectativas y las restricciones políticas, sociales, económicas y culturales que objetivamente debían ser enfrentadas.

## Referencias

Aboy Carlés, Gerardo (2001). *Las dos fronteras de la democracia argentina. La reformulación de las identidades políticas de Alfonsín a Menem*, Rosario: Homo Sapiens.

Alfonsín, Raúl (1981). *La cuestión argentina*, Buenos Aires: Propuesta Argentina.

\_\_\_\_\_. (2006). *Fundamentos de la República democrática. Curso de Teoría del Estado*, Buenos Aires: Eudeba.

*Anales de Legislación Argentina* (1987), Buenos Aires: La Ley, t. XLVII-B

Basombrío, Cristina (2008). “Intelectuales y poder: la influencia de Carlos Nino en la presidencia de Alfonsín”. In *Temas de Historia Argentina y Americana*, Buenos Aires: UCA, n. 12, p. 15-51.

\_\_\_\_\_. (fines de 2012). “El Grupo Esmeralda y Alfonsín”. In *Entre pasados, Revista de Historia*. Buenos Aires, año XX, n. 38/39.

Ben Plotkin, Mariano (2012). “La cultura”. In Gelman, Jorge; Ben Plotkin, Mariano (2012). *Argentina. La búsqueda de la democracia*, Madrid: Fundación MAPFRE, p. 261-316.

Camou, Antonio (1997). “Los consejeros del príncipe”. In *Revista Nueva Sociedad. Saber técnico y saber político*, Caracas: Texto, n. 152, p. 54-67.

“Discurso de Parque Norte” (1991). In Giacobone, Carlos; Gallo, Edith Gallo (1991). *Radicalismo, un siglo al servicio de la patria*, Buenos Aires: Biblioteca, Archivo Histórico y Centro de Documentación de la Unión Cívica Radical, p. 441-481.

Franco, Marina (2008). *El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

Garategaray, Martina (2011). “Intelectuales en democracia: los casos de *Unidos y Punto de Vista*”. In *XIII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, Catamarca.

Gargarella, Roberto (2010). *Las teorías de la justicia después de Rawls*, Barcelona: Paidós.

Gargarella, Roberto; Murillo, María Victoria; Pecheny, Mario (Comp.) (2010). *Discutir Alfonsín*, Buenos Aires: Siglo XXI.

González Bombal, María Inés (1997). "1983: El entusiasmo democrático". In *Ágora*, Buenos Aires, n. 7.

Habermas, Jürgen; Rawls, John (2010). *Debate sobre el liberalismo político*, Barcelona: Paidós.

Ipola, Emilio de (Coord.) (2004). *El eterno retorno. Acción y sistema en la teoría social contemporánea*, Buenos Aires: Biblos

Ipola, Emilio de; Portantiero, Juan Carlos (1984). "Crisis política y pacto democrático". In *Punto de Vista*, Buenos Aires, p. 13-20.

Nino, Carlos S. (1997). *Juicio al mal absoluto. Los fundamentos y la historia del juicio a las Juntas del proceso*, Buenos Aires: Emecé.

Novaro, Marcos (2006). *Historia de la Argentina Contemporánea. De Perón a Kirchner*, Buenos Aires: Edhasa.

Palermo, Vicente (2012). "La vida política". In Gelman, Jorge; Ben Plotkin, Mariano (2012). *Argentina. La búsqueda de la democracia*, Madrid: Fundación MAPFRE, p. 37-94.

Pavón, Héctor (2012). *Los intelectuales y la política en la Argentina*, Buenos Aires: Debate.

Pedrosa, Fernando (2007). *La otra izquierda. La socialdemocracia en América Latina*, Buenos Aires: Edhasa.

Persello, Virginia (2007). *Historia del radicalismo*, Buenos Aires: Edhasa.

*Reforma Constitucional. Dictamen preliminar del Consejo para la Consolidación de la Democracia* (1986), Buenos Aires: Eudeba.

*Reforma Constitucional. Segundo Dictamen del Consejo para la Consolidación de la Democracia* (1987), Buenos Aires: Eudeba.

Sapiro, Gisèle (2011). "Modelos de intervención política de los intelectuales. El caso francés". In *Prismas. Revista de Historia intelectual*, Buenos Aires, año 15, n. 15, p. 129-153.

Smulovitz, Catalina (2010). "Prefacio: La ilusión del momento fundante". In Gargarella, Roberto; Murillo, María Victoria; Pecheny, Mario (Comp.) (2010). *Discutir Alfonsín*, Buenos Aires: Siglo XXI, p. 10.



Suriano, Juan; Álvarez, Eliseo (2013). *505 días. La primera transición a la democracia. De la rendición de Malvinas al triunfo de Alfonsín*, Buenos Aires: Sudamericana.

Vezzetti, Hugo (2009). *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

**Recebido para publicação em 06 de outubro de 2013.**

**Aprovado para publicação em 16 de dezembro de 2013.**

### LITURATERRA [*Resenha: 2014,2*]

As resenhas e passagens literárias em *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* são editadas na seção cujo título apropriado é LITURATERRA.

Trata-se de um neologismo criado por Jacques Lacan<sup>1</sup>, para dar conta dos múltiplos efeitos inscritos nos deslizamentos semânticos e jogos de palavras tomando como ponto de partida o equívoco de James Joyce quando desliza de *letter* (letra/carta) para *litter* (lixo), para não dizer das referências a *Lino*, *litura*, *liturarios* para falar de história política, do Papa que sucedeu ao primeiro (Pedro), da cultura da *terra*, de estética, direito, literatura, inclusive jurídicas – canônicas e não canônicas – ainda e quando tais expressões se pretendam distantes daquelas religiosas, dogmáticas, fundamentalistas, para significar apenas dominantes ou hegemônicas.

### LITURATERRA [*Reseña: 2014,2*]

Las reseñas e incursiones literarias en *Passagens: Revista Internacional de Historia Política y Cultura Jurídica* son publicadas en una sección apropiadamente titulada LITURATERRA.

Se trata de un neologismo creado por Jacques Lacan para dar cuenta de los múltiples efectos introducidos en los giros semánticos y juegos de palabras que toman como punto de partida el equívoco de James Joyce cuando pasa de *letter* (letra/carta) a *litter* (basura), sin olvidar las referencias a *Lino*, *litura*, *liturarios* para hablar de historia política, del Papa que sucedió al primero (Pedro), de la cultura de la *terre* (tierra), de estética, de derecho, de literatura, hasta jurídica - canónica y no canónica. Se da prioridad a las contribuciones distantes de

---

<sup>1</sup> Lacan, Jacques (2003). *Outros Escritos*. Tradução Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles, Rio de Janeiro: Zahar, p. 11-25. [Lacan, Jacques (2001). *Autres Écrits*, Paris: Éditions de Seuil]

expresiones religiosas, dogmáticas o fundamentalistas, para no decir dominantes o hegemónicas.

### **LITURATERRA [Review: 2014,2]**

The reviews and literary passages in *Passagens. International Journal of Political History and Legal Culture* are published in a section entitled LITURATERRA [Lituraterre]. This neologism was created by Jacques Lacan<sup>2</sup>, to refer to the multiple effects present in semantic slips and word plays, taking James Joyce's slip in using *letter* for *litter* as a starting point, not to mention the references to *Lino*, *litura* and *liturarius* in referring to political history, to the Pope to have succeeded the first (Pedro), the culture of the *terra* [earth], aesthetics, law, literature, as well as the legal references – both canonical and non-canonical – when such expressions are distanced from those which are religious, dogmatic or fundamentalist, merely meaning 'dominant' or 'hegemonic'.

### **LITURATERRA [Compte rendu: 2014,2]**

Les comptes rendus et les incursions littéraires de la Revue internationale d'histoire politique et de culture juridique *Passagens* sont publiés dans une section au titre on ne peut plus approprié, LITURATERRA.

Il s'agit d'un néologisme proposé par Jacques Lacan pour rendre compte des multiples effets inscrits dans les glissements sémantiques et les jeux de mots, avec comme point de départ l'équivoque de James Joyce lorsqu'il passe de *letter* (lettre) à *litter* (détrit), sans oublier les références à *Lino*, *litura* et *liturarius* pour parler d'histoire politique, du Pape qui a succédé à Pierre, de la culture de la terre, d'esthétique, de droit, de littérature, y compris juridique – canonique et non canonique. Nous privilégierons les contributions distantes des expressions

---

<sup>2</sup> Lacan, Jacques (2003). *Outros Escritos*. Translation by Vera Ribeiro; final version by Angelina Harari and Marcus André Vieira; edited by André Telles, Rio de Janeiro: Zahar, p. 11-25. [Lacan, Jacques (2001). *Autres Écrits*, Paris: Éditions de Seuil]

religieuses, dogmatiques ou fondamentalistes, pour ne pas dire dominantes ou hégémoniques.

### 文字国 [图书梗概:2014,2]

PASSAGENS电子杂志在“文字国”专栏刊登一些图书梗概和文学随笔。PASSAGENS—国际政治历史和法学文化电子杂志开通了“文字国”

专栏。“文字国”是法国哲学家雅克·拉孔的发明，包涵了语义扩散，文字游戏，从爱尔兰作家詹姆斯·乔伊斯的笔误开始，乔伊斯把letter (字母/信函)写成了litter (垃圾)，

拉孔举例了其他文字游戏和笔误, lino, litura, liturarios,

谈到了政治历史，关于第二个教皇(第一个教皇是耶稣的大弟子彼得)，关于土地的文化

[Cultura一词多义，可翻译成文化，也可翻译成农作物]，拉孔联系到美学，法学，文学，

包括司法学—古典法和非古典法，然后从经典文本延伸到宗教，教条，原教旨主义，

意思是指那些占主导地位的或霸权地位的事物。

**Cerqueira Filho, Gisálio (2005). *Autoritarismo Afetivo: a Prússia como sentimento*, São Paulo: Escuta.**

**Mylene N. Teixeira<sup>3</sup>**

Um inusitado conceito de poder, *Autoritarismo Afetivo*, associa as reflexões da economia política com conceitos da psicanálise. Na economia política o autor se ancora no debate sobre a Via Prussiana<sup>4</sup> para o entendimento de um modo de ascensão capitalista. A reflexão psicanalítica está associada Sigmund Freud<sup>5</sup> e Lacan<sup>6</sup> para o entendimento sobre o desenvolvimento da afetividade. Segundo

---

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia Política pela Universidade de Münster- Alemanha, Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) de Sociologia da Educação, no Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem (LEEL), Centro de Ciências do Homem (CCH). E-mail: [mnteix@uni-kassel.de](mailto:mnteix@uni-kassel.de)

<sup>4</sup> Lukács, György. (1967). *El asalto a la razon*, Barcelona: Ediciones Grijalbo e Neder, Gislene (2000). *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC. (Pensamento criminológico).

<sup>5</sup> Freud, Sigmund (2011). *O Mal Estar na Civilização*. Tradução Paulo César de Souza, São Paulo: Cia. das Letras.

<sup>6</sup> Lacan, Jacques (1975/2009). *O Seminário, livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud.*, Rio de Janeiro: Zahar. (Campo Freudiano no Brasil)

esses autores, a afetividade se desenvolve a partir do momento do nascimento, quando ocorre a separação do feto da mãe, através do corte com o cordão umbilical. A partir desse momento o indivíduo tenta superar essa perda, e se desdobra assim, o processo de desenvolvimento afetivo do indivíduo consigo mesmo, que depende também, do desdobramento da relação com a mãe. A figura paterna representa a relação do indivíduo com o outro, ela nos orienta na nossa relação com o parceiro afetivo e também passa a ser à base da nossa vida na sociedade.

Partindo dessas reflexões da relação do indivíduo consigo mesmo e de sua relação com a sociedade, o autor propõem uma metodologia que auxilia no entendimento da subjetividade afetiva de uma dada sociedade. Na presente obra esse arcabouço teórico e metodológico se ancora no processo de construção histórica dos sujeitos sociais ao longo da formação do Estado Nação alemão, sob a ótica da chamada, Via Prussiana. Essa subjetividade afetiva resulta num paradoxo entre a *vanglória de mandar e o desejo de submissão*.

A abstração que envolve o conceito de poder baseado na subjetividade afetiva busca apreender uma ótica de observação das relações sociais de poder, fundadas no *Autoritarismo Afetivo*. Com essa proposta de análise da sociedade o autor abre uma vasta linha de pesquisa, cujos resultados poderão então demonstrar os limites e desdobramentos desse assertivo e contemporâneo arcabouço teórico e metodológico.

A obra em si se desdobra a partir do entendimento da subjetividade afetiva, pautado no sentimento prussiano, que se funda numa relação simbiótica entre a *Vanglória de mandar e o desejo da submissão*. Esse paradoxo afetivo está inserido nas relações sociais, que se materializam ao longo dos séculos XVIII e XIX enquanto Estado Nação Alemão, germânico, pautado no conflito de reação contra o liberalismo e às revoltas sociais com apelos nacionalistas.

A Via Prussiana é um conceito desenvolvido por autores que estudam a evolução do capitalismo numa dada sociedade. Essa terminologia se distingue da chamada Via Clássica da evolução capitalista usada como referencia aos desdobramentos sociais na França e Inglaterra, onde o modo de produção capitalista ascende com a articulação da burguesia durante o período que predominava os regimes monárquicos absolutistas. Assim o nascimento da Unidade

Nacional nesses dois países se desdobra com desmantelando dos vestígios feudais e absolutistas burocráticos ainda existentes nessa sociedade<sup>7</sup>.

O processo de unidade de Estado na Alemanha acontece de forma diferente, segundo Cerqueira Filho, “*A convergência na composição de classe entre os Junkers prussianos e a burguesia combinar-se-á, primeiro, no bonapartismo bismarkiano, depois na francofobia paranoica e, por último, o nacional socialismo de Adolf Hitler*”<sup>8</sup>.

A constituição do novo Estado Alemão, de 1919, reflete o devir prussiano expresso nas frases: *O império Alemão é uma república. O poder do Estado que emana do povo. (Des Deutschen Reiches ist eine Republik. Die Staatsgewalt geht vom Volk aus)*. Essas são as frases inscritas no prédio do parlamento Alemão em Berlim, que volta a ser a sede do Governo Alemão, somente depois da queda do muro de Berlim com o fim da Guerra Fria.

Interessante é que o entendimento *Des Deutschen Reiches*, tão disseminado no discurso Nazifascista, é a própria tradução do grande, da união, do que envolve “o Todo” do Estado Nação Alemão, que naturalmente sendo uma república, tipicamente federativa, se contradiz com a noção de ser um império. Justamente essa ambivalência explícita, segundo Cerqueira Filho, traduz um processo continuado, de unificação e de regionalismos e autoritarismo constituídos historicamente. Porém, com o fim da Guerra Fria, é possível observar o retorno dessa herança cultural e autoritária prussiana, que segundo o autor, nunca deixou de pulsar em Berlim. Essa, uma cidade - Estado que fica dentro do território de outro Estado, de Brandenburg, e que guarda uma enorme influência cultural prussiana.

O sentimento prussiano em Berlim é uma observação assertiva de Gisálio Cerqueira Filho, pois essa é a fama dessa sociedade nesse espaço social em toda a Alemanha, sobretudo no que se refere ao lado leste metropolitano, que com a queda do muro passa a exprimir seus afetos. Afetos, esses, abafados ao longo de 27 anos, quando a cidade estava separada do resto da Alemanha e mundo capitalista ocidental.

---

<sup>7</sup>Lukács, 1967 apud Cerqueira Filho (2005). Op. Cit., p. 3.

<sup>8</sup> Cerqueira Filho, Gisálio (2005). Op. Cit, p. 34.

Na Alemanha Oriental, depois da construção do muro em 1962 até sua queda em 1989, o único sentimento compartilhado socialmente era o afeto ao socialismo e ao seu representante maior, o companheiro Erich Honecker, que governou a Alemanha Oriental de 1976 até 1989. Esse sentimento, mesmo que falso, estava presente numa sociedade emaranhada na trama burocrática da espionagem, que se entrelaçava até as mais íntimas relações sociais da vida cotidiana<sup>9</sup>.

O fim da guerra fria marca também o início de grandes conflitos sociais suscitados pela expectativa divulgada de um maior crescimento econômico devido a uma expansão do mercado. A frustração se traduz nos conflitos étnicos e raciais que disseminaram por todo o leste europeu. Berlim foi assim novamente palco desses confrontos, pois uniu numa mesma cidade toda a euforia e desilusão de mais um recomeço. No bojo desses confrontos sociais se remexem a volta, daquele, abafado, mas presente, afeto prussiano. A xenofobia é marcada pelas disputas de mercado de trabalho e complexos de inferioridade que se misturam aquele sentimento que Gisário Cerqueira Filho chama de *ódio pelo gozo do outro*.

O *Ódio pelo Gozo do Outro* se expõem como um aspecto sintomático das relações de *Autoritarismo Afetivo*, com isso, envolve uma metodologia de análise baseada no conflito. Gisário Cerqueira Filho parte dos conceitos lacanianos sobre o *Gozo (Jouissance)* e *Sentir Gozo (Joui-Sens)*. Segundo o autor de *Autoritarismo Afetivo*, o *Ódio pelo Gozo do Outro*, é pensado para sustentar a hipótese de que quando a luta de classes se reprime na cena política, esse conflito retorna às consciências transfiguradas, com um sentimento de ódio da alegria e do prazer do *Outro*. Sobretudo, quando esse *Outro* é o diverso, o diferente, o anômalo, o excluído<sup>10</sup>.

Na sociedade contemporânea, pós-moderna, onde predomina o modo capitalista de produção, que está fundado na concorrência, os conflitos de classes conduzem inevitavelmente ao individualismo. Partindo dessa reflexão o *Ódio pelo Gozo do Outro*, também conduz ao individualismo, portanto identificado por Gisário

---

<sup>9</sup> Dentre inúmeras obras sobre o cotidiano de espionagem na Alemanha do Leste podemos citar a cinematografia dos premiados com o Oscar de melhor filme estrangeiro em 2006, *Das Leben der Anderen* (A Vida dos Outros), do diretor alemão, Florian Henckel von Donnersmark e *Goodbye Lenin* (Adeus Lenin) de 2003, dirigido por Wolfgang Becker.

<sup>10</sup> Cerqueira Filho, Gisário (2005). Op. Cit., p. 101.

Cerqueira Filho de Individualismo fóbico. Fóbico é entendido pelo autor, também numa referência a Lacan, como uma angústia, provocada pela ausência do pai. Esse é identificado como um *Terceiro Absoluto*, ou seja, o princípio do pai na sociedade, que viabiliza a construção da subjetividade humana e possibilita a efetiva montagem e manobra das representações e imagens às quais está ancorada a vida do sujeito<sup>11</sup>.

Ao abstrairmos a proposta de análise da sociedade pautada no conceito de *Autoritarismo Afetivo*, o individualismo fóbico se engendra não só no conflito social, mas também na ausência do seu remediador, o Estado. Segundo Cerqueira Filho essa montagem edipiana fundado no Individualismo Fóbico é um elo para investigação do ser social e de sua identidade. Trata-se de um individualismo que se reproduz pela intolerância e medo do outro, por isso fóbico.

Gisálio Cerqueira Filho estende sua obra em exemplos, que não giram em torno de um conflito social da nossa sociedade, senão manifestações artísticas teatrais que expressam a angustia do indivíduo contemporâneo. Um exemplo marcante, dado pelo autor, foi à montagem da peça escrita por Gerald Thomaz que tem o título em latim, “Anchor Pectoris, traduzida como “Ancora no Peito”. A peça retrata a “*angustia da insuficiência imunológica psíquica e a ideologia*”<sup>12</sup>. Como o título já nos sugere trata-se de uma depressão sofrida por Gerald Thomaz em decorrência de angustias e desencantos do sujeito contemporâneo, “*imerso nas mentiras e hipocrisias desse mundo do capital, da moda, do consumo, da televisão e das guerras*”<sup>13</sup>.

O Interessante é que o conceito de poder como *Autoritarismo afetivo*, que se esboça na metodologia de análise de conflitos, através das manifestações de *Ódio pelo Gozo do Outro*, e o *Individualismo Fóbico*, são sentimentos humanos, psicanalíticos, típicos das relações humanas. Para o leitor atento, que se debruça sobre o entendimento desse conceito de poder, parece, por fim, claro que se trata de um arcabouço teórico, inserido na área de conhecimento da sociologia política. Sendo assim, tem como finalidade entender a particularidade da dinâmica das relações de poder numa dada sociedade. Nesse contexto, a afetividade é o foco de

---

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>13</sup> Ibidem, p.118.



análise da subjetividade nessas relações de poder, onde observamos a formação subjetiva de normas e valores sociais relacionadas a uma construção social do afeto.

Para as considerações finais da presente resenha cabe apontar o conceito do *Autoritarismo Afetivo*, na sua relação sociedade com a natureza. Partindo do viés da perspectiva crítica a economia política, e nela, também, inserida a reflexão da dominação da natureza pelo homem (Marx, 1867/2013). Trata-se de um contexto de angústia desse sujeito historicamente construído, numa dada relação com a natureza, fundamentada no progressivo distanciamento do indivíduo e o seu meio natural. Além da alienação da sociedade em relação à natureza existe também um sentimento paradoxo e angustiante desse sujeito contemporâneo que pode ser extraído das reflexões sociedade e natureza estudadas em Adorno/Horkheimer (1969), onde o impulso da sociedade em dominar a natureza a conduz a uma, cada vez maior, dependência da sociedade em relação à natureza. Nesse contexto é possível observar uma predisposição da sociedade a autodestruição, sabendo-se que o completo domínio sobre a natureza só acontecerá com a sua total destruição, o que incorrerá na destruição do próprio homem<sup>14</sup>.

Portanto, essas e outras hipóteses teóricas só podem ser discutidas e desenvolvidas partindo de pesquisas empíricas e discussões teóricas. Por fim, demonstra-se, assim, o legado da obra de Gisálio Cerqueira Filho, com essa bela contribuição intelectual para a sociologia política. Uma importante e contemporânea linha de pesquisa para o entendimento da dinâmica de transformação da nossa sociedade e o diagnóstico do tempo.

## Referências

Adorno, Theodor; Horkheimer, Max (1969/2006). *A dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro: Zahar.

Freud, Sigmund (2011). *O Mal Estar na Civilização*. Tradução Paulo César de Souza, São Paulo: Cia. das Letras.

---

<sup>14</sup> Adorno, Theodor; Horkheimer, Max (1969/2006). *A dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan, Jacques (2001). *Autres Écrits*, Paris: Éditions de Seuil.

\_\_\_\_\_. (2003). *Outros Escritos*. Tradução Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles, Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. (1975/2009). *O Seminário, livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud*, Rio de Janeiro: Zahar. (Campo Freudiano no Brasil).

Lukács, György. (1967). *El asalto a la razon*, Barcelona: Ediciones Grijalbo.

Marx, Karl (2013). *O Capital*, São Paulo: Boitempo.

Neder, Gislene (2000). *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC. (Pensamento criminológico).

**Recebido para publicação em 29 de dezembro de 2013.**

**Aprovado para publicação em 24 de fevereiro de 2014.**

## COLABORADORES DESTE NÚMERO

### **Adriana C. Cicaré**

Máster en Gestión Empresaria y Formación Profesional para la Integración Latinoamericana (UCES). Professora Adjunta de la Universidad Nacional de Rosario. Investigadora del Consejo de Investigaciones y del Centro de Estudios Interdisciplinarios / Universidad Nacional de Rosario – Republica Argentina.

E-mail: [acicare@fcecon.unr.edu.ar](mailto:acicare@fcecon.unr.edu.ar)

### **Angelina Farac**

Licenciada en Economía (Universidad Nacional de Rosario). Miembro del Programa Interdisciplinario de Investigación sobre Integración Latinoamericana (PIIILA) - Centro de Estudios Interdisciplinarios /Universidad Nacional de Rosario – Republica Argentina.

E-mail: [angelinafarac@hotmail.com](mailto:angelinafarac@hotmail.com)

### **Cristina Basombrío**

Licenciada y Magister en Historia por la Universidad Nacional de Tres de Febrero – Republica Argentina. Actualmente se desempeña como docente e investigadora en dicha casa de estudios.

E-mail: [crisbasombrio@hotmail.com](mailto:crisbasombrio@hotmail.com)

### **Fatima Gabriela Soares de Azevedo**

Mestranda em Direito pela PUC-Rio, advogada. Graduada em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora atuante, principalmente, nas áreas de Teoria do Estado, História do Direito e Gênero.

E-mail: [gabyfsa@gmail.com](mailto:gabyfsa@gmail.com)

### **Gustavo Silveira Siqueira**

Pesquisador e Professor Adjunto nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador de Graduação da Faculdade de Direito da UERJ. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (orientação do Professor Arthur José Almeida Diniz e coorientação do Professor António Manuel Hespanha). Tem experiência em História do Direito e Sociologia Jurídica.

E-mail: [gustavosiqueira@uerj.br](mailto:gustavosiqueira@uerj.br)

### **José Renato Vieira Martins**

Bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1980). Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1999). Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2003). Professor Adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Democracia Participativa na América Latina, Integração latino-americana, Políticas Públicas Regionais.

E-mail: [renato.martins@unila.edu.br](mailto:renato.martins@unila.edu.br)

### **Julia da Silva Rodrigues**

Historiadora e mestre em Direito. Graduanda em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: [juliasrodrigues@gmail.com](mailto:juliasrodrigues@gmail.com)

### **Livia De Tommasi**

Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação interdisciplinar Cultura e Territorialidades, da mesma Universidade. Possui graduação em Pedagogia - Università di Roma (1987), mestrado em "Etude des Sociétés Latinoamericaines" - Université de Paris III (1988) e doutorado em Sociologia - Université de Paris I (1997). Coordena o Núcleo de Pesquisa Trabalho e Cultura na Cidade - NUTECC (UFF). Atua na área de sociologia, com ênfase em sociologia urbana. Realiza

pesquisas sobre os seguintes temas: periferias, juventudes, culturas urbanas, ação coletiva, práticas políticas e de governo.

E-mail: [livia.detommasi@gmail.com](mailto:livia.detommasi@gmail.com)

### **Márcia Barros Ferreira Rodrigues**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora dos Programas de Pós-Graduação em História e em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI) e Pesquisadora do Laboratório de História das Relações Políticas Institucionais da UFES. Pesquisadora do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. Realiza pesquisas relacionadas à área de Segurança Pública, com ênfase na área de prevenção e ressocialização.

E-mail: [mbfrodrigues@gmail.com](mailto:mbfrodrigues@gmail.com)

### **Mylene Nogueira Teixeira**

Doutora em Sociologia Política pela Universidade de Münster- Alemanha, Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) de Sociologia da Educação, no Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem (LEEL), Centro de Ciências do Homem (CCH).

E-mail: [mnteix@uni-kassel.de](mailto:mnteix@uni-kassel.de)

### **Pedro Tórtima**

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP, 1998) e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (1989). Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis (1966), graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1976). Atualmente é bibliotecário - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, professor adjunto da Universidade Cândido Mendes e professor aposentado da Secretaria Municipal de Educação (RJ). Tem experiência na área de História, com ênfase em Pensamento Institucional Brasileiro, em especial no Positivismo e suas formas de expressão, atuando principalmente nos seguintes temas: sistema prisional, discurso criminológico e sociedade marginalizada.

E-mail: [pedrotortima@yahoo.com.br](mailto:pedrotortima@yahoo.com.br)

### **Vanderlei Vazelesk Ribeiro**

Professor de História da América Latina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Possui doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense e sua tese foi publicada pela Universidad Nacional de Quilmes (Argentina) sob o título de Cuestiones Agrarias em El Varguismo e El Peronismo. Atualmente desenvolve junto à Escola de História da Unirio o Projeto: Dos Quartéis aos Mercados: Atuação dos Movimentos Camponeses da Ascensão dos regimes Militares à Emergência dos Governos Neoliberais. Tem pesquisado temas ligados à questão Agrária no Brasil e na América Latina, em perspectiva comparada, especialmente projetos da burocracia para o meio agrário, a reação dos proprietários rurais e a atuação dos trabalhadores.

E-mail: [vazelesk@uol.com.br](mailto:vazelesk@uol.com.br)